

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS CULTURAIS, MEMÓRIA E
PATRIMÔNIO

MESTRADO PROFISSIONAL

RAÍSSA SANTOS JOSÉ

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ESCOLA: Reconhecendo a Casa da Ponte –
Itauçu/Goiás como lugar de memória

GOIÁS – GO
2024

RAÍSSA SANTOS JOSÉ

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ESCOLA: Reconhecendo a Casa da Ponte –
Itauçu/Goiás como lugar de memória**

Relatório técnico para apresentação à banca do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio, Mestrado Profissional, da Universidade Estadual de Goiás - Câmpus Cora Coralina (PROMEP/UEG), como requisito para a obtenção do título de Mestre em História. Orientador(a): Prof. Dr. Yussef Daibert Salomão de Campos

**GOIÁS – GO
2024**



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL (BDTD)

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Estadual de Goiás a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UEG), regulamentada pela Resolução, CsA nº 1.087/2019 sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9.610/1998, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data¹. Estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de inteira responsabilidade do(a) autor(a).

Dados do autor (a)

Nome completo: Raíssa Santos José

Email: estoriasencantadas@gmail.com

Dados do trabalho

Título: **EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ESCOLA: Reconhecendo a Casa da Ponte – Itauçu/Goiás como lugar de memória**

Tipo:

Tese Dissertação

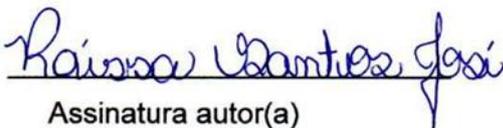
Curso/Programa **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS CULTURAIS, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO (PROMEP)**

Concorda com a liberação documento

SIM NÃO

¹Período de embargo é de até um ano a partir da data de defesa.

Goiás, 11 de junho de 2024


Assinatura autor(a)

Documento assinado digitalmente
 YUSSEF DAIBERT SALOMAO DE CAMPOS
Data: 11/06/2024 11:56:52-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do orientador(a)

CATALOGAÇÃO NA FONTE

Biblioteca Frei Simão Dorvi – UEG Câmpus Cora Coralina

J83e	<p>José, Raíssa Santos.</p> <p>Educação patrimonial na escola : reconhecendo a Casa da Ponte – Itauçu/Goiás como lugar de memória [manuscrito] / Raíssa Santos José. – Goiás, GO, 2024.</p> <p>188 f. ; il.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Yussef Daibert Salomão de Campos.</p> <p>Relatório Técnico (Mestrado em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio) – Câmpus Cora Coralina, Universidade Estadual de Goiás, 2024.</p> <p>1. Patrimônio cultural. 1.1. Educação patrimonial. 1.2. Identidade local. 1.3. Memória coletiva. 1.4. Itauçu, GO.</p> <p>I. Título. II. Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Cora Coralina.</p> <p>CDU: 37:719(817.3)</p>
------	--

Bibliotecária responsável: Marília Linhares Dias – CRB 1/2971

RAÍSSA SANTOS JOSÉ**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ESCOLA: Reconhecendo a Casa da Ponte –
Itaçu/Goiás como lugar de memória**

Relatório Técnico submetido ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP/UEG), Mestrado Profissional, para fins de (Exame de Qualificação/Defesa) como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em História. Aprovada em ____ de _____, pela Banca Examinadora composta pelos seguintes docentes:

Prof. Dr. Yussef Daibert Salomão de Campos – (UFG)
Orientador

Prof. Dr. Hilário Figueiredo Pereira Filho (IPHAN)
Membro Externo

Profa. Dra. Maria Dailza da Conceição Fagundes (UEG)
Membro Interno

Prof. Dr. Ivan Lima Gomes (UFG)
Suplente Externo

Profa. Dra. Luana Nunes Martins de Lima (UEG)
Suplente Interno

Goiás, _____ de _____.

HINO À PEDRA

*Firmada estás sobre ti:
Pedra Grande!
És teu próprio alicerce.
Sobre tua rocha estão entrelaçadas,
Lapidadas e Esculpidas,
Por memórias de teu povo,
As gravuras de tua História.*

*Esta Pedra de que te falo,
Foi levantada com bravura!
Desbravada e Eleita,
Pelo Sangue e por Suor.
Coroadada agora, por singelos versos,
Que tecidos na voz do poeta,
Permeiam por entre as ruas da cidade.
Contemplando assim os que vivem, e também,
Os que são lembrados In Memoriam.*

*[...]
No lombo de mulas, caminhões ou chalanas,
Diversas famílias chegando:
De São Paulo, Bahia e Minas Gerais...*

*Esta Pedra heterogênea,
De tantas raízes formada:
São Linos, Cunhas e Pereiras,
São Garcias, Rebouças e Caianas,
São Almeidas, Mendes e Saddi,
São Neto, Fagundes, Paula e Carvalhaes.
São tantas e tantas outras,
Que desbravaram o interior de Goiás.
Todas, pequenas estrelas,
Que no vasto céu estrelado
Formaram a constelação do Cruzeiro.
Do pequeno povo que se forma,
Já posso ouvir o som que ali toca:*

*Tangos e Boleros,
É a banda Jazz 3 de Maio.
Já posso ver
O circo de toureiros
As diversas fantasias
Do animado Bloco Carnavalesco,
O Grito e o apito da Folia de Reis.*

*Fiéis dobram os vossos joelhos,
À padroeira Nossa Senhora D'Abadia.
Os congadeiros com vestes brancas,
Caminham nas ruas, comemorando
Com tambores e reco-reco,
A libertação dos escravos.*

*[...]
Esta pedra é patrimônio,
Fina joia e preciosa,
Estará bem cuidada,
Preservada em um baú de tesouros,
Junto com as lembranças de teu povo.
Na sua eterna Casa da Ponte.*

(Fábio Júlio de Paula Borges – Poeta da Comunidade)

AGRADECIMENTOS

Expresso meus sinceros agradecimentos, primeiramente a Deus, fonte de força e inspiração ao longo de toda esta jornada. Aos meus avôs, Chafi e Iracema, cujo legado e memória serviram como verdadeiras fontes de inspiração para a realização deste trabalho.

Ao meu pai, Chafi Júnior, agradeço por seu apoio constante e incentivo incansável ao longo de toda essa trajetória. Suas palavras de estímulo foram a luz que guiou meus passos neste caminho.

Durante o processo do mestrado, sou imensamente grato a cada pessoa que cruzou meu caminho, Divina, Mônica, Dionete Pimenta, Ana Clara, Wlisses, Warley, Agmar, Jefferson Rodrigues, Luciano. Todos vocês contribuíram de maneiras diversas para o enriquecimento deste trabalho. Cada colega, professor, amigo e membro da comunidade que compartilhou seus conhecimentos e experiências, meu profundo obrigado.

Este trabalho é resultado não apenas do meu esforço, mas do apoio e colaboração de uma rede de pessoas incríveis. A todos que de alguma forma fizeram parte dessa jornada, meu mais sincero agradecimento.

Obrigada ao meu orientador Yussef, pela partilha da paciência e todo o conhecimento para a condução desse trabalho. Deixo aqui também, os meus agradecimentos, ao professor Hilário (IPHAN), pela disponibilidade e atenção a leitura e avaliação deste relatório.

Gostaria de dedicar um agradecimento especial à professora Dailza e ao professor Neemias. Sua orientação e condução cuidadosa pelos caminhos da Educação Patrimonial foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. Agradeço por compartilharem não apenas conhecimentos, mas também por transmitirem com carinho e amor a essência dessa área do saber. Suas contribuições foram valiosas e inspiradoras ao longo desta jornada acadêmica.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Imagem 01: Localização do município de Itauçu – Goiás
- Imagem 02: Casa de Secos e Molhados do Senhor Gabriel José na década de 1940
- Imagem 03: Interior do Bar de Secos e Molhados e Sorveteria
- Imagem 04: Fachada da Casa da Lavoura do Senhor Ernesto Garcia
- Imagem 05: Grupo Escolar José Ludovico de Almeida na década de 1940
- Imagem 06: Encontro de Professoras às margens do Rio Meia-Ponte na década de 1950.
- Imagem 07: Piquenique as margens do Rio Meia Ponte na década de 1940
- Imagem 08: Grêmio Recreativo de Itauçu – 2009
- Imagem 10: Primeira Casa Construída no Povoado de Catingueiro Grande em 1927
- Imagem 11: Visita de Getúlio Vargas e Pedro Ludovico Teixeira em Itauçu, na década de 1930
- Imagem 12: Visita do ex-presidente Juscelino Kubistchek para a candidatura ao Senado Federal.
- Imagem 13: Dia 11 de outubro de 1948. Emancipação Política de Itauçu.
- Imagem 14: Bernardo de Oliveira Lobo
- Imagem 15: Festa em Louvor a Nossa Senhora da Abadia e São Benedito em 1946
- Imagem 16: Localização da Casa da Ponte
- Imagem 17: Construção original da Casa da Ponte / Itauçu-Goiás 1932
- Imagem 18: A Casa da Ponte antes do processo de restauro
- Imagem 19: Fachada Atual do Museu da Memória Casa da Ponte
- Imagem 20: Turma da Professora Odete na escola localizada na Casa da Ponte
- Imagem 21: Interior da Casa da Ponte e Composição do Acervo
- Imagem 22: Boletim Informativo dos trabalhos do Vereador José Braga Coelho
- Imagem 23: Parte dos membros fundadores do Movimento da Casa da Ponte
- Imagem 24: Parte da Estrutura da Casa da Ponte
- Imagem 25: Fachada, antes do processo de revitalização da Casa da Ponte, sendo protegida por uma estrutura de metal.
- Imagem 26: Plano Arquitetônico do Processo de Restauro da Casa da Ponte – 2017
- Imagem 27: Parte do Acervo da Casa da Ponte - 2021
- Imagem 28: Parte dos acervos dispostos nos expositores - 2021
- Imagem 29: Parte do Acervo da Casa da Ponte – 2021
- Imagem 30: Roda de Conserva com os professores e professoras da Escola Municipal Visão do Futuro – Professora Iracema Netto José (Junho/2023)

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Usos Sociais da Casa da Ponte ao Longo do Tempo.....	58
Quadro 2 – Entrevistadas e Entrevistados.....	87

LISTA DE SIGLAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CF – Constituição Federal

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

GREI – Grêmio Recreativo Estudantil de Itauçu

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICOM – Conselho Internacional de Museus

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MCP – Movimento Casa da Ponte

MM – Museu da Memória

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico Nacional

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

RESUMO

A Casa da Ponte, localizada em Itauçu/GO e construída em 1932, desempenha múltiplas funções desde sua origem, inicialmente como escola do Povoado de Catingueiro Grande, em seguida residência, até o momento em que se tornou um museu. Erguida pelo casal de libaneses Gabriel José e Sara Antônio José, a casa tornou-se não apenas um edifício, mas um testemunho vivo da evolução da comunidade ao longo das décadas. Este trabalho tem como objetivo central destacar a importância da Casa da Ponte como símbolo de resistência e preservação da memória local. A metodologia adotada envolveu uma abordagem histórica, explorando desde a construção em 1932 até sua função atual como museu, espaço educativo e cultural. Narrativas de moradoras e moradores, especialmente aqueles acima de 59 anos, foram coletadas, trazendo memórias coletivas que contribuem para a identidade local. No âmbito da Educação Patrimonial, propôs-se um Guia Afetivo como produto educacional para a Escola Municipal Visão do Futuro – Professora Iracema Netto José. Os resultados revelaram a relevância histórica da Casa da Ponte e os desafios na preservação desse patrimônio. Estratégias educativas para integrar a comunidade na conservação foram identificadas, reconhecendo a importância do diálogo entre diversos atores, incluindo a comunidade, órgãos governamentais e entidades culturais. A retomada das atividades museológicas após a pandemia representa uma oportunidade para fortalecer os laços entre o museu e a população. Em suma, este trabalho destaca que a Casa da Ponte transcende sua condição física, sendo um elo entre passado e presente, um espaço simbólico de resistência. A preservação desse patrimônio é responsabilidade coletiva e o Guia Afetivo proposto visa conectar emocionalmente a comunidade escolar à história local, contribuindo para uma identidade coletiva sólida e fortalecimento dos laços com a história itauçuense.

Palavras-chave: Casa da Ponte. Educação Patrimonial. Identidade Local. Memória Coletiva. Itauçu/GO.

ABSTRACT

"A Casa da Ponte", located in Itauçu/GO and built in 1932, has performed multiple functions since its origins, initially as a school in the village of Catingueiro Grande, then a residence, until the moment it became a museum. Built by the lebanese couple Gabriel José and Sara Antônio José, the house became not just a building, but a living testimony of the community's evolution over the decades. This work has as its central objective to highlight the importance of Casa da Ponte as a symbol of resistance and preservation of local memory. The methodology adopted involved a historical approach, exploring since construction in 1932 until current function as a museum, educational and cultural space. Residents' narratives especially those over 59 years old, were collected, bringing collective memories that contribute to local identity. In the scope of Heritage Education, an Affective Guide was proposed as an educational product for the Municipal School "Visão do Futuro – Professora Iracema Netto José". The results revealed the historical relevance of Casa da Ponte and the challenges in preserving this heritage. Educational strategies to integrate the community into conservation were identified, recognizing the importance of dialogue among various actors, including the community, government agencies and cultural entities. The resumption of museum activities after the pandemic represents an opportunity to strengthen ties between the museum and the population. In short, this work highlights that Casa da Ponte transcends its physical condition, being a link between past and present, a symbolic space of resistance. The preservation of this heritage is a collective responsibility and the proposed Affective Guide aims to emotionally connect the school community to local history, contributing to a solid collective identity and strengthening ties with the history of who was born in Itauçu.

Keywords: Casa da Ponte. Heritage Education. Local Identify. Collective Memory. Itauçu/GO.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 CASA DA PONTE – ITAUCU / GOIÁS: ASPECTOS HISTÓRICOS E DISCUSSÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA	23
1.1 De Catingueiro Grande a Itauçu: um breve contexto histórico.....	23
1.1.1 O patrimônio cultural itauçuense: A Casa da Ponte – Itauçu / GO.....	56
1.2 Nas entrelinhas do tempo: a revisão literária e a Casa da Ponte como patrimônio itauçuense.....	76
1.3 Procedimentos Metodológicos.....	87
2 O LUGAR DE MEMÓRIA CONHECIDO COMO CASA DA PONTE: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ESCOLA O NO MUSEU.....	93
2.1 Despertando memórias: do movimento Casa da Ponte à formação do Museu de Memória Casa da Ponte / Itauçu-GO.....	93
2.2 Desvelando Tesouros: Educação Patrimonial na Casa da Ponte.....	116
2.2.1 Explorando a conexão entre escola e museu: uma análise da Escola Municipal Visão do Futuro “Professora Iracema Netto José” no contexto da Educação Patrimonial.....	123
2.2.2 Desenvolvimento da educação patrimonial na escola: integração de ações educacionais e visitas ao Museu Casa da Cultura.....	125
3 GUIA AFETIVO DA CASA DA PONTE: UMA JORNADA INTERATIVA PELA MEMÓRIA E PATRIMÔNIO.....	133
3.1 Apresentando o produto: formato definido.....	135
3.2 Público Alvo.....	136
3.3 O impacto do Guia Afetivo na comunidade: o Guia Afetivo como agente de conexão e pertencimento.....	137
4 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO PRODUTO.....	139
4.1 Manual de uso do Produto.....	139
4.2 Manual de uso do Guia Afetivo da Casa da Ponte: uma jornada interativa pela memória e patrimônio.....	140
4.3 Devolutiva para a comunidade.....	141
CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
REFERÊNCIAS	145
APÊNDICE.....	150

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como intuito demonstrar a importância do Museu da Memória Casa da Ponte – Itauçu / Goiás enquanto um símbolo de resistência da valorização da memória municipal local. O referido museu desempenha um papel fundamental na vida da comunidade local, haja vista que é um lugar permeado pelas representações históricas de Itauçu e local onde as memórias da cidade se encontram preservadas. Como um espaço de aprendizado e reflexão, a casa oferece uma rica oportunidade para os habitantes, especialmente os mais jovens, se conectarem com suas raízes históricas.

Este relatório também se orienta como uma proposta que busca dar evidência à casa enquanto espaço que propicia aos estudantes e docentes do município, independentemente do gênero (alunos e alunas, professores e professoras), a prática efetiva de Educação Patrimonial e Museal. Desse modo, um de nossos objetivos centrais com este trabalho foi efetuar uma análise adensada da Casa da Ponte enquanto lugar de memória (Nora, 1993) que possui ampla contribuição na preservação histórica da comunidade itauçuense, sendo também um suporte simbólico da identidade local.

Ademais, nosso estudo busca aprofundar a compreensão sobre a Casa da Ponte em Itauçu, destacando a intersecção entre seu significado local e o corpus teórico do patrimônio. No âmbito da memória coletiva e identidade local, questionamos como as memórias vinculadas à Casa da Ponte contribuem para a construção da identidade coletiva em Itauçu, e de que forma a preservação desse patrimônio reflete a preservação da memória da comunidade.

Em relação à educação patrimonial e participação comunitária, indagamos sobre as estratégias eficazes para integrar práticas educativas na comunidade, visando envolver os moradores na preservação da Casa da Ponte. Além disso, consideramos importante entender como incentivar a participação ativa da comunidade na valorização e conservação desse importante patrimônio.

Os desafios e oportunidades na preservação da Casa da Ponte são também objeto de análise, explorando os obstáculos enfrentados na sua preservação física e propondo possíveis soluções. Investigamos, ainda, a existência de oportunidades para a Casa da Ponte ser utilizada como espaço educativo e cultural, além de sua relevância histórica.

No contexto de conflitos e negociações na definição do patrimônio, examinamos como são gerenciados os potenciais conflitos de interesses na determinação do que é considerado patrimônio em Itauçu. Questionamos, também, se existe um diálogo efetivo entre os diversos

atores envolvidos na preservação da Casa da Ponte, incluindo a comunidade local, órgãos governamentais e entidades culturais.

Essas problematizações visam proporcionar uma base crítica para a análise do corpus teórico do patrimônio em constante diálogo com a singularidade da Casa da Ponte em Itauçu. O objetivo é contribuir para uma compreensão mais abrangente e reflexiva da importância do patrimônio cultural na construção identitária das comunidades locais.

Neste ínterim, a população de Itauçu, em especial moradores que têm entre 59/60 anos, ou mais, foram fundamentais à pesquisa, pois por meio destes foi possível recolher depoimentos que ressaltam aspectos da memória coletiva (Halbwachs, 1990) da comunidade, momento em que se aciona a Casa da Ponte como marcador importante. Isso porque, a pesquisa busca elementos que também possam colaborar com o processo de valorização da Casa enquanto um patrimônio cultural representativo para a população.

A Casa da Ponte – Itauçu/Goiás é uma residência construída em 1932, a pedido dos meus bisavós, Gabriel José e Sara Antônio José, para que nela pudesse, primeiramente (antes de ser moradia), ser a escola do Povoado de Catingueiro Grande (primeiro nome de Itauçu). A Casa fica localizada nas proximidades do Córrego Maria da Silva (um dos principais afluentes do Rio Meia Ponte). Segundo a historiografia local, representada por José (2017), Coelho (2001), Borges (2005), meados de 1924 foi o ano em que surgiu o povoado de Catingueiro Grande.

Em 1948, o povoado passou por uma emancipação política e recebeu o nome de Cruzeiro do Sul, passando a se chamar, após alguns anos, Itauçu. Enquanto era povoado o local pertencia a Itaberaí (que anteriormente atendia pelo nome de Currealinho). Sempre ouvimos por parte da comunidade local e de meus avós que a casa era ponto de parada obrigatória para tropeiros, que traziam consigo em viagens, nos lombos dos animais ou em carro de bois, mercadorias diversas. A falta de uma literatura acadêmica mais específica e precisa não nos permite afirmar tais apontamentos de forma convicta, embora essas histórias ainda façam parte da memória coletiva local.

Dos inúmeros moradores que passaram pelas terras do povoado de Catingueiro Grande, o Coronel Ernesto Baptista Magalhães, natural da cidade de Caeté, estado de Minas Gerais, foi um dos que migraram para as imediações do povoado em 1924. Esse senhor implantou uma lavoura de café que, segundo relatos locais, se tornou uma grande plantação com cerca de 200 mil pés. A Casa da Ponte também serviu como sua morada (José, 2017).

Segundo o senhor Chafi José (2017), em suas memórias registradas em seu livro - Nada é mais como antes -, antes de se tornar a residência do senhor Ernesto, a Casa da Ponte – Itauçu

/ Goiás, em seu modelo de construção original, era diferente da atual, especialmente quanto à disposição das portas e janelas, que foram construídas para atender às necessidades do comércio. Momentos importantes da história itauçuense permeiam a história da Casa da Ponte, tanto como residência do Senhor Ernesto quanto de outros populares, e, não raro, narrativas diversas que são lembradas com saudosismo por aqueles que, em algum momento, viveram neste local, o que evidencia o Museu como um lugar de memória e identidade local.

Para Nora (1993), o conceito de - lugar de memória - diz respeito a um espaço físico que adquire relevância simbólica para uma sociedade ou grupo específico, justamente por estar intrinsecamente vinculado a eventos históricos, personalidades ou situações que moldaram a identidade coletiva. Esses locais desempenham uma função memorial significativa, evocando lembranças, tradições e símbolos do passado, ao mesmo tempo que exercem um papel ativo na construção da narrativa histórica e na preservação da memória cultural de uma comunidade. Nesse contexto, a Casa da Ponte é reconhecida como um espaço simbólico de resistência histórica dentro dos limites territoriais do referido município.

A casa também permeou as lembranças de um dos moradores com larga participação social em Itauçu: o senhor Chafi José; visto pela comunidade como uma espécie de guardião da memória da cidade. Nascido no município em 25 de agosto de 1925, na Fazenda Abóbora (atualmente pertencente ao município de Inhumas), lugar onde viveu toda a sua infância, adolescência, e boa parte da sua vida adulta, conheceu a sua esposa, Iracema Netto José, que chegara com a sua família em meados da década de 1940 vindos do estado de Minas Gerais.

“Seu Chafi”, por muitos assim chamado, era meu avô. Nasceu logo nos primeiros anos de formação sócio espacial do Povoado de Catingueiro Grande e viveu na cidade até os seus 92 anos de vida. Dono de boa lucidez, ele resguardava a história e as vivências da Casa da Ponte – Itauçu / GO. Chafi guardava lembranças desde a sua infância até a sua vida adulta, e as narrava com riqueza de detalhes. Conviveu com personagens icônicos do município, os quais colaboraram com a preservação da memória coletiva da população e que também tiveram participação direta ou indireta na casa da ponte.

Essas histórias, em parceria com Hailton Correa e Rúbia Garcia, renderam a primeira publicação das suas memórias - Nada é mais como antes -, livro publicado em 2017, a pouco mais de três meses do seu falecimento. O lançamento da obra fora organizado com pessoas amigas e parentes que vieram prestigiar o livro, que além de ter consigo, em suas histórias de vida, entrelaçamentos com a história do município.

A Casa da Ponte – Itauçu / GO fez parte da minha infância e juventude, por meio das histórias contadas pelo meu avô; suas vivências por anos na cidade e suas memórias publicadas

têm sido uma das principais testemunhas da história local, acompanhando as modificações da cidade e as lembranças que não têm deixado que a história se perca ao longo do tempo.

A Casa da Ponte – Itauçu / GO também fez parte do meu trabalho de conclusão de curso (TCC) da graduação em História pela Universidade Estadual de Goiás. Nele evidencio que desde a década de 1980, a preservação do imóvel e a valorização da memória local são alvos de debates, mas que, à época, haviam se tornado um projeto engavetado. O despertar do interesse por parte da população para essa valorização da memória, em que a Casa poderia ser um Centro Cultural, trazendo para a comunidade um espaço de interação com a cultura local, foi essencial. O museu deve ser um local onde as pessoas interagem com ações educativas. A busca da comunidade em prol da defesa do museu se intensificou por volta de 2008, em uma tentativa de parceria com o poder legislativo, para que fosse criado um projeto de lei para realizar o tombamento da Casa da Ponte – Itauçu / GO.

O Patrimônio Cultural Casa da Ponte – Itauçu / GO tem como mecanismo de conservação o tombamento realizado pela Câmara Municipal de Vereadores de Itauçu, realizado em 2013, de autoria de Bernardo Lobo de Oliveira. Pouco tempo depois surgiu o Movimento Casa da Ponte – Itauçu / GO.

Entende-se por Patrimônio Cultural Brasileiro, os bens de natureza material, imaterial que são tomados de maneira individual ou em conjunto, que são portadores de referência, à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, de acordo com o artigo 216 da Constituição Federal (CF/1988). A Casa da Ponte – Itauçu / GO, patrimônio cultural local, é uma das referências históricas, e também sociais da comunidade itauçuense, sendo o marco da formação social e territorial do Povoado de Catingueiro Grande e a transição para Itauçu, de modo que esse patrimônio também possui ressonância e reconhecimento pela comunidade local. O espaço teve as suas atividades vedadas pela pandemia da Covid-19, e foram retomadas no ano de 2023, com sua abertura à população local.

Através da análise do referido espaço cultural, visto como um local de resistência que tem sobrevivido a intempéries, pretendemos compreender a importância da construção da memória dentro do ambiente da Casa da Ponte – Itauçu-Goiás, analisando o bem cultural como um lugar de memória que reflete a história do município e as vivências do cotidiano populacional itauçuense. Em nossa percepção, tal empreendimento é fundamental, uma vez que se trata de um lugar simbolicamente representativo onde se pode empreender um diálogo com a comunidade.

Ademais, nosso empreendimento busca tratar a Casa não apenas enquanto um espaço destinado a exposições temporárias ou permanentes, mas enquanto lugar dialógico em que a

relação entre museu e patrimônio pode oferecer diretrizes educativas à comunidade, e ao seio escolar, atuando no ensino de história e na difusão cultural local em uma perspectiva voltada à educação patrimonial. Entendemos que a soma dessas ações pode atuar mutuamente na defesa e contribuição da casa e da memória/história de Itauçu.

A importância histórica local da Casa da Ponte – Itauçu / GO evidencia a escolha do tema, ademais, se trata de um projeto de interesse coletivo e pessoal, principalmente por ser desenvolvido por uma professora de História que compreende a necessidade de se trabalhar com a consciência da importância do patrimônio cultural para o município. A Casa, além de ser perpassada por história, é feita com riqueza de detalhes. Foi moradia de personagens importantes da história local, como o Coronel Ernesto Baptista e do senhor Werciley Saraiva (conjunhado do senhor Ernesto). Mesmo depois de vendida para outras pessoas, sua imagem enquanto marco simbólico histórico ficou na memória coletiva da população.

A pesquisa sobre a Casa da Ponte – Itauçu/GO, além de ser uma forma de explanação da história local, representa um elo entre o passado e o presente. Ao desvendar os segredos e as histórias, que até então encerrados nas paredes dessa casa, almejamos não somente compartilhar conhecimentos, mas também estimular um diálogo entre memória, identidade e educação patrimonial, enraizados na nossa comunidade.

Este trabalho se revela como uma oportunidade para envolver a população na preservação de um legado compartilhado. Por meio dessa pesquisa, buscamos compreender o passado, inspirar um censo renovado de apreço pelo patrimônio cultural, buscando trazer o debate sobre a necessidade de proteger e valorizar os elementos que formam a essência de nossa cidade; em especial, pela comunidade escolar local, usando espaços não formais de educação para a realização de tais momentos, como a construção da identidade local e a valorização da memória itauçuense. A Casa da Ponte é mais do que um edifício; é uma história viva que merece ser contada, respeitada e preservada para as gerações vindouras.

Sempre carregada pelas mais variadas memórias, as simbologias existentes em torno da casa são norteadoras para a valorização da memória local. Foi neste íterim que, por meio de ações mobilizadas por 20 pessoas, sendo todas naturais de Itauçu, foi possível realizar o processo de desapropriação da casa, que pertencia a um grupo empresarial do Estado de Minas Gerais, que na época possuía um laticínio.

Em 2013, logo após o processo de tombamento do imóvel Casa da Ponte surgiu o Movimento Casa da Ponte, que junto à comunidade local, passou a buscar elementos para a realização de ações, visando a revitalização do lugar. Para chamar a atenção da cidade, nos utilizamos das redes sociais como uma das principais ferramentas de contato com a população,

ocorreu então a primeira ação. Por meio da rede social *Facebook* (no grupo Vamos valorizar a Casa da Ponte), foi publicado um texto intitulado - A Casa -, de autoria de Lucinda Prado (uma das integrantes do Movimento da Casa da Ponte) em 2013. Em seu texto a autora relatava as suas lembranças e a necessidade de realmente poder preservar o imóvel e valorizar a memória local. Por meio da rede social foram apresentadas as ações realizadas pelo grupo ao longo dos anos (Paula; Granjeiro, 2017).

As atividades museológicas na Casa da Ponte - Itauçu/GO estão em sua fase inicial, após o período de pandemia. Para isso, temos buscado adequações para receber o público novamente, contando com uma exposição permanente e restabelecendo vínculos com a população, especialmente com as escolas do município. O objetivo é utilizá-la em prol da construção do aprendizado.

A Casa da Ponte – Itauçu/GO, enquanto um espaço de memória e de história, está empenhada em oferecer uma experiência museológica aos visitantes. Uma das iniciativas importantes é a criação de uma exposição permanente, por meio da qual os visitantes poderão aprender sobre a história e a cultura local. Através de objetos, documentos, livros, peças doadas por personagens marcantes da história local e pela própria comunidade em geral, a exposição busca contar a trajetória da região e destacar sua importância como lugar de memória.

Além disso, a Casa da Ponte – Itauçu/ GO está trabalhando no restabelecimento de vínculos com a população, com foco especial nas escolas do município. Reconhecendo o potencial educativo do local, a equipe do museu mantém contato com as instituições escolares para promover visitas guiadas, oficinas e atividades pedagógicas, para que ali possam ser promovidas, juntamente com a comunidade em geral, atividades que possam colaborar para o processo de valorização da memória local.

A Escola Municipal Visão do Futuro – Professora Iracema Netto José, que oferece o Ensino Fundamental nas séries iniciais (de 1º a 5º ano), tem realizado, juntamente com os alunos, um trabalho que envolve os ambientes não formais de educação, como proposta metodológica. Além disso, a escola tem explorado os museus como lugares de memória e aprendizado, uma vez esse tipo de conhecimento se encontra alinhado à própria Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Dentro dessa instituição escolar se inserem as visitas guiadas ao Museu Casa da Ponte com o propósito educativo ligado ao patrimônio local.

Como proposta metodológica para sequenciar o referido estudo, realizamos uma revisão de literatura abrangente, incorporando perspectivas teóricas de diversos autores que se debruçam sobre os temas de memória e Educação Patrimonial. Dentre eles, destacamos Nora (1993) e Pollak (1993), cujas contribuições fundamentais fornecem uma base sólida para

compreender a relação entre memória e identidade. Além disso, exploramos as abordagens de Scifoni (2017) e Tolentino (2017), que lançam luz sobre a importância da educação patrimonial na preservação e promoção do patrimônio cultural.

Outros autores nessa perspectiva, como Gonçalves (2012), evidenciam o patrimônio cultural como uma categoria de classificação de objetos que desempenha uma função social e simbólica de mediação entre o passado, o presente e o futuro de um grupo, assegurando sua continuidade no tempo e sua integridade no espaço. Outro autor que durante o processo da pesquisa merece um destaque, é Chuva (2012). Essa autora mostra os percalços e a trajetória do Patrimônio Cultural e os seus destaques dentro do território brasileiro.

Na historiografia local, destacamos Borges (2003) e Coelho (2001). Esses autores mostram, em seus trabalhos de pesquisa, o contexto de formação social e histórico do município de Itauçu e as disputas de poder na região, como o seu antes e depois do processo de emancipação política decorrentes em 11 de outubro de 1948.

Em seguida, realizamos uma análise detalhada de documentos, incluindo atas, regimentos e documentos de tombamento da Casa da Ponte. Para compreendermos a formação do município de Itauçu, conduzimos uma pesquisa histórica, explorando aspectos geográficos, culturais e históricos. Além disso, organizamos uma roda de conversa com os professores da Escola Municipal Visão do Futuro – Professora Iracema Netto José; ocasião em que discutimos temas relacionados à memória e Educação Patrimonial, bem como as dificuldades enfrentadas em sala de aula ao trabalhar com espaços não-formais de educação, como museus.

Também enquanto foco metodológico, analisamos fotografias do acervo pertencente ao senhor Chafi, identificando assim, elementos significativos e contextualizando-os historicamente. Realizamos entrevistas com moradores da cidade, enfatizando tanto as suas histórias de vida quanto a aspectos temáticos relacionados à memória da Casa da Ponte, a fim de construir a memória coletivamente. Desse modo, para a condução de nossa pesquisa utilizamos três tipos de fontes: as escritas, ao analisar trabalhos acadêmicos que versam sobre nossa temática, além de registros e documentos oficiais sobre a casa da ponte; as fontes orais, ao realizar entrevistas com a comunidade local; e, as fontes iconográficas, ao demonstrar interesse no escrutínio analítico sobre fotografias que ressaltam a Casa e momentos/personagens importantes a história itauçuense.

Essa metodologia abrangente permitiu uma compreensão mais completa da importância da Casa da Ponte na preservação da memória coletiva e na promoção da identidade social da comunidade itauçuense. Além disso, com alguns moradores do município, acima de 59 anos realizamos entrevistas. Para tanto, nos utilizamos da metodologia da história oral, que é a forma

de temática, tratando de temas específicos que, nesse caso, foram direcionadas à Casa da Ponte e às lembranças em que evidenciadas sobre o tema proposto (Pollak, 1992).

O trabalho está dividido em quatro partes. Na primeira parte do relatório apresentamos o território, envolvendo o contexto histórico de Itauçu (desde o período de formação do Povoado de Catingueiro Grande), e o patrimônio cultural local, que é a Casa da Ponte – Itauçu / GO, como um lugar de memória, e o reestabelecimento de vínculos com a população local.

Na segunda seção abordamos documentos, projetos de lei, estatutos e as modificações geradas desde a revitalização do espaço, ocorrida em 2014. Nesta parte do texto evidenciamos os debates ocorridos na Escola Municipal Visão do Futuro – Professora Iracema Netto José, juntamente com os professores. Os momentos foram de reflexões em torno da importância de espaços não formais de educação, para o fortalecimento do processo de ensino-aprendizagem.

Na terceira seção, detalhamos o produto desenvolvido para a comunidade escolar, especialmente direcionado às professoras e professores da Escola Municipal Visão do Futuro – Professora Iracema Netto José, instituição de ensino fundamental que atende séries iniciais. O produto consiste em um Guia Afetivo disponibilizado no formato *e-book*, complementado por um cartão impresso contendo um QR Code para facilitar o acesso ao conteúdo. Essa iniciativa visa proporcionar uma ferramenta prática e acessível, que promova a interação dos educadores com o patrimônio cultural da Casa da Ponte de maneira envolvente e significativa. Pensar na elaboração deste produto sob a perspectiva do patrimônio afetivo demonstra um compromisso em recobrar e valorizar as vivências emocionais que permeiam a Casa da Ponte.

O Guia Afetivo não é apenas um conjunto de informações; é uma narrativa que busca conectar-se emocionalmente com os educadores, proporcionando uma experiência sensorial e afetiva. Ao integrar elementos que evocam lembranças, histórias e sentimentos ligados à casa, o produto não apenas informa, mas também toca as dimensões emocionais, transformando-se em uma ferramenta pedagógica única. Essa abordagem permite que o patrimônio cultural seja compreendido e vivenciado; criando um elo entre o passado e o presente de forma impactante e memorável.

O Guia Afetivo desempenha um papel fundamental na educação, pois vai além de simplesmente transmitir informações; ele conecta emocionalmente os educadores, alunos e a comunidade ao patrimônio cultural local. Ao destacar a relevância do guia afetivo, reconhecemos a sua capacidade de criar laços emocionais, despertar o interesse e promover um aprendizado mais significativo. Ele contribui para a valorização da identidade cultural, estimula a curiosidade e fortalece a conexão entre as gerações, tornando-se uma ferramenta valiosa para

a construção do conhecimento e o fortalecimento dos vínculos com o patrimônio histórico da comunidade.

Na quarta seção, exploramos a proposta de aplicação do Guia Afetivo na comunidade escolar, delineando como os educadores da Escola Municipal Visão do Futuro – Professora Iracema Netto José podem integrar efetivamente o produto em suas práticas pedagógicas. Esta seção visa fornecer orientações sobre como utilizar o guia de maneira envolvente e eficaz, destacando estratégias para envolver os alunos no processo de aprendizado. Ainda nesta parte do texto, refletimos sobre o processo de devolutiva, delineando como os professores podem utilizar o guia como uma ferramenta para avaliação e como os alunos podem compartilhar suas experiências, garantindo um ciclo contínuo de enriquecimento educacional e emocional.

1 CASA DA PONTE – ITAUCU / GOIÁS: ASPECTOS HISTÓRICOS E DISCUSSÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA

A Casa da Ponte, como um lugar de memória, desempenha um papel significativo na preservação da história e identidade da comunidade de Itauçu-GO. Como um bem cultural, ela representa um testemunho do passado e das tradições locais, carregando consigo histórias, valores e experiências compartilhadas ao longo do tempo. Esse lugar pode ser considerado um ponto de conexão com as gerações anteriores, remetendo a diferentes épocas da história do município e da região. O local, por estar próximo à ponte sobre o córrego Maria da Silva, teve também um papel estratégico na comunidade, servindo como ponto de encontro, de comércio ou de passagem para atividades comerciais e de transporte.

Assim, nesse capítulo apresentamos alguns aspectos históricos relacionados à Casa da Ponte, evidenciando categorias como: lugar de memória e patrimônio cultural. A discussão teórico-metodológica em torno da Casa da Ponte como um lugar e memória incluiu uma abordagem metodológica multidisciplinar, que combinou pesquisas históricas, registros fotográficos e entrevistas com moradores locais.

1.1 De Catingueiro Grande a Itauçu: um breve contexto histórico

Itauçu, cidade goiana com uma extensão territorial de 383.066 km² e uma população de 7.736 habitantes, conforme o censo demográfico do IBGE em 2022, tem uma história que remonta à sua condição de povoado, integrada ao município de Itaberaí. Vale ressaltar que, no passado, as terras que atualmente compõem o município de Itaberaí faziam parte de seis municípios distintos, dos quais surgiram: Araçu, Taquaral, Itauçu, Inhumas, Caturai e Heitorai (Abreu, 1978). Para compreender a história de Itauçu é essencial explorar o processo de colonização nas terras goianas nos séculos XVIII e XIX, além de entender a trajetória de Currálinho (hoje conhecido como Itaberaí).

De acordo com Almeida (2023), esses estudos revelam aspectos que são importantes para a compreensão mais ampla da história local.

Em Goiás, a Coroa Portuguesa, como medida de assegurar seu domínio econômico e territorial criou uma série de procedimentos jurídico-administrativos, iniciados pela instalação das intendências, posteriormente, a criação da Capitania e de sua capital, as casas de fundição, caminhos reais e registros. Dentre as várias maneiras de colonização, outras atividades se desenvolveram paralelamente à busca do ouro, como a abertura de caminhos terrestres e fluviais, a partilha das terras sob os sistemas sesmaria e de datas minerais, e o incentivo à agropecuária. A região onde

posteriormente surgiu o arraial do Currálinho estava localizada na boca da mata, a beira do Mato Grosso Goiano, ampla e de terra fértil. Conforme a Carta ou Plano Geographico da Capitania de Goyaz, de 1778, realizado pelo sargento-mor Thomás de Souza, aparece bem assinalado o arraial, à margem direita do rio das Pedras, na entrada do Mato Grosso Goiano (Boaventura, 2007, p. 105; Pinheiro, 2003; Pedroso, 1994 apud Almeida, 2023, p. 24).

Durante o período colonial em Goiás, a Coroa Portuguesa implementou medidas administrativas para consolidar seu domínio, incluindo a criação de intendências, capitanias, casas de reservas, caminhos reais e registros. Além da busca pelo ouro, outras atividades paralelas, como a abertura de caminhos terrestres e fluviais, a distribuição de terras sob sistemas como sesmarias e dados minerais, e o estímulo à agropecuária. Essas iniciativas desempenharam papéis essenciais no processo de ocupação do território goiano. Para entender a inserção de Itauçu na dinâmica local é preciso compreender sua ligação política/histórica com Itaberaí, anteriormente chamada de Currálinho.

O arraial do Currálinho, situado na entrada da região do Mato Grosso Goiano, conforme mapeado na Carta Geográfica de 1778, destacava-se como uma região útil e estratégica, às margens do Rio das Pedras, revelando a interconexão de fatores geográficos e administrativos que moldaram o desenvolvimento local durante esse período. Pelas medidas de análise sobre as terras goianas, em especial sobre as terras que respaldam as regiões pertencentes ao povoado de Currálinho, Almeida (2023) pontua que:

Como resultado, a configuração do território de Goiás, fez-se em meio a longos processos de confrontos de poderes institucionais e de resistências que se interpunha entre o colonizador e os indígenas que também disputavam o território. Segundo Pinheiro (2003), foi na região do arraial de Currálinho, pouco tempo depois do surgimento de Vila Boa, que aconteceu o primeiro conflito entre os brancos adventícios e os índios que habitavam a região. De acordo com Pinheiro, existe uma extensa carta para o descobridor das Minas de Nossa Senhora do Pilar - a atual cidade de Pilar - datada de 1760, cujo autor, João de Godói Pinto da Silveira, queixava-se de um ataque dos índios aos moradores. A carta relata que um grupo de bugres⁵ - indígenas - cercou a sua casa por 5 dias, impedindo os moradores até de chegar na fonte, mas um tiro num dos bugres afastou o grupo da casa (Almeida, 2023, p. 24).

A estruturação do território em Goiás foi moldada por processos prolongados, marcados pela disputa territorial na região do povoado de Currálinho. Esses eventos foram desencadeados logo após o estabelecimento de Vila Boa, resultando no primeiro conflito entre colonizadores e nativos. Esse confronto é evidenciado em uma carta atribuída a João Godoi Pinto Silveira, conforme mencionado por Almeida (2023), na qual são relatados ataques indígenas ao longo do percurso. Esse documento ressalta a tensão entre os colonizadores recém-chegados e as comunidades indígenas, destacando a complexidade e os desafios enfrentados na ocupação e a colonização dessa região específica de Goiás.

Sobre a presença dos indígenas dentro do território goiano, Boaventura (2007) mostra que as etnias indígenas que se fizeram presentes, dentro do território goiano, perante aos ataques relatados, foram consideravelmente reduzidas, ainda mais pelos ataques contra seu *modus vivendi*, e pelos processos de colonização e urbanização das terras goianas.

O avanço da colonização no país resultou em mais povos indígenas submetidos à violência dominante, o que acabou por reduzir esta nação. Segundo Boaventura (2007), no território goiano houve uma redução dos índios Xacriabá e Avá-Canoeiro, e o extermínio dos índios Goyá, Crixá, Kayapó Meridional, Akroá, entre outros grupos. Consequentemente, esses grupos indígenas buscavam reagir, principalmente, atacando os povoados e as fazendas da região. Palacin e Moraes (1994) citam mais tribos que também habitaram o território goiano: Kaiapó, Caraja Pitanguá, Araxá, Quirixá, Goyá, Barueri e Carajaúna. Segundo os autores, dentre os que se opuseram fortemente ao processo de colonização, estavam os Kaiapós Meridional - que se encontravam no sul ocupando da estrada que vinha de São Paulo até o Araguaia, no caminho do Mato Grosso -, os Akroá-Assú, Xavante e Xacriabá - no norte-; dos quais o primeiros deste grupo eram a grande causa de conflitos mais brutais e sem solução (Almeida, 2023, p. 25).

A colonização das terras goianas, conforme abordado por Almeida (2023), destaca a presença significativa da violência contra populações nativas. Mesmo diante da resistência observada no contexto da organização territorial durante o processo de colonização, a violência se manteve uma força presente. Essa dinâmica revela os desafios e conflitos que permearam a ocupação das terras em Goiás, evidenciando a complexidade das interações entre colonizadores e comunidades locais.

Além da constatação de que foram dizimadas diversas tribos indígenas na região, com a redução das jazidas de ouro, segundo Almeida (2023), a região do povoado de Currealinho, e outras regiões próximas se viram obrigadas a se dedicarem a outras atividades econômicas, assim como à atividade agropecuária.

Essa atividade (agropecuária), que anos mais tarde viria a se tornar muito forte no estado, inicialmente era desenvolvida de forma rudimentar, sem o conhecimento de muitas técnicas.

A região que hoje abarca Itaberaí, Itauçu e demais municípios ora citados, passou a chamar a atenção dos colonizadores pela fertilidade da terra e ainda por ser uma região propícia para a criação de gado, além da proximidade da Vila Boa de Goiás, que passava pelo processo de declínio da mineração.

Para se compreender a história do então Povoado de Currealinho e a sua formação territorial, há um registro feito pelo viajante Oscar Leal, datado de 1892. Em seu diário de viagem, Leal (1892) faz um breve relato sobre o povoado de Currealinho, mostrando as atribuições sobre a paisagem e o clima da região, o desenvolvimento das atividades econômicas,

a agricultura e pecuária e, ainda, elogia a beleza da região. Em seu diário de viagem, Leal (1892) relata que:

A Viagem às terras goyanas seve para atestar a todos a existência d'álguem que se empenha pela segunda vez em tornar conhecida uma região sobre a qual até hoje, pouco ou nada se tem dito. Amenizando tanto quanto estiver em minhas forças este desprezioso trabalho relatarei as peripécias da viagem mais linda que eu tenha feito através do sertão do Brazil, pois bem sei que a maioria dos leitores prefere a descrição desativada, cujo estylo sendo fluente, deleita e ilumina o espirito simultaneamente (Leal, 1892, p. 8).

Além da disposição das atividades econômicas, a formação do povoado de Currallinho e proximidades também teve a sua história ligada à religião; e, devido à devoção por Nossa Senhora da Abadia os moradores se juntaram e edificaram uma capela em homenagem à santa (IBGE, 2017). Através da Lei nº 253 de 22 de julho de 1903, na gestão do então presidente do Estado de Goiás, José Xavier de Almeida, decreta que a Vila de Currallinho é elevada à categoria de cidade.

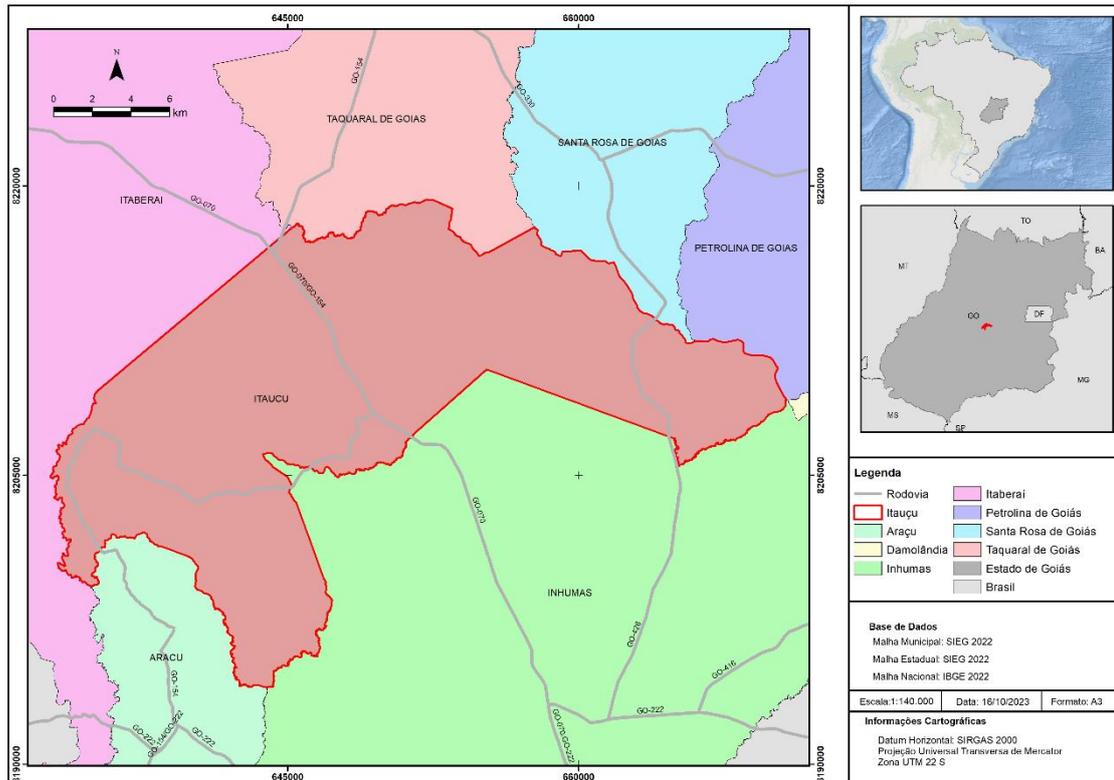
José Xavier de Almeida, presidente do Estado de Goyaz: Faço saber que o Congresso decretou e sanciono a seguinte lei:
 Artigo único. Fica elevada á categoria de cidade a villa de Currallinho, com essa mesma denominação: revogada as disposições em contrário.
 Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução desta lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nella se contém.
 O secretario do interior, Justiça e Segurança Publica a faça imprimir, publicar e correr.
 Palacio da Presidencia do Estado de Goyaz, 22 de julho de 1903, 15º Republica.
 José Xavier de Almeida. Antônio Cupernio Xavier de Barros.
 L.S – Sellada e publicada nesta Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Publica do Estado de Goyaz, em 23 de julho de 1903. – O chefe de secção, Mario de Allencastro Caiado (GOIÁS, 1903).

O presidente ordena a todas as autoridades que cumpram integralmente a nova lei, revogando quaisquer disposições anteriores. O secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública foi instruído a imprimir, publicar e divulgar a lei. O documento foi selado e publicado em 23 de julho de 1903, na Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública do Estado de Goyaz, com a assinatura do chefe de seção, Mário de Allencastro Caiado.

A partir de um dos povoados que surgia com a chegada de migrantes, advindos, em especial dos Estados de Minas Gerais e São Paulo e outros estados brasileiros, está ligada a história do Povoado de Catingueiro Grande¹.

¹ Primeiro nome do município de Itauçu, cuja a sua origem está ligada em virtude da existência de grande quantidade de veados 'catingueiros' nas cercanias (IBGE, 2023).

Imagem 01: Localização do município de Itauçu – Goiás



Fonte: Feito por Daniel Correa / 2023

Atualmente, Itauçu está situada a aproximadamente 60 km a oeste da capital do Estado de Goiás, Goiânia, com regiões geográficas de aproximadamente 16° 12' 02" de latitude sul e 49° 36' 29" de longitude oeste. A cidade faz fronteira com os municípios de Itaberaí, Inhumas, Santa Rosa de Goiás, Petrolina de Goiás e Araçu. Esse posicionamento estratégico não destaca apenas a localização geográfica de Itauçu, mas também evidencia sua relação com os municípios vizinhos, contribuindo para a compreensão de sua importância regional. No mapa acima podemos visualizar esta descrição.

O surgimento da região está intimamente ligado a movimentos de viajantes que trafegavam pela região no princípio do século XIX. A partir de 1911 famílias como a de Ernesto Magalhães (o qual falaremos mais a baixo), do senhor José Netto do Prado e posteriormente a chegada de migrantes paulistas como o casal Senhor Antônio Albino e senhora Alzira Clemente da conceição principiaram a formação do que seria os primeiros núcleos urbanos locais, momento no qual a religiosidade católica expressava uma importância determinante pois a primeira capela erguida em nome de Nossa Senhora da Abadia. Os núcleos populacionais primordiais da região foram então soerguidos principalmente por movimentos de migrantes que se estabeleciam ao lado ou próximos a capela.

Para melhor compreendermos a história de formação do município de Itauçu-Goiás é necessário voltar no período de formação do Povoado de Catingueiro Grande, que ficou sob a jurisdição do Povoado de Currallinho até 11 de outubro de 1948, através do processo de emancipação política estabelecido por meio do Projeto de Lei nº 175, desenvolvido pelo Senhor Bernardo de Oliveira Lobo:

A Assembléia Legislativa do Estado de Goiás decreta e eu promulgo a seguinte lei:
Art. 1º - Fica criado o município de Itauçu, constituído do atual distrito de Itauçu e da zona do povoado de Salobro, com as seguintes divisas:

COM O MUNICÍPIO DE ITABERAÍ:

I - Começa na Serra das Posses, no ponto que confronta a cabeceira do córrego Jaraguazinho; daí, até a sua cabeceira; daí, seguindo seu curso até a sua barra, no ribeirão Anicuns Grande, por este acima, até a sua cabeceira mas alta, onde tem o nome de córrego Rico e Sabiá; desta cabeceira, por uma reta que vai atingir a confluência dos córregos Veado e São Domingos; desta confluência, pela divisa do atual distrito de Itauçu até os limites do município de Jaraguá.

COM O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ:

II - Continuando pela referida serra do Brandão em rumo Sueste até a Serra da Itaboca ou Lagoinha, no ponto de quadrijunção dos municípios de Itauçu-Anápolis-Jaraguá-Inhumas.

COM MUNICÍPIO DE INHUMAS:

III - Começa na Serra da Itabóca ou Lagoinha, no ponto de quadrijunção dos Municípios de Itauçu-Anápolis-Jaraguá-Inhumas; daí segue rumo certo à cabeceira do Ribeirão Capoeirão; daí segue em rumo certo à cabeceira do córrego Ponto Queimado; desce por este córrego até a sua barra no Ribeirão Inhumas; sobe por este Ribeirão até a barra do córrego Taquaral; daí segue em rumo certo à morada da viúva Francisco Bueno; daí segue em rumo certo à barra do Córrego Cerradinho no Rio Meia Ponte; sobe pelo Córrego Cerradinho até sua cabeceira na Serra do Quilombo; segue por esta Serra até confrontar a cabeceira mas alta do córrego Seco ou Fundo; daí segue em rumo certo à referida cabeceira; desce por este Ribeirão até a barra do Córrego Manoel Eleutério.

COM O MUNICÍPIO DE ANICUNS:

IV - Começa na barra do Córrego Manoel Eleutérico com o ribeirão Anicuns Grande; sobe pelo referido córrego até a sua cabeceira; daí pela Serra das Posses, até confrontar a cabeceira do córrego Jaraguazinho.

Art. 2º - O Município de Itauçu constituirá Termo da Comarca de Inhumas.

Art. 3º - A sede do município será a da atual vila de Itauçu, à qual ficam autorgados os foros de cidade.

Art. 4º - A Câmara Municipal de Itauçu se comporá de sete vereadores.

Art. 5º - O Poder Executivo e o Tribunal Regional Eleitoral tomarão as necessárias providências para que o novo município se instale, constitucionalmente, a primeiro de janeiro de 1949.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, aos 11 de outubro de 1948, 60º da República.

JERÔNIMO COIMBRA BUENO / Nicanor de Faria e Silva (Goiás, 1948).

No dia 11 de outubro de 1948, um marco significativo na história do estado de Goiás, foi estabelecido com a promulgação da lei que criou o município de Itauçu (nome de origem tupi-guarani que significa Pedra Grande). Essa legislação, assinada por Jerônimo Coimbra

Bueno e Nicanor de Faria e Silva, delineou não apenas os contornos geográficos da nova entidade, mas também estabeleceu as bases para a sua administração e desenvolvimento.

O primeiro artigo da lei destaca a origem do município, formado a partir do distrito de Itauçu e da área do Povoado de Salobro. As fronteiras com os municípios vizinhos, como Itaberaí, Jaraguá, Inhumas e Anicuns, foram minuciosamente definidas, abrangendo desde serras até córregos e ribeirões. Essa delimitação situou o novo município no contexto geográfico regional e estabeleceu as bases para futuras relações administrativas e sociais com as localidades circundantes.

O segundo artigo da lei destaca que o município de Itauçu constituirá um Termo da Comarca de Inhumas, indicando sua afiliação administrativa e jurídica. Esta medida reflete a estruturação cuidadosa do novo município dentro do sistema legal existente, garantindo sua inserção adequada na ordem jurídica do estado de Goiás.

O terceiro artigo determina que a sede do município seria na então vila de Itauçu, conferindo-lhe os foros de cidade. Isso não apenas reconheceu a importância histórica e cultural da vila, mas também estabeleceu as bases para o crescimento urbano e desenvolvimento local.

A composição da Câmara Municipal, detalhada no quarto artigo, previu a representação política local por meio de sete vereadores. Esse órgão desempenharia um papel crucial na governança e representação dos interesses da comunidade recém-formada.

O quinto artigo revela a determinação para que o município seja instalado constitucionalmente em 1º de janeiro de 1949. Essa medida sublinha a urgência do estabelecimento administrativo e destaca a percepção de crescimento e progresso para Itauçu desde o seu início. Assim sendo, essa lei traçou as fronteiras físicas de Itauçu e estabeleceu os alicerces para sua identidade, estrutura administrativa e desenvolvimento futuro.

Exatos dez anos depois do processo de emancipação política de Itauçu, a região do Povoado de Salobro (que também era chamada São Sebastião do Salobro) através da lei nº 2.106 de 14 de novembro de 1958, ocorreu a criação do município de Araçu:

A Assembléia Legislativa do Estado de Goiás decreta e eu promulgo a seguinte lei:
Art. 1º - É criado o município de Araçu, que se constitui da área territorial do distrito do mesmo nome, do município de Itauçu
Art. 2º - A sede do município será a do atual distrito, a que se atribuem foros de cidade.
Art. 3º - O Termo Judiciário de Araçu, se subordinará à Comarca de Itauçu
Art. 4º - A Câmara de Vereadores de Araçu, até a disposição em contrário, terá sete vereadores.
Art. 5º - Os Poderes Executivo e Judiciário tomarão as providências necessárias à instalação do município criado pela presente lei no dia 1º de janeiro de 1959.
Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Palácio do Governo do Estado de Goiás, em Goiânia, 14 de novembro de 1958, 70º da República.

JOSÉ LUDOVICO DE ALMEIDA
Joaquim Neves Pereira (Goiás, 1958).

Em meio às terras goianas, a cidade de Itauçu desenha sua própria narrativa, impregnada de história, cultura e uma vibrante comunidade. Desde sua fundação, no longínquo 11 de outubro de 1948, o município floresceu como um ponto de convergência entre a riqueza natural e a determinação humana.

Permeada pelas paisagens que contam histórias nas serras das Posses e nas águas dos córregos Jaraguazinho e Veado, Itauçu traz consigo a marca indelével de uma jornada única; é o que podemos perceber nas palavras da professora Águeda Rosa. A professora - Águeda Rosa da Silva Fagundes - é natural de Itauçu, e toda a sua família é originária da cidade de Jacuí, Minas Gerais. Chegaram à região em busca de oportunidades na plantação de café, um produto que dominou a economia da cidade por um longo período.

É importante mencionar que todo o processo histórico de formação do município de Itauçu ocorreu a partir dos primeiros anos da década de 1920, com a chegada de migrantes que se tornaram os primeiros moradores locais, advindos dos Estados de Minas Gerais, Bahia, São Paulo e outros estados brasileiros. No diário de viagem de Oscar Leal, em passagem pela região, é possível identificar o primeiro registro sobre as terras próximas de Currálinho (atual Itaberaí), em que o viajante descreve a paisagem, o clima, e elogia a beleza exuberante da localidade (Leal, 1892).

Nos primeiros anos do século XX, o território onde se localiza hoje Itauçu pertencia a Itaberaí. Segundo Abreu (1978), a partir de 1924:

[o] progresso trouxe, evidentemente, o aumento populacional, obrigando os Poderes Públicos a procederem nova divisão territorial do Estado, quer seja elevando à categoria de cidade as vilas e arraiais já existente, bem como criando novos municípios. Dentro do município de Currálinho que em 1924 passou a chamar-se “Itaberaí”, foram criados seis novos municípios: Araçu, Taquaral, Itauçu, Inhumas, Caturá, Heitoraí. Com a cessão de terras para a formação de novos municípios, a área territorial de Currálinho – Itaberaí -, ficou bastante reduzida, não indo além, hoje, de acordo com dados fornecidos pela Prefeitura Municipal, de hum mil e quinhentos quilômetros quadrados (Abreu, 1978, p. 21).

Antes do desenvolvimento populacional, é importante compreender que o espaço territorial do Povoado de Catingueiro Grande (nome dado à vegetação local, presente no povoado) era conhecido como ponto de parada obrigatória para tropeiros, que traziam da antiga capital do estado (Vila Boa de Goiás), pessoas e mercadorias (Itauçu, 2004). Pelo trajeto da região do Povoado de Catingueiro Grande, a partir de 1924 chegavam ao local as primeiras famílias vindas dos estados de Minas Gerais e São Paulo.

Na região, a economia era regida pela agricultura e pela pecuária. Por ser um espaço extremamente montanhoso, Abreu (1978) nos mostra que:

No resto do município, porém, as terras apresentam contrastes àquelas do subúrbio da cidade. Extensas matarias, vasta pastagem de capim jaraguá, nativo. (...). Com exceção das terras da fazenda de Catingueiro Grande e adjacentes, que hoje constituem o município de Itauçu e que são montanhosas, o terreno do município de Curralinho é de modo geral plano (Abreu, 1978, p. 25).

Pela apresentação da disposição territorial realizada por Abreu (1978), percebemos como eram as terras pertencentes ao município de Catingueiro Grande. Borges (2005) mostra que a história de ocupação do município de Itauçu é marcada pela expansão do espaço produtivo, inclusive que esse processo teria acontecido de diferentes formas:

Catingueiro Grande foi um povoado criado no município de Itaberaí. Coronel Ernesto Baptista de Magalhães, um tropeiro mineiro natural de Caithés, impressionado com a rica e exuberante vegetação da região do Mato Grosso Goiano resolveu comprar uma fazenda no local e aí se instalar, no dia 11 de fevereiro de 1911. Pela fazenda e pela tapera existente no local, ele pagou a quantia de Rs 1.128 \$ 000 (um conto e cento e vinte e oito réis). Antes da chegada do Coronel Ernesto Baptista, a fazenda Três Barras teve como primeiro possessor o senhor Geronimo José Santiago, que vendeu os direitos ao Comendador Felipe Antonio Cardoso, o qual, por sua vez, a transferiu a Matheus Vieira Gonçalves, em 6 de maio de 1845, que a dividiu em duas partes. (Borges, 2005, p. 23).

Borges (2005) menciona a chegada do senhor Ernesto Baptista Magalhães, mineiro da cidade de Caithés, que teria uma importante trajetória na região posteriormente. Em viagem ao local, ele teria se impressionado com a rica e exuberante vegetação do local. Ao se estabelecer como morador, dedicou-se à cultura do café, tornando-se uma personalidade da área e, como era comum na época, a posse de terra emprestava também aos proprietários o título simbólico de coronel, como passou a ser conhecido. Por ser uma das referências da agricultura local e um dos maiores geradores de empregos, logo nos primeiros anos da década de 1910, o senhor Ernesto tinha boa parte do domínio da região, incluindo domínios políticos (Borges, 2005). No entanto, o coronel demonstrava ser contra a formação do povoado:

O coronel Ernesto de Magalhães era contra a formação do povoado, chegando a derrubar a primeira igreja construída, mas, mesmo assim, o povoado cresceu. Em 1932, segundo a descrição de Castro (1933, p. 128) o povoado já contava com 314 pessoas (68 mulheres e 146 homens), de acordo com o recenseamento de maio de 1932. O Major Abel Garcia e Aurélio Galdino de Oliveira, junto com a população local, construiu, em 1929, uma igreja maior (Borges, 2005, p. 25).

Como uma forma de protesto, para que não ocorresse a formação do povoado Catingueiro Grande, o coronel teria encomendado a derrubada da primeira igreja, construída dentro das imediações do território que integrava o povoado. Esta igreja fora construída em

homenagem a Nossa Senhora da Abadia, como uma forma de cumprir uma promessa da devoção da esposa do senhor Abel Garcia, a senhora Alzira, também moradores locais. Depois de um tempo, outra Igreja foi construída no lugar. A região gradualmente passou a ser povoada, as primeiras residências foram construídas, e novos membros passaram a compor o povoado:

Com a chegada da frente pioneira na região do Mato Grosso Goiano, adensa-se a ocupação do campo, os povoados surgem, cidades crescem. Nas levas dos migrantes, vinham também comerciantes. Os primeiros comerciantes do povoado de Catingueiro Grande foram Gabriel José, Gentil Oliveira e Antônio Drummond. Com a chegada destes comerciantes, surge, aos poucos, na região, uma situação inédita: a inevitabilidade de construir um orçamento para enfrentar as necessidades comerciais de compra e venda, já que os bens de consumo antes adquiridos por meio de troca passam a ser adquiridos pela venda. Há, então, uma reorganização da vida familiar, os bens de consumo, produzidos no âmbito doméstico, começam a ceder lugar a substitutos proporcionados pelo comércio (Borges, 2005, p. 26).

Comerciantes advindos de outros locais criaram vínculos com a região e estabeleceram as suas raízes. Consigo trouxeram o comércio, como uma forma de facilitar as atividades dos moradores da região, em especial para aqueles que moravam na região da zona rural. Os comerciantes foram estabelecendo residência no povoado para a criação de elementos que simbolizariam o progresso (Borges, 2005).

Uma imagem que remonta a meados da década de 1930 revela o comércio estabelecido pelo senhor Gabriel José² na região, marcando a chegada dessa atividade ao Povoado de Catingueiro Grande, conforme apontado por Borges (2005). A casa de secos e molhados, administrada por Gabriel, distingue-se por suas mercadorias vindas do Estado de São Paulo, cuidadosamente selecionadas pelo próprio comerciante, como destaca o relato de José (2017).

Esse estabelecimento comercial não representava apenas uma fonte de abastecimento para a comunidade, mas também refletia a conexão entre diferentes regiões do país, evidenciando a influência e a importância do comércio local na dinâmica socioeconômica de Catingueiro Grande.

²Um dos primeiros comerciantes, recém-chegado com mais 11 irmãos do Líbano, localizado na região de Itauçu com sua casa de secos e molhados, situado no centro da cidade, nas proximidades da Casa da Ponte.



Imagem 02: Casa de Secos e Molhados do Senhor Gabriel José na década de 1940.
Fonte: Acervo Pessoal do Senhor Chafi José

Na imagem acima, o Senhor Gabriel José destaca-se no lado esquerdo, usa um terno escuro e uma gravata de tonalidade clara, ladeado por duas crianças. Nesse período, sua atuação no comércio contou com o apoio fundamental de seu filho Chafi José, evidenciado à direita da foto com os braços para trás. À frente do comerciante estão duas meninas, sendo uma delas sua primogênita, Ana Sara José. Além dessas figuras centrais, observa-se a presença de outros homens e policiais na composição da imagem, ressaltando a diversidade de indivíduos que compunham a cena naquele contexto.

A seguir, apresentamos uma imagem do interior do bar de secos e molhados, destacando a presença distintiva do Senhor Gabriel e de seu filho Chafi. Este estabelecimento não servia apenas como ponto comercial, mas também se tornou um atrativo local para homens e mulheres, consolidando-se como um ponto de encontro na comunidade. Além do bar de secos e molhados, a iniciativa empreendedora do Senhor Chafi se estendeu à sorveteria adjacente, ampliando ainda mais a oferta de serviços e consolidando-se como um espaço multifuncional apreciado pela população local.

Imagem 03: Interior do Bar de Secos e Molhados e Sorveteria



Fonte: Acervo Pessoal do Senhor Chafi José

Segundo as memórias de José (2017), em seu livro - Nada é mais como antes -, o interior da casa de secos e molhados traz consigo histórias que são lembradas com saudosismo:

Uma foto tirada no bar do meu pai. Sentado de cartola está o Juiz Distrital João Cardoso, cujo o seu pai, Benedito Cardoso, morava aqui na cidade. De camisa branca, vemos o meu pai. De farda, o sargento Roberto. De suspensório, quase no centro o Lulu. De bigodinho, fininho e preto, à esquerda sou eu. O rapazinho ao meu lado, é o Élcio Albino (José, 2017, p. 89).

Conforme o relato, ao fundo da fotografia, observa-se uma segunda variedade de bebidas, sendo que, segundo José (2017), as garrafas estavam dispostas de cabeça para baixo, característica comum em bebidas estrangeiras. Um detalhe mencionado pelo autor, é que, durante a inauguração de Goiânia, do bar do Senhor Gabriel, foram levadas cerca de 30 caixas de bebidas, evidenciando a relevância e prestígio do estabelecimento.

Uma das casas próximas à Casa da Ponte e a representação do comércio local, era a Casa da Lavoura de propriedade do Senhor Ernesto Garcia.

Imagem 04: Fachada da Casa da Lavoura do Senhor Ernesto Garcia



Fonte: Acervo Pessoal do Senhor Chafi José

A imagem apresenta a Casa da Lavoura, propriedade do Senhor Ernesto Garcia³, na companhia de sua família. Atualmente, o imóvel encontra-se situado nos arredores do salão do Grêmio Recreativo Estudantil Itauçuense (GREI), na Avenida Brasília. Sua estrutura passou por modificações significativas, transformando-se na residência do juiz de direito Doutor Natanael Reinando Mendes. Inicialmente destinada ao comércio, a edificação posteriormente foi adaptada para uso residencial.

Do comércio, conforme destacado por Borges (2005), e com o propósito de facilitar as atividades cotidianas da comunidade itauçuense, não podemos deixar de mencionar a relevância de outros espaços situados nos arredores da Casa da Ponte. Um desses espaços é o GREI, cuja importância é evidenciada pela narrativa de Águeda Rosa, professora aposentada que atuou por muitos anos na comunidade escolar itauçuense.

A entrevista proporciona uma visão multifacetada da evolução de Itauçu e, por meio desse relato, percebemos que as experiências pessoais se entrelaçam aos eventos históricos e transformações na paisagem cultural da cidade.

³ Natural de Cárcere, cidade mato-grossense que faz divisa com a fronteira com o Bolívia, pai da senhora Eney Garcia, responsável pelo cartório civil de Itauçu, entre as décadas de 1940 a 1980. Atuou na região como comerciante.

Águeda Rosa - Olha, pra você ver quantas coisas. O GREI, O GREI arrumaram o GREI, né? Ele se tornou Hoje, Ele é um salão de festa. Eu esperava que nem dava conta. Por isso que a Casa da Ponte arrumou. O GREI arrumou. Né? Então, tem muita coisa que deixaram morrer.

Raissa - A valorização do patrimônio...

Águeda Rosa - desmancharam a capela. A igreja.

Raissa - A primeira igreja.

Águeda Rosa - Era uma gracinha.

Raissa - E isso aí, para você, é o silenciamento da história?

Águeda Rosa - Pois é. Lógico. José Ludovico é para mim também.

Raissa - Entendi.

Águeda Rosa - Porque eu vejo muita gente falando com muita paixão na escola, com muita paixão dessa igreja. Não tive a oportunidade de conhecer. Muita paixão na Casa da Ponte, porque ela entende que é o princípio da história de Itauçu. Porque a gente tem que...

Raissa - Eu falo que toda cidade tem um marco.

Águeda Rosa - Não, lá é a primeira casa de Itauçu.

Raissa - Ótimo.

Águeda Rosa - Primeira casa mesmo. E, na minha opinião, o Sr. Ernesto que fez aquela casa. Agora, pode ter sido outro que eu não sei. Mas, para mim, foi o Sr. Ernesto (ROSA, 2023, informação verbal)⁴

Nesta parte da entrevista com Águeda Rosa, uma discussão se volta para o estado atual de alguns patrimônios históricos em Itauçu. A entrevistada destaca a atuação do GREI como um espaço utilizado pela comunidade para a realização de eventos e festas, tanto ligadas à Igreja Católica, como para festas de cunho particular. Esse espaço foi revitalizado e transformado, evidenciando a importância de preservação e dar novos usos a lugares históricos.

No entanto, a entrevistada também menciona o desaparecimento de outros elementos significativos da história local, como a capela e a igreja, indicando uma primeira falta de preservação desses marcos. O lamento de Águeda sobre o desmanche da igreja ressalta sua percepção de que a preservação desses locais é crucial para manter viva a história de Itauçu.

Ao mencionar a paixão das pessoas pela igreja e pela Casa da Ponte, Águeda enfatiza a conexão emocional e histórica que a comunidade mantém com esses lugares. Ela destaca a importância desses marcos como os alicerces da história de Itauçu, apontando que cada cidade tem seus marcos que simbolizam seu início.

A entrevista oferece uma perspectiva valiosa sobre a relação complexa entre o presente e o passado, destacando a necessidade de preservação e valorização do patrimônio histórico como uma forma de manter viva na memória coletiva a história local.

⁴ Entrevista concedida por Águeda Rosa, a autora em 22. De março de 2023.

Imagem 05: Grupo Escolar José Ludovico de Almeida na década de 1940



Fonte: Acervo Pessoal do Senhor Chafi José

Um dos patrimônios silenciados conforme mencionado pela professora Águeda Rosa, do município de Itauçu, foi o Grupo Escolar José Ludovico de Almeida, construído no final de 1940, com um propósito de atender à população do Povoado de Catingueiro Grande, região essa que se encontrava em desenvolvimento.

Do período da sua construção até o momento que funcionou como escola, passou por algumas reformas: a primeira no governo de Irapuã Costa Júnior, em setembro de 1978; a segunda no governo de Iris Resende Machado em 1985; e, a última reforma ocorreu em 1992, também no governo de Iris Resende. Depois da desapropriação da Escola Estadual, o prédio passou para a responsabilidade do governo municipal, e passou a funcionar a Escola Municipal Visão do Futuro, atendendo alunos da zona rural e da zona urbana do município.

Também, ressalta a importância que era ser aluno do Grupo Escolar José Ludovico. Lembra a total dedicação das professoras, tanto no preparo de grandes festas dentro do espaço escolar, como a festa Junina e também auxiliavam os alunos para o exame de admissão ao ginásio. Relata uma interessante peripécia do cotidiano do Grupo escolar, aonde nunca ninguém havia presenciado uma luta de esgrima entre os zeladores, Pedro Souza Lino e Anita Machado, pois esses dois para essa luta possuíam muita desenvoltura e técnica e em vez de espadas, como armas dessa luta, encontravam-se em suas mãos os espanadores e ambos possuíam o mérito total pela limpeza do Grupo Escolar (José, 2009, p. 32)

A descrição da importância de ser aluno do Grupo Escolar José Ludovico⁵ destaca não apenas o ambiente de aprendizagem, mas também a atmosfera calorosa e dedicada criada pelas professoras. A dedicação das educadoras vai além das atividades acadêmicas, incluindo a organização de eventos festivos, como a tradicional festa junina. Esses momentos festivos promoveram o espírito comunitário e proporcionaram aos alunos experiências memoráveis durante sua jornada educacional.

A ênfase na preparação para o exame de admissão ao ginásio evidencia o comprometimento das professoras em guiar os alunos em seus próximos passos educacionais. Esse suporte vai além da sala de aula, refletindo o papel integral que as educadoras desempenhavam na formação acadêmica e pessoal dos estudantes.

A peripécia peculiar da luta de esgrima entre os zeladores, Pedro Souza Lino e Anita Machado, acrescenta uma nota de leveza e humor ao cotidiano do Grupo Escolar. A escolha incomum de "armas" — espanadores em vez de espadas — destaca a habilidade e a técnica que os zeladores desenvolveram em suas funções de manter o ambiente escolar limpo e organizado. Essa anedota ilustra como a comunidade escolar poderia se tornar um espaço não apenas de aprendizado formal, mas também de interações únicas e descontraídas entre seus membros, criando um ambiente acolhedor e unido.

Em 2017, um acréscimo significativo ao nome da escola ocorreu para homenagear a Professora Iracema Netto José⁶, a primeira diretora de grupo escolar do município. Sua história, marcada pela busca de uma vida melhor ao lado de sua família, ressoa como um testemunho das aspirações e esforços dedicados à comunidade educacional de Itauçu. A Escola Municipal Visão do Futuro, com sua trajetória educacional, permanece como um símbolo de aprendizado e crescimento para as gerações presentes e futuras.

À medida que o povoado de Catingueiro Grande se expandia, delineava-se a construção do espaço que viria a abrigar o Grupo Escolar José Ludovico de Almeida. Esse crescimento, intrinsecamente ligado ao processo de trabalho na lavoura, refletia não apenas o desenvolvimento físico, mas também a evolução da comunidade local (José, 2017)

O espaço da Casa da Ponte, sendo parte integrante desse panorama em expansão, contribuía para o cenário crescente da região. Nesse contexto, a interconexão entre o

⁵ O prédio do Grupo Escolar José Ludovico de Almeida, foi o prédio que abrigou até meados de 2010, A Escola Estadual José Ludovico de Almeida, a Escola Municipal Visão do Futuro e atualmente, o prédio está sobre a responsabilidade do governo municipal, abrigando as atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social juntamente com o Centro de Referência de Assistência Social de Itauçu.

⁶ Professora do município, logo após a sua chegada da cidade de Jacuí – Minas Gerais, se revezando entre a direção escolar e a sala de aula, deixa o seu legado na educação. Esposa do Senhor Chafi José

desenvolvimento urbano e as atividades agrícolas desenhava uma narrativa única, evidenciando a dinâmica do crescimento do povoado e a importância do Grupo Escolar José Ludovico de Almeida como um centro educacional central para a comunidade em ascensão.

As margens do Rio Meia Ponte, nas proximidades da Casa da Ponte, evocam uma atmosfera nostálgica para a população local. Nos dias ensolarados, as famílias se reuniam para desfrutar de momentos de lazer à beira da água. As águas calmas do rio ofereciam oportunidades para diversas atividades, desde piqueniques tranquilos até mergulhos revigorantes.

Esses momentos à beira do rio eram valorizados como uma pausa revigorante na rotina diária, proporcionando uma oportunidade para a comunidade se reunir e desfrutar de momentos simples de descontração. A Casa da Ponte, situada nas proximidades, testemunhava essas experiências, tornando-se parte integrante das lembranças da comunidade.

Imagem 06: Encontro de Professoras às margens do Rio Meia-Ponte na década de 1950.



Fonte: Acervo Pessoal do Senhor Chafi José

Os encontros nas tardes de domingo, compartilhando momentos de diversão entre famílias e amigos, proporcionaram uma pausa revigorante nas responsabilidades diárias. O teatro e os piqueniques adicionaram uma camada extra de entretenimento, destacando a diversidade de interesses e habilidades presentes na comunidade (José, 2009).

Esses momentos de lazer fortaleceram os laços entre as professoras e contribuíram para a coesão social em toda a população. Por meio dos encontros à beira do Rio Meia-Ponte, a comunidade de Itauçu identificou uma oportunidade para celebrar a vida, compartilhar experiências e fortalecer os vínculos que transcendiam as fronteiras formais da sala de aula. Essa tradição enriqueceu a vida das professoras e adicionou uma dimensão especial à rica perspectiva cultural e social da cidade.

Imagem 07: Piquenique às margens do Rio Meia Ponte na década de 1940



Acervo Pessoal do Senhor Chafi José

A fotografia acima, tirada em 1942, mostra amigos, familiares, parentes, em um momento de descontração (José, 2009).

Essa fotografia foi tirada em 1942, perto da nascente do Rio Meia Ponte. A nascente do Rio Meia Ponte já foi palco de reuniões entre familiares e amigos, segundo depoimentos era comum as pessoas se reunirem nesse local, para poderem colocar a conversa em dia, descansar da rotina puxada de uma semana intensa de trabalho. Isso era algo que sempre fazia parte da rotina da população itauçuense. O Senhor Chafi José relata que este era um dos melhores momentos de lazer das famílias, homens e mulheres reunidos em um mesmo espaço, compartilhando de histórias boas ou ruins, mas sempre comemorando o fato de estarem perto dos familiares e amigos. Na

imagem é possível ver que as pessoas, homens, mulheres e crianças, estavam bem à vontade, isto fica evidente pela maneira em que se colocam diante da câmera fotográfica pelas roupas que usam, pelos chapéus para proteger-se do sol e pelas roupas que aparentemente parecem ser confortáveis (José, 2009, p. 65).

A fotografia de 1942, capturada nas proximidades da nascente do Rio Meia Ponte, documenta um momento específico no tempo e oferece uma visão vívida da tradição e do lazer na comunidade de Itauçu. A nascente do Rio Meia Ponte, além de sua importância geográfica, tornou-se um palco para encontros sociais e momentos de descontração para os moradores locais.

De acordo com os relatos, as reuniões nesse local eram uma prática comum, em que as pessoas conversavam e descansavam da intensa rotina semanal de trabalho. Esses encontros à beira do rio eram mais do que simples momentos de lazer; eram celebrações da comunidade, oportunidades para fortalecer laços familiares e amizades.

O depoimento do Senhor Chafi José destaca a importância desses momentos de lazer, haja vista que ele os descreve como alguns dos momentos vividos pelas famílias itauçuenses. Homens, mulheres e crianças compartilhavam um mesmo espaço, envolvidos em conversas que iam desde histórias animadas até relatos mais solicitados. A imagem revela uma atmosfera descontraída, com pessoas usando roupas confortáveis e chapéus para se protegerem do sol, refletindo a informalidade desses encontros.

Essa tradição de se reunir perto da nascente do Rio Meia Ponte, registrada na fotografia, resgata um momento específico e ilustra a importância de espaços naturais como eventos de conexões humanas e de momentos de felicidade compartilhados. Essa prática contribui para a cultura de Itauçu, deixando uma marca na memória coletiva da comunidade.

Além de ser um epicentro de momentos de lazer, a Casa da Ponte tem a seu lado um espaço adjacente que desempenha um papel crucial nas festividades da comunidade. Esse local, harmoniosamente integrado à beleza natural circundante, é palco de celebrações que unem os moradores de Itauçu em ocasiões especiais.

Durante festividades comunitárias, a área próxima à Casa da Ponte ganha vida com atividades que refletem a rica tradição cultural da região. Seja durante festas tradicionais, eventos folclóricos ou comemorações sazonais, esse espaço torna-se um ponto de encontro festivo, onde moradores de todas as idades se reúnem para celebrar em conjunto. O Grei (Grêmio Recreativo Estudantil de Itauçu), local antes usado pela comunidade e ainda mostra que juntamente com a Casa da Ponte, é considerado pela população local um patrimônio local.

Anteriormente, esse lugar que sediava as touradas⁷ (José, 2009). E, atualmente, o espaço pertence à Igreja Católica, e é utilizada para a realização de festejos e também um espaço usado pela comunidade local.

Imagem 08: Grêmio Recreativo de Itauçu – 2009



Fonte: Foto do Acervo Pessoal do senhor Jorge Belim

A valorização do Grêmio Recreativo Estudantil de Itauçu (GREI) por parte da professora Águeda Rosa destaca a importância desse espaço como um patrimônio cultural significativo para a comunidade local. Durante a sua entrevista para esta pesquisa, a professora destacou esse espaço (GREI), que há algum tempo passou por um processo de revitalização e, antes disso, estava sem os cuidados necessários, para que a própria população, pudesse usufruir do espaço.

Olha, pra você ver quantas coisas (...). O Grei, o Grei arrumaram o Grei, né? Ele se tornou hoje, ele é um salão de festa. Eu esperava que nem dava conta. Por isso que a Casa da Ponte arrumou. O Grei arrumou. Né? Então, tem muita coisa que deixaram morrer (ROSA, 2023, informação verbal).

Esse trecho mostra que a entrevistada expressa uma certa surpresa em relação à revitalização do Grêmio. A sua surpresa foi refletir que, se o espaço não fosse revitalizado,

⁷ Festa popular no povoado de Catingueiro Grande, até o final da década de 1940, nas proximidades da Casa da Ponte e o Grei, onde as pessoas de vestiam a caráter. Festa que segundo o registro fotográfico que se tem sobre a referida manifestação popular, lembra a Tourada das Tradições Espanholas.

poderia cair no esquecimento. A entrevistada revela uma preocupação latente com o destino do espaço cultural, o GREI.

Assim como a Casa da Ponte – pelo seu ano de construção que antecede o surgimento do Grei – observamos que o Grei também passou a ser compreendido como um lugar de memória (Nora, 1993), mostrando que a sua preservação se torna vital para a comunidade local. Além disso, esses processos de revitalização mostram a valorização desses elementos para a construção da identidade local. A constatação posterior de que o GREI não apenas escapou do esquecimento, mas foi revitalizado, adiciona um elemento positivo à narrativa. Isso destaca a importância de intervenções ativas na preservação do patrimônio cultural, e a menção à Casa da Ponte, com seu ano de construção anterior ao surgimento do GREI, sugere uma continuidade histórica no compromisso com a preservação desses locais.

A menção de "muita coisa que deixaram morrer" pode indicar uma preocupação com a negligência ou desvalorização de patrimônios culturais. A Casa da Ponte parece ter tido um papel ativo na preservação ou resgate desses elementos culturais. A entrevista sugere que há um problema mais amplo de falta de preservação e respeito pelos patrimônios culturais, e o exemplo do GREI é utilizado como ilustração desse fenômeno.

Como se trata de uma região goiana cujos costumes são muito pautados nas práticas simbólicas da cultura rural, muitas casas em formatos de mutirões foram construídas nas dependências do povoado. A primeira residência foi registrada em fotografia, mas não se sabe a autoria da foto abaixo, uma vez que fotógrafos passavam pela região em períodos esporádicos.

Imagem 09: Primeira Casa Construída no Povoado de Catingueiro Grande em 1927



Primeira casa construída no povoado do Catingueiro Grande (Itauçu) em 1927

Fonte: Acervo Pessoal do Senhor Chafi José

A casa mostrada na imagem acima já não existe mais, e entre as outras moradias que foram construídas nesse período (antecedente à emancipação política do território) apenas a Casa da Ponte se faz presente na composição do espaço geográfico urbano.

Desde o seu processo de formação, é importante enaltecer que toda a formação histórica do que atualmente compreende-se como o município de Itauçu, foi pautada em uma história sertaneja, por meio da qual provocaram mudanças no modo econômico da região, em especial na agricultura, que antes era somente na modalidade de subsistência. Com a chegada da frente pioneira, comerciantes e trabalhadores locais investiram na modalidade de agricultura de exportação (Borges, 2005).

Essa frente pioneira ganhou o destaque nessa mudança de trabalho, essencial para atrair novos moradores para região e, nesse sentido, destacamos novamente o papel do Senhor Ernesto Baptista Magalhães com o plantio de café, cuja plantação chegou a registrar cerca de 200 mil pés:

Com a chegada desta frente pioneira, inaugura-se uma nova modalidade de agricultura na região, agora não só cultivada para a subsistência, mas, também, para a exportação. A expansão do mercado capitalista força o trabalhador rural a multiplicar seu esforço físico; antes, a par do trabalho agrícola, ele podia se ocupar, também, com a vida comemorativa, a vida mágico-religiosa, a pesca e a caça. Na década de 1930, o coronel Ernesto Baptista Magalhães tornou-se o maior produtor de café do estado de Goiás, com uma lavoura de 200.000 pés de café. Em 1929, ele havia instalado em sua fazenda uma turbina de trinta cavalos que gerava energia para sua fazenda, movia uma serraria e máquinas para beneficiar café, além de fornecer energia elétrica a algumas casas do povoado (Borges, 2005, p. 26).

Juntamente com o café, vieram no período de instalação do povoado outras conquistas, como em 1929, quando Itauçu recebeu a primeira usina hidrelétrica. Devido à indústria de beneficiamento do café, que chegara à região, o café nessa época passou a ser exportado até para o seu principal comprador, os Estados Unidos.

A visita do então presidente da república Getúlio Vargas ao município de Itauçu veio juntamente com o compromisso firmado pelo lançamento da Pedra Fundamental da nova capital que surgia, a cidade de Goiânia. Getúlio havia sido convidado pelo interventor Pedro Ludovico Teixeira para conhecer Itauçu.

Imagem 11: Visita de Getúlio Vargas e Pedro Ludovico Teixeira em Itauçu, na década de 1930



Fonte: Acervo Pessoal do Senhor Chafi José.

Na foto, o presidente Getúlio Vargas está ao centro e de costas, juntamente com Pedro Ludovico Teixeira, em conversa com o senhor Ernesto Baptista Magalhães (de terno claro, com chapéu em uma das mãos). Pouco antes da visita, uma forte geada havia atingido a região, matando a plantação de café. Ernesto queria desenvolver outra modalidade econômica, a pecuária e, para tanto, estava em busca de um financiamento junto ao Banco do Brasil. Em nome da amizade que Ernesto e Pedro Ludovico tinham, o interventor goiano trouxe Getúlio para conhecer a plantação e autorizar o empréstimo, que fora aprovado (José, 2017). Conforme Borges (2005):

O desempenho das lavouras de Catingueiro Grande levou Durval de Castro (1933, p. 126) a acreditar que em breve esta localidade seria o seleiro abastecedor da Capital e das cidades vizinhas Itaberaí e Inhumas. A fazenda do coronel tornou-se uma das fazendas-modelo do estado. Possuía três casas-sede e inúmeras casas de colonos. Na fazenda, funcionava o sistema de 'barracão' – venda de alimentos aos colonos, anotadas em fichas. A prática de pagamento do trabalho por meio de 'vales do barracão', cupons a serem trocados por mercadorias vendidas no armazém da própria fazenda, geralmente lesava o trabalhador rural, pois os preços das mercadorias vendidas neste local eram consideravelmente mais altos do que no mercado local, o que fazia com que os trabalhadores rurais ficassem totalmente dependentes do salário que recebiam e, quase sempre, endividados com os patrões pelas compras no barracão (Borges, 2005, p. 27).

O empreendedorismo do senhor Ernesto Baptista Magalhães, aos poucos, foi deixando a sua marca na história itauçuense, e a sua fazenda de café passou a ser reconhecida dentro do Estado de Goiás. De acordo com Borges (2005), a fazenda possuía três casas-sedes, além das

inúmeras casas que eram destinadas aos seus colonos, e o espaço de compra de produtos que serviriam como bens necessários às próprias sobrevivências.

Conforme mencionado por Borges (2005), entende-se que o declínio do ciclo do café em meados da década de 1940, ocorreu após uma forte geada que atingia a região nesse período e prejudicou a plantação, obrigando o coronel Ernesto a mudar de ramo. E, conforme a narrativa do senhor Chafi (2017): “Pelo que era, o rei do café, caiu de uma vez. A primeira geada acabou com os cafezais”.

Com as vendas de suas terras, o senhor Ernesto Magalhães, foi morar na cidade e, até a sua casa que estava sendo construída ficasse pronta, ele residiu no imóvel que atualmente é a Casa da Ponte. Em um primeiro momento, o então proprietário, o senhor Gabriel José (dono da casa de secos e molhados), não queria vender o imóvel, mas posteriormente, com a intenção de melhorar a sua loja⁸, acabou por vender a Casa da Ponte ao seu Ernesto e Família (José, 2017).

A fazenda do senhor Ernesto também se fez de parada obrigatória para recepcionar figuras de grande envergadura da política nacional dentro do município de Itauçu. De acordo com José (2017), personalidades da política brasileira que passaram por Itauçu, deixaram as suas marcas, mesmo que de forma breve. Outro exemplo, além de Getúlio foi a visita do ex-presidente da república, Juscelino Kubistchek, que veio para realizar uma das campanhas ao Senado Federal por Goiás, logo nos primeiros anos da década de 1960, na gestão do prefeito doutor Wilson Costa.

Ainda explorando as memórias do Senhor Chafi, juntamente com as suas fotografias, na qual exibia com tanto orgulho, esse registro para o mesmo, era um tanto quanto especial, sendo então o segundo presidente da república em terras itauçuenses.

⁸ Aos leitores de Itauçu, a loja do Senhor Gabriel José, é atualmente, a Associação dos Idosos de Itauçu, juntamente com a casa se que encontra acima, e a sua residência era a casa abaixo da Associação, na avenida Belo Horizonte (avenida principal da cidade).

Imagem 12: Visita do ex-presidente Juscelino Kubistchek para a candidatura ao Senado Federal.



Fonte: Acervo Pessoal do Senhor Chafi José

A foto acima (único registro dessa visita) foi tirada durante uma campanha eleitoral ao Senado Federal, logo nos primeiros anos da década de 1960. Juscelino estava em travessia pelas cidades goianas. A foto foi tirada junto ao senhor Bernardo de Oliveira Lobo⁹:

No meio da foto, sabe quem é? Sim, é o presidente Juscelino Kubistchek. Do lado dele, em ordem o doutor Wilson Costa, o Carlito, o Jerônimo Bailão e o Anibal. E do lado esquerdo, seu Bernardo, o Dito do Ilídio, o Ilete Bueno e o Dário Garcês. Ao fundo, me esqueci o nome do homem, ele queria muito conhecer o Juscelino, mas o povo ficou na frente. Alguém lhe falou para ficar na janela para ao menos sair na fotografia. JK, como é conhecido o então presidente, fez o comício em cima do meu caminhão, porque não tinha palanque nem nada. O prefeito me chamou e perguntou como iríamos fazer. Eu tive a ideia de descarregar o caminhão, para fazer o comício, em frente a rodoviária antiga (José, 2017, p. 74).

A história de Itauçu, desde o seu processo de emancipação política, teve como um de seus colaboradores de todo o processo o senhor Bernardo Lobo de Oliveira, genro do senhor Ernesto Baptista Magalhães, que usava do seu patrimônio para administrar a cidade (Borges, 2005).

Dentro desse cenário foi construída uma história que resulta na formação de lideranças pioneiras locais, como a do senhor Ernesto Baptista Magalhães, a de Bernardo Lobo de

⁹ Nome idealizador do momento da Emancipação Política do Município e genro do senhor Ernesto Magalhães

Oliveira, a de Ary Demosthenes de Almeida, que no final da década de 1950 foi deputado estadual e secretário no governo Mauro Borges.

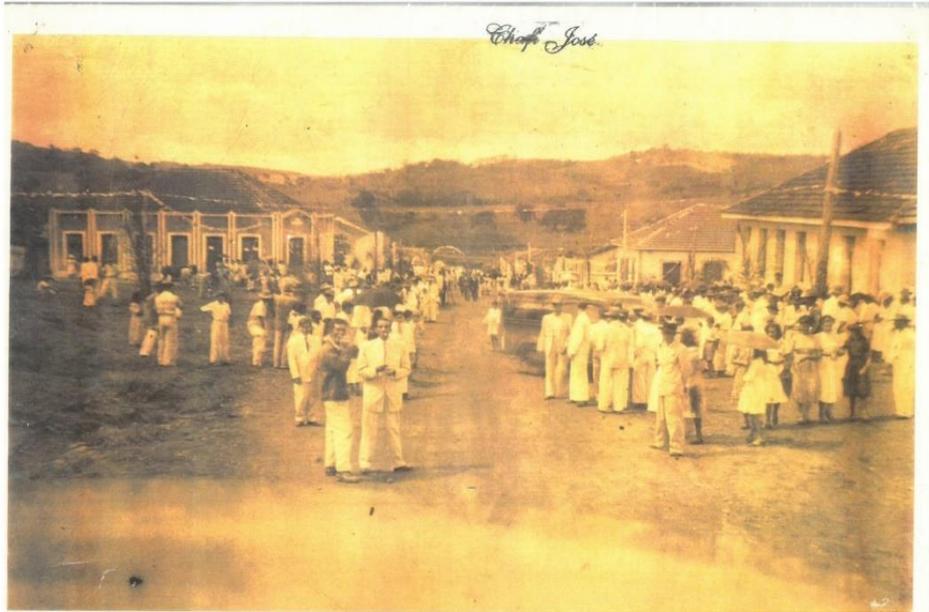
No contexto histórico itauçuense não se pode deixar de enaltecer a importância do senhor Bernardo Lobo de Oliveira, por seu empenho em prol do processo de emancipação, ocorrido através do projeto lei nº 175 de 11 de outubro de 1948. Por meio desse processo, o Povoado de Catingueiro Grande foi elevado à condição de cidade, o que representa um marco para aquela cidade que surgia.

Recontar a história do município de Itauçu, durante essa pesquisa, foi uma busca incessante por documentos que legitimassem as narrativas locais. Desta forma, em uma pesquisa feita no arquivo Frei Simão, localizado na cidade de Goiás, encontramos uma ata de reunião do caderno de autógrafa sobre a passagem do Prefeito Bernardo de Oliveira Lobo, em 28 de junho de 1949. Conforme consta no documento, o “Prefeito Municipal de Itauçu, comunicando que assumirá as rédeas daquele município¹⁰”; dentre os demais assuntos tratados nessa reunião, está a leitura do ofício nº 8, apresentado durante esse encontro na Câmara Municipal de Goiás / Goiás.

A imagem 13, logo abaixo é, segundo José (2009), o momento em que a notícia da emancipação política circulou entre a comunidade. Notemos que não existia nem asfalto e nem calçamento.

¹⁰ Registrado no Caderno da Ata nº 02 (1948-1949), sobre o comunicado do ofício nº08, apenas sendo localizado o registro desse ofício relatado em ata no caderno de autógrafos. Atualmente localizado no arquivo Frei Simão Dorvi em Goiás – GO.

Imagem 13: Dia 11 de outubro de 1948. Emancipação Política de Itauçu.



Fonte: Acervo Pessoal do Senhor Chafi José

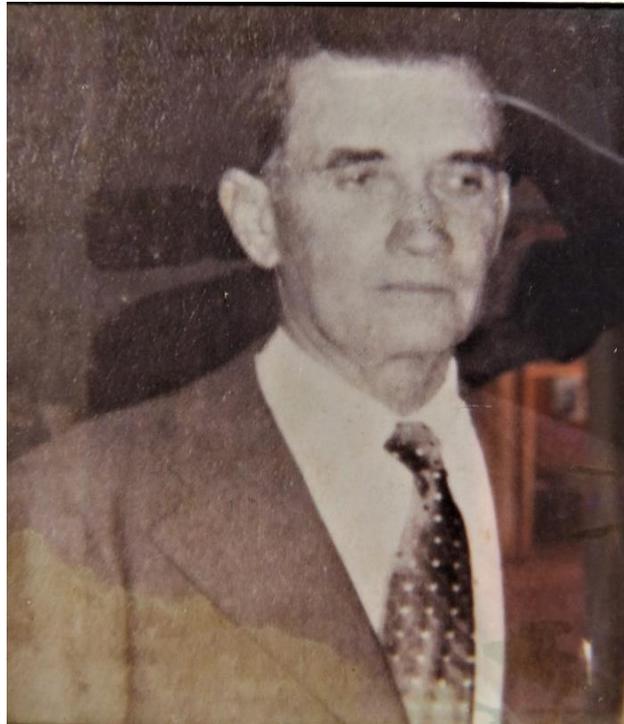
Em 2023, Itauçu celebrou 75 anos de emancipação política. Nesta trajetória a figura do senhor Bernardo Lobo de Oliveira merece destaque. Como mencionamos, de povoado, o local elevou-se a município batizado Cruzeiro de Sul, e posteriormente rebatizado de Itauçu. Pela memória de populares, as lembranças do senhor Bernardo apontam um homem rígido, e que demonstrava disposição pelo lugar em que viveu e ajudou com o seu desenvolvimento e estabelecimento da nova cidade, conforme podemos perceber nos relatos de Coelho (2001):

Este cidadão, do qual me refiro, chamava-se Bernardo de Oliveira Lobo. E, aos poucos, este jovem transformou-se no maior líder do povoado. Pois, sua luta para transformar este em distrito, foi constante e até certo ponto perigosa. Segundo sua filha Dona Wilma “seu pai não media esforços, arriscava a própria vida por Itauçu, usava seus bens particulares em prol da cidade. Pouca gente tem o ideal que ele tinha e pena que foi esquecido”, queixa-se Dona Wilma. Eu, particularmente, tive o privilégio de conversar algumas vezes com o senhor Bernardo Lobo e até de entrevistá-lo sobre a origem de Itauçu, que, apesar de na época contar com mais de noventa anos, continuava lúcido. Conversamos sobre suas lutas pelo progresso do município, que ele fazia questão de contar e gostava, quando alguém se interessava por suas histórias. Porém, o historiador José Maria Gomes, que o entrevistou muito mais que eu, descreve-o como “um genro meio espinhoso, que não submetia muito à vontade do sogro e que por diversas vezes convenceu-o a ajudar o povoado”, como aconteceu com a energia elétrica que foi levada da usina de propriedade particular do senhor Ernesto, para as casas do povoado (Coelho, 2001, p. 35-36).

Segundo Coelho (2001) que conduziu diversas entrevistas com moradores locais, Bernardo era um homem de personalidade forte que não se submetia facilmente às vontades do sogro. Ele também nem sempre era bem visto por não atender às necessidades de pessoas por ele assistidas; no entanto, o mesmo autor destaca que ele se tornou a maior liderança política

do município e, com o ato de emancipação local, ele se tornou o primeiro prefeito de Itauçu, que começava a assumir seus primeiros passos identitários enquanto município.

Imagem 14: Bernardo de Oliveira Lobo



Fonte: Acervo Pessoal do Senhor Bernardo Lobo de Almeida

Realizamos uma entrevista, em junho de 2023, com o senhor José Maria Gomes, morador da comunidade desde o período da sua infância. Esse senhor assumiu o cargo de Secretário da Educação durante a gestão do então prefeito Manoel da Anunciação, e atualmente é servidor da Secretária de Estado da Fazenda. Durante seu relato, o Sr. José mostra a importância de Bernardo Lobo de Oliveira para o desenvolvimento do município e evidencia que se não fosse o pulso firme do novo prefeito, Itauçu não teria dado os seus primeiros passos como um município novo na região.

Em tempos passados, quando Itauçu ainda era conhecido como o Povoado de Catingueiro Grande, testemunhamos uma estrutura espacial em ascensão, indicando um período de construção do progresso na região. Nesse cenário, a Casa da Ponte, além de servir como a residência do Senhor Ernesto, revela-se como um símbolo significativo. Ao analisarmos mais profundamente, percebemos que essa evolução foi gradual e não apenas física, mas também teve implicações profundas nas vidas da comunidade (Coelho, 2001)

Esse espaço, de fato, atende a uma necessidade de se ter um lugar para reuniões e acolhimento das pessoas que, nesse momento, além do vínculo empregatício, se organizam na forma de mantenedores de cultura e memória, parceiros dentro do contexto político em prol do desenvolvimento da região.

Em entrevista, o senhor José Maria fala sobre a relação do senhor Bernardo com a política no Povoado de Catingueiro Grande:

Quando eu cheguei aqui, Bernardo de Oliveira Lobo. (...) Não, isso que eu quero dizer se não fosse o Bernardo Lobo Itauçu não teria ido a frente não deixaria de ser catingueiro grande, certo. (...) Se não fosse o Bernardo pra você ter uma ideia ele entrou pra política ele era ele era viciado em política. E supermilionário. Milionário. Morreu não tinha uma sepultura pra colocar o corpo dele (GOMES, 2023, informação oral)¹¹.

Sua habilidade de articular ideias, unir pessoas e promover projetos transformadores fez com que a comunidade o reconhecesse como líder. Segundo o que aponta Coelho (2001) em tom de pessoalidade, o senhor Bernardo conquistou o respeito e o apoio de seus concidadãos, e sua dedicação ao progresso do município o tornou uma figura inspiradora para todos. Para o Senhor José Maria Gomes, o compromisso de Bernardo Lobo em enfrentar desafios e superar obstáculos com sabedoria e empatia demonstra a capacidade de liderança excepcional para Itauçu.

O próprio ato de emancipação política do povoado de Catingueiro Grande ocorreu por teimosia e muita persistência do senhor Bernardo, como relata José Maria Gomes:

Eu vou dizer uma coisa pra você. Você escreve emancipação? Não. Itauçu emancipou-se em razão da teimosia do Bernardo Lobo. A verdade é essa, né? Isso aqui era uma corrutelinha, currutelinha mesmo. Você imagina você imagina eu vou te dar um geograficamente um uma referência aqui. O açougue do Zé Léo ali ó na praça ali ó (GOMES, 2023, informação oral).

Pelas memórias do senhor José Maria, atualmente, a referência geográfica sobre os limites da cidade corresponde ao final da Avenida Belo Horizonte (principal avenida da cidade), até as imediações da praça que se localiza a Igreja de Nossa Senhora da Abadia e São Benedito (conhecida como a praça da Matriz).

A emancipação de Itauçu, impulsionada pela teimosia de Bernardo Lobo, teve um impacto significativo na região, transformando a perspectiva desse novo município em desenvolvimento. Esse ato pioneiro demonstra a importância de dar os primeiros passos em

¹¹ Entrevista de José Maria Gomes concedida a autora em junho de 2023.

direção à autonomia política, abrindo caminho para a criação de uma cidade que antes era apenas um pequeno povoado.

Nesse contexto, a Casa da Ponte surgiu como um epicentro das políticas cardíacas que atuaram na emancipação de Itauçu como município. Além de ser a residência da respeitável família do Senhor Ernesto, a casa tornou-se um ponto estratégico de encontros políticos e discussões que visavam o desenvolvimento e a independência da cidade (José, 2017).

As habilidades políticas do Senhor Bernardo de Oliveira Lobo, aliadas à sua influência e conexões com outros líderes, foram fundamentais para traçar o caminho da emancipação. Ao acolher essas reuniões políticas, a Casa testemunhou a fervorosa dedicação de indivíduos que, mesmo diante dos desafios, uniram-se no prol do crescimento do Itauçu (José, 2017).

Mesmo com a confiança de homem severo, é inegável considerar os feitos realizados pelo Senhor Bernardo em benefício do Itauçu. Seu legado vai além das paredes da Casa da Ponte, alcançando o status de um dos protagonistas na trajetória de autonomia do município. A Casa, assim, não apenas preservou memórias familiares, mas também se tornou um símbolo de luta coletiva por um futuro independente e próspero para Itauçu.

Essa parceria entre sogro e genro (Senhor Ernesto e Senhor Bernardo) ocorreu até os últimos dias de vida do Senhor Ernesto. O seu falecimento foi ocasionado por um câncer, e o seu enterro ocorreu na cidade de Goiás em 1958 (José, 2017).

Ademais, a família do senhor Bernardo esteve sempre envolvida no cenário político goiano: além de sua proximidade com o senhor Ernesto, o senhor Bernardo Lobo seu genro, Ary Demosthenes de Almeida foi deputado estadual durante o governo Mauro Borges. Essas relações demonstram o tino político da família, o que repercutiu também na vida social e cotidiana da cidade de Itauçu. A Casa da Ponte serviu de moradia para o Senhor Ernesto até seus últimos dias de vida e, posteriormente, também foi moradia de seu concunhado, Verciley Saraiva. Esses fatos foram narrados pelo Senhor José Maria Gomes:

Verciley Saraiva ele era concunhado do cunhado Bernardo Lobo que era também casado com uma filha do seu Ernesto Magalhães (...) - Só ele e a esposa. Parece que tem um filho da esposa dele que mora em Goiânia que é vivo (...) 'Uhum'. Não deu no no no no no não posso fazer isso porque, Verciley era um tão avesso aqui na cidade o que tinha o Bernardo Lobo de popular, tinha o Verciley de avesso a população o Verciley era comum comentar se ele vier no carro dele aí você sai da rua ele passa por cima hum, ele era besta era o homem mais fechado, mas só ele conta se eu não estava (GOMES, 2023 informação oral).

A partir das memórias do senhor José Maria Gomes, é importante mencionar que Verciley era conhecido na cidade por ter uma personalidade bastante peculiar. Enquanto

Bernardo Lobo era popular entre a população local, Verciley era visto como o oposto, não sendo muito querido pela comunidade. Comentava-se que, quando ele estava dirigindo seu próprio carro, as pessoas precisavam sair da rua, pois ele passaria por cima delas sem hesitar. Verciley era considerado um homem fechado e muitas vezes era visto como estranho pelos moradores locais, mas essas histórias são contadas apenas quando ele não estava presente.

Entre as histórias dos moradores do respectivo imóvel, é essencial lembrar que Itauçu também tem sua história marcada por festas, especialmente as de caráter religioso. Por estar localizada a apenas duas ruas da praça da matriz em Itauçu, a Casa da Ponte tinha uma posição privilegiada em relação a esses eventos. Essas festas envolviam uma preparação detalhada e eram responsáveis por momentos especiais, especialmente as de tom religioso em honra aos padroeiros da cidade: Nossa Senhora da Abadia e São Benedito. Ao longo dos anos, essas comemorações ocorriam no período determinado na segunda quinzena do mês de agosto, trazendo consigo grande expectativa e participação da comunidade.

Logo após a festa de Itaberaí, a população de Itauçu sempre prepara para uma grandiosa celebração. Desde a década de 1950, essa festa tem atraído pessoas para o município, e sua essência inicial está profundamente enraizada no legado religioso. A população preparava-se em prol desse momento de fé e devoção.

Percebemos que a festa em Louvor a Nossa Senhora da Abadia e São Benedito desempenha um papel crucial nas tradições locais, e, os festejos ocorrem nas proximidades da Casa da Ponte. A procissão em devoção aos santos padroeiros, como ilustrado na imagem abaixo, evidencia a forte conexão entre a Casa da Ponte e as práticas religiosas da comunidade. Esse evento não apenas celebra a fé, mas também destaca a importância da Casa da Ponte como um ponto central para eventos culturais e religiosos em Itauçu.

Imagem 15: Festa em Louvor a Nossa Senhora da Abadia e São Benedito em 1946



Fonte: Acervo Pessoal do Senhor Chafi José

A imagem retrata a grande quantidade de pessoas presentes nesse festejo. Todos aguardavam ansiosamente ao longo do ano por essa festa, especialmente o momento da passagem da coroa para o novo imperador, que seria o organizador da festa do próximo ano.

Essa foto foi tirada em 1946, na Avenida Belo Horizonte, que hoje é a principal avenida da cidade. Além dos carros presentes na imagem, um detalhe interessante são as bandeirolas feitas de papel de seda colorido. Elas eram símbolos que sinalizavam o caminho que o imperador escolhido seguiria até chegar à igreja, que atualmente está localizada na praça da matriz. Ao falar sobre a Festa de Nossa Senhora da Abadia e São Benedito, Sousa (2015) destaca que:

Os festejos de Nossa Senhora D'Abadia e São Benedito estão enraizados na memória do povo de Itauçu, a festa se dá como uma importante celebração religiosa e profana na cidade. Para que se possa conhecer mais sobre as vivências, os saberes e as práticas do cotidiano fixadas no interior da festa são explorados algumas fotografias que estão carregadas peculiaridades, traços e lembranças (Sousa, 2015, p. 33).

Atualmente, a memória dessa festa se mantém como uma importante celebração religiosa, embora tenha perdido algumas de suas peculiaridades ao longo do tempo. Um exemplo disso é a escolha do imperador, que foi substituída por outros elementos. Além disso, com o passar dos anos, a festa passou a incorporar elementos não religiosos, que assumiram um

papel de destaque. Isso pode ser observado nas novas tradições e atividades que foram introduzidas, muitas vezes relacionadas ao entretenimento, diversão e aspectos culturais.

Em relação à localização da Casa da Ponte – Itauçu/Goiás, desde o seu período de construção, em relação à expansão da cidade, o imóvel está em uma posição privilegiada, situando-se a apenas dois quarteirões da praça da matriz, e sendo palco dos percursos ao longo dos anos das procissões em nome dos santos padroeiros da cidade.

No que se refere ao imóvel como componente das lembranças dos moradores, portanto, situando-o como marco memorialístico simbólico da comunidade, José Maria Gomes relembra um momento do período entre a sua infância e adolescência, um fato interessante ocorrido nas proximidades da Casa da Ponte:

Ah você vai, vai me fazer você vai me provocar uma coisa que em mil novecentos Cinquenta e oito, cinquenta e sete, quarenta e oito. Aquela casa do doutor Juvenal na esquina ali da sua rua lá. [...]E vieram o redentor hoje dos padres, redentoristas pra cá fazer as missões né? E aquele cruzeiro que tem na porta da prefeitura certo? Inclusive lá foi colocado ali naquelas missões ali era pasto ali era pasto tinha cemitério abaixo do passo ali na altura da prefeitura aquelas casas por ali tudo estão tudo em cima do cemitério aí ele um padre jovem batina na branca tem uma hora que ele parou a posição subiu em cima do cruzeiro e veio pregando em cima do Cruzeiro por aí pra mim essa foi a mais marcante da religiosidade Itauçuense os pois é mesmo (GOMES, 2023, informação oral).

Outro momento marcante dentro da religiosidade itauçuense ocorreu nas proximidades da Casa da Ponte, localizada um quarteirão acima do imóvel. Foi a passagem de um jovem padre de batina branca, que deixou uma impressão duradoura tanto na casa como em seu entorno. Acompanhamos o padre até as imediações do antigo cemitério, onde atualmente se encontra a sede da prefeitura e algumas casas próximas.

A passagem do jovem padre em Itauçu, durante as décadas de 1950 e 1960, marcada pela realização de missões religiosas, é um episódio de grande importância na história do município. A chegada dos redentoristas para conduzir as missões trouxe consigo um fervor religioso que transformou não apenas as práticas espirituais, mas também a paisagem física da região.

O cruzeiro erguido durante essas missões, localizado atualmente na entrada da prefeitura, representa um símbolo palpável desse período. Antes das missões, a área era descrita como pasto, revelando a possibilidade de um antigo cemitério. A pregação do padre jovem, subindo ao topo do cruzeiro, tornou-se um evento icônico na memória dos habitantes. Esse ato não apenas reforçou os laços da comunidade com sua fé, mas também transformou o espaço físico, conferindo-lhe uma nova identidade.

A importância desse evento não reside apenas na dimensão espiritual, mas também na materialização dessas mudanças. O cruzeiro, como parte do patrimônio exclusivo e religioso, serve como visibilidade desse período. Além disso, as histórias transmitidas por moradores como José Maria Gomes se apresentam para preservar a memória coletiva da cidade, conectando as gerações atuais com o passado.

O cruzeiro, mencionado pelo senhor José Maria ainda existe e está situado na praça Ilete Bueno, em frente à prefeitura. No entanto, encontra-se escondido entre as copas das árvores da praça.

A Casa da Ponte teve sua função original como escola, conforme mencionado por Coelho (2001), mas ao longo do tempo se transformou em uma residência que abrigou nomes marcantes da sociabilidade local; e, atualmente, desempenha um papel importante como um lugar de memória. Além disso, o local tem se tornado um palco para manifestações artísticas e eventos que promovem a interação com a comunidade. A seguir, destacamos a importância desse imóvel como patrimônio cultural local.

1.1.1 O patrimônio cultural itauçuense: A Casa da Ponte – Itauçu / GO

A Casa da Ponte vai além de um simples marco histórico, conforme informado pela própria pesquisa, durante o processo das entrevistas. É importante ressaltar que o imóvel passou por dois processos de tombamento: um em 1992, pelo então vereador José Braga Coelho¹², pedido esse sendo arquivado pela câmara municipal, na época. Somente em 2013, pelo então Bernardo Lobo de Almeida¹³, que o pedido de tombamento foi aceito pela câmara municipal de vereadores de Itauçu. O tombamento é um ato formal de reconhecimento e proteção do patrimônio histórico e cultural e, podemos dizer que foi um passo crucial para salvaguardar essa construção única e as memórias que ela abriga.

É importante destacar que o tombamento é fundamental para a salvaguarda do patrimônio cultural material e não visa apenas a proteção física da estrutura, mas também aponta a necessidade de preservar as histórias e tradições associadas ao local. A criação do

¹² Natural da região de Roselandia, região pertencente ao município de Itauçu, próximo ao município de Santa Rosa de Goiás, foi vereador no mandato do prefeito Antônio Alves de Castro (1989-1992), também professor por diversas escolas da cidade, tanto na zona rural, como na zona urbana de Itauçu, foi professor universitário da Universidade Estadual de Goiás – Campus Cora Coralina e na região de Itauçu, toda a sua família estão envolvidas com as questões agrárias.

¹³ Vereador na gestão do prefeito Moacir Dias Barbosa (conhecido na comunidade como Tulim) entre os anos de 2012-2015, bisneto do Senhor Ernesto Magalhães e neto do Senhor Bernardo Lobo de Almeida, filho do Senhor Ary Demosthenes de Almeida e da Senhora Wilma Lobo. Autor do projeto de lei referente ao tombamento da Casa da Ponte.

museu Casa da Ponte foi uma extensão natural desse compromisso de preservação. Transformar a Casa da Ponte em um museu permitiu a conservação do edifício, bem como a exposição e compartilhamento das ricas narrativas que ela contém.

O tombamento é um ato formal de reconhecimento e proteção do patrimônio histórico e cultural que vai além da mera preservação física; envolve uma avaliação cuidadosa da importância histórica e arquitetônica do bem em questão. Nesse sentido, o tombamento da Casa da Ponte destacou a casa como um bem cultural de valor inestimável para a comunidade de Itauçu, ressaltando sua singularidade arquitetônica e seu papel como testemunho das transformações políticas e sociais locais (Rabello, 2009).

Ao contrário da preservação, que muitas vezes se concentra na manutenção física, o tombamento tem implicações jurídicas mais amplas. Ele confere ao bem cultural um status legal específico, exigindo proteção contra intervenções que possam comprometer sua importância cultural. A criação do museu Casa da Cultura foi uma extensão natural desse compromisso de preservação, permitindo não apenas a conservação da estrutura, mas também a exposição e compartilhamento das ricas narrativas que ela abriga (Rabello, 2009).

Preservação é o conceito genérico. Nele podemos compreender toda e qualquer ação do Estado que vise conservar a memória de fatos ou valores culturais de uma Nação. É importante acentuar esse aspecto já que, do ponto de vista normativo, existem várias possibilidades de formas legais de preservação. A par da legislação, há também as atividades administrativas do Estado que, sem restringir ou conformar direitos, se caracterizam como ações de fomento que têm como consequência a preservação da memória. Portanto, o conceito de preservação é genérico, não se restringindo a uma única lei, ou forma de preservação específica (Rabello, 2009, p. 19).

Com base na definição apresentada por Rabello (2009), o conceito de preservação transcende a ideia restrita de conservação física e se revela como um termo genérico e abrangente. A preservação, nesse contexto, engloba todas as ações empreendidas pelo Estado que visam conservar a memória de fatos e valores culturais de uma nação. É crucial enfatizar esse aspecto, pois, normativamente, existem diversas formas legais de preservação.

Dentro desse panorama normativo, há uma variedade de leis e instrumentos jurídicos que respaldam as ações de preservação. Contudo, a preservação não se restringe apenas à esfera legislativa; ela também abrange as atividades administrativas do Estado, as quais, sem limitação ou conformar direitos, configuram-se como ações de fomento que resultam na preservação da memória cultural. Portanto, a amplitude do conceito de preservação revela-se na diversidade de formas legais e práticas administrativas que são recomendadas para a proteção do patrimônio cultural de uma sociedade.

O Decreto-lei nº 25/1937 destaca-se como um dos mecanismos de defesa mais conhecidos no mundo jurídico para a preservação do patrimônio cultural. No entanto, é fundamental compreender que este não é o único instrumento existente para tal propósito. No âmbito da proteção de diversos tipos de bens culturais que incluem, tanto sítios destruídos e monumentos pré-históricos como aqueles de natureza artística e cultural, a Lei 3.924, de 26 de julho de 1961, desempenha um papel relevante (Rabello, 2009). Essa legislação, em conjunto com o decreto-lei normativa, contribui para estabelecer um arcabouço jurídico abrangente e eficaz na preservação do patrimônio cultural brasileiro.

A discussão sobre a preservação do patrimônio cultural, articulada pelo Decreto-lei nº 25/1937 e pela Lei 3.924/1961, encontra respaldo no artigo 216 da Constituição Federal. Este dispositivo constitucional estabelece as diretrizes gerais para a proteção do patrimônio cultural brasileiro, confirmando sua importância e destacando a responsabilidade do Estado e da sociedade nesse processo. O artigo 216 define o patrimônio cultural como um bem de natureza material e imaterial, que deve ser valorizado e preservado como um elemento fundamental para a construção da identidade nacional. Nesse contexto, os mecanismos legais, como o decreto-lei e a lei mencionada, são recomendados para efetivar as disposições constitucionais, consolidando a proteção do patrimônio cultural como um compromisso coletivo.

A proteção ao denominado patrimônio histórico e artístico mereceu da Constituição de 1988 referência explícita em alguns de seus trechos, dentre os quais destacamos, no momento: Art. 216¹: Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. §1º – O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação (Rabello, 2009, p. 23).

É possível, portanto, identificar que o artigo 216, da Constituição Federal de 1988, define como patrimônio cultural os bens considerados portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos sociais que compõem a sociedade brasileira. O texto constitucional elenca diversas categorias, como formas de expressão, modos de criar, fazer e viver, criações científicas, artísticas e técnicas

O parágrafo 1º do art. 216 enfatiza o papel do Poder Público, em colaboração com a comunidade, na promoção e proteção do patrimônio cultural brasileiro. Dentre as medidas

previstas estão inventários, registros, vigilância, tombamento, desapropriação, e outras formas de acautelamento e preservação. Estas disposições legais visam garantir a conservação e valorização do património, reconhecendo-o como elemento fundamental na construção da identidade nacional.

O ato administrativo do tombamento tem como finalidade a conservação da coisa, aí entendida como bens materiais, sejam eles móveis ou imóveis. Como a coisa é apropriável, objeto do direito de propriedade, são importantes para a análise da fonte constitucional todos os dispositivos da Carta Magna que, direta ou indiretamente, se refiram à propriedade e às suas limitações em função do interesse público. Iniciamos, pois, por abordar a questão da propriedade na Constituição, uma vez que este é um dos aspectos mais críticos do ato de tombamento. O debate sobre esse tema – propriedade – é inesgotável. Entretanto, devemos nos restringir somente a alguns aspectos que, na Constituição, nos parecem importantes sobre o assunto (mormente por não ser esse o tema central de nosso trabalho) (Rabello, 2009, p. 24).

Assim, o tombamento, como um ato administrativo, tem como objetivo - conservar bens materiais, sejam eles móveis e / ou imóveis; assim sendo, torna-se fundamental analisar os dispositivos constitucionais que tratam da propriedade e de suas especificações em função do interesse público.

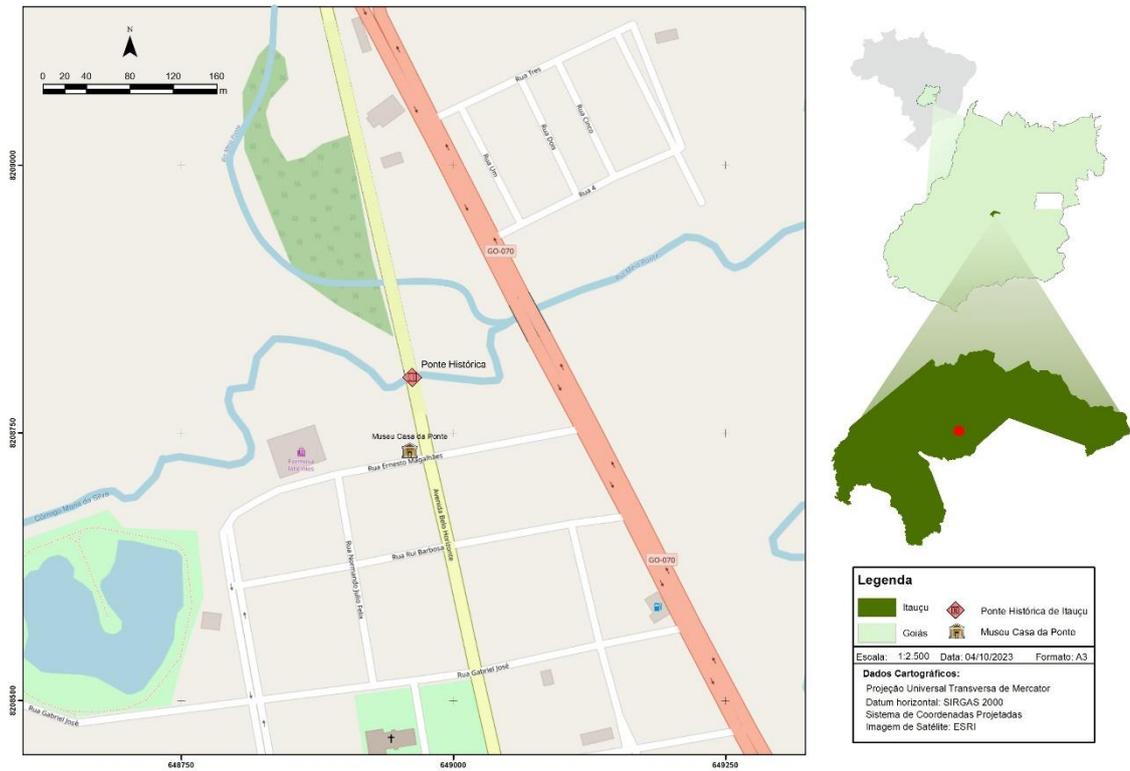
A Constituição Federal aborda a questão da propriedade, um dos pontos críticos relacionados ao ato de tombamento. O debate sobre esse tema é vasto, e, embora não seja o foco central do trabalho, alguns aspectos específicos merecem destaque. A Carta Magna estabelece dispositivos importantes que regulamentam a relação entre propriedade e interesse público, sendo essencial considerar tais elementos para compreender o contexto jurídico do tombamento, estando explícito no artigo 5º da Constituição Federal de 1988.

Pela importância do tombamento para bens culturais materiais sendo eles móveis e / ou imóveis, a Casa da Ponte, pelo município de Itauçu, foi reconhecido através da Lei nº 858 de 20 de dezembro de 2013¹⁴.

A Casa da Ponte está localizada na Rua Ernesto Magalhães, Qd. 02, Lt. 03, esquina com a Avenida Belo Horizonte, saída para o município de Itaberaí, conforme apresentando no mapa a seguir.

¹⁴ Esse assunto continua na sessão 2 deste relatório técnico.

Imagem 16: Localização da Casa da Ponte



Feito por Daniel Correa (2023)

A Casa da Ponte, ao longo de sua história, desempenhou múltiplos papéis que refletem a dinâmica e as transformações sociais do município de Itauçu. Desde os primórdios do povoado de Catingueiro Grande até as declarações da cidade, esse imóvel testemunhou e participou dos eventos que marcaram a trajetória da comunidade. A seguir, destacamos alguns dos papéis desempenhados por essa construção emblemática:

Quadro 1 - Usos Sociais da Casa da Ponte ao Longo do Tempo

Período	Uso Social	Destques
1932	Construção do Imóvel	Serviu como escola até a construção do Grupo Escolar José Ludovico de Almeida.
Década de 1940	Residência do Senhor Ernesto Magalhães	Em meados da década de 1940, serviu de residência para o Senhor Ernesto e Família, até o seu falecimento por volta de 1958.
Década de 1960	Residência Familiar	O senhor Werciley Saraiva residiu no imóvel com a sua esposa.
Década de 1980	Residência Familiar	A Casa da Ponte também foi residência do Senhor Luís Alberto Batista de Moraes (atualmente vereador no município de Itauçu – 2021-2024).

Anos 2000	Situação de Abandono	O imóvel passou a ser propriedade de uma empresa particular com sede no estado de Minas Gerais.
2013	Inspiração para o movimento de preservação do imóvel. O imóvel é reconhecido como patrimônio histórico do município de Itauçu	Lucinda, a partir da foto de Jorge Belim ¹⁵ , e do alerta "Esta casa pede socorro", criou o conto A Casa, em que rememora importantes lembranças e vivências do passado ¹⁶ . No mesmo ano, pelas mãos do então vereador Bernardo Lobo de Almeida, o imóvel, Casa da Ponte – Itauçu/GO, foi tombado.
2014-2015	Processo de desapropriação do imóvel	O processo de desapropriação ocorreu no segundo semestre de 2015.
2016-2017	Processo de Restauro do Imóvel	Iniciou-se, assim, um zelo dedicado ao imóvel que há tanto tempo faz parte do cotidiano da comunidade. Esses cuidados não visam apenas a preservação física da Casa da Ponte, mas também representam um compromisso com a manutenção da identidade histórica e cultural de Itauçu. Essa iniciativa ressalta a conscientização da importância desse patrimônio para as gerações presentes e futuras, consolidando a Casa da Ponte como um elo vivo com o passado e um ponto crucial na construção do futuro do município.
A partir de 2021		Atividades do Museu Foi criado o espaço Museu da Memória Casa da Ponte por meio de um processo que envolveu diversas etapas. A Casa da Ponte finalmente se transformou na Fundação Cultural e Museu da Memória Casa Da Ponte de Itauçu/GO, conforme previsto na Lei Municipal nº 934/015, com respaldo do Decreto nº 146/2016 e registrado sob o CNPJ nº 27.172.051/0001-57. A gestão da fundação é realizada pelo município, responsável pela desapropriação da casa, contando com servidores voluntários nomeados entre os membros do Movimento Casa da Ponte (MCP). Essa conquista foi resultado de uma colaboração efetiva entre o MCP, na gestão do então

¹⁵ Fotógrafo da comunidade, que em seu tempo livre registra o cotidiano.

¹⁶ Uma das precursoras do Movimento Casa da Ponte – e idealizadora de reuniões que discutiram o futuro do patrimônio cultural itauçuense. Formada em Letras, e atualmente mora em Roraima e atua como empresária.

prefeito, Moacir Dias Barbosa (Tulim), no seu segundo mandato. A câmara de vereadores representada por Bernardo Lobo de Almeida e Warlen Rodrigues da Silva na gestão passada, e, na gestão última, pelo presidente Augusto Porfírio Borges. Essa parceria demonstra o comprometimento conjunto com a preservação da história e da identidade cultural de Itauçu¹⁷.

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

No primeiro registro da construção original (único registro desse período de construção), podemos observar que a casa possuía quatro cômodos. Segundo os registros apresentados ela apresentava uma combinação de cores entre azul claro e branco, com um telhado seguindo o estilo colonial. Do modelo original, difere a presença de um alpendre e, na lateral, no sentido da ponte por onde passa o córrego Maria da Silva, em outro momento duas portas foram abertas e área ao fundo, onde tinham tanques em pedra-sabão que não existe mais.

Imagem 17: Construção original da Casa da Ponte / Itauçu-Goiás 1932



Fonte: Acervo Pessoal do Senhor Chafi José

¹⁷ Informações retiradas da página Vamos Salvar a Casa da Ponte – Itauçu / GO, disponível no Facebook: <https://www.facebook.com/acasadaponteitacu/photos/a.370777119779523/967687530088476/>

Antes da procura do senhor Ernesto por uma residência na zona urbana e depois de perder sua lavoura de café, a Casa da Ponte passou por uma única reforma, que realizou na criação de um alpendre e de uma área ao fundo. Uma foto, datada de meados da década de 2010 e capturada pelo fotógrafo da comunidade Jorge Belim, ilustra a condição da casa na época, evidenciando a necessidade de intervenção para sua preservação, pois estava prestes a deteriorar-se. Essa imagem destaca a importância de ações de conservação e restauração para garantir a manutenção desse patrimônio histórico.

Imagem 18: A Casa da Ponte antes do processo de restauro



Fonte: Acervo Jorge Belim

A imagem foi feita a partir do olhar do fotógrafo da comunidade, Jorge Antônio do Couto, popularmente conhecido como Jorge Belim. Em suas caminhadas em momentos de lazer, no ano de 2015, ele registrou fotos da parte interna e externa da Casa, mostrando a situação de abandono da casa, em especial, no interior do imóvel. Essas fotos podem ser visualizadas em sua página na internet¹⁸.

A outra fotografia, do acervo do Wesley Nunes, mostra a situação da casa logo após o processo do restauro, que ocorreu entre os anos de 2016-2017. A foto abaixo foi tirada em 2021.

¹⁸ Página do Flickr do fotógrafo da comunidade itauçuense, Jorge Belim: <https://www.flickr.com/photos/24046253@N07/>

Imagem19: Fachada Atual do Museu da Memória Casa da Ponte



Fonte: Acervo de Wesley Nunes

A Casa da Ponte, um marco histórico da comunidade itauçuense, representa um valioso patrimônio cultural local. Ao longo dos anos, o processo de conservação e preservação desse imóvel tem sido fundamental para manter viva a história e a identidade da região. A comunidade tem desempenhado um papel ativo nesse processo, reconhecendo a importância da Casa da Ponte como um elo entre o passado e o presente. O engajamento contínuo na conservação desse patrimônio contribui não apenas para a memória coletiva, mas também para a construção de um legado cultural duradouro, enriquecendo a experiência das gerações futuras.

Segundo as lembranças do senhor Chafi José, em seu livro - Nada é mais como antes - a construção da casa povoava a sua memória e suas recordações denotavam detalhes da construção. O objetivo maior de seus pais, o casal de libaneses Gabriel José e Sara Antônio José, era que as crianças do povoado de Catingueiro Grande tivessem um lugar para estudar. É importante lembrar que neste momento histórico municipal a educação dessas crianças era de responsabilidade de professores que vinham de Currealinho (José, 2017).

Os detalhes dessa construção foram enaltecidos pelo senhor Chafi José (2017):

A casa onde hoje é conhecida como Casa da Ponte. A foto foi tirada o dia em que se terminou de fazê-la, em 1932. Percebe-se que o modelo original é um pouco diferente do atual, principalmente a disposição das portas. Por exemplo, na fileira de janelas, abriram uma porta, tempos depois. O Antônio Barbeiro quem o fez, para a barbearia.

À época, tinha quatro salas. Assim que eles entregaram a casa para o papai, seu Ernesto pôs um Cartório de Registro Civil na frente dela, na janela frontal direita. Os trabalhadores que fizeram a casa, são os mesmos que fizeram outra para o papai em Ipameri. Dentre eles, tinha o seu João Petro, como era conhecido. Os desenhos do beiral foi ideia dele. Já a inscrição “1932” foi uma ideia do papai, porque a casa da Ipameri era assim. Dos materiais usados, a madeira veio do João Congo e foi serrada na porta da casa, usando serras de mão. Ao lado da casa foi montada uma serraria. A madeira veio do João Congo arrastada por bois. A igreja, que fora construída em 1927, também usou madeira do João Congo (José, 2017, p. 80-81).

Os detalhes apresentados por meio das memórias e relatos do senhor Chafi demonstram como ocorreu a construção de um dos principais patrimônios da cultura material de Itauçu: uma casa que passou a ser representação cultural e histórica da cidade. E, compreender o patrimônio cultural material do ponto de vista conceitual, é uma perspectiva que muda de acordo com as demandas da própria sociedade. Para isso, é fundamental conhecer as orientações em torno das políticas públicas de preservação cultural dentro do território brasileiro (Chuva, 2012).

Uma história que permitiu dentro desse processo de se preservar a ênfase em duas fases que são essenciais nessa trajetória: a primeira é a fase heroica, e a outra fase, a moderna, sobre as quais explicamos com mais especificidade no tópico 1.2 desta dissertação.

Não somente pelo processo de saber realmente compreender que o patrimônio cultural material é evidenciado pela forma de ser preservado em seus mecanismos legais, mas também que há uma construção ainda maior sobre a expansão do que seja o patrimônio. Nas memórias do senhor Chafi José (2017) ele nos mostra que:

Papai veio em 1924. Mas não existia nada por aqui. Ele pôs uma loja porque aqui a produção de café era grande – Coronel Ernesto Magalhães tinha duzentos mil pés de café. Portanto a produção era grande, requeria muita mão de obra. O Antônio Albino, tinha uma fazenda no córrego da abóbora, ao passar por Ipameri falou para o meu pai: - Olha, você poderia vir para a minha fazenda, põe uma loja, porque tem muita gente e não tem nada por lá [...] (José, 2017, p. 12).

Pela chegada de novos moradores, a partir do ano de 1924, a Casa da Ponte funcionando como residência, passou a ser considerada como um símbolo de poder perante as outras casas; ela era considerada uma construção suntuosa. Coelho (2001) evidencia que a afamada Casa da Ponte foi a primeira escola do município; e, foi implementada devido à preocupação com o alto índice de analfabetismo no Povoado de Catingueiro Grande, que crescia de forma acelerada. Sobre esse assunto, Castro (1933) evidencia que:

[a] primeira escola que existiu no Catingueiro grande era municipal, e foi criada a 20 de novembro de 1919, por acto nº 128, pelo intendente Antônio Luiz da Silva Caldas. Foi posteriormente suprimida, dando lugar à estadual. A extinta escola referida, teve como seu primeiro professor o sr. Flavio José de Almeida, descendente directo daquelle que primeiro dirigiu um estabelecimento de instrução primaria em Itaberahy – o mestre alferes João José de Almeida (...) desfructa de uma escola mixta, creada

em 1929, dirigida pela professora-normalista Dona Clarisse Garcia de Lima, auxiliada pela adjunta municipal Senhorinha Olina Vito Berquó. Nella se acham matriculados 60 alumnos, dos quaes 25 do sexo masculino e 35 do feminino (Castro, 1933, p. 129).

Como escola, ali funcionava a turma da professora Odete, natural da cidade de São Sebastião do Paraíso, localizada no estado de Minas Gerais. Por se tratar de uma escola multiseriada, e pela sua construção original ser apenas de cômodos, abrigava a escola do Povoado de Catingueiro Grande. A Casa da Ponte fora escola do povoado, a partir de 1932 até a construção do grupo escolar José Ludovico de Almeida, logo no início da década de 1940.

Imagem20: Turma da Professora Odete na escola localizada na Casa da Ponte.



Fonte: Acervo pessoal do Senhor Chafi José

Sobre a fotografia, pertencente ao acervo do Senhor Chafi José, temos informações apenas sobre o nome da professora, que é a Senhora Odete. Quanto aos alunos que compõem a turma, não há registro de suas identidades, ressaltando apenas que a maioria deles era composta por filhos de camponeses e migrantes que vieram trabalhar nas lavouras de café da região.

A Casa da Ponte ocupa um lugar especial nas memórias dos moradores locais, especialmente durante o período em que foi a residência do senhor Ernesto Baptista Magalhães. A importância dessa casa é ainda mais evidente com a contribuição do senhor José Maria Gomes, em suas lembranças. Conforme esse entrevistado, a casa parecia uma mansão, era um

modelo arquitetônico que destoava das demais casas do povoado. “Porque só eu podia ter uma mansão na cidade. Todo mundo falava isso. (...). Porque a casa era tão assim num padrão tão elevado para a corruptela nossa aqui era, era mansão” (José Maria Gomes – Junho /2023).

A professora Ana Maria Garcia, natural do interior da Bahia chegou ao município ainda criança, cerca de seis anos de idade, e trouxe consigo memórias vívidas sobre a Casa da Ponte e seus antigos moradores, fazendo parte de sua herança familiar, conforme deixado relatado em entrevista, sobre a sua chegada no Povoado de Catingueiro Grande em 1943. Conforme seu relato, eles chegaram ao Povoado “em lombo de animais”, com mais de 30 pessoas da família:

E ao chegarmos grande parte das pessoas foi trabalhar na lavoura e o objetivo mesmo foi este, foi a vinda lá da Bahia, foi até um fazendeiro daqui de Itauçu que foi buscar esses baianos lá, eles precisavam de mão obra pra desmatar e pra lavoura então viemos a família inteira e meus pais ainda jovem nessa época é nós fomos morar em uma casa veja bem uma casa alugada na mesma rua da casa seu Ernesto Magalhães. Hoje casa da ponte. Meu pai foi trabalhar na empresa de seu Ernesto Magalhães. Parece que meu pai teve um emprego melhor. Os outros foram pra lavoura e meu pai foi trabalhar nessa empresa. Essa empresa ficava próximo de Itauçu, ou seja, próximo da casa da ponte é uma distância de um quilômetro e meio mais ou menos. O seu Ernesto era um grande empresário era dono de máquinas era cafeicultor e máquina de beneficiar roupa café, feijão. Inclusive na empresa tinha uma hidrelétrica e foi mexer energia para o funcionamento das máquinas. A máquina era toda trocada com essa energia gerada lá mesmo na empresa. E da energia elétrica excedente quer dizer aquela que sobra que não usava à noite o maquinário é abastecia então a Pequena Cidade Itauçu um pedacinho de nada que existia né? Que Itauçu era então fornecia energia elétrica somente a noite (GARCIA, 2023 informação oral)¹⁹.

A entrevistada relata que a vinda da Bahia foi motivada pela necessidade de mão de obra na lavoura, e um fazendeiro local foi buscar gente para atuar no desmatamento e na agricultura. A família de Ana Maria veio inteira e se estabeleceu em uma casa alugada na mesma rua onde ficava a Casa da Ponte, residência de seu Ernesto Magalhães na época. Seu pai conseguiu um emprego na empresa de Magalhães, já conhecido pela influência como produtor de café. A empresa contava até mesmo com uma hidrelétrica para fornecer energia às máquinas, e o excedente de energia era disponibilizado para abastecer a pequena cidade de Itauçu durante a noite.

A Casa da Ponte serviu de marco histórico para o Povoado de Catingueiro Grande, até o surgimento do município de Itauçu, e, acerca as primeiras memórias dessa casa, está a moradia do Senhor Ernesto Magalhães. A Casa também serviu de residência ao Senhor Werciley Saraiva, que aos olhos de alguns, não tinha o carisma para poder lidar com os moradores do município.

¹⁹ Entrevista de Ana Maria Garcia, concedida a autora em junho de 2023.

Não se pode deixar de enaltecer que esse lugar de memória, para uma boa parte da própria população, está ligado à história do seu Ernesto, ou o ponto de parada do Chico Papo²⁰, que esperava a senhora Ernestina trazer o seu café da manhã, que era leite com farinha de milho.

De toda uma geração, foi o símbolo maior da própria infância, em que as brincadeiras de rua, onde a Casa da Ponte foi o objeto de narrativas que marcaram a infância ou adolescência dessa geração. Moradores que passaram por lá e tiveram uma história, que escutaram vozes e / ou viram vultos dentro do imóvel.

É importante ressaltar que a Casa da Ponte, para a professora Ana Maria Garcia, fez parte do seu crescimento e os detalhes mais importantes ficaram marcados em sua memória: como a Dona Ernestina e a Dona Maria, que sempre as recebiam com presteza, quando iam buscar o leite:

Bem, logo mudamos para a chácara onde funcionava a empresa de seu Ernesto. Já estava lá próximo, já existia uma casa que dava pra gente morar e a casa era bem grudadinha ao maquinário. Portanto fazia muito barulho quando estavam funcionando. A Casa da Ponte faz parte do meu crescimento. Desde a mais terra idade. Eu frequentava esta casa com minha mãe. Buscando leite. Disse que meu pai é funcionário do proprietário da casa. Então a gente tinha livre acesso de ir lá e a dona Ernestina e a dona Maria chamava a gente pra mostrar as flores no quintal, pra mostrar a casa né? Eu como criança observava tudo dentro e fora da casa. Nela, nessa casa morava o seu Ernesto Magalhães que era casado com dona Maria. Os dois já bem idosos. Ele usava cento e terno de linho branco. Naquela época usava muito paletó né? E de linho sobre tudo branco. Mesmo então com muita poeira, não tendo asfalto usava muito terno branco nessa época eu me lembro porque eu tinha dois tios um que era tintureiro que lavava os paletós dos homens né e o outro era alfaiate ele usar também usava e costurava demais ternos, sobretudo de linho branco. E na casa também morava dona Ernestina, filha do seu Ernesto também casada com seu Verciley. Os moradores participavam assiduamente da igreja católica. Bem como das novenas, dos santos padroeiros e dona Ernestina usava muitas joias, muito ouro, muitos colares, muitas pulseiras. Inclusive ela leiloava as suas próprias joias e a própria as a rematava. Coisa mais interessante, né? Ela levava lá pro leilão a caixinha de joias dela e puxa punha o lance, punha o lance e ela colocava o lance maior e ficava com as joias. Então isso era todos os anos ela fazia a mesma coisa e já era e ela já era guardada a novena dela era aquela do último dia aquela que dava mais dinheiro que levava a caixa de joias e gritava o leilão e ela própria arrematava (GARCIA, 2023 informação oral).

Pelas lembranças da professora Ana Maria Garcia, aos arredores da residência do senhor Ernesto, surgem saudosas memórias que envolvem o cotidiano e a rotina da família. Essas

²⁰ Chico Papo era um andarilho que chegou no Povoado de Catingueiro Grande por volta da década de 1930, de estatura mediana, cabelos crespos e na região do pescoço apresentava um caroço que, conforme relatos, era um distúrbio ocasionado pela tireoide. Segundo a professora Ana Garcia, toda manhã ele ficava esperando o seu café da manhã, nas proximidades da Casa da Ponte, leite com farinha de milho. Ressaltando que não se tem registro sobre ele, quem sejam os seus pais, e onde nasceu. É importante ressaltar que também não há nenhum registro fotográfico sobre esse personagem

lembranças revelam que, em suas recordações, há uma mistura de sentimentos nostálgicos e afetuosos.

Seu Ernesto Magalhães, morador da Casa da Ponte, era uma figura marcante. Mesmo em sua idade avançada, ele mantinha um estilo elegante, usando frequentemente ternos de linho branco. Naquela época, era comum o uso de paletós, especialmente em tecidos leves como o linho. Apesar da falta de asfalto e da poeira do local, essas vestimentas brancas eram apreciadas e cuidadas com esmero. Esses detalhes são rememorados pela professora Ana Maria, e evidenciam a sua infância e parte da juventude, uma vez que essa proximidade dela com a casa foi construída no período em que seu pai trabalhava para o senhor Ernesto no plantio do café.

Uma outra história que chama a atenção em torno do imóvel, fora a presença da figura do Chico Papo (um homem que trazia consigo um caroço grande na região do pescoço). É importante ressaltar que não há nenhuma imagem ou fotografia de Chico, apenas relatos que surgiram durante a entrevista com a professora Ana Maria Garcia, carinhosamente chamada pela comunidade itauçuense, de Ana Loira:

[...] O pessoal dizia que a Maria era irmã de Chico Papo. Um surdo-mudo que ia todos os dias pegar comida nesta casa. E aqui falando em chico-papo abra um parêntese para essa personagem lendária que é o Chico Papo. Ele era jovem, moreno escuro, forte usava camisa das desabotoada e trazia na mão um cajado. Esse cajado ele usava para medir as ruas, medir as portas das Sem falar nada. Só medindo como se fosse uma trena. Às vezes parava e abanava com uma das mãos. Bati a mão para um lado e para o outro. Virava o pescoço de um lado e do outro. Como se fosse um agrimensur as pessoas o chamavam de engenheiro (GARCIA, 2023, informação oral).

Coelho (2001) relata a presença do personagem Chico Papo nos limites territoriais do povoado de Catingueiro Grande. Conforme o autor, sua passagem ocorreu por volta da década de 1920 e, dialogando com as memórias da professora Ana Maria Garcia, sobre as suas lembranças em relação ao personagem Chico Papo:

Segundo o Sr. Chafi José, “Chico Papo” chegou nessa região, na fazenda Três Morros, por volta da década de 1920, onde sua família tornou-se posseira na região e lá morou por muitos anos, até que os pais de Chico Papo faleceram. Não somente o ele, mas também vários membros de sua família, possuía “tireoide”, que se refere a uma glândula endócrina que manifesta na parte interior e inferior do pescoço. Manifestada devido a carência de iodo no organismo, provoca a hipertrofia da glândula tireoide, muitas vezes avolumando na frente da faringe. Daí o motivo pelo qual seu apelido era “Chico Papo”. De estatura baixa e cor morena, Chico falava pouco e tinha o hábito de riscar o chão com um pedaço de pau, seja na rua ou nas estradas no meio rural onde gostava de andar. Às vezes fazia uns desenhos geométricos, mais parecidos com retângulos. Às vezes desenhava também, no chão, uma estrela conhecida como “Cinco Salomão” (Coelho, 2001, p. 34).

Um homem forte, como a professora Ana Loira mencionou em seu relato, “moreno escuro”, e com uma camisa desbotada andava pelas ruas do povoado, carregando um objeto que

parecia cajado, mas era uma espécie de trena com a qual ele media as ruas por onde passava. Outro relato presente nas narrativas da entrevistada diz respeito ao café da manhã servido pela filha do senhor Ernesto.

E quando eu ia buscar o leite lá estava o Chico Pato sentado na calçada tomando o seu café da manhã. Café da manhã dele era um copo feito de litro de óleo. Aqueles que a gente manda colocar a alça, e era cheio de leite e farinha. E ele com gestos lentos, compassados, degustava cuidadosamente o conteúdo, filtrando a farinha com a colher, os gestos bem tímidos, bem caladinho e tomava todo aquele leite com aquela farinha e saía. Considero que é a casa da ponte já nasceu museu. Permita-me um trocadilho. Próxima a uma ponte sobre o rio meia ponte. Os móveis me encantavam o fogão a lenha era móvel. Movimentava de um lado para o outro. Achava aquilo muito interessante. Ao lado da casa ainda existe uma garagem e nela ficou por muitos anos o único carro da cidade. Muito preto, lustroso, sem nenhum arranhão coberto com um cobertor. Bom, na época eu nem me lembrava de procurar a marca do carro, né? Não sei nem se não sei nem qual era a marca do carro, mas devia ser um desses carrões da época, né (GARCIA, 2023 informação oral).

Nessa passagem singela, é como se a professora Ana Maria nos permitisse voltar no tempo e mergulhasse em uma cena de vida cotidiana repleta de personagens cativantes. Ela ressalta também que em torno de sua rotina em direção à Casa da Ponte para buscar o leite fresco da manhã, se deparava com a presença do Chico Pato, sentado na calçada, envolto em sua rotina matinal, desfrutando de um café da manhã peculiar; seu recipiente improvisado, um copo feito de um litro de óleo com uma alça, que continha uma mistura de leite e farinha.

A Casa da Ponte emerge como um refúgio que transcende o tempo. Cada detalhe desse espaço conta uma história, transportando os transeuntes locais para um passado repleto de significados. Os móveis que preenchem esse cenário são testemunhas silenciosas de momentos compartilhados ao redor do fogão a lenha, que se movimenta de um lado para o outro como se dançasse ao ritmo das memórias.

Nesse contexto, mostrar a importância de objetos na composição da memória de indivíduo, quanto trabalha o processo da imaterialidade, fica sob a responsabilidade da chamada antropologia do objeto - trata-se de uma abordagem teórica e metodológica que busca compreender a relação entre os objetos e as culturas humanas. Essa abordagem reconhece que os objetos não são apenas artefatos físicos, mas também portadores de significados culturais e históricos.

A antropologia do objeto busca entender como os objetos são produzidos, utilizados e interpretados em diferentes contextos culturais, bem como a maneira que eles refletem as relações sociais, políticas e econômicas de uma determinada sociedade (Silveira; Filho, 2005).

Por outro lado, quando o movimento se direciona para fora, revela-se a sua dimensão centrípeta, que permite uma leitura sobre a cultura do outro, pela

constatação da diferença, que, nesse caso, se insurge como alteridade vivida na radicalidade do relacional e do interativo, apontando para a complexidade social, a política e a ética. Sendo assim, esse processo comunicacional é sempre uma experiência antropológica, posto que os objetos, ao materializarem o que e como os homens pensam e por indexarem um processo comunicativo, revelam uma parcela da expressão cultural sobre a qual o saber antropológico se debruça, revestindo-se, ainda, de valor documental (Silveira; Lima Filho, 2005, p. 43).

Os objetos que compõem o patrimônio cultural estão ligados à sua simbologia, ao que está impregnado na chamada “alma das coisas”, conforme demonstrado por Silveira e Filho (2005). A antropologia do objeto documental vê a relação entre o objeto e o patrimônio como uma relação complexa e dinâmica, que envolve não apenas a materialidade dos objetos, mas também sua dimensão simbólica e cultural. O patrimônio cultural é composto por uma variedade de objetos, desde monumentos e edifícios históricos até práticas culturais e tradições orais.

A antropologia do objeto destaca a importância da materialidade dos objetos, ou seja, como suas características físicas e materiais influenciam sua função e significado cultural. A memória, por sua vez, é vista como uma dimensão imaterial dos objetos, que reflete as crenças, valores e práticas que moldam a vida social e cultural de uma determinada comunidade.

Para perpassarmos pelas memórias e narrativas da cultura local e compreender a formação cultural que está presente na Casa da Ponte, também entrevistamos o senhor Luiz Alberto Batista de Moraes, atualmente vereador do município. Ele trabalha com plantio de mandioca; e, na ocasião de uma visita que ele fez no período em que estava ajudando na organização do museu comunitário, pudemos ver a emoção e os seus olhos marejados.

Em um breve relato, compreendemos o seu afeto pela casa, que lhe serviu de moradia: logo após o falecimento do seu Ernesto, e do período em que o senhor Verciley Saraiva residiu no imóvel, por volta de 1983, o pai de Luiz (João Batista de Moraes conhecido popularmente como João Barbeiro) fez um acordo com o senhor Verciley, que ofereceu a casa para que Luiz e sua família pudessem morar. Em uma primeira conversa o senhor João disse que não tinha dinheiro para pagar pelo imóvel, e o senhor Verciley preferiu que ele apenas cuidasse da reforma do imóvel para morar:

Certo. Eh nós moramos lá na no ano de mais a menos de mil novecentos e oitenta e três. Meu pai era o João Batista de Moraes conhecido como João Pasteleiro ou João Barbeiro. Nós já trabalhava com seu Verciley no plantio de roça e um dia o senhor Verciley ofereceu essa casa pro meu pai. Na época, meu pai tinha até o dinheiro pra pagar, mas sobre isso o senhor Verciley preferiu que o meu pai reformasse a casa e passasse morar, né? Nós tocava roça ali, eh desmatava uma parte da fazenda do serviço

ele ainda tacava muita roça era o meu pai, o meu avô Orlando o seu Tonho Chico (MORAIS, 2023 informação oral)²¹.

É possível perceber um saudosismo em seus relatos nos quais o vereador Luiz mostra o seu primeiro contato com o imóvel, que se deu ainda na sua infância. E, conforme o relato, foi trabalhando para o senhor Verciley Saraiva, em sua fazenda, que se organizaram para pagar o aluguel e fazer a reforma da casa, juntamente com os cuidados e das suas manutenções.

Durante os seus relatos, Luís evidencia que para de fato morar no imóvel, além da permissão do senhor Verciley Saraiva, dono do imóvel naquela ocasião, foi preciso arranjar uma outra autorização, a “permissão espiritual”:

É ele hoje ele é avô do comandante do Gilmar do Torres que morava pra baixo da prefeitura ali, né? Então sempre tocava e não é só morar na casa, né? A coisa é tão interessante que aquela casa eh, olhando pelo um lado espiritual que o meu pai ele tinha esse lado espiritual, que isso meu pai relatava pra mim, né? E muita coisa naquela casa acontecia. Meu pai teve que pedir permissão pra morar lá, né? Porque o fato de ser assombrado, essas coisas tudo, mas vivemos lá um bom tempo até que o Toin, que era o empregado do, do, do senhor Verciley vendeu a casa pro juiz, que é o doutor Juvenal de quatro ou cinco anos e o doutor Juvenal com poucos mês fez o mandato de a gente desocupar a casa. Então nós perdemos tudo eh foi uma coisa assim que que meu pai gastou muito pra ter aquela casa e no final nós não tivemos ela foi vendido por maior autoridade do município que era o doutor Juvenal (MORAIS, 2023 informação oral).

Ao mostrar outro lado da casa através de uma visão religiosa, surgiu a história do senhor João e de sua família. Segundo eles, ao adentrarem no imóvel, passaram a escutar vozes misteriosas em seu interior. Por um longo período, todos os membros da família conviveram com essas vozes, buscando compreender sua origem e significado. Conforme os relatos, finalmente, decidiram realizar um momento de contato com o que consideram como “mundo superior”, desejando obter autorização e orientação. Essa experiência marcante reflete a busca espiritual e a conexão profunda que o senhor João e sua família passaram a explorar dentro da casa.

Esse entendimento de um novo modo de olhar a casa e ver que o cotidiano da família, realmente tinha algumas ações que segundo eles não eram explicadas de forma coerente, como portas batendo, barulhos de passos no assoalho da casa. Nesse período, boa parte do assoalho era de madeira, e a presença de um sótão no imóvel, e barulho de vozes saíam de lá.

Sim, eh no começo quando a gente passou a morar lá escutava andar dentro da casa. Eu já escutei muito andado. Eu escutava a geladeira, abri e fechava. Quando a gente é jovem a gente criava muito passarinho. Tinha um pássaro preto que ele ficava alvoroçado dentro da gaiola. Então o meu pai olhou para o lado de espiritismo onde

²¹ Entrevista concedida por Luiz Alberto de Moraes a autora em junho de 2023.

foi fazer uma oração né? Legou um padre e fizemo uma novena dentro da casa e levou pelo lado espírito também tipo um uma eh comé que fala gente? Quando você junta os espíritos pra fazer ali um um uma reza eh pra ter contato né? E nesse meio tempo meu pai teve o contato meu pai ser uma pessoa muito católico, muito apegado com a Nossa Senhora Aparecida e meu pai fazia muita oração pela alma. Eu seu Ernesto. E seu Ernesto veio, né? Eh e comunicação falou que ali naquela casa só morava o meu pai. Mas ninguém ia morar. Tanto é que vocês depois que nós morou lá nunca mais as pessoas conseguiu morar. Eh isso não é lenda, isso não é história, isso é uma coisa verídica que eu estou falando. E e que o senhor Ernesto Magalhães falou o seguinte, aqui João além de mim tem mais doze aqui comigo, doze jagunços aqui comigo. Então você pode sair, deixar a porta aberta e a casa é sua pra morar e pra você viver com a sua família. Ninguém mais dou autorização de conviver nessa casa (MORAIS, 2023 informação oral).

Ao relatar os detalhes da rotina, notamos a emoção presente no olhar do senhor Luís em relação à preocupação do seu pai João, e em cada palavra que ele menciona. Sua fé no espiritismo transparece, revelando a importância desse momento de permissão que tiveram para morar no imóvel. A atenção dedicada a cada acontecimento é palpável, demonstrando a conexão profunda que a família tem com a espiritualidade. Essa experiência despertou uma nova perspectiva em suas vidas, proporcionando uma jornada espiritual repleta de significado e transformação.

Elementos do sincretismo religioso se fizeram presentes em tais experiências, e a sua fé demonstrada em relato, pela santa e a comunicação com o mundo espiritual, para a realização de uma ação em que uma “conversa” com o espírito do senhor Ernesto, prestando a estima pelo pai do vereador, e levando consigo mais espíritos que estavam “presos” à casa. Pela sua expressão, entendemos que a família, que dentro desse lado espiritual que tenha conseguido ficar na casa por mais tempo, segundo as suas lembranças, realmente tenha sido a sua família.

Quando saíram da casa, o senhor Verciley a vendeu para o Senhor Juvenal, entre os anos finais de 1980 e o início dos anos de 1990. Ele era juiz de direito do município de Itauçu, e ficou em poder do imóvel até o início dos anos 2000. Em curtos períodos de tempo a casa teve outros moradores. Sobre os detalhes internos do imóvel e como era feito o processo de manutenção do mesmo nos diz pai de um vereador local, o senhor João:

Era de madeira. Eh a única coisa que mudou na reforma do meu pai que meu pai fez uma área do lado de fora. Porque o meu pai mexia com o pastel e tinha que ter uma área eh pra fritar o salgado tudo, aumenta tanque, a única coisa, né? O fogão caipira na casa que tinha, continuou, a banheira, né? Eh o a banheira lá do lá do banheiro tinha uma banheira e todo encanamento dela era de chumbo não era de cano de plástico, de chumbo, né? E permaneceu do mesmo jeito e nunca o meu pai, eh não mudou a estrutura e nem o assoalho. Simplesmente reformou as parede e o telhado. Só. Na época quando o meu pai era menino, rapaz ajudei ainda na reforma e a reforma quem fez foi o meu tio João que é conhecido João Carapina (MORAIS, 2023 informação oral).

Na época em que o atual vereador morava lá, o seu pai, segundo os seus relatos, conservou o assoalho que era de madeira, e atualmente, somente o piso do alpendre da casa ainda foi conservado. O restante passou a ser de cimento queimado na cor vermelha, o fogão caipira que foi mencionado pelo vereador Luís já não existe mais, e muito menos a banheira, bem como o banheiro da época.

Atualmente, a Casa da Ponte apresenta uma disposição interna que compreende seis cômodos, destinados à exposição do acervo. Este acervo é composto por peças doadas pela comunidade local, que desempenham um papel significativo na preservação da história da região. Cada objeto doado carrega consigo não apenas um valor material, mas também uma carga simbólica e cultural que contribui para a construção da identidade e memória coletiva da comunidade itauçuense. Essa iniciativa reforça a importância do engajamento da comunidade na preservação do patrimônio cultural, tornando a Casa da Ponte não apenas um espaço físico, mas um ponto de conexão entre o passado, o presente e o futuro da localidade.

Imagem 21: Interior da Casa da Ponte e Composição do Acervo



Fonte: Acervo Pessoal da Autora

Durante uma entrevista com o senhor Luís, pude sentir uma grande emoção ao ver uma casa completamente revitalizada e perceber o estado em que ela se encontra hoje. E, mesmo sendo um lugar de memória que faz todo o sentido para ele, ainda se norteia no propósito de um museu, que deveria ser melhor explorado pela sociedade.

É pra mim ela representa o maior símbolo de história de Itauçu. É uma pena que existe ali uma, uma, uma, tipo um museu do município, mas ele não tá sendo explorado ainda, né? Existe lá o museu, eu acho que deveria, né? Colocar mais pra sociedade e colocar mais pra que as pessoas pudessem visitar, conhecer a história de Itauçu e principalmente aquela casa que a casa acho que é a única casa que tem que fala né? Desde da época do seu Ernesto Magalhães em vida ainda está naquela casa. Ela deveria ser mais explorada principalmente na cultura do nosso município (MORAIS, 2023 informação oral).

De acordo com o relato do senhor Luís, essa Casa representa o símbolo da história do município e a proposta do museu o deixa um pouco intrigado, tendo em vista que esse espaço realmente não esteja sendo melhor ofertado à própria comunidade. Para ele, poderia ser utilizado ao menos em dois propósitos: para que o cidadão pudesse conhecer a história do município e, ainda mais, a casa onde residiram importantes personagens da história itauçuense.

No contexto das memórias que envolvem o patrimônio cultural conhecido como Casa da Ponte, destaca-se a perspectiva singular da professora Águeda Rosa, que compartilha suas lembranças provenientes do antigo ginásio. As memórias dessa educadora ressoam com uma conexão profunda com a Casa da Ponte, evidenciando sua presença marcante nas recordações da comunidade local.

Através das palavras da professora Águeda Rosa, a Casa da Ponte não é apenas um edifício histórico, mas um ponto de referência que transcende o físico, tornando-se entrelaçada com as experiências vividas por aqueles que tiveram a oportunidade de compartilhar momentos significativos dentro de suas paredes.

Essa narrativa pessoal acrescenta camadas de significado à importância do patrimônio cultural, destacando seu papel como testemunha do passado e parte intrínseca das vivências e memórias que moldam a identidade da comunidade de Itauçu.

Águeda Rosa - A Casa da Ponte foi a primeira. A primeira casa dentro de Itauçu, no meu entendimento. Foi a primeira construída que, inclusive, o fundador que fez essa casa e morou nessa casa, que é o Ernesto Magalhães. Fundador de Itauçu, que começou. Era uma fazendona. Agora, os doadores da fazenda, que eu não sei, mas deve ter sido ele. Ernesto Magalhães, que...

Raissa - Como é que era ao redor dessa casa? Tinha muitas casas em volta?

Águeda Rosa - Não tinha, não tinha, não.

Raissa - Era só o pasto e a Maria da Silva ali?

Águeda Rosa - É, o pasto. É tipo uma fazendona, sabe? Era assim.

Raissa - E quando chovia muito, enchia a casa ali?

Águeda Rosa - O meia -ponte enchia. O meia -ponte transbordava. Tudo ali. Depois do Ernesto, me parece que houve vários moradores ali. Sou Ernesto. Primeiro.

Primeiro mesmo. Na minha opinião e na opinião de muitos (ROSA, 2023, informação oral).

A narrativa de Águeda Rosa nos transporta para os primórdios de Itauçu, enquanto os seus primeiros anos de município, em que a Casa da Ponte emerge como um marco inaugural na história local. Sob a égide de Ernesto Magalhães, identificado como o fundador visionário, esta casa pioneira testemunhou os primeiros passos do desenvolvimento da localidade. Inicialmente, no período de chuvas, toda a região que se compreende como a Casa da Ponte, inundava e era comparada a uma vasta fazenda. A propriedade do Senhor Ernesto Magalhães tornou-se o epicentro da comunidade, marcando o início de uma trajetória única.

Na paisagem dominada por pastos e a presença do córrego Maria da Silva, a Casa da Ponte erguia-se como um símbolo de pioneirismo, resistindo às intempéries climáticas, incluindo as cheias do Rio Meia-Ponte que transbordavam em períodos chuvosos. Águeda Rosa, ao resgatar essas memórias, destaca a importância singular da Casa da Ponte, como um patrimônio cultural local, e do próprio Ernesto Magalhães como figuras fundamentais nos primórdios da formação de Itauçu.

1.2 Nas entrelinhas do tempo: a revisão literária e a Casa da Ponte como patrimônio itauçuense

De acordo com Pierre Nora (1993), o conceito de lugares de memória abrange múltiplos significados no sentido material, funcional ou simbólico. Eles são materiais quando podem ser identificados como um elemento simbólico do patrimônio cultural e memorial de uma comunidade por vontade dos próprios indivíduos. Portanto, um lugar de memória pode ser tanto um objeto físico quanto um objeto simbólico, desde que compartilhe algo em comum que o torne um elemento simbólico do patrimônio memorial de uma comunidade (Gonçalves, 2012).

Quanto ao aspecto material, os lugares de memória são locais tangíveis e concretos, como prédios, praças, casas, monumentos, edifícios históricos, museus e outros locais semelhantes. Esses objetos físicos, ao serem preservados ao longo das gerações, desempenham um papel importante na manutenção da memória de um povo ou comunidade, bem como na construção de sua identidade coletiva (Gonçalves, 2012).

Lugares de memória também podem operar sob um sentido funcional; desse modo, podem ser reconhecidos como uma espécie de dispositivo que permite uma conexão entre o passado e o presente, possibilitando que a memória se mantenha viva e transmitida a gerações futuras (Gonçalves, 2012).

Sob o sentido funcional atribuído aos lugares de memória, eles podem desempenhar um papel funcional, atuando como locais de rituais, celebrações, eventos comemorativos e práticas culturais. Eles se tornam espaços nos quais a memória é ritualizada e compartilhada, promovendo a coesão social e a preservação da história coletiva (Nora, 1993).

Por fim, os lugares de memória também operam em um sentido simbólico, pois adensam em torno de si características simbólicas da memória e identidade de uma determinada localidade. Isso quer dizer que estes lugares, de acordo com a operacionalidade da sociedade, se converteram em elemento simbólico do patrimônio cultural e memorial de uma comunidade. Ou seja, um lugar de memória é um objeto físico ou simbólico que adquire um significado especial para uma comunidade, tornando-se um elemento fundamental para a construção de sua identidade coletiva.

Pelos sentidos material, funcional e simbólico que passam a ser atribuídos aos lugares de memória, mencionados por Nora (1993), notamos que a Casa da Ponte – Itauçu / Go assume tais significados. Construída em 1932, durante o período em que Itauçu ainda era conhecido como Povoado de Catingueiro Grande, e ainda distrito de Currealinho, a Casa é um prédio físico cujo significado histórico tornou-se marcadamente simbólico e representativo do patrimônio urbano e cultural da comunidade itauçuense.

O imóvel, localizado na parte nobre da cidade, nas proximidades do córrego Maria da Silva e do Rio Meia Ponte, pode ser visto como conexão entre o passado e o presente, permitindo que a memória coletiva seja valorizada e repassada a gerações futuras. Como um lugar de memória, a Casa da Ponte possui uma história em que está associada à importância histórica de Itauçu e às suas práticas de sociabilidade e múltiplas manifestações culturais típicas da cidade.

Quanto ao aspecto funcional, como lugar de memória, o imóvel atribui um sentido muito importante na valorização e a transmissão da memória para a comunidade itauçuense, especialmente elementos que possam estar ligados à memória coletiva. Pelo sentido funcional, é importante compreender que mesmo com o espaço físico que venha a ser ofertado dentro da própria comunidade, é essencial dar ênfase à valorização e à transmissão da memória coletiva, às futuras gerações.

No sentido simbólico (de um lugar de memória), é possível compreender que esse espaço físico (que é a própria casa), pela funcionalidade de servir de conexão entre o passado e o presente na concepção de uma boa parcela dos moradores é um marco histórico do surgimento do Povoado de Catingueiro Grande e também do próprio município.

Então, como um lugar simbólico, o imóvel em si, representa o seu marco, e, desta forma a Casa da Ponte – Itauçu/GO traz consigo o seu valor de resistência e representa a força da comunidade que, ao longo dos anos, não permitiu que esse patrimônio cultural local se desfizesse com o tempo. É uma das poucas casas da década de 1930 que ainda se encontram edificadas.

A Casa da Ponte, como um lugar de relevância histórica e cultural, destaca-se no contexto da temática "patrimônio". A palavra "patrimônio", segundo Gonçalves (2012) é amplamente utilizada nos dias atuais, associada a diferentes áreas, incluindo herança econômica, financeira e imobiliária. No entanto, dentro do âmbito familiar da Casa da Ponte, emerge o patrimônio cultural, englobando diversas categorias como história, arquitetura, o viés artístico, questões geracionais e outras demandas que acionam os patrimônios intangíveis. Esses elementos tornam a Casa da Ponte um local de memórias, que preserva e enaltece a identidade coletiva do município, sendo um importante patrimônio cultural a ser mantido e valorizado.

É importante ressaltar que, nesse processo, ao considerar o patrimônio cultural como uma categoria, emergem práticas que podem gerar confusão com o conceito de propriedade. Ademais, “não se pode deixar de destacar que mesmo a literatura etnográfica apresenta exemplos em que a cultura e os bens patrimoniais não são separados de seus proprietários” (Gonçalves, 2012, p. 04).

Pensando além da categoria "pedra e cal", compreende-se que a noção de patrimônio cultural se torna um elemento norteador nas questões de políticas culturais voltadas à preservação. “Evidencia-se que todo o processo de construção em torno do patrimônio cultural é realizado com o passar do tempo” (Chuva, 2012, p. 147).

No contexto do patrimônio "pedra e cal", a Casa da Ponte desempenha um papel fundamental na preservação do patrimônio cultural. Além de ser um espaço simbólico de resistência histórica, ele abrange diversas categorias de patrimônio cultural conforme citamos mais acima; o que a torna referência significativa da identidade coletiva do município de Itauçu. Nesse sentido, o contínuo processo de construção e preservação do patrimônio cultural da Casa reflete o compromisso com a valorização de suas memórias e a importância histórica ao longo do tempo. A noção de patrimônio cultural é o elemento norteador para as políticas culturais voltadas à sua proteção, permitindo que a Casa da Ponte continue sendo um lugar de memórias devidamente legado para as gerações futuras.

Constituir o que realmente possa ser esse espaço para se preservar o patrimônio cultural, passa a ter um maior destaque a partir da década de 1980. Acerca desse processo, Chuva (2012) evidencia que:

Em 1980, a primeira versão oficial sobre a história da preservação do patrimônio cultural no Brasil foi publicada pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Fundação Nacional Pró-Memória (Sphan/Pró-Memória), intitulada Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória. Nessa obra, delineava-se uma trajetória das ações de preservação que remontava ao século XVIII, ao referir-se às intenções do então governador de Pernambuco d. Luís Pereira Freire de Andrade de preservar construções deixadas pelos holandeses no Recife (Chuva, 2012, p. 147-148).

A história oficializada permitiu, dentro desse processo de preservação, enfatizar duas fases essenciais nessa trajetória. A primeira fase é conhecida como a fase heroica e a outra é a fase moderna, retomando o projeto previamente apresentado pelo folclorista Mário de Andrade. A partir da década de 1930, ao adentrar o interior do país, Mário de Andrade demonstrou uma preocupação em buscar parcerias para a realização de serviços que objetivassem a preservação do patrimônio. “Foi nesse período que surgiu o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico Nacional), que desempenhou um papel significativo na preservação do patrimônio cultural” (Chuva, 2012, p. 148).

Em meio a esse contexto de preservação, a Casa da Ponte, erguida em 1932, emerge como uma expressão viva dessas fases essenciais. Durante a fase heroica, o folclorista Mário de Andrade lançou as bases para a valorização do patrimônio cultural brasileiro, antecipando o cenário que levaria à construção da Casa da Ponte. Ao adentrar o interior do país, Mário de Andrade iniciou um movimento que culminou na preocupação crescente com a preservação do patrimônio. Foi nesse cenário que a Casa da Ponte ganhou destaque, testemunhando não apenas a fase heroica, mas também a fase moderna, com a criação do SPHAN na década de 1930. A construção da Casa da Ponte e sua permanência ao longo dos anos são um testemunho tangível da importância da preservação patrimonial, destacando-se como um marco na história local que merece ser lembrado e preservado.

No contexto da Casa da Ponte, a preservação, valorização e enaltecimento dos bens patrimoniais culturais assumem um papel crucial na consolidação da identidade da comunidade de Itauçu. Oficializar novas formas de despertar o sentimento de pertencimento em relação à Casa da Ponte e às histórias entrelaçadas a ela é um ato político que transcende o simples ato de preservar um edifício. A Casa da Ponte, elencada pela própria comunidade como parte integrante de sua história, torna-se um símbolo tangível desse processo.

A educação patrimonial, nesse contexto, revela-se como uma ferramenta essencial para promover a compreensão e a apreciação da história local. Os desafios que emergem desse processo educativo são enfrentados de maneira a envolver a comunidade na preservação ativa da Casa da Ponte. Nesse sentido, a Casa da Ponte não é apenas um monumento físico, mas um

elemento que desencadeia reflexões sobre a identidade coletiva, conectando o presente com as raízes históricas do município de Itauçu.

De acordo com Scifoni (2017, p. 06), “enfrentar os desafios de uma nova Educação Patrimonial envolve adotar ações pedagógicas propostas pelo próprio IPHAN” (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Essas ações se condensam na elaboração de um material organizado por Florêncio *et al.* (2014) que articula ações de inventários participativos. O material serve como guia didático de aplicabilidade da educação patrimonial. Diferentes autores compreendem que o Guia qualifica a expressão - educação patrimonial - como uma metodologia específica, o que pode restringir a compreensão sobre o campo metodológico mais amplo.

Para uma educação patrimonial efetiva, é fundamental superar a ideia da imposição patrimonial vinda de cima, e buscar abordagens mais abrangentes e inclusivas, permitindo que as comunidades valorizem, preservem e compreendam melhor o patrimônio cultural. Pelas ações, que ao longo do tempo passaram a ser desenvolvidas em torno das ações educativas de cunho patrimonial, Scifoni (2017), mostra que:

Conhecer para preservar parte do pressuposto da ignorância da população acerca de seu patrimônio e, mais ainda, credita a este sujeito indefinido – população – a fonte de todos os problemas do patrimônio. Despolitiza, assim, o debate, uma vez que culpabiliza um ser genérico, deixando de explicitar o que está por trás das dificuldades da preservação (Scifoni, 2017, p. 07).

Scifoni (2017) destaca que a expressão "ignorância da população" pode simplificar em excesso a complexidade do desafio, desconsiderando fatores sistêmicos que contribuem para a falta de compreensão e valorização do patrimônio cultural. Aponta-se, assim, para a necessidade de uma abordagem mais holística e contextualizada da educação patrimonial, que não apenas responsabilize a comunidade, mas também busque compreender e abordar os obstáculos estruturais enfrentados na preservação do patrimônio cultural, desafios esses que estejam estruturados dentro da própria comunidade.

Segundo Nora (1993), a memória, como um processo de estudo, está sempre sujeita a mudanças, acompanhando as transformações sociais e a construção da própria identidade social. Nesse sentido, a educação para o patrimônio torna-se essencial, pois envolve a preservação desses bens em um determinado espaço, estimulando a memória de uma comunidade.

No contexto da Casa da Ponte, a abordagem sobre a memória e sua constante transformação torna-se assunto relevante. A Casa da Ponte é um lugar carregado de histórias,

símbolos e lembranças que moldaram a identidade coletiva da comunidade ao longo do tempo. A memória desse local está intrinsecamente ligada às transformações sociais e às mudanças vivenciadas pela comunidade itauçuense e pela dinâmica política/econômica da mesma.

Nesse cenário, a educação para o patrimônio desempenha um papel fundamental. Ao valorizar e preservar a Casa da Ponte como patrimônio cultural, é possível estimular a memória coletiva da comunidade e fortalecer sua identidade social. A educação para o patrimônio mantém viva a história do lugar, além de envolver ações que sensibilizam os moradores e visitantes sobre a importância de proteger e cuidar desse espaço significativo.

Assim, a Casa da Ponte é um exemplo concreto do conceito apresentado por Nora (1993), em que a memória é um processo em constante mudança, conectada à evolução da comunidade e à construção de sua própria identidade social. Através da educação para o patrimônio, essa memória é preservada, permitindo que as histórias e valores do passado sejam transmitidos às gerações futuras.

Os estudos sobre memória, especialmente aqueles que têm como referência o lugar ou território, conforme Nora (1993) são considerados como "restos". Isso porque podem perdurar em torno de uma consciência comemorativa dentro de uma história. Por outro lado, entende-se que esses estudos também podem "vestir" e "construir" esse espaço através de uma fundamentação coletiva em torno da transformação desse lugar.

Ainda segundo Nora (1993), os "lugares de memória" são símbolos da história e identidade de uma comunidade. No caso da Casa da Ponte, ela desempenha esse papel ao guardar histórias e tradições significativas da comunidade que ali habitou no passado. Através da conservação da casa histórica e das memórias associadas a ela, a comunidade mantém viva sua história coletiva.

A ideia de "espaço de resto" também pode ser interpretada como um lugar que resiste ao esquecimento, mantendo-se ativo e relevante na consciência comemorativa da comunidade. As celebrações e ações realizadas na Casa da Ponte servem para perpetuar a importância dessas memórias e reforçar os vínculos com o passado.

Além disso, a Casa da Ponte também desempenha o papel de "vestir" e "construir" um espaço transformado pela fundação coletiva da comunidade. Através da preservação do patrimônio cultural e da educação para o patrimônio, as gerações atuais e futuras são incentivadas a valorizar e se apropriarem desse espaço histórico, solidificando sua identidade coletiva.

Dessa forma, os estudos sobre a memória da Casa da Ponte trazem à tona a relevância de lembranças em que o prédio funcionava como símbolo diacrítico, além de ser carregado de

histórias. Ao mesmo tempo, tais estudos capacitam a comunidade a moldar e enriquecer o local por meio de uma abordagem coletiva. Essa interseção entre passado e presente torna a Casa da Ponte um espaço emblemático, em que a memória é preservada e reavivada, e na qual a identidade construída se perpetua.

Essa simbiose entre passado e presente na Casa da Ponte destaca a importância de preservar as memórias e as histórias que moldaram o local ao longo do tempo. Além disso, ao envolver a comunidade em um processo colaborativo, a Casa da Ponte se torna mais do que apenas um marco histórico; ela se torna um espaço vivo, onde a identidade coletiva é forjada e perpetuada para as gerações futuras.

Estabelecendo um elo entre os estudos de Nora (1993) e os de Pollak (1992) sobre a formação da identidade social, ambos os autores fundamentam suas pesquisas em perspectivas teóricas baseadas em estudos da psicologia social e da psicanálise. De acordo com Pollak (1992), a construção da identidade envolve três elementos essenciais: a unidade física, a continuidade no tempo e o sentimento de coerência.

Nessa construção da identidade - e aí recorro à literatura da psicologia social, e, em parte, da psicanálise - há três elementos essenciais. Há a unidade física, ou seja, o sentimento de ter fronteiras físicas, no caso do copo da pessoa, ou fronteiras de pertencimento ao grupo, no caso de um coletivo; há a continuidade dentro do tempo, no sentido físico da palavra, mas também no sentido moral e psicológico; finalmente, há o sentimento de coerência, ou seja, de que os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados. De tal modo isso é importante que, se houver forte ruptura desse sentimento de unidade ou de continuidade, podemos observar fenômenos patológicos. Podemos portanto dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (Pollak, 1992, p. 06).

A construção da identidade, seja individual ou coletiva, é um processo intrincado e complexo, fundamentado em três elementos essenciais. O primeiro deles é a unidade física, que abrange o sentimento de possuir fronteiras claras e definidas. No âmbito pessoal, essa percepção de ter um corpo delimitado é fundamental para a noção de individualidade e autenticidade. Enquanto isso, nos coletivos, o sentimento de pertencimento a um grupo específico fortalece a identidade coesa e compartilhada.

O segundo elemento crucial é a continuidade no tempo, que transcende a dimensão física para abranger aspectos morais e psicológicos. Essa continuidade é o fio condutor que conecta o passado, o presente e o futuro, proporcionando uma sensação de coesão e unicidade ao longo da trajetória de vida. A percepção de uma história pessoal ou coletiva contínua e em evolução é fundamental para a consolidação de uma identidade estável e consistente.

Por fim, temos o sentimento de coerência como terceiro elemento essencial na construção da identidade. Através dele, busca-se a harmonização e integração das diversas facetas que compõem um indivíduo ou grupo. É a sensação de que todas as experiências, valores, crenças e características se complementam e formam uma identidade interna sólida.

Portanto, pelos elementos apresentados, entende-se que a identidade social, pautada na memória, de acordo com Pollak (1992), argumenta que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva. Isso ocorre na medida em que a memória desempenha um papel extremamente importante para o sentimento de continuidade e coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.

Ninguém pode construir uma autoimagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo. Se é possível o confronto entre a memória individual e a memória dos outros, isso mostra que a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos. Todo mundo sabe até que ponto a memória familiar pode ser fonte de conflitos entre pessoas (Pollak, 1992, p. 06).

Ao conectar o passado ao presente, a memória permite que indivíduos e comunidades construam uma noção sólida de sua história e trajetória. Por meio da rememoração de eventos significativos e experiências compartilhadas, a identidade é moldada e ganha significado. Além disso, a capacidade de resgatar lembranças fortalece a percepção de continuidade ao longo do tempo, proporcionando uma sensação de coesão e integração de diferentes fases da vida ou períodos históricos.

Desse modo, a memória não é apenas um repositório de fatos passados, mas um elemento fundamental para a construção de uma identidade que o viés político passa a vislumbrar como autêntica e coerente. Ao nutrir o sentimento de pertencimento a um grupo ou cultura, e ao permitir que indivíduos se reconheçam como parte de uma linha contínua de experiências, a memória se revela como um fator essencial na formação do eu, tanto no âmbito pessoal quanto no coletivo.

O conceito de memória passa a estar intimamente ligado à Casa da Ponte, um espaço específico que, por sua vez, instiga os próprios indivíduos a explorar e vivenciar sentimentos no ambiente onde nasceram e experimentaram momentos significativos. É nessa casa que o registro e a preservação da memória ocorrem, alimentando as lembranças de forma não espontânea, mas através de mecanismos criados para tal propósito.

Espaços de memória com essa configuração são formados a partir das experiências vividas, criando uma atmosfera única e carregados de significados pessoais. Em contraste, algumas memórias são consideradas refugiadas, como apontadas por Nora (1993), pois pertencem à minoria e não são proeminentes como as memórias mais amplamente reconhecidas e preservadas nos lugares de memória.

Assim, as memórias guardadas em determinados espaços permanecem vívidas, preservadas e acessíveis, enquanto outras podem estar à margem da atenção coletiva. Ainda assim, todas elas são peças fundamentais para a construção da identidade individual e coletiva, refletindo a complexidade da relação entre memória e espaço na formação de quem somos e do que nos define.

Como uma forma de processo de organização educacional em torno do patrimônio cultural, busca-se construir uma base sólida através do diálogo permanente e da preservação da memória. Essa abordagem visa garantir que as lembranças, inclusive aquelas consideradas como memórias refugiadas, não se percam ao longo do tempo. A educação para o patrimônio é entendida, nesse contexto, como uma atividade que transcende os ambientes formais de ensino e se expande para espaços não formais, como museus.

Preservar a memória da Casa da Ponte é preservar a história da comunidade, enriquecendo a identidade local e conectando as gerações através do tempo. Esse esforço conjunto em manter viva a história do lugar torna-se uma lição valiosa para as futuras gerações, que aprenderão a valorizar sua herança cultural e a importância de resguardar suas memórias para que jamais se percam no curso da história.

Museus, em suas diferentes categorias, têm sido compreendidos atualmente como espaços em que a comunidade pode discutir não apenas as próprias questões e assuntos relacionados às necessidades primordiais, mas também “abordar temas abrangentes, como a filosofia holística, entre outros assuntos” (Tolentino, 2017, p. 234).

Essa visão dos museus como espaços abertos ao diálogo e à reflexão sobre uma variedade de temas vai além da tradicional função de preservação do patrimônio e da história. Os museus tornam-se fóruns para a comunidade se envolver em debates significativos, promovendo uma abordagem mais inclusiva e participativa.

Em nossa sociedade de classes, dilacerada até as raízes pelas mais cruéis contradições, a mulher, a criança e o velho são, por assim dizer, instâncias privilegiadas daquelas crueldades - traduções do dilaceramento e da culpa. Mas a mulher, a criança e o velho não são classes: são antes aspectos diversificados e embutidos por entre as classes sociais. Assim como não se pode falar, com propriedade, em classes de artistas ou de cientistas. Estes, como aqueles, pertencem a uma ou outra classe social que os configura e deles exige definições (Bosi, 2004, p. 11).

O trecho de Bosi (2004) destaca a complexidade das relações sociais e das identidades individuais, especialmente no contexto de uma sociedade dividida por classes. Relacionando isso à memória e à Casa da Ponte, podemos interpretar que as experiências e vivências na casa transcendem as categorias sociais fixas. Assim como Bosi (2004) argumenta que mulheres, crianças e idosos não são classes distintas, mas sim nuances dentro das classes sociais, podemos considerar que as memórias na Casa da Ponte não se limitam a categorias pré-definidas.

A Casa da Ponte, como espaço carregado de histórias e significados, não se encaixa estritamente em uma única definição ou categoria. Assim como artistas e cientistas não podem ser facilmente classificados, a Casa da Ponte é um testemunho vivo das complexidades da vida e das interações humanas. As histórias entrelaçadas na Casa da Ponte transcendem as divisões sociais, proporcionando um entendimento mais profundo da comunidade e de suas memórias coletivas.

Bosi (2004) apresenta considerações sobre o uso da memória como função social em diferentes situações, destacando a importância da memória coletiva na formação da identidade de uma classe social. A autora ressalta que a memória oral desempenha um papel crucial na transmissão de experiências e valores, especialmente entre grupos historicamente excluídos da narrativa oficial.

Bosi (2004) destaca a relevância da memória oral na transmissão de experiências e valores, e, ao abrigar histórias de diferentes gerações, a Casa da Ponte desempenha um papel análogo. O espaço se torna um ponto de encontro das lembranças da comunidade, preservando narrativas que podem ter sido marginalizadas ou esquecidas ao longo do tempo.

Dessa forma, a Casa da Ponte não é apenas uma construção física, mas um repositório vivo de memórias coletivas. Sua importância vai além do patrimônio material, atuando como um elo entre as experiências passadas e presentes da comunidade, proporcionando um entendimento mais profundo de sua identidade e história.

É o momento de desempenhar a alta função da lembrança. Não porque as sensações enfraquecem, mas porque o interesse se desloca, as reflexões seguem outra linha e se dobram sobre a quintessência do vivido. Cresce a nitidez e o número das imagens de outrora, e esta faculdade de relembrar exige um espírito desperto, a capacidade de não confundir a vida atual com a que passou, de reconhecer as lembranças e opô-la às imagens de agora (Bosi, 2004, p. 81).

No trecho de Bosi (2004), a autora aborda o momento em que a lembrança desempenha uma "alta função", destacando a importância de recordar não porque as sensações enfraquecem, mas devido a uma mudança de foco e reflexão que se volta para a essência do vivido. Nesse

contexto, a nitidez e o número de imagens do passado aumentam, exigindo um espírito desperto para distinguir a vida atual das lembranças e reconhecer as imagens de outrora.

Relacionando esse conceito com a realidade da Casa da Ponte, marco histórico do município, percebemos que o espaço também desempenha essa "alta função da lembrança". Como um testemunho do tempo, a Casa permite que as lembranças da comunidade se manifestem de maneira vívida. Os moradores, ao compartilharem suas histórias e experiências relacionadas à Casa da Ponte, contribuem para esse processo de recordação.

A Casa torna-se um portal para o passado, no qual as memórias se entrelaçam com o presente. O ambiente físico da Casa da Ponte serve como um catalisador para a evocação das lembranças, proporcionando um terreno fértil para a preservação e a valorização das experiências vividas pela comunidade ao longo das décadas.

Na geografia única do local onde a Casa da Ponte se insere, permeada por memórias que remontam desde o momento de sua construção, é fundamental reconhecer a intrínseca ligação entre a cidade e a memória. Conforme apontado por Canclini (2008), essa relação é marcada por uma interdependência na qual as experiências pessoais e emocionais dos habitantes desempenham um papel crucial na construção da percepção e representação da cidade.

A Casa da Ponte, como uma testemunha do tempo e guardiã de múltiplas histórias, reflete a evolução arquitetônica e as narrativas entrelaçadas das pessoas que contribuíram para sua existência. Nesse contexto, a cidade se torna mais do que um mero cenário físico; ela se converte em um palco em que as emoções e vivências individuais se entrelaçam, moldando a identidade coletiva.

Essa interação dinâmica entre cidade e memória ressalta a importância de compreender as narrativas pessoais que ecoam nas ruas e construções. A Casa da Ponte, como parte integrante desse tecido urbano, transcende sua função arquitetônica para se tornar um símbolo carregado de significados, refletindo a riqueza das experiências humanas que a moldaram ao longo do tempo.

Bosi (2004), Canclini (2008) e Halbwachs (1990) oferecem perspectivas enriquecedoras sobre o complexo fenômeno da memória, cada um destacando aspectos distintos que contribuem para a compreensão mais profunda desse processo. Para Bosi (2004), a memória é uma construção social e coletiva, sendo moldada pelas interações e representações simbólicas que permeiam a vida em sociedade.

Canclini (2008), por sua vez, destaca a relação intrínseca entre a cidade e a memória, ressaltando como as experiências urbanas influenciam a construção das lembranças individuais e coletivas. Halbwachs (1990) ressalta o caráter coletivo da memória, argumentando que ela é

fortemente influenciada pelos grupos sociais aos quais pertencemos, sendo moldada e compartilhada por meio das interações sociais.

Quando aplicamos essas perspectivas à Casa da Ponte em Itauçu, percebemos que suas memórias são resultado não apenas das vivências individuais, mas também das interações sociais e do contexto urbano que a circunda. A construção da identidade da Casa da Ponte e sua integração à memória de Itauçu são fenômenos sociais complexos, nos quais as percepções de Bosi (2004), Canclini (2008) e Halbwachs (1990) oferecem lentes valiosas para a compreensão desse processo dinâmico.

O destaque conferido à valorização da memória em relação aos elementos que conectam a Casa da Ponte às vivências e histórias diversas ressalta a importância desse processo na construção da identidade local. Ao considerar a relação entre a memória individual e a coletiva, reconhecemos que a memória individual é moldada pelo contexto social e familiar em que cada indivíduo está inserido durante os eventos que marcaram sua vida (Halbwachs, 1990).

Essa interação entre o indivíduo e seu ambiente social e familiar contribui para a formação de lembranças subjetivas que, por sua vez, se entrelaçam com a memória coletiva, enriquecendo o tecido das narrativas compartilhadas. No caso da Casa da Ponte em Itauçu, essa dinâmica complexa entre memória individual e coletiva ganha destaque, evidenciando como a história da casa se entrelaça às experiências singulares de quem a viveu, ao mesmo tempo em que se conecta à memória compartilhada da comunidade local (Halbwachs, 1990).

1.3 Procedimentos Metodológicos

Neste tópico apresentamos as metodologias utilizadas durante a realização da pesquisa. Neste item explanamos sobre a história da cidade, onde o bem cultural está inserido, desde o período de formação do povoado até a emancipação política, além da história do imóvel, do momento de residência até a fase inicial de implantação do museu comunitário. Analisamos o histórico do Movimento da Casa da Ponte, tendo em vista as suas ações registradas na rede social *Facebook*, o estatuto interno aprovado, e as suas modificações, além do projeto de lei.

A oportunidade de evidenciar a pesquisa, dentro de um processo de busca, mostra “o papel do historiador em relação aos documentos expostos e sua mutabilidade, demonstrando a relação entre os personagens e os fatos” (Karnal; Totsch, 2020, p. 13). No entanto, ressaltamos que não conseguimos ter o acesso aos documentos que remetem à construção do imóvel, pelas dificuldades de acesso e registro.

Sobre documentos que contribuíssem para enaltecer a composição da história local, na cidade de Goiás, com o apoio de Fátima Cançado, uma das responsáveis do Arquivo Frei Simão Dorvi, localizado na Cidade de Goiás, pudemos acessar algumas reportagens sobre o município logo após o processo de emancipação.

Em torno do imóvel, efetivou-se uma descrição desde o período de sua construção, atravessando o momento em que era residência até o instante inicial de implantação de um museu e a organização de sua documentação, necessária para a realização das suas atividades, que ainda se encontram no início.

O projeto de pesquisa foi submetido na Plataforma Brasil e analisado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Estadual de Goiás; e, sua aprovação ocorreu em 07 de dezembro de 2022.

Como parte da pesquisa realizamos entrevistas, por meio das quais desenvolvemos a metodologia da história oral. Através dessas entrevistas tivemos acesso a detalhes da história do município e do imóvel, além de histórias vivenciadas por moradores que rememoraram as suas experiências com a Casa da Ponte.

Para Pollak (1992), as entrevistas são uma ferramenta fundamental para a coleta de histórias de vida e para a compreensão da memória e da identidade social. O autor argumenta que a história de vida é um instrumento privilegiado para avaliar os momentos de mudança, os momentos de transformação:

Além disso, Pollak (1992) ressalta a importância da entrevista, uma vez que ela passa a ser uma forma de acessar a memória e a identidade social, pois permite que as pessoas compartilhem suas histórias e experiências de vida, e que revelem como se veem e como se relacionam com os outros:

O primeiro critério, ao meu ver, é reconhecer que contar a própria vida nada tem de natural. Se você não estiver numa situação social de justificação ou de construção de você próprio, como é o caso de um artista ou de um político, é estranho. Uma pessoa a quem nunca ninguém perguntou quem ela é, de repente ser solicitada a relatar como foi a sua vida, tem muita dificuldade para entender esse súbito interesse. Já é difícil fazê-la falar, quanto mais falar de si. Em nossa pesquisa, tivemos assim interesse em analisar o estilo e o emprego dos pronomes pessoais utilizados para falar de si própria. Talvez seja interessante eu contar isso em detalhes. Entre as falas de deportadas, encontramos três tipos de estilo: estilo cronológico, estilo temático, e o que chamamos de estilo factual [...] (Pollak, 1992, p. 13).

Entendemos que as entrevistas são uma forma de coletar dados históricos e acessar a memória e a identidade social, pois há uma permissão de compartilhar histórias e experiências de vida e que revelem como se veem e como se relacionam com os outros.

Pollak (1992) determina o estilo de entrevistas a partir da análise dos relatos de vida coletados. O autor identifica três tipos de estilo: estilo cronológico, estilo temático e estilo factual. O estilo cronológico é caracterizado por uma narrativa que segue uma ordem temporal, na qual o indivíduo evidencia a continuidade e na duração dos eventos. O estilo temático se concentra em narrativas sobre determinados temas, sem seguir uma trajetória de fatos em sua temporalidade. E, o estilo factual é caracterizado por uma narrativa que se concentra em fatos objetivos, sem enfatizar a subjetividade ou a interpretação pessoal.

A modalidade de entrevista temática, como mencionada por Pollak (1992), pode ser utilizada para explorar temas específicos, em que a entrevista temática pode ser útil para indivíduos que tenham dificuldades em seguir uma ordem cronológica dos fatos, explorando temas específicos para a pesquisa.

Assim, para a seleção das entrevistas realizadas para a coleta de momentos e história referente à Casa da Ponte, enfatizamos as histórias de vida e as histórias temáticas, de momentos vivenciados por esses indivíduos (ressaltando aqueles que apresentam 59 anos acima) que tiveram um contato maior com esse lugar de memória.

No quadro abaixo apresentamos a relação dos entrevistados, moradores de Itauçu, com idade igual ou superior a 59 anos, homens e mulheres, que tiveram a sua história interligada com a Casa da Ponte – Itauçu / GO, em alguns momentos das suas vidas.

Quadro 2 – Entrevistadas e Entrevistados

Nome	Idade	Função Social	Participação na Casa da Ponte
Ana Maria Garcia	80	Professora Aposentada do Município	A sua infância, assim que chegou da Bahia, foi em boa parte aos arredores da Casa, pois o seu pai era um dos lavradores que trabalhavam com o Senhor Ernesto na plantação de café.
José Maria Gomes	76	Servidor Público Aposentado	Servidor Público Estadual, atualmente aposentado. Na década de 1980, foi secretário de administração e educação municipal, na gestão do então prefeito Manoel da Anunciação.

Águeda Rosa	76	Professora Aposentada do Município	Atou como professora no município entre as décadas de 1960-1970. Durante entrevista, confidenciou que tinha uma amizade com uma das sobrinhas do senhor Ernesto, a senhora Maria Rebouças.
Luís Alberto	60	Vereador do Município	A família do Senhor Luís tinha uma ligação profissional com a família do Senhor Werciley Saraiva: em meados da década de 1980, o senhor Luís trabalhava para o Senhor Werciley em suas terras.

Fonte: Elaborada pela Autora (2023)

Assim, a história oral e as entrevistas, de acordo com Pollak (1992), não são tratadas como termos distintos, pelo contrário, o autor utiliza os termos de forma intercambiável em alguns momentos, como quando afirma que a história de vida é um instrumento privilegiado para avaliar os momentos de mudança e transformação, e que a entrevista é uma forma de acessar a memória e a identidade social.

O trabalho do historiador faz-se sempre a partir de alguma fonte. É evidente que a construção que fazemos do passado, inclusive a construção mais positivista, é sempre tributária da intermediação do documento. Na medida em que essa intermediação é inescapável, todo o trabalho do historiador já se apoia numa primeira reconstrução. Penso que não podemos mais permanecer, do ponto de vista epistemológico, presos a uma ingenuidade positivista primária. Não acredito que hoje em dia haja muita gente que defenda essa posição. Agora, é óbvio que a coleta de representações por meio da história oral, que é também história de vida, tornou-se claramente um instrumento privilegiado para abrir novos campos de pesquisa. Por exemplo, hoje podemos abordar o problema da memória de modo muito diferente de como se fazia dez anos atrás (Pollak, 1992, p. 8).

Quando utilizamos a entrevista como uma metodologia para a coleta de dados, durante o processo, os indivíduos compartilham suas histórias e experiências de vida e revelam como se veem e como se relacionam com os outros. Em suma, Pollak (1992) utiliza os termos "história oral" e "entrevista" de forma intercambiável, como formas de coletar e analisar relatos de vida e memórias pessoais.

A pesquisa bibliográfica é o trabalho realizado a partir de estudos existentes, como uma maneira de suporte para a evolução da pesquisa decorrente. Para realizar esta parte da pesquisa,

realizamos leituras de artigos, periódicos, trabalhos de conclusão de curso, trabalhos monográficos, teses e dissertações, que são essenciais para essa pesquisa:

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (Severino, 2013, p. 106).

Na seleção dessas fontes bibliográficas, para a organização da metodologia, da pesquisa em questão, escolhemos autores da historiografia local, como Borges (2005), Coelho (2001), Paula e Granjeiro (2017), José (2017). Também utilizamos autores que se debruçam sobre o tema da memória e identidade, como Pollak (1992), e os que remetem sobre a educação patrimonial, como Scifoni (2017).

Para a pesquisa documental selecionamos projetos de lei que remetiam ao mecanismo de defesa de preservação do bem cultural (Casa da Ponte), Lei nº 858 de 26 de dezembro de 2013, que determina o tombamento como patrimônio histórico e cultural do município de Itauçu/GO, a Casa da Ponte (analisamos esse documento no item dois do relatório).

Quanto ao processo de tombamento do patrimônio cultural, esse foi o segundo item a ser realizado, sendo que o primeiro projeto de lei ocorreu em 1989, através do então vereador, José Braga Coelho, durante a gestão do então prefeito, Antônio Alves de Castro. A documentação que remete a esse período ainda não se encontra digitalizada e nem organizada no acervo da Câmara Municipal de vereadores de Itauçu. Durante a pesquisa, buscamos pelo projeto de lei e tivemos acesso, em 2008, somente a um boletim informativo das ações realizadas pelo senhor José Braga Coelho, em seu único mandato de vereador, sendo na época um projeto de lei vetado.

Além do mecanismo de preservação acima citado, que fora o tombamento, o estatuto interno do Museu da Memória da Casa da Ponte, e as suas modificações foram realizadas a partir de 2014. Analisamos também, algumas fotografias do acervo pessoal do senhor Chafi²², mostrando a importância da memória fotográfica que pode ser considerada como um dispositivo capaz de registrar imagneticamente os fatos que marcam as trajetórias de instituições, capturando momentos e pessoas que fazem parte da memória desses lugares (Felipe; Pinho, 2018).

Dentro do procedimento metodológico, é importante compreender a relação entre o museu como um lugar de memória, e o processo de fortalecimento do ensino-aprendizagem na escola, com foco nos professores que atuam no ensino fundamental primeira fase. É

²² Atualmente esse arquivo está comigo (autora desta dissertação).

fundamental ressaltar a importância do uso de espaços educacionais para enriquecer esse processo. E, nesse sentido, evidenciamos o trabalho realizado na Escola Municipal Visão do Futuro – Professora Iracema Netto José: no dia 21 de junho de 2023 tivemos o primeiro contato com os professores, e, na ocasião, apresentamos a proposta da pesquisa e realizamos uma roda de conversa. A partir do mês de agosto do mesmo ano retornamos à escola para dar continuidade nesse processo e terminar de conhecer os demais colaboradores da escola.

Contudo, é necessário reconhecer que utilizar esses espaços nem sempre é uma missão fácil para o educador. Diversos desafios podem surgir ao planejar e implementar atividades em museus ou outros locais não formais.

2 O LUGAR DE MEMÓRIA CONHECIDO COMO CASA DA PONTE: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ESCOLA E NO MUSEU

No pulsar do tempo, em que as raízes da história se entrelaçam com o presente, surge a Casa da Ponte como um testemunho silencioso das vicissitudes e alegrias de Itauçu, uma pequena cidade de Goiás. Este lugar que transcende sua materialidade, torna-se um farol, iluminando as margens do Córrego Maria da Silva e do Rio Meia-Ponte, bem como os recantos da memória coletiva local. Em sua arquitetura, cada pedra carrega narrativas e cada cômodo ressoa com vozes do passado.

Nesta seção, desvendamos os múltiplos véus que envolvem a Casa da Ponte, explorando sua estrutura física e destacando o processo de formação do Movimento da Casa da Ponte; e, nesse processo, evidenciamos a dedicação de seus membros. Enfatizamos a importância de estabelecer e preservar um espaço ou lugar de memória. Mais do que um simples exame histórico, nosso objetivo é lançar luz sobre a interseção entre a preservação desse patrimônio e a educação patrimonial, tanto nas salas de aula quanto nos corredores do Museu Casa da Ponte. Ao mergulharmos nesse universo, buscamos entender o passado e reconhecer a relevância desse espaço na construção de identidades culturais e na transmissão do legado para as gerações futuras.

2.1 Despertando memórias: do movimento Casa da Ponte à formação do Museu de Memória Casa da Ponte / Itauçu-GO

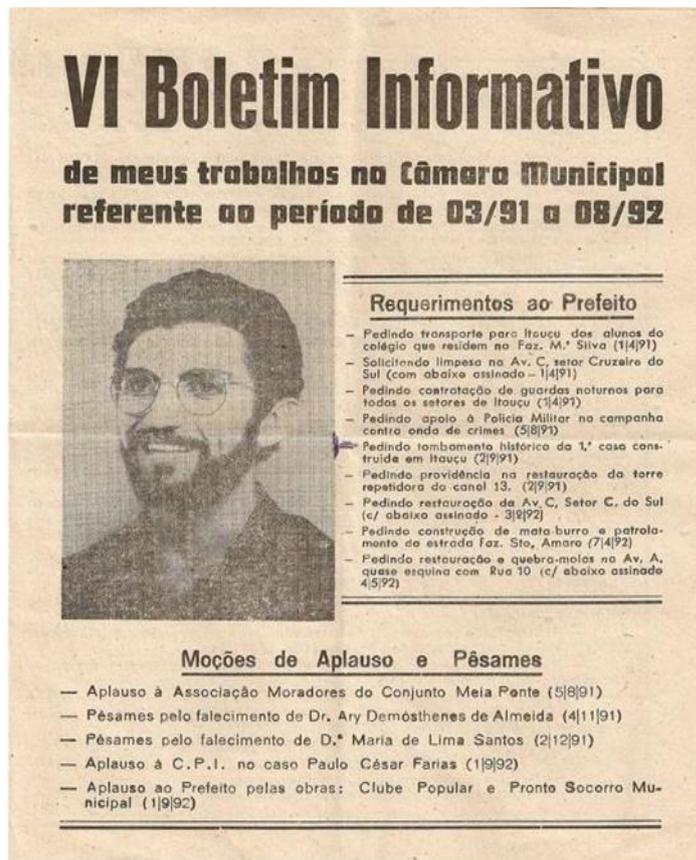
Em prol da luta pela valorização da Casa, já na década de 1990, o senhor José Braga Coelho, durante o seu mandato, em 02 de setembro de 1991, fez um requerimento junto à Câmara Municipal dos vereadores. O período histórico e político corresponde à gestão do então prefeito Antônio Alves de Castro, e a de Walmir Renan da Silveira, em que esteve na presidência da Câmara Municipal dos vereadores. Segundo José (2009):

No dia 02 de setembro de 1991, José Braga Coelho fez um requerimento pedindo ao prefeito o tombamento histórico da primeira casa construída para Itauçu, pois a sua originalidade ainda é mantida, e também pediu que a transformasse em um Centro Cultural e Histórico para Itauçu. Esse projeto foi aprovado pela câmara municipal de vereadores, mas não chegou a ser executado, ele foi engavetado, e assim o que seria a realização de um sonho de pessoas que lutam pela preservação da memória local não aconteceu (José, 2009, p. 25).

A apresentação desse projeto visava revitalizar um lugar que, além despertar a memória local, representaria de forma simbólica o espaço pioneiro da história que remete ao processo de

formação do povoado de Catingueiro Grande até o município de Itauçu. O projeto, mesmo com a aprovação por parte da Câmara Municipal, não foi aprovado, frustrando o sonho de pessoas como o próprio vereador José Braga Coelho, e o também mencionado senhor Chafi, que lutavam pela valorização da memória local. Seus esforços não eram processos recentes; outras ações foram concretizadas pelo então vereador, que pode ser visto em um boletim informativo que por ele fora elaborado.

Imagem 22: Boletim Informativo dos trabalhos do Vereador José Braga Coelho



Fonte: Acervo pessoal de José Braga Coelho

Em 2013, anos depois da tentativa em criar mecanismos de defesa para a preservação do patrimônio cultural local dentro do município, através de um requerimento do então vereador Bernardo Lobo de Almeida (bisneto do senhor Ernesto Magalhães, e neto do senhor Bernardo de Oliveira Lobo, o responsável pelo processo de emancipação política de Itauçu) conseguiu-se efetivar, juntamente à Câmara Municipal de vereadores do município o tombamento do imóvel. A lei municipal nº 858 de 26 de dezembro de 2013 mostra que a Casa da Ponte é tombada como patrimônio histórico e cultural do município de Itauçu/GO, situada na Rua

Ernesto Magalhães Qd.02, Lt.03 Setor Central. Entende-se por tombamento, segundo Rabello (2023), no dicionário do patrimônio cultural, retirado do site do IPHAN:

O tombamento é um ato administrativo regulado pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. O tombamento é realizado pelo Poder Público, nos níveis federal – de responsabilidade do Iphan, estadual ou municipal e aplica-se, exclusivamente, aos bens de natureza material ou ambiental. O tombamento de um bem inicia-se com o pedido de abertura do processo, que pode ser realizado por qualquer cidadão ou instituição pública. Quando aplica este instrumento, o objetivo do poder público é preservar bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também aqueles de valor afetivo para a população, impedindo a destruição e/ou descaracterização dos bens em questão (Rabello, 2023, p. 1).

A partir do decreto Lei nº 25 de 1937, tanto a União, os Estados e até mesmo os municípios passaram a ser os responsáveis pelo processo de salvaguarda do patrimônio cultural de natureza material. Desta forma, qualquer cidadão ou instituição pública pode realizar o pedido de abertura.

O objetivo do tombamento é garantir a valorização e a preservação de bens com valores históricos, cultural, arquitetônico, ambiental e ainda mais pelo seu próprio valor afetivo, de onde esse bem cultural esteja inserido. Assim, a Casa da Ponte, além do seu valor histórico e afetivo, encontra-se assegurada pela lei

Art1º. Fica tombado, como Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Itauçu, Estado de Goiás, o prédio da “Casa da Ponte”, localizado a Rua Ernesto Magalhães Qd 02, Lt 03, Centro, Itauçu/GO; Art2º Em Art2º. Em razão do presente tombamento fica proibida qualquer destruição ou descaracterização do imóvel em questão, preservando-se suas características originais. Art3º Esta Art3º. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as suas disposições em contrários (Lei nº 858 de 26 de dezembro de 2013).

Através da valorização do patrimônio cultural local, uma nova perspectiva se abriu para a própria comunidade, que passou a vislumbrar uma trajetória diferente. A casa, que por anos esteve abandonada, ganhou um novo significado.

Para a comunidade local, o tombamento é um processo importante para a preservação do bem cultural. A partir do tombamento, a ideia que se constrói junto à população é a de que é preciso manter viva a história e a memória da comunidade itauçuense. Trata-se, portanto, de um instrumento legal e administrativo que visa proteger e preservar bens de valor cultural, histórico e arquitetônico. Nesse contexto, a Casa da Ponte, ao ser tombada, passou a ser reconhecida oficialmente como patrimônio cultural, estabelecendo limitações e diretrizes para a sua conservação.

O processo de tombamento envolve um reconhecimento da importância do bem para a identidade e história local, garantindo que ele seja mantido e respeitado ao longo do tempo. Além disso, o tombamento contribui para a valorização do patrimônio cultural, promovendo a conscientização da comunidade sobre a importância de preservar elementos que contam a história e contribuem para a construção da identidade coletiva.

Ao ser preservada, a Casa da Ponte torna-se um elo tangível com o passado, proporcionando às gerações presentes e futuras a oportunidade de compreender e apreciar as raízes culturais e históricas de Itauçu. O tombamento, portanto, é um compromisso com a memória e a perpetuação das tradições que moldaram a comunidade ao longo do tempo.

O processo de tombamento da Casa da Ponte representou um marco para a preservação do patrimônio histórico de Itauçu. Iniciado com a identificação de seu valor cultural e histórico, o tombamento envolveu um meticuloso levantamento que reconheceu não apenas a estrutura física, mas também os significados imateriais e as memórias associadas ao local. Esse reconhecimento oficial consolidou-se por meio de documentos que atestaram a importância da Casa da Ponte para a identidade da comunidade.

Com o tombamento, abriu-se caminho para a criação do Museu Casa da Ponte, uma iniciativa que transcende a mera conservação arquitetônica, visando resgatar e compartilhar as múltiplas camadas de história que permeiam esse lugar. O movimento "Vamos valorizar a Casa da Ponte" foi fundamental nesse processo; tendo em vista que reuniu esforços da comunidade e autoridades locais para transformar a casa em um espaço dinâmico, educativo e acessível, alinhando-se com os princípios da educação patrimonial.

Entre as reuniões de amigos para a realização dos - Saraus Entre Amigos -, começamos a gestar o Movimento da Casa da Ponte. Entre os assuntos que perpassavam essas reuniões, a preservação do imóvel realmente advinha entre os participantes do Sarau. Esses eventos eram realizados na chácara Monte Castelo, 5km próximo de Itauçu, atualmente de propriedade de Salete Prado²³.

Por meio dos escritos da poetisa e advogada Rúbia Garcia²⁴, que fora publicado no *Facebook* em sua página pessoal e, em seguida, reportada a outras páginas da rede social, em especial, na página - Vamos Salvar a Casa da Ponte - em julho de 2015, podemos perceber uma ordem cronológica quanto à luta de diversos agentes que fizeram parte da germinação do Movimento da Casa da Ponte:

²³ Advogada, filha do Senhor Ico (FLORIANO SILVA), escritor local, natural de Itauçu, irmã de Lucinda Prado, e uma das precursoras do Movimento da Casa da Ponte

²⁴ Filha da professora Ana Maria Garcia, professora de Letras, poetisa e advogada,

Avivadas pela memória, famílias inteiras encontram-se na convergência da esquina: a casa da ponte erguida em 1932. Todos contam causos no terreiro amplo, onde pés de frutas doces há tempos saciaram gerações de paladares infantis. Logo ali... às margens do Córrego Maria da Silva, que corre pra abraçar o nativo Rio Meia Ponte, que pela visionária bacia se imortalizará no mar. E nós, árvores, flores e frutos goianos, itauçuenses de nascença ou de adoção, vamos junto, porque nascemos para nos perpetuar no amar.

Assim, pelo amor à preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural de nossas raízes, o projeto Casa da Ponte teve como primeiros precursores o Sr. Chafi José, que em 1982 iniciou a luta; o José Braga Coelho, vereador com requerimento à câmara em 1991; o Marcus Vinicius Lino, à época vereador, com ofício ao proprietário e projetos junto a historiadora Raíssa Santos José, entre 2008-2009. Mas, apesar do anseio de muitos, não houve força para germinar.

Já em 05/03/2012, por imagem do fotógrafo Jorge Belim postada no “Facebook” com a legenda “essa casa pede socorro”, houve maior comoção. Impulsionando, em 12/03/12, um encontro entre o ex-prefeito, Dr. Alvimar, o vice Clayton e Cristiane Arantes com Salma Saddi, do IPHAN. Mesma época em que o então vereador Tulim Moacir Dias Barbosa (Tulim) encaminhou ao Executivo o Requerimento 11/12 para instituição no local de um “museu vivo”. Por sua vez, a escritora Lucinda Prado, com poesias e contos de doidos, andarilhos e assombrações movimentou e resgatou através da rede social o gosto pelas “contações” da estória dormente de seu povo, sobretudo com a publicação do texto “A casa”, em 07/05/2013. Culminando em um Sarau organizado pela própria escritora e suas irmãs Salete Prado e Irene Silveira, por Rui França Barbosa e Rúbia Garcia, tendo a participação da mais fina flor artística itauçuense, quando ficou latente a urgência de uma Casa de Cultura. Novas sementes lançadas, aguardando a força propulsora do eclodir.

Diante desse clamor social, houve para a desapropriação do imóvel o Requerimento 02/13 pela atual Câmara de Vereadores (Alexandre Mota, Augusto Porfírio, Benedito Martins, Bernardo Lobo, Maninho Denilton Martins, Idiekson Vieira, José Neto, Warlen Rodrigues). Antes, porém, o Executivo realizou o tombamento histórico, Lei 858/13.

Enquanto isso, ao grupo idealizador do sarau juntaram-se: Luiz Pimenta, Walter Alvarenga, Fátima Prado, Bruno Garcia, Cristiane Arantes, Chafi José, Raíssa José, José Braga e Marcus Vinicius Lino; sempre incitados por Lucinda Prado, que criou em rede social Vamos Salvar a Casa da Ponte - Itauçu/GO” (comunidade) e “Casa da ponte-museu-itauçu”(grupo público).

Em 2014, estimulados por Lucinda Prado, surgiu a ideia de a sociedade civil adquirir a Casa e repassá-la ao município para restauração, criação e manutenção do museu e casa de cultura. Salete Prado em janeiro de 2014 tentou negociações com o atual proprietário, o empresário Ricardo Tannus, sem êxito devido às exigências temporais e ao valor pedido (Paula, 2015, publicada no Facebook).

Nesse intrigante cenário em que a memória e as histórias convergem, a Casa da Ponte se destaca como o epicentro das narrativas itauçuenses, ecoando os feitos daqueles que a ergueram, em 1932, o ano de edificação do patrimônio cultural. Sob a sombra de frondosas árvores, que há muito tempo testemunham os causos contados e os sabores compartilhados, a casa se insere na rica paisagem às margens do Córrego Maria da Silva, fluindo em direção ao abraço do Rio Meia Ponte. Um vínculo inquebrantável com a terra goiana se forma, impulsionando árvores, flores e frutos itauçuenses a participarem da imortalidade desse legado. É nesse espírito de amor à preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural que o projeto

Casa da Ponte teve seus precursores, como Chafi José, José Braga Coelho, Marcus Vinicius Lino e a historiadora Raíssa Santos José.

O Movimento da Casa da Ponte – Itauçu / GO, como uma forma de um contato maior com a comunidade itauçuense, criou a página no *Facebook* “Vamos valorizar a Casa da Ponte”, por meio da qual divulgou o projeto e reuniu esforços da comunidade e autoridades locais, a partir de 2014, para transformar a Casa em um espaço dinâmico, educativo e acessível. O anseio pela preservação e resgate histórico se manifestou através de diversas iniciativas, como os requerimentos à câmara, encontros com autoridades, e a incansável luta de figuras como Lucinda Prado, Rui França Barbosa, Nelson Guimarães, Hailton Correa, os quais, por meio de poesias e contos, despertaram o interesse pela rica história da Casa.

A urgência de uma Casa de Cultura foi evidenciada em eventos como o Sarau organizado por Lucinda Prado e seus colaboradores, em que a comunidade expressou a necessidade de um espaço dedicado à cultura e à preservação da memória local. Esse clamor social culminou na desapropriação do imóvel pela Câmara de Vereadores que, juntamente com o tombamento histórico realizado pelo poder Executivo, pavimentou o caminho para a criação do Museu Casa da Ponte.

Assim, sob os esforços conjuntos da sociedade civil, autoridades locais e entusiastas da cultura itauçuense, a Casa da Ponte se tornou mais do que um simples monumento físico; ela se transformou em um símbolo vivo da identidade local, preservando a estrutura arquitetônica, as histórias e memórias que permeiam suas paredes. Esse processo demonstra o poder da comunidade em resgatar e valorizar seu patrimônio, destacando a interseção entre preservação, cultura e educação patrimonial.

Abaixo, segue uma foto da formação inicial dos membros do grupo do Movimento da Casa da Ponte. É importante ressaltar que algumas dessas pessoas presentes na imagem já não se encontram mais entre os membros do movimento, pois faleceram no decorrer do tempo. Senhor Chafi, Rui França²⁵ e Nelson Guimarães²⁶ deixaram o seu legado para a comunidade itauçuense na esperança que esse espaço pudesse não ser somente restaurado, mas que se tornasse um espaço destinado para a valorização da memória e construção da identidade local.

²⁵ Natural de Itauçu, Contador, Escritor da Comunidade e também um dos precursores idealizadores do Movimento Casa da Ponte, onde utilizada a rede social Facebook, para publicar as suas memórias (MEMÓRIAS DE UM SEXAGENÁRIO), mesmo após ao seu falecimento, a página ainda está no ar para aqueles que através das suas memórias, queria ter uma viagem ao passado.

²⁶ Natural de Itauçu, filho de professora, corretor de seguros, também se envolveu na formação inicial do Movimento da Casa da Ponte, e até o seu falecimento, usou das palavras, para poder expressar o seu amor pela terra natal e ainda o seu amor, pelo Movimento da Casa da Ponte.

Imagem 23: Parte dos membros fundadores do Movimento da Casa da Ponte



Fonte: página do Facebook - Vamos Valorizar a Casa da Ponte
<https://www.facebook.com/photo?fbid=445213882335846&set=pcb.445213945669173>

Essa imagem é apenas um dos inúmeros registros que podemos encontrar na rede social do *Facebook*: da direita para a esquerda, de chapéu claro e camisa azul, Luíz Pimenta, ao seu lado, Raíssa Santos José, Rúbia Garcia de Paula, Marlene Padro, Cristiane Arantes, Fátima Prado, Marcus Vinicius Lino, conhecido na comunidade como Fofão, o senhor de camisa branca e calça preta é Euripedes Barbosa Nunes, natural de Itauçu, membro ligado à maçonaria que na ocasião estava reunido com os membros para demonstrar seu apoio ao movimento, o Senhor Chafi, de bengala na mão, e sentado em um tamborete, e ao seu lado, Salete Prado, e o irmão da Rúbia Garcia de Paula, Bruno Garcia de Paula, atualmente atuando como procurador geral do município e um dos representantes do Lar dos Idosos Bom Pastor (entidade ligada à maçonaria). Esse registro consta publicado na rede social Facebook em 27 de setembro de 2015, e foi feito logo após o processo de desapropriação do imóvel.

Na preocupação em manter a narrativa e a trajetória da criação do Movimento da Casa da Ponte em evidência, um artigo de autoria de Rúbia Garcia de Paula e Alessandra Grangeiro, - A gênese do Movimento da Casa da Ponte de Itauçu / GO-GO: a preservação dos saberes

materiais e imateriais de um povo -, mostra os primeiros passos desse movimento na comunidade.

O Movimento Casa da Ponte de Itauçu/Go (MCP) foi criado em 2014, a partir de dois saraus idealizados pela escritora Lucinda Prado, denominados 1º e 2º Sarau Amigos de Itauçu. A partir dessa confluência de artistas, foram identificadas lacunas na valorização da cultura itauçuense, o que motivou a criação do MCP. O movimento surgiu naturalmente na sociedade civil com o objetivo de preservar tanto o patrimônio tangível, a Casa da Ponte, quanto intangível - os costumes, as histórias e as estórias do próprio povo, nas mais amplas expressões artístico-culturais. Desde então, o MCP tem trabalhado em parceria com os poderes executivos, legislativos e a população para restaurar a Casa da Ponte e promover a cultura local.

O Movimento Casa da Ponte de Itauçu/Go (MCP) tomou corpo nas entranhas da sociedade civil, surgindo, inicialmente, entre amigos, no ano de 2014, após se reunirem em dois saraus idealizados pela escritora Lucinda Prado, denominados 1º e 2º Sarau Amigos de Itauçu. A partir dessa confluência de artistas, foram identificadas lacunas na valorização da cultura itauçuense. Uma delas, a ausência de local apropriado às manifestações artístico culturais. Outra, as ruínas do imóvel histórico mais antigo da cidade, a querida “Casa da Ponte”. Assim, entre contos, debates, histórias, poesias e estórias, postadas, sobretudo, no Facebook, acabaram convergindo os sonhos para uma grande luta: a restauração da Casa da Ponte e a implantação, nas dependências, do Museu da Memória, bem como a construção da Casa da Cultura, que engloba o Auditório e a Escola de Artes (Fundação, 2017 *apud* Paula; Grangeiro, 2017, p. 6).

O Movimento Casa da Ponte de Itauçu/GO (MCP) emerge como uma força ativa da sociedade civil, consolidando-se a partir de encontros entre amigos no ano de 2014, notadamente nos saraus organizados pela escritora Lucinda Prado, conhecidos como 1º e 2º Sarau Amigos de Itauçu. Nesses eventos, permeados por contos, debates, histórias e poesias, identificaram-se lacunas na valorização da cultura local, especialmente a falta de um espaço adequado para manifestações artístico-culturais.

A Casa da Ponte, reconhecida como as ruínas do imóvel histórico mais antigo da cidade, despontou como um símbolo emblemático. Diante dessa constatação, os sonhos e anseios convergiram para uma grande causa: a restauração da Casa da Ponte. Essa percepção abrangente abraça não apenas a recuperação física do monumento, mas também sua revitalização como Museu da Memória, além da concepção da Casa da Cultura, que engloba um Auditório e uma Escola de Artes. Essa iniciativa revela a importância de preservar o patrimônio histórico e a aspiração de construir espaços que promovam a cultura, a memória e a expressão artística na comunidade itauçuense (Paula; Grangeiro, 2017).

Esse movimento tornou-se essencial para o fortalecimento daqueles que vieram anteriormente e lutaram pela valorização da memória e a preservação do patrimônio histórico local, assim como mostrado por Paula e Grangeiro (2017):

Nesse ponto, abre-se um precedente histórico ao MCP sobre os primeiros sonhos de restauro do prédio de 1932 para abrigar o museu, anseio antigo do historiador Chafi José (CHAFI, 2016). A posteriori, encampou esse ideal o geógrafo José Braga Coelho que, estando na vereança entre 1989-1992, requereu à Câmara o tombamento do imóvel para implementação do Museu Histórico Municipal, projeto aprovado em unanimidade, mas não efetivado pelo executivo (Coelho, 2001). Já nos idos de 2008, o então vereador Marcus Vinicius Rodrigues de Sousa Lino, apresentou a proposta de um Centro Cultural e, em parceria com a historiadora Raíssa Santos José, retomam a luta tentando negociações com o proprietário do imóvel, o empresário mineiro Ricardo Agel Tannus, porém, sem êxito (José, 2005, p. 25-26 apud Paula; Grangeiro, 2017, p. 06).

Neste ponto, o Movimento Casa da Ponte (MCP) revive um histórico de aspirações para o restauro do prédio de 1932, visando abrigar um museu, um sonho que remonta ao historiador Chafi José, conforme documentado por ele em 2016. A trajetória desse anseio continua com o geógrafo José Braga Coelho que, durante seu mandato como vereador entre 1989-1992, propôs o tombamento do imóvel para a implementação do Museu Histórico Municipal. Embora o projeto tenha sido aprovado por unanimidade na Câmara, não foi efetivado pelo executivo, como registrado por Coelho (2001).

O desejo de transformar a Casa da Ponte em um espaço cultural persistiu ao longo dos anos. Em 2008, Marcus Vinicius Rodrigues de Sousa Lino, então vereador, apresentou uma proposta para um Centro Cultural. Em colaboração com a historiadora Raíssa Santos José, eles retomaram a luta e tentaram negociar com o proprietário do imóvel, o empresário mineiro Ricardo Agel Tannus, em meados de 2008. No entanto, essas negociações não foram bem-sucedidas, conforme documentado por José em 2005 e citado em 2017. Esses episódios históricos destacam a persistência e a continuidade dos esforços para transformar a Casa da Ponte em um espaço cultural ao longo das décadas.

Os fundadores do Movimento Casa da Ponte de Itauçu/Go (MCP) incluem Lucinda Prado, Salete Prado, líder do MCP, e Chafi José, considerado, até então, um museu vivo da memória. Esses indivíduos desempenharam papéis fundamentais na concepção e no desenvolvimento do movimento, demonstrando um forte compromisso com a preservação do patrimônio tangível e intangível da comunidade local. Além disso, o MCP também contou com a participação de outros membros pioneiros na formação do movimento, incluindo a pesquisadora responsável por esta pesquisa (Paula; Grangeiro, 2017).

Diante desse fato, cresce na sociedade o número de apoiadores de todo o projeto que conta, atualmente, com os seguintes integrantes diretos, todos descritos no texto desta pesquisadora postado no Facebook em nome do MCP: Salete Prado, Lucinda Prado, Chafi José, Bruno Garcia, Cristiane Arantes, Rúbia Garcia, Raíssa Santos José, Maria De Fátima Prado, Rui França Barbosa, Sueli Jacinto, Marcus Vinicius Lino, Sebastião Barbosa, Hailton Correa, Claudia Gabriel, José Braga Coelho, João Júnior Vieira, Luiz Pimenta, Marlene Prado, Nelson Guimaraes, Regis França Barbosa, Terezinha Adarse, César Fagundes, Wellington Gonçalves, Lúcia Alvarenga e Arestino Fernandes. (GARCIA, 2017) E está constantemente recebendo apoiadores, principalmente para a feitura dos saraus que, na terceira e quartas edições, realizaram-se na rua, aberto ao público, e com participação prioritária dada aos estudantes e aos escritores da terra, além dos músicos, dançarinos, 967 Anais da VI Semana de Integração Inhumas: UEG, 2017, p. 959-969 artesãos, atores, congadeiros e catireiros (Correa, 2017, p. 07 apud Paula; Grangeiro, 2017, p. 08).

Com o passar do tempo, mais pessoas se juntaram à causa do movimento, reconhecendo a importância de valorizar e preservar o patrimônio cultural local. Esse engajamento reflete uma compreensão crescente sobre a relevância de resguardar a memória histórica e cultural da comunidade. Ao atrair a adesão de novos membros, o movimento fortalece-se como um catalisador para a conscientização sobre a importância do patrimônio e sua influência na identidade e coesão da sociedade itauçuense.

Em 15 de setembro de 2015, na gestão do então prefeito Moacir Dias Barbosa, conhecido na comunidade como Tulim, foi criada a Fundação da Memória e Museu Cultural Casa da Ponte Itauçu / GO. Desde então, as atividades do Movimento Casa da Ponte passaram a ser geridas pela própria fundação, conforme mencionado por Paula e Grangeiro (2017).

A lei de criação (Lei nº 934/2015) da Fundação da Memória e Museu da Memória Casa da Ponte tem como finalidade promover e assegurar a implementação de políticas públicas para as instituições museológicas de Itauçu, contribuindo para a organização, gestão e desenvolvimento do museu e seus acervos. Além disso, a fundação tem como objetivo estimular a participação de grupos e centros culturais nas políticas públicas e nas ações de preservação, investigação e gestão do patrimônio cultural do município, bem como incentivar programas e ações que viabilizem a preservação, a promoção e a sustentabilidade do patrimônio museológico.

Art. 4º - O MM Casa da Ponte DE ITAUÇU, com objetivo cultural, terá as seguintes finalidades:

- I — promover e assegurar a implementação de políticas públicas para as instituições museológicas da Itauçu, com vistas em contribuir para a organização, gestão e desenvolvimento do museu e seus acervos;
- II — estimular a participação de grupos e centros culturais nas políticas públicas e nas ações de preservação, investigação e gestão do patrimônio cultural do Município;
- III — incentivar programas e ações que viabilizem a preservação, a promoção e a sustentabilidade do patrimônio museológico do Município;
- IV — estimular e apoiar a criação e o fortalecimento de grupos folclóricos;
- V — promover o estudo, a preservação, a valorização e a divulgação do

patrimônio cultural, como fundamento de memória e identidade social, fonte de investigação científica e de fruição estética e simbólica;

VI — promover a permanente qualificação e a valorização de recursos humanos do setor;

VII — desenvolver processos de comunicação, educação e ação cultural, relativos ao patrimônio cultural sob a guarda das instituições museológicas para o reconhecimento dos diferentes processos identitários, sejam eles de caráter regional ou local, e o respeito à diferença e à diversidade cultural do povo brasileiro; e

VIII - garantir os direitos das comunidades organizadas de opinar sobre os processos de identificação e definição do patrimônio a ser musealizado (Lei municipal nº 934/2015).

O artigo 4º do estatuto da Fundação da Memória e Museu (MM) Casa da Ponte estabelece as metas e objetivos a serem alcançados pelo MM Casa da Ponte de Itauçu, considerando seu caráter cultural. Essas finalidades abrangem diversos aspectos, todos voltados para a preservação, promoção e valorização do patrimônio cultural do município.

A promoção e garantia das políticas públicas voltadas para a cultura local, bem como as ações de preservação e gestão do patrimônio cultural, são fundamentais para o processo de musealização da Casa da Ponte. Este espaço se torna um ambiente propício para o desenvolvimento da educação, especialmente para as futuras gerações.

Ao assegurar políticas públicas, o MM Casa da Ponte visa criar um ambiente cultural dinâmico, que valorize e preserve a riqueza histórica e artística do município de Itauçu. O comprometimento com a gestão adequada do patrimônio cultural local implica em cuidados efetivos, que vão desde a conservação física da Casa da Ponte até a elaboração de estratégias educacionais.

O processo de musealização não se limita apenas à exposição de objetos e documentos, mas também à promoção de atividades educativas que possam enriquecer o conhecimento das pessoas sobre a história, a arte e a cultura locais. O Museu Casa da Ponte se torna, assim, um espaço educacional que contribui para a formação cultural das gerações presentes e futuras.

Essa abordagem educativa não apenas transmite conhecimento, mas também estimula o pensamento crítico, o respeito à diversidade cultural e o orgulho da identidade local. Além disso, ao envolver a comunidade nas decisões e processos relacionados ao museu, o MM Casa da Ponte promove uma participação ativa e inclusiva, fortalecendo os laços entre a população e o seu patrimônio cultural.

Art. 3º - Para os fins desta Lei, são considerados os seguintes conceitos:

I — Instituições Museológicas: o museu, a casa da cultura, a biblioteca, a escola de arte, colocadas a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, possuidores de acervos e com exposições abertas ao público, objetivando propiciar a ampliação do campo de possibilidades de construção identitária, e da percepção crítica da realidade cultural da população do Município; o estímulo à produção do conhecimento; e a

produção de novas oportunidades de lazer; tendo ainda as seguintes características básicas:

- a) a vocação para a comunicação, investigação, interpretação, documentação e preservação de testemunhos culturais e naturais do Município;
- b) o trabalho permanente com o patrimônio cultural;
- c) o desenvolvimento de programas, projetos e ações que utilizem o patrimônio cultural como recurso educacional e de inclusão social; e
- d) o compromisso com a gestão democrática e participativa;

II — Bens Culturais Musealizados: o conjunto de testemunhos culturais e naturais que se encontram sob a proteção de instituições museológicas; e

III — Atividades Museológicas: os procedimentos de seleção, aquisição, documentação, preservação, conservação, restauração, investigação, comunicação, valorização, exposição, organização e gestão de bens culturais musealizado (Lei municipal N° 934/2015).

O Art. 3° da Lei Municipal nº 934/2015 define conceitos essenciais que orientam a legislação no contexto cultural e museológico de Itauçu. O primeiro conceito, "Instituições Museológicas", abrange entidades como museus, casas de cultura, bibliotecas e escolas de arte, que têm como missão servir à sociedade. Essas instituições possuem acervos e realizam exposições públicas, buscando ampliar a construção da identidade, promover a percepção crítica da realidade cultural e estimular a produção do conhecimento, além de oferecer oportunidades de lazer. Sua atuação deve envolver a comunicação, investigação, interpretação, documentação e preservação do patrimônio cultural, com um compromisso claro com a gestão democrática.

O segundo conceito, "Bens Culturais Musealizados", refere-se ao conjunto de testemunhos culturais e naturais protegidos por instituições museológicas. São elementos que compõem o patrimônio cultural e que estão sob a salvaguarda dessas entidades.

Por fim, o terceiro conceito, "Atividades Museológicas", abrange os diversos procedimentos realizados pelas instituições museológicas. Isso inclui desde a seleção e aquisição de itens para os acervos até a documentação, preservação, conservação, restauração, investigação, comunicação, valorização, exposição, organização e gestão dos bens culturais musealizados.

Esses conceitos fornecem uma base sólida para a compreensão e implementação das normas estabelecidas pela lei, delineando claramente os princípios e práticas que devem orientar as atividades culturais e museológicas no âmbito municipal de Itauçu.

A legislação municipal de Itauçu, expressa na Lei nº 934/2015, apresenta conceitos fundamentais para nortear a atuação das instituições culturais no município. Entre esses conceitos, destacam-se as "Instituições Museológicas", que compreendem museus, casas de cultura, bibliotecas e escolas de arte. Essas instituições desempenham papéis cruciais na

preservação da identidade cultural e na oferta de oportunidades educacionais e de lazer à comunidade local.

À luz da literatura especializada em museologia, percebemos que as instituições museológicas são muito importantes na construção e manutenção da memória coletiva. Em 24 de agosto de 2022, o Conselho Internacional de Museus, na cidade de Praga, Capital da República Tcheca, desenvolveu uma nova definição do que venha a ser o museu

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade, que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Os museus, abertos ao público, acessíveis e inclusivos, fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Os museus funcionam e comunicam ética, profissionalmente e, com a participação das comunidades, proporcionam experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimento (ICOM, 2022).

A definição do Conselho Internacional de Museus (ICOM) sobre o que é um museu oferece uma compreensão abrangente do papel fundamental dessas instituições na sociedade. Segundo o ICOM, um museu é uma entidade duradoura, sem fins lucrativos, dedicada a servir a comunidade. A função primordial de um museu é realizar pesquisas, coletar, conservar, interpretar e expor tanto o patrimônio material quanto o imaterial. Essa abordagem holística destaca a responsabilidade dos museus em preservar não apenas objetos tangíveis, mas também elementos intangíveis que compõem a riqueza cultural de uma sociedade.

Os museus são concebidos como espaços abertos ao público, buscando serem acessíveis e inclusivos. Essa abertura visa promover a diversidade e a sustentabilidade, reconhecendo que os museus desempenham um papel crucial na preservação e na disseminação do conhecimento cultural. A ética e o profissionalismo são valores fundamentais que devem guiar as práticas museológicas e a participação ativa das comunidades é vista como um elemento vital. Os museus são, assim, vistos como locais que proporcionam experiências diversas, desde fins educacionais até momentos de fruição, reflexão e compartilhamento de conhecimento. Essa definição reflete a evolução do papel dos museus, destacando seu compromisso com o engajamento público e a promoção da compreensão e apreciação da diversidade cultural.

A Instituição Museológica, conforme definida pela Lei Municipal nº 934/2015 de Itauçu, emerge como um espaço dinâmico e multifuncional a serviço da sociedade. Ao adentrar esses locais, os diversos grupos sociais encontram mais do que meros espaços físicos; eles se deparam com ambientes propícios à interação e aprendizado.

Nesse contexto, a partir do processo de organização e realização de momentos de compartilhamento de narrativas, memórias, trajetórias, objetos; esses locais, além de serem

vistos como espaços destinados a ‘depósitos de objetos’ passa a ser compreendido como um espaço de diálogo com a comunidade.

Em território brasileiro Chagas (2002) mostra que o advento dos museus, de fato antecede o fenômeno das universidades brasileiras:

No Brasil, o advento dos museus é anterior ao surgimento das universidades. A formação de cientistas e a produção científica, sobretudo na segunda metade do século XIX, tinham nos museus um dos principais pontos de apoio. Por isso mesmo, desde o século retrasado as relações entre os campos do museu e da educação são bastante intensas. De igual modo, a institucionalização dos museus e da museologia no Brasil antecede à criação de um dispositivo legal para a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional (Chagas, 2002, p. 02).

O surgimento dos museus no Brasil precede à criação das universidades, marcando presença como importantes centros de apoio para a formação de cientistas e a produção científica, especialmente durante a segunda metade do século XIX. Nesse contexto, os museus desempenharam um papel central, proporcionando suporte e recursos para a pesquisa e a disseminação do conhecimento (Chagas, 2002).

É notável que, mesmo antes da existência de um dispositivo legal específico para a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, os museus e a museologia já estavam institucionalizados no Brasil. Essa antecipação demonstra a relevância e a longa trajetória dessas instituições no contexto cultural brasileiro. As relações entre os campos do museu e da educação também se mostram historicamente intensas, indicando uma interconexão profunda entre essas esferas.

Essa perspectiva histórica ressalta a importância dos museus como pilares do desenvolvimento científico e educacional no país, evidenciando sua contribuição significativa ao longo do tempo (Chagas, 2002).

Nesse sentido, o Museu da Memória Casa da Ponte, tornou-se um espaço que, além de ser visto como um lugar de produção do conhecimento, mantém o diálogo com a comunidade local. A inserção da realidade histórica dos museus no Brasil, como mencionada por Chagas (2002), encontra um reflexo notável na trajetória do Museu Casa da Ponte em Itauçu. Assim como os museus brasileiros foram fundamentais para a formação de cientistas e a produção científica no século XIX, o Museu Casa da Ponte desempenha um papel crucial na preservação e divulgação do patrimônio cultural local.

A história dos museus no Brasil, que antecede à legislação específica de proteção ao patrimônio, dialoga com a institucionalização precoce do Museu Casa da Ponte em Itauçu. O compromisso com a pesquisa, conservação, interpretação e exposição do patrimônio material e

imaterial, conforme definido pelo ICOM, é evidente tanto na trajetória histórica dos museus brasileiros quanto na missão do Museu Casa da Ponte.

A abordagem de Tolentino (2014) em relação às narrativas nas instituições museológicas adiciona uma dimensão significativa ao entendimento da funcionalidade desses espaços. De acordo com o autor, as narrativas dentro dos museus não são apenas exposições de objetos, mas sim construções simbólicas carregadas de poder.

O pedaço de concreto, para muitos, é apenas um pedaço de concreto, e só. E nada diz, além de ser apenas uma pedra no caminho para a construção da nova estrutura do Fonte Nova. Mas para esse morador, essa pedra é permeada por uma simbologia que representa as suas memórias mais afetivas e, com ela, consegue travar um diálogo pelo significado que carrega, capaz de emocioná-lo por evocar as suas mais remotas reminiscências. O pedaço de concreto, além de ser pedaço de concreto, revestiu-se de um significado que extrapola a sua concretude e passou a significar algo maior, capaz de causar emoção, saudade, desconforto, indignação e tantos outros sentimentos possivelmente também para outras pessoas, além do nosso personagem da reportagem (Tolentino, 2014, p. 45).

A abordagem de Tolentino (2014) sobre o significado atribuído a objetos aparentemente comuns, como um pedaço de concreto, destaca a capacidade desses elementos de transcenderem sua materialidade e adquirirem significados simbólicos profundos. No contexto do exemplo citado, o pedaço de concreto que, para alguns pode ser apenas um componente na construção do Fonte Nova, torna-se um veículo de memórias e emoções para um morador específico.

A par disso, o imóvel que se tornou museu, e que também dentre suas funções sociais a de residência do Senhor Ernesto Magalhães, pode ser interpretada como um museu-casa, que segundo Silveira (2018),

Dentre os museus históricos, os museus-casa constituem espaços de moradia que se propõem a estabelecer uma narrativa onde a intimidade do antigo morador é incorporada à museografia, buscando dialogar com atemporalidade. Considerados lugares de significação simbólica, essas heterotopias do tempo de ambientes decorados elaboram a construção de um tempo condensado no espaço (Silveira, 2018, p. 01).

Atualmente, essa categoria de museu se torna um pouco complexa ao ser aplicada à realidade da Casa da Ponte. Isto porque, dos objetos pertencentes do senhor Ernesto, que compõem o acervo atual do Museu da Memória Casa da Ponte, apenas uma cadeira de balanço, com a sua base de madeira e trançada manualmente com palha de buriti, que se faz presente no acervo do museu. Um detalhe que deve ser enaltecido é que essa cadeira fora doada pelo Senhor Chafi José antes do seu falecimento, ocorrido em 2017, antes mesmo da Casa da Ponte se encontrar em funcionamento.

Entre os anos de 2016-2017, uma emenda parlamentar foi essencial para que o processo de revitalização do imóvel fosse realizado, tendo em vista que a estrutura das paredes do imóvel realmente se encontrava danificada

Imagem 24: Parte da Estrutura da Casa da Ponte



Fonte: Facebook “Vamos Salvar a Casa da Ponte - Itauçu/GO”:
<https://www.facebook.com/photo?fbid=369306566593245&set=pcb.369306583259910>

Detalhes da arquitetura original estavam se esfacelando com o tempo, como: os detalhes que compunham a parede; a situação do telhado estava precária; é possível perceber a presença de um galho, que já tinha adentrado toda a estrutura das paredes. Uma das preocupações era com as chuvas que se aproximavam no final de novembro de 2015. Para evitar que o imóvel se deteriorasse, colocaram uma estrutura de metal, para a melhor conservação até o momento em que pudessem dar o início ao processo de revitalização do imóvel.

Imagem 25: Fachada, antes do processo de revitalização da Casa da Ponte, sendo protegida por uma estrutura de metal



Fonte: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=10153772306432940&set=pcb.1483546841953968>

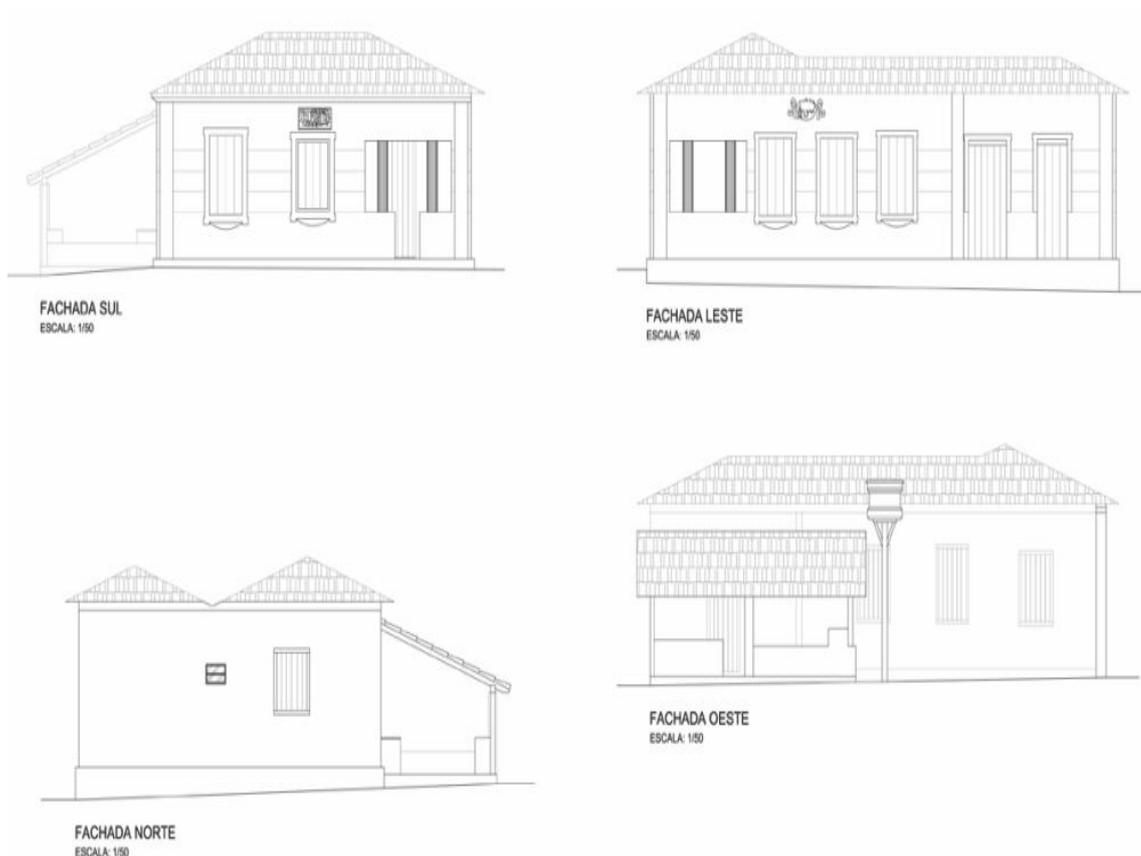
Pelas informações vinculadas à página do *Facebook* - Vamos Salvar a Casa da Ponte -, o processo de revitalização da Casa da Ponte, iniciado em 2016, marcou um importante capítulo na preservação desse patrimônio histórico e cultural. Sob a liderança do arquiteto Adriano Carvalho, foram dados os primeiros passos rumo à renovação e restauração do imóvel. O envolvimento dos engenheiros Marcus e Higor Braga, responsáveis pela doação do projeto de revitalização, destaca a colaboração da comunidade e o apoio técnico necessário para a realização desse empreendimento.

A relevância desse projeto vai além da restauração física da casa, abrangendo a conservação do significado cultural e histórico que ela representa para a comunidade de Itauçu. A revitalização contribui para preservar a estrutura material e renovar a narrativa e a importância da Casa da Ponte na identidade local.

Na imagem abaixo apresentamos um esboço do plano arquitetônico desenvolvido por Adriano Carvalho entre os anos de 2016 e 2017. Esse plano delineou as diretrizes para a restauração, destacando as áreas de intervenção, as melhorias que naquele momento foram

propostas e a visão geral para o futuro da Casa da Ponte revitalizada (Vamos Salvar A Casa Da Ponte, 2017).

Imagem 26: Plano Arquitetônico do Processo de Restauro da Casa da Ponte – 2017



Fonte: <https://elysium.org.br/portfolio-posts/restauro-da-casa-da-ponte-de-itaucu-2017/>

A emenda parlamentar que assegurou todo o processo de restauro da Casa da Ponte foi fundamental para a preservação desse patrimônio histórico em Itauçu. Essa medida representou um apoio financeiro e o reconhecimento oficial da importância da Casa da Ponte como parte integrante da identidade cultural da comunidade (Vamos Salvar A Casa Da Ponte, 2017).

A partir da alocação desses recursos, foi possível formar uma equipe multidisciplinar composta por engenheiros, arquitetos e advogados. Esses profissionais atuaram em suas respectivas áreas durante todo o processo. Os engenheiros e arquitetos contribuíram com suas habilidades técnicas na avaliação estrutural e no desenvolvimento do projeto de restauração, enquanto os advogados lidaram com as questões legais e regulatórias associadas ao processo.

A força-tarefa criada demonstra o comprometimento coletivo em enfrentar os desafios do restauro da Casa da Ponte. Essa abordagem integrada visou a restauração física do imóvel,

bem como considerou as nuances legais e regulatórias para garantir que o processo transcorresse de maneira eficiente e transparente (Vamos Salvar a Casa da Ponte, 2017). Dessa forma, a emenda parlamentar possibilitou o financiamento do projeto de restauro e, ainda, catalisou a colaboração entre especialistas de diferentes áreas, consolidando esforços para a preservação desse importante patrimônio cultural.

A estrutura interna da Casa da Ponte – Itauçu, entre os anos de 2017 até o presente momento, foram compostos pelos acervos de famílias tradicionais da cidade, conforme mostra as fotos abaixo.

Imagem 27: Parte do Acervo da Casa da Ponte - 2021



Fonte: Acervo do Wesley Nunes

A fotografia acima foi tirada em 2021, ainda durante a Pandemia de Covid-19. Nesse período as atividades do museu estavam suspensas. A imagem mostra a composição do acervo e os expositores que foram feitos para guardar os documentos e as peças menores. As cadeiras, as máquinas de costuras, as xícaras de porcelanas e a sopeira, também de porcelana, foram doadas pelas próprias famílias, que tiveram a sua ligação com Itauçu. Tanto os expositores como o apoio das máquinas de costura foram feitos para esse momento da exposição.

Em uma outra fotografia, também de autoria de Wesley Nunes, mostram como foram organizados o expositor.

Imagem 28: Parte dos acervos dispostos nos expositores - 2021



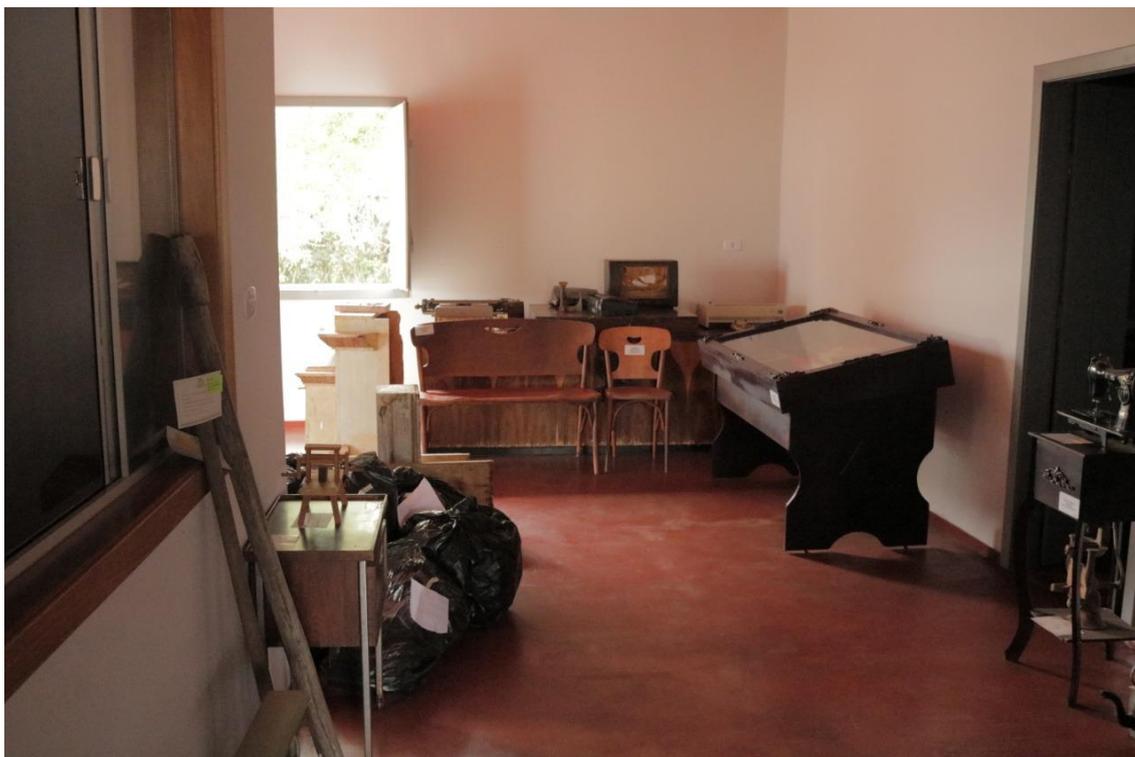
Fonte: Acervo Pessoal de Wesley Nunes

Na imagem podemos visualizar alguns documentos, como um caderno de poesia, totalmente manuscrito (sem nome do responsável, apenas o ano - 1974), e outros documentos em que foram mencionados detalhes da construção da Igreja Católica de Nossa Senhora da Abadia²⁷, uma carta endereçada ao senhor Werciley Saraiva, datilografada e redigida na década de 1980. A maioria desses documentos e objetos possui a sua ficha catalográfica, mostrando o que é o objeto e quem foi o responsável pela doação do mesmo.

Abaixo podemos ver mais uma fotografia que mostra o interior da Casa da Ponte e os demais objetos que compõem o acervo da Casa da Ponte.

²⁷ Importante ressaltar que essa Igreja mencionada, foi a terceira construída na região, sendo uma capela, que atualmente funciona um depósito de gás, situada a Avenida Belo Horizonte, a segunda uma igreja que hoje deu lugar ao Centro Comunitário, em frente ao antigo Instituto Cristo Rei, para a construção de uma Igreja maior com a finalidade de realmente poder comportar mais fieis, situada em frente a praça da matriz

Imagem 29: Parte do Acervo da Casa da Ponte – 2021



Fonte: Acervo Pessoal de Wesley Nunes

O acervo diversificado do Museu Casa da Ponte reflete a riqueza histórica e cultural do município de Itauçu. Cada item possui uma narrativa única e contribui para a preservação da memória local. Destacam-se rádios datados das décadas de 1940-1950, testemunhas de um período marcante na história da comunicação. O móvel lateral que serviu como altar da segunda Igreja Católica do município evoca a fé e a vida religiosa da época.

Além disso, cadeiras e bancos utilizados durante a gestão do prefeito Severo Lopes de Oliveira, conhecido como Chicão, conectam o acervo a figuras importantes da administração municipal. Os instrumentos agrícolas expostos remontam às práticas dos trabalhadores rurais entre as décadas de 1930-1940, proporcionando um vislumbre do cotidiano e das técnicas da época.

Quanto ao funcionamento do Museu da Memória, sua abertura oficial foi em 1º de fevereiro de 2021. No entanto, as restrições impostas pela pandemia de Covid-19 limitaram inicialmente as atividades ao ambiente interno, com foco na catalogação e organização da biblioteca. Vale ressaltar que parte significativa do acervo inicial provinha da Biblioteca Municipal Geraldo Afonso Vieira que, até então, estava localizada nos fundos da prefeitura municipal. Essa transição e integração do acervo demonstram o esforço contínuo para

consolidar o Museu Casa da Ponte como um espaço de preservação e celebração da história local.

Em 10 de janeiro de 2022, as suas atividades internas foram paralisadas e foram retomadas somente nas primeiras semanas do mês de setembro de 2023, conforme registrado no livro de visita, ao qual tive acesso. Por meio deste documento podemos ver que as atividades junto ao público são recentes.

Quanto à organização do livro de visitas, há apenas datas e a assinatura daqueles que adentraram as dependências do Museu de Memória Casa da Ponte. Não identificamos se há visitantes de outras cidades, e nem a idade dos mesmos, sendo crianças, jovens ou adultos; somente vimos que um visitante de outro estado (Minas Gerais), passou pelo museu.

A ausência do Plano Museológico na instituição aponta para a necessidade de estabelecer diretrizes e estratégias formais para o desenvolvimento do museu. Este documento é fundamental para orientar a gestão, definindo metas, objetivos e diretrizes para as atividades museológicas. A implementação do Plano Museológico pode contribuir significativamente para a melhoria da estrutura e aprimoramento das práticas do museu.

Quanto às exposições temporárias, a menção às adequações conforme as exposições sugerem uma abordagem mais flexível. Contudo, a falta de um planejamento formal para exposições temporárias pode ser uma área de desenvolvimento para o museu. Essas exposições podem enriquecer a oferta cultural do museu, atraindo diferentes públicos e proporcionando uma experiência renovada aos visitantes.

A busca por um espaço nos fundos do imóvel para o desenvolvimento de atividades é uma iniciativa positiva. Esse espaço adicional pode ser utilizado para eventos, *workshops* ou outras atividades educacionais e culturais, ampliando o alcance e impacto do Museu Casa da Ponte na comunidade local.

Segundo Tolentino (2022), é importante refletir sobre a relação entre museus e poder na atuação no campo museal, porque os museus são espaços de memória e poder, reflexo dos distintos atores sociais que os constroem e reconstróem e das disputas e conflitos inerentes à conformação de memórias coletivas. Compreender os poderes dos museus é fundamental para entender como eles podem contribuir para a manutenção e perpetuação de um status social opressor, ao constituir discursos homogeneizantes, mas também para produzir discursos reflexivos e críticos, que não concebem o indivíduo como um sujeito passivo, mas um sujeito social que age e transforma a realidade. Portanto, refletir sobre a relação entre museus e poder é essencial para uma atuação crítica e consciente no campo museal.

As narrativas museológicas não são compostas apenas da junção ou aglomeração de objetos distintos entre si ou de regras expográficas padronizadas e previamente determinadas e neutras. Como um texto, os circuitos expositivos dos museus constituem uma unidade de sentido significativa, que buscam comunicar-se com o seu público. Desta forma, não pode ser desconsiderado o poder de que se revestem os museus e os objetos museológicos, assumidos como signos significantes, que, por um lado, podem contribuir para a manutenção e perpetuação de um *status* social opressor, ao constituir discursos homogeneizantes, mas que, de forma oposta, também tem o potencial de produzir discursos reflexivos e críticos, que não concebem o indivíduo como um sujeito passivo, mas um sujeito social que age e transforma a realidade (Tolentino, 2022, p. 03).

A reflexão sobre as narrativas museológicas revela que essas não se limitam à simples disposição de objetos ou à aplicação de normas expositivas padronizadas. Similar a um texto, os circuitos expositivos dos museus formam uma unidade de sentido que busca interagir com seu público. Essa interação vai além da mera apresentação de objetos, envolvendo a capacidade dos museus e de seus objetos de comunicar significados.

Os museus e os objetos que compõem suas exposições são tratados como signos significativos, capazes de exercer influência. Por um lado, podem contribuir para a manutenção e reforço de estruturas sociais opressoras, ao veicular discursos que uniformizam. Por outro lado, possuem o potencial de gerar discursos reflexivos e críticos, desafiando a visão do indivíduo como um sujeito passivo, e destacando-o como um agente social capaz de agir e transformar a realidade (Tolentino, 2022)

Os museus são espaços de poder e memória porque eles podem influenciar a forma como a sociedade se lembra e interpreta o passado. Eles são responsáveis por selecionar, preservar e apresentar objetos, artefatos e obras de arte que contam a história da humanidade, das culturas e das civilizações (Tolentino, 2022).

Essa seleção é feita por meio de um processo de curadoria, que envolve a escolha de quais objetos serão exibidos e como eles serão apresentados. Esse processo de curadoria é influenciado por uma série de fatores, incluindo a visão do curador, as políticas institucionais e as demandas do público. Esses fatores podem afetar a forma como a história é contada e interpretada, e podem levar a uma representação seletiva e tendenciosa do passado. Além disso, os museus são espaços de memória porque eles são responsáveis por preservar e transmitir a memória coletiva da sociedade. Eles desempenham um papel fundamental na preservação da história e da cultura e na transmissão do conhecimento para as gerações futuras.

No entanto, essa preservação da memória também pode ser seletiva e tendenciosa, refletindo as visões e interesses dos curadores e das instituições. Portanto, os museus são espaços de poder e memória porque eles têm o poder de influenciar a forma como a sociedade se lembra e interpreta o passado, e porque eles são responsáveis por preservar e transmitir a

memória coletiva da sociedade. É importante reconhecer essa influência e trabalhar para garantir que a história seja contada de forma justa, inclusiva e precisa (Tolentino, 2022).

Nesse contexto, é importante evidenciar que os museus têm o poder de apresentar memórias coletivas, contribuindo para a construção de identidades culturais e sociais. Ainda no princípio de identidades, essas que apresentam lacunas de representação, de silenciamento e esquecimento que podem resultar em uma representação incompleta ou distorcida da história.

No que se refere à Casa da Ponte, uma casa que vai além do tangível, trazendo consigo as suas memórias coletivas e elementos para a construção da identidade cultural e social; as lacunas podem servir como convites à reflexão, destacando a importância de ouvir e preservar todas as vozes, histórias e vivências que moldaram a trajetória da comunidade ao longo do tempo. Na interseção entre as lembranças compartilhadas e o que permanece não dito, a Casa da Ponte revela-se como um testemunho complexo da experiência humana e social de Itauçu.

2.2 Desvelando Tesouros: Educação Patrimonial na Casa da Ponte

Neste tópico, exploramos as nuances da Educação Patrimonial e Museal, mergulhando nos escritos de renomados autores como Florêncio *et al.* (2014), Scifoni (2015), Tolentino (2018), entre outros. Analisamos como a Casa da Ponte se torna um palco para desvendar os tesouros culturais, promovendo a compreensão, preservação e diálogo sobre a rica herança histórica da comunidade itauçuense.

A Educação Patrimonial tem como princípio de valorizar, promover e proteger o patrimônio cultural, sendo ele material ou imaterial, conforme mostrado por Tolentino (2018), ainda por meio de ações que envolvem a pesquisa, a conservação, a restauração, a difusão e a fruição desse patrimônio. Além disso, a Educação Patrimonial busca promover a reflexão crítica sobre as relações entre patrimônio e sociedade, bem como sobre as implicações políticas, sociais e culturais da patrimonialização.

Na explicação de Maria Cecília Londres Fonseca (2005), a preservação dos monumentos está atrelada à formação dos Estados-nação e data dos anos finais do século XVII, quando o Estado, na Europa, passa a assumir a proteção legal de determinados bens aos quais foi atribuída a capacidade de simbolizarem a herança cultural das nações. Assim, as noções modernas de monumento histórico, patrimônio e preservação começam a ser elaboradas a partir do momento em que surge a ideia de estudar e conservar um edifício pela razão de que é um testemunho da história ou considerado uma obra de arte. Cabia a determinados agentes a tarefa de seleção entre conservar ou destruir monumentos, legitimando processos de atribuição de valores segundo determinados critérios. Nesse processo, manifestam-se os conflitos de interesse em jogo na prática preservacionista de bens culturais em nome do interesse público (Tolentino, 2018, p. 42).

Conforme exposto acima, a preservação desses monumentos passou a estar interligadas à formação dos Estados-nação, logo no final do século XVII, quando na Europa, o Estado passaria a assumir a tutela dos bens culturais. A partir desse momento, as noções modernas de monumento histórico, patrimônio e preservação começam a ser elaboradas, surgindo a ideia de estudar e conservar um edifício pela razão de que é um testemunho da história ou considerado uma obra de arte. No entanto, cabia a determinados agentes a tarefa de seleção entre conservar ou destruir monumentos, legitimando processos de atribuição de valores segundo determinados critérios.

Dentro da vertente do patrimônio, entende-se que o museu, passa a ser um reforço não somente pela ênfase da preservação, promoção e valorização do patrimônio cultural. E, Tolentino (2017) mostra que o museu é a sede cerimonial do patrimônio:

O museu, continua García Canclini, é a sede cerimonial do patrimônio, o lugar onde é guardado e celebrado, onde se reproduz o regime semiótico com que os grupos hegemônicos o organizaram: é um palco-depósito que o contém e um palcovitrine que o exhibe. Entrar num museu não é simplesmente adentrar um edifício e olhar suas obras, mas também penetrar em um sistema ritualizado de ação social. Inúmeros museus, instituídos em regimes totalitários, são assim caracterizados, e procuraram ser representativos da nação, constituídos de um discurso homogeneizante da sociedade, ao mesmo tempo excludente e de acordo com uma historiografia oficial que não leva em conta as distintas vozes dos distintos atores sociais. Mas o autor também adverte que os museus, como meios de comunicação de massa, podem desempenhar um papel significativo na democratização da cultura e na mudança do conceito de cultura. As mudanças na concepção do museu impedem continuar falando dessas instituições como simples depósitos do passado (Tolentino, 2017, p. 232).

Sobre o papel do museu, destaca sua condição como sede cerimonial do patrimônio, um espaço que simultaneamente guarda e celebra, reproduzindo o regime semiótico estabelecido pelos grupos hegemônicos. Esse autor descreve o museu como um palco-depósito que contém o patrimônio e um palco vitrine que o exhibe. A entrada em um museu não se limita à contemplação de obras; é, na verdade, a imersão em um sistema ritualizado de ação social.

Em regimes totalitários, muitos museus foram concebidos para representar a nação, seguindo um discurso homogeneizante e, por vezes, excludente. No entanto, Canclini (2008) destaca que os museus, como veículos de comunicação de massa, têm potencial para democratizar e transformar o conceito de cultura. Essas mudanças na concepção do museu indicam uma evolução além da ideia de simples depósito do passado (Tolentino, 2017).

Ancorados na memória coletiva, os museus são espaços de afirmação de identidades, e nessa configuração, são palcos de disputas e conflitos, atravessados pelos diferentes sujeitos que deles se apropriam e neles buscam a representação de suas vozes. É nessa perspectiva que Maria Célia Santos (2008) toma a posição de que os museus são resultado dos sujeitos que os constroem e reconstróem a todo momento. Cabe,

portanto, questionar como os museus estão sendo apropriados por determinadas comunidades e segmentos sociais que antes não se viam representados nesses espaços? De que forma as suas memórias são construídas e como se dá o processo de seleção que configura o seu discurso narrativo museológico? Quais são os conflitos e as relações de poder que envolvem essa construção narrativa? Quem são os protagonistas da ação nesses museus e como se constituem os sujeitos que reivindicam a afirmação de suas identidades e memórias? (Tolentino, 2017, p. 232 - 233).

O reconhecimento dos museus como espaços de afirmação de identidades e, simultaneamente, como palcos de disputas e conflitos, destaca a natureza dinâmica dessas instituições. Nesse contexto, a (re)construção contínua dos museus torna-se evidente, e é crucial questionar a comunidade que eles representam. A Educação Patrimonial emerge como ferramenta fundamental nesse processo, oferecendo meios para a compreensão e a interpretação das narrativas presentes nos museus. Ao promover a participação ativa da comunidade na construção de significados e na preservação do patrimônio cultural, a Educação Patrimonial desempenha um papel essencial na promoção do diálogo, na valorização das diversas vozes presentes na comunidade e na construção de uma narrativa mais inclusiva e representativa.

Como mencionado por Florêncio *et al.*, (2014, p. 18), a Educação Patrimonial tem como determinação a prática de preceitos pedagógicos /educacionais, tanto em espaços formais e não formais de educação “a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação”.

A experiência acumulada de iniciativas bem-sucedidas bem como o alinhamento com preceitos extraídos das reflexões de educadores e profissionais das ciências humanas permitem identificar certos princípios norteadores que amplificam a eficácia do reconhecimento e da apropriação dos bens culturais e, por conseguinte, a relevância da implementação dos vários instrumentos legais de proteção do Patrimônio Cultural (Florêncio *et al.*, 2014, p. 18).

Pelos processos de experiências e iniciativas que foram consideradas bem-sucedidas e os alinhamentos quanto às reflexões de profissionais da educação em torno das ciências humanas, e a implementação dos vários instrumentos legais de proteção ao patrimônio cultural, tem por si só de realmente trazer consigo a apropriação de bens culturais.

A par disso, compreende-se que enaltecer o uso do termo Educação Patrimonial é levar em consideração as experiências, em especial com as futuras gerações em que trazem consigo a necessidade de construção de uma identidade social e cultural, em que reconhecer o espaço onde vive, as suas histórias os seus costumes e as suas tradições são vitais para o fortalecimento do processo do ensino-aprendizagem.

Florêncio *et al.*, (2014) destacam a importância de princípios norteadores na eficácia do reconhecimento e da apropriação dos bens culturais. Esses princípios são fundamentais para a

implementação bem-sucedida dos instrumentos legais de proteção do patrimônio cultural. Considerando a experiência acumulada e o alinhamento com preceitos oriundos das ciências humanas, compreende-se que a efetividade desses instrumentos está intrinsecamente ligada à promoção da Educação Patrimonial. Ao incorporar esses princípios, é possível potencializar a valorização, o reconhecimento e a preservação do patrimônio cultural, promovendo uma maior conscientização e engajamento da comunidade na proteção de sua herança cultural.

Nos últimos anos, multiplicaram-se iniciativas educacionais voltadas à preservação patrimonial. Ao se adotar a expressão Educação Patrimonial, uma grande variedade de ações e projetos com concepções, métodos, práticas e objetivos pedagógicos distintos foi realizada por todo o país. Não obstante a extrema pertinência e a importância dos resultados alcançados por essas iniciativas, nem sempre se discerne uma orientação programática definida, subjacente a esse conjunto heterogêneo: ações pontuais e esporádicas de promoção e divulgação se acotovelam com propostas educativas continuadas, inseridas na dinâmica social das localidades; projetos e encontros, materiais de apoio, cadernos temáticos e publicações resultantes de oficinas se misturam a práticas significativas em que esses materiais não constituem um fim em si mesmo; ao contrário, compõem partes de processos educativos (Florêncio *et al.*, 2014, p. 19).

Pelas ações crescentes dentro do processo de valorização de promoção da preservação do patrimônio cultural, tanto o patrimônio cultural material e imaterial, a Educação Patrimonial passa a ser uma ferramenta com uma gama de métodos e experiências vitais e sempre dialogando com a comunidade na qual será aplicada.

No processo de Educação Patrimonial, conforme Florêncio *et al.* (2014), os participantes efetivos são os representantes da própria comunidade. Desta forma, toda a comunidade participante garantirá a construção coletiva do conhecimento:

É imprescindível que toda ação educativa assegure a participação da comunidade na formulação, implementação e execução das atividades propostas. O que se almeja é a construção coletiva do conhecimento, identificando a comunidade como produtora de saberes que reconhece suas referências culturais inseridas em contextos de significados associados à memória social do local. Ação transformadora dos sujeitos no mundo, e não uma educação somente reprodutora de informações, como via de mão única e que identifique os educandos como consumidores de informações – modelo designado por Paulo Freire como “educação bancária” (Freire, 1970). Nesse processo, as iniciativas educativas devem ser consideradas como um recurso fundamental para a valorização da diversidade cultural e para o fortalecimento da identidade local, fazendo uso de múltiplas estratégias e situações de aprendizagem construídas coletivamente. Também devem enfrentar o desafio de encarar a problemática de que, no Brasil, nem sempre a população se identifica ou se vê no conjunto do que é reconhecido oficialmente como patrimônio cultural nacional (Florêncio *et al.*, 2014, p. 20).

Florêncio *et al.* (2014) ressaltam a importância da participação da comunidade em ações educativas, visando a construção coletiva do conhecimento e a valorização das referências

culturais locais. É fundamental que essas ações transcendam a abordagem tradicional da "educação bancária", criticada por Paulo Freire, que trata os educandos como meros receptores de informações. Os autores destacam a necessidade de uma educação transformadora, na qual a comunidade seja reconhecida como produtora de saberes, envolvida ativamente na preservação de sua identidade cultural. A diversidade cultural deve ser valorizada e as iniciativas educativas devem abordar a complexidade do patrimônio cultural nacional, buscando uma identificação mais ampla e inclusiva por parte da população brasileira.

A educação transformadora é um paradigma educacional que transcende a mera transmissão de informações, promovendo uma abordagem mais ampla e participativa no processo de aprendizagem. Nesse contexto, os educandos não são vistos apenas como receptores passivos de conhecimento, mas como agentes ativos na construção do saber. Inspirada nas ideias de Paulo Freire, a educação transformadora busca empoderar os indivíduos, estimulando a reflexão crítica, o diálogo e a participação efetiva na transformação da realidade.

Essa abordagem visa não apenas fornecer informações, mas também cultivar habilidades, atitudes e valores que contribuam para uma sociedade mais justa, inclusiva e consciente de sua diversidade cultural. Ao reconhecer a comunidade como protagonista no processo educativo, a educação transformadora almeja não apenas transmitir conhecimento, mas também catalisar mudanças positivas, tanto no âmbito individual quanto no coletivo.

Aproximando a Educação Patrimonial como a proposta que fora conduzia também sob a perspectiva educacional de Freire (1996), uma educação que visa ir além dos muros da escola e aproximar a realidade do educando com o mundo em que vive, entende-se que esse momento de construção coletiva do aprendizado é realmente essencial, para o educador e também o educando, ressaltando esse processo como uma troca de experiência; e não como um ser que deposita conhecimento ao educando:

Quanto mais analisamos as relações educador-educandos, na escola, em qualquer de seus níveis (ou fora dela), parece que mais nos podemos convencer de que estas relações apresentam um caráter especial e marcante — o de serem relações fundamentalmente narradoras, dissertadoras. Narração de conteúdos que, por isto mesmo, tendem a petrificar-se ou a fazer-se algo quase morto, sejam valores ou dimensões concretas da realidade. Narração ou dissertação que implica um sujeito o narrador — e objetos pacientes, ouvintes — os educandos há uma quase enfermidade da narração. A tônica da educação é preponderantemente esta — narrar, sempre narrar (Freire, 1996, p. 57).

Paulo Freire (1996), notável educador brasileiro, enfatiza que, muitas vezes, a educação é marcada pela simples narração de conteúdos, o que pode levar à petrificação ou inércia dessas informações. A relação entre o educador (narrador) e os educandos (ouvintes) é descrita como

uma dinâmica na qual o conhecimento é transmitido de forma passiva, sem promover um envolvimento ativo dos alunos no processo de aprendizagem. A expressão "quase enfermidade da narração" sugere uma crítica ao modelo tradicional de ensino, indicando que a ênfase na narração pode tornar o processo educacional monótono, desprovido de vivacidade e participação ativa por parte dos educandos. O texto destaca a necessidade de repensar essa abordagem narrativa predominante na educação.

Ao refletir sobre a Educação Patrimonial sob a ótica dos ensinamentos de Paulo Freire, consideramos a participação ativa dos educandos no processo de aprendizagem e na valorização das experiências culturais locais. Paulo Freire defende uma abordagem educacional que vá além da simples narração de conteúdos, buscando envolver os alunos de maneira crítica e reflexiva, transformando a educação em um processo dialógico e participativo.

Na Educação Patrimonial essa abordagem se alinha com a ideia de envolver a comunidade na construção do conhecimento sobre seu patrimônio cultural. A proposta é fazer com que as pessoas se reconheçam como protagonistas na preservação e promoção de sua herança cultural, contribuindo ativamente para a identificação, proteção e valorização dos bens culturais locais (Florêncio *et al.*, 2014).

Ambas as abordagens compartilham a visão de que a educação deve ser um processo dinâmico, interativo e contextualizado, promovendo o empoderamento das comunidades para compreenderem e preservarem sua cultura, história e patrimônio. Integrar os princípios da pedagogia de Paulo Freire à Educação Patrimonial pode fortalecer a conexão entre o conhecimento, a identidade cultural e o senso de pertencimento das comunidades (Florêncio *et al.*, 2014).

Nesse processo, as iniciativas educativas devem ser consideradas como um recurso fundamental para a valorização da diversidade cultural e para o fortalecimento da identidade local, fazendo uso de múltiplas estratégias e situações de aprendizagem construídas coletivamente. Também devem enfrentar o desafio de encarar a problemática de que, no Brasil, nem sempre a população se identifica ou se vê no conjunto do que é reconhecido oficialmente como patrimônio cultural nacional (Florêncio *et al.*, 2014, p. 20).

A abordagem de Paulo Freire (1996) sobre a educação como um processo dialógico e não como uma mera deposição de conhecimento é extremamente relevante quando aplicada à Educação Patrimonial. Ao incorporar os princípios Freireanos, reconhecemos a importância de não considerar os educandos simples recipientes passivos de informações, mas sim agentes ativos na construção do conhecimento. Essa perspectiva respeita a diversidade cultural presente nas comunidades e valoriza a bagagem de conhecimento que cada indivíduo traz consigo.

O desafio da Educação Patrimonial, especialmente no contexto brasileiro, está em superar a barreira em que parte da população não se identifica ou não se percebe como parte integrante do patrimônio cultural oficialmente reconhecido. Ao pensarmos sobre a importância da Educação Patrimonial para a construção do processo do ensino-aprendizagem, estamos em consonância com Scifoni (2015), que a define como uma prática que visa promover a compreensão e a valorização do patrimônio cultural e histórico, envolvendo as comunidades locais e promovendo uma visão crítica e reflexiva sobre a herança coletiva.

Essa autora destaca que a Educação Patrimonial não deve ser vista como uma mera transmissão de informações e conteúdo, mas sim como uma abordagem dialógica que busca a consciência crítica e a inserção das pessoas como sujeitos no mundo. Além disso, a Educação Patrimonial deve ser incorporada como atividade integrada às pesquisas de tombamento e/ou de inventário do patrimônio imaterial, fomentando uma relação próxima e dialógica com as comunidades locais.

Durante muitos anos de atuação em diferentes instituições de proteção ao patrimônio, foi observado que existem duas posturas problemáticas em relação à Educação Patrimonial. Por um lado, as atividades educativas não fazem parte das prioridades de trabalho, ou são relegadas à etapa final dos estudos e ações de identificação e proteção do patrimônio, funcionando apenas como divulgação dos bens tombados ou como forma de resolver conflitos gerados pela ausência de participação social no processo. Por outro lado, os profissionais do patrimônio, muitas vezes, englobam no mesmo rótulo, ações de objetivos diferentes, como as de caráter educativo, de divulgação e as de capacitação profissional, sem uma clara distinção entre elas (Scifoni, 2015).

Além disso, é comum ouvir nos discursos dos profissionais envolvidos que a rotina do trabalho de fiscalização e proteção é tão intensa que não sobra tempo para a Educação Patrimonial, o que demonstra o papel secundário e de menor importância conferido às ações educativas dentro do processo geral de proteção. Quando as atividades educativas ocorrem, geralmente, é em resposta à necessidade de enfrentar conflitos entre a ação de tombamento e as necessidades e expectativas dos moradores dos patrimônios (Scifoni, 2015).

Portanto, o desafio atual da Educação Patrimonial no Brasil é torná-la um componente essencial de todo o processo de identificação do patrimônio, incorporando-a como atividade integrada às pesquisas de tombamento e/ou de inventário do patrimônio imaterial, e fomentando uma relação próxima e dialógica com as comunidades locais desde as fases iniciais de atuação. Isso implica em repensar o lugar e o papel da Educação Patrimonial, integrando-a de forma mais efetiva e participativa no processo de proteção do patrimônio cultural (Scifoni, 2015).

2.2.1 Explorando a conexão entre escola e museu: uma análise da Escola Municipal Visão do Futuro “Professora Iracema Netto José” no contexto da Educação Patrimonial

A Escola Municipal Visão do Futuro – Professora Iracema Netto José, está localizada e endereçada Avenida D, esquina com Rua 10, nº 40, Qd. 04, Lt. 0, Setor Cruzeiro do Sul, Itauçu-GO, próximo ao Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás – Itauçu. A sua localização permite atender os alunos, tanto da zona urbana como da zona rural. Segundo as informações que são descritas no Projeto Político Pedagógico sobre a referida escola, esta teve o seu início em 2003, ainda na gestão do então prefeito Municipal o senhor Walmir Renan da Silveira, ocasião em que se situava em outro endereço.

Em 14 de setembro de 2001 o prédio passou do poder estatal para o escopo municipal, de modo que, em 2019, ela passou a ocupar o endereço ora referido que anteriormente pertencia à Escola Ary Demóstenes de Almeida, assim batizada em virtude da doação do terreno efetivada pelo político e advogado cujo nome estava na antiga nomenclatura da instituição²⁸. Acerca do atual nome da escola, esclarecemos que foi outorgada por meio da lei nº 986/2017 de 10/03/2017, acrescentando o nome da professora Iracema Netto José, uma das primeiras diretoras do município, que muito contribuiu para a educação do mesmo.

A instituição conta atualmente com oito salas no turno matutino e sete salas em funcionamento no período vespertino. Estas trabalham conteúdos que englobam do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, atendendo tanto alunos e alunas da zona urbana quanto da zona rural. Quanto à composição relacionada ao quadro de funcionários, a escola conta com um total de 34 funcionários: uma diretora, uma secretária geral, uma coordenadora de 1º e 2º ano e uma coordenadora de 3º, 4º e 5º anos, tendo também professores regentes, professoras de apoio, merendeiras, auxiliares de serviços gerais, digitador, porteiros, auxiliar de secretaria e auxiliar administrativo. Quanto ao total de alunos e alunas, os períodos matutino e vespertino contabilizam um total de 333 alunos e alunas

Ao analisar o Projeto Político Pedagógico, desde o seu início, notamos uma preocupação por parte do grupo de professores quanto à construção do processo de ensino-aprendizagem, a realização de momentos em que possam aproximar da realidade do aluno e ainda enaltecendo momentos de valorização da cidadania.

O Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Visão do Futuro – Professora Iracema Netto José é uma peça fundamental para compreender como a Educação Patrimonial

²⁸ As informações da Escola, foram retiradas do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Visão do Futuro – Professora Iracema Netto José

pode ser integrada ao contexto educacional local. Ao analisar o PPP, observamos uma abordagem que reconhece a importância da conexão entre a história das famílias de alunos residentes no município de Itauçu e que tiveram participação no processo de constituição da cidade como ela é hoje.

A ênfase dada à formação territorial do município, marcada por disputas de interesses e pela ocupação da terra, ressalta a relevância de contextualizar o ensino da história no ambiente em que os alunos estão inseridos. Percebemos, ainda, que o documento evidencia a valorização das famílias que contribuíram para o crescimento e a emancipação territorial, destacando a importância da participação ativa da comunidade no processo educacional.

A inclusão da história goiana e regional no trabalho educacional mostra a preocupação em proporcionar uma educação que reflita a realidade local e fortaleça a identidade dos alunos. Ao considerar o patrimônio cultural histórico, tanto tangível quanto intangível, como parte integrante do processo educativo, a escola reconhece a necessidade de preservar e transmitir as tradições e memórias da região.

A articulação entre o ensino da história e a valorização do patrimônio cultural contribui não apenas para o enriquecimento do conhecimento dos alunos, mas também para o fortalecimento do sentimento de pertencimento à comunidade. Nesse contexto, a Educação Patrimonial emerge como uma ferramenta poderosa para estabelecer vínculos significativos entre os alunos e o seu patrimônio cultural, promovendo uma aprendizagem mais contextualizada e envolvente.

A valorização da memória e a abordagem da história do município são elementos cruciais no processo de construção do ensino-aprendizagem. A complexidade dessa missão torna-se evidente, especialmente quando os professores enfrentam desafios relacionados à falta de materiais de apoio e ao distanciamento direto da história local. Essa situação aponta a importância de desenvolver recursos educacionais específicos e estratégias pedagógicas que auxiliem os educadores nessa empreitada.

A criação de materiais de apoio, como guias, livros, ou recursos digitais, pode oferecer suporte significativo aos professores ao abordar a história do município. Esses recursos podem incluir informações sobre eventos históricos, personalidades locais, patrimônios culturais, fotografias antigas, documentos históricos e outros elementos que enriqueçam o conteúdo a ser ensinado. Além disso, a colaboração com especialistas locais, como historiadores, pode proporcionar informações valiosas e contribuir para a construção de materiais educativos mais precisos e dialógicos com a realidade dos discentes.

Para superar a falta de familiaridade dos professores e das professoras com a história local, é fundamental investir em capacitações e formações continuadas. Esses programas podem oferecer aos educadores as ferramentas necessárias para explorar e ensinar efetivamente a história do município, promovendo uma abordagem mais contextualizada. A troca de experiências entre os próprios professores, incentivando a criação de redes de compartilhamento de práticas pedagógicas, também pode ser um recurso valioso.

Assim, ao reconhecer os desafios enfrentados pelos professores, é possível implementar estratégias que potencializem a valorização da memória e a construção de um ensino da história local mais enriquecedor e significativo para os alunos.

2.2.2 Desenvolvimento da educação patrimonial na escola: integração de ações educacionais e visitas ao Museu Casa da Cultura

A implementação da Educação Patrimonial na escola promove uma abordagem abrangente que se estende além das salas de aula, incorporando a riqueza cultural e histórica do entorno. Neste contexto, destacamos uma ação educativa inovadora que se desdobra na escola, com uma integração significativa de visitas ao Museu Casa da Ponte – Itauçu/GO.

A ação educativa na escola é estruturada para envolver os alunos em atividades práticas, explorando elementos do patrimônio cultural local, como tradições, histórias e manifestações artísticas. Essa abordagem ativa, busca conectar os estudantes de maneira mais profunda com a história da comunidade, incentivando uma apreciação mais consciente do seu próprio patrimônio.

A visita ao Museu Casa da Cultura complementa essa experiência, proporcionando um contato direto com artefatos, documentos históricos e narrativas que enriquecem o aprendizado. Ao vivenciar o ambiente museológico, os alunos têm a oportunidade de expandir seus horizontes e conectar teoria e prática, ampliando sua compreensão sobre o patrimônio cultural local.

Essa abordagem integrada visa não apenas transmitir conhecimentos, mas também desenvolver habilidades como análise crítica, pesquisa e preservação. Ao unir a Educação Patrimonial na escola com visitas ao Museu Casa da Ponte – Itauçu/GO, busca-se criar uma experiência educativa completa, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes e engajados na preservação e valorização do seu patrimônio.

Essa ação de cunho patrimonial, juntamente com os professores e professoras da Escola Municipal Visão do Futuro – Professora Iracema Netto José, que atendem uma clientela de

alunos do Ensino Fundamental – séries iniciais, tem mostrado que trabalhar o patrimônio cultural nem sempre é uma missão fácil. A iniciativa de fortalecimento da Educação Patrimonial na escola visa enriquecer a experiência educativa dos alunos e fornecer suporte essencial aos professores (as).

Para realizar esta pesquisa, realizamos o contato com a Escola Municipal Visão do Futuro Professora Iracema Netto José, no dia 21 de junho de 2023, com um pequeno grupo de professores nas dependências da própria escola, juntamente com a coordenação e a direção. Na ocasião, dialogamos sobre a importância de valorização do patrimônio cultural Museu da Memória Casa da Ponte – Itauçu/GO, bem como, mostramos que este pode ser usado como um espaço de construção da aprendizagem, juntamente com alunos e alunos da unidade de ensino.

Esse momento de interação revela a profundidade e a importância da Educação Patrimonial na vivência dos professores. Ao depararem-se com imagens (fotografias que pertencem ao acervo pessoal do Senhor Chafi) que remetem ao município, especialmente à Casa da Ponte, é evidente que sentimentos de saudosismo e memórias afetivas emergem, proporcionando uma rica experiência de conexão com o patrimônio local.

A valorização dessas lembranças enriquece a relação dos professores com o próprio passado e destaca como a Educação Patrimonial pode ser uma ferramenta poderosa para reforçar os laços emocionais e identitários com a comunidade. Essa interação, permeada por sentimentos e recordações, contribui para uma abordagem mais humanizada e contextualizada na transmissão do conhecimento, promovendo uma aprendizagem significativa.

A conexão entre o saudosismo dos professores e professoras e elementos juntamente ligados à Educação Patrimonial ressalta a importância de incorporar experiências pessoais e emocionais no processo educativo, tornando-o mais envolvente e alinhado com a realidade dos educandos. Essa interação é, portanto, um testemunho vivo do impacto positivo que a Educação Patrimonial pode ter no resgate e na preservação das memórias locais.

Imagem 30: Roda de Conserva com os professores e professoras da Escola Municipal Visão do Futuro – Professora Iracema Netto José (Junho/2023)



Fonte: Acervo Pessoal da Autora

Trabalhar com este ensejo e em contexto de diálogo com os professores nos permitiu entender que existe a necessidade de incrementar as propostas patrimoniais no planejamento dos mesmos e adequar tais temáticas às muitas dificuldades que eles já enfrentam com seus conteúdos programáticos. Mas, de um modo geral, a compreensão e recepção dos professores sobre a importância desse trabalho nos revela uma visão ampliada do papel da Educação Patrimonial no contexto educacional.

Ao reconhecer as dificuldades e desafios, os professores estão dando um passo importante para enriquecer o processo de ensino-aprendizagem. A conscientização sobre a necessidade de inserir o patrimônio cultural no planejamento pedagógico destaca a vontade de proporcionar uma educação mais significativa e contextualizada aos alunos.

Esse momento de diálogo evidenciou a disposição dos professores em enfrentar as complexidades do trabalho com o patrimônio cultural, bem como mostrou a importância de fornecer apoio e recursos adequados para que essa abordagem seja bem-sucedida. O reconhecimento da relevância da Educação Patrimonial reflete o comprometimento em preservar e transmitir as manifestações culturais do município às futuras gerações.

Esse momento possibilitou-nos, mais do que uma simples troca de informações; representou uma imersão na realidade, desafios e aspirações desses educadores em relação à Educação Patrimonial. Ao participarem ativamente, eles compartilharam suas experiências, expressaram suas perspectivas sobre a relevância desse enfoque no processo de ensino-aprendizagem. A roda de conversa se revelou como um espaço enriquecedor para compreender as nuances que envolvem o fortalecimento da Educação Patrimonial no contexto educacional; e, por meio dela, acessamos informações valiosas para a construção de práticas pedagógicas mais contextualizadas e significativas.

Esta experiência patrimonial que se pode ter com um espaço que dentro da comunidade itauçuense é nova e ainda pouco explorada pelos próprios professores e professoras do município, das demais escolas que se fazem presentes do município. Explorar o Museu da Memória Casa da Ponte em Itauçu/Goiás oferece uma rica oportunidade para os educadores expandirem as experiências de aprendizado. Como um espaço relativamente novo e ainda pouco explorado pelos professores do município, há um vasto potencial a ser desbravado. Desta forma, pontuamos algumas sugestões de ações no museu podem incluir:

As visitas guiadas, por meio das quais, professores, professoras e alunos, possam explorar além da construção física, suas paredes, janelas e portas, bem como o conjunto arquitetônico característico pode ser um chamariz referente a uma experiência histórica única.

Durante essas visitas, os educadores têm a chance de mergulhar nas exposições de forma detalhada, guiados por especialistas que compartilham informações, emoções e relatos que dão vida aos artefatos e registros ali presentes. Os profissionais da educação podem explorar cada canto da Casa da Ponte, entendendo as nuances de sua construção, os eventos que moldaram seus espaços e as histórias que ecoam em suas paredes.

O diferencial dessas visitas guiadas está na personalização. Cada grupo de professores tem suas particularidades e os guias adaptam as explanações para atender às necessidades e interesses específicos de cada educador; seja explorando os detalhes arquitetônicos da casa, as tradições culturais que ela abriga ou as histórias pessoais de antigos moradores. A visita guiada é uma jornada sob medida para enriquecer o repertório dos professores.

Ao final desses encontros, além de absorverem conhecimento, os educadores saem inspirados e munidos de ideias para incorporar o patrimônio local às suas práticas pedagógicas. Essas visitas guiadas não são apenas um meio de explorar um museu; são uma oportunidade de estabelecer uma conexão mais profunda com a própria identidade cultural, alimentando o desejo de transmitir essa riqueza aos alunos em sala de aula.

As oficinas pedagógicas oferecidas no Museu da Memória Casa da Ponte representam uma imersão ativa no patrimônio cultural local, transformando o aprendizado em uma experiência tangível e participativa para os professores da Escola Municipal Visão do Futuro - Professora Iracema Netto José.

Como meio de (re)pensar nessas propostas pedagógicas em torno da Educação Patrimonial, pode-se criar oficinas de arte e expressão, nas quais, os educadores tenham a oportunidade de explorar sua criatividade, inspirados pelas histórias e elementos da Casa da Ponte. Pintura, escultura ou outras formas de expressão artística podem ser utilizadas para traduzir emoções e percepções relacionadas ao patrimônio local.

Também podem ser expostas as oficinas de narrativas orais, por meio das quais, é possível promover rodas de conversas, buscando relatos de pessoas da própria comunidade, que tiveram uma proximidade maior com as histórias da Casa da Ponte.

No que se refere à possibilidade de agregar a aprendizagem aos elementos lúdicos, podemos ter como um exemplo: os jogos pedagógicos, como jogo da memória com fotografias históricas do próprio município, com uma legenda identificando cada foto; a cartografia afetiva que pode explorar, além das fotos, desenhos feitos pelos próprios alunos. Assim, os educadores têm a oportunidade de explorar sua criatividade, inspirados pelas histórias e elementos da Casa da Ponte. Pintura, escultura ou outras formas de expressão artística podem ser utilizadas para traduzir emoções e percepções relacionadas ao patrimônio local.

Tratam-se de momentos de suma importância para a construção do processo da aprendizagem e que ainda suscitam outras possibilidades recursivas, como os usos de tecnologias, em que a maioria pode trabalhar com o registro de imagens feito pelos próprios alunos. A exploração através das tecnologias do audiovisual, pode ir além de toda a percepção do tangível, e esse registro pode ser trabalhado em diferentes áreas do conhecimento, dentro da sala de aula.

No âmbito da Educação Patrimonial, nesta pesquisa, apresentamos uma proposta de abordagem inovadora através da exploração audiovisual, na qual os alunos se tornam protagonistas na construção de memórias relacionadas à Casa da Ponte. Para isso, evidenciamos a necessidade de integrar a tecnologia como uma ferramenta enriquecedora para expressão criativa e registro autêntico.

Apresentamos uma proposta de trabalho por meio do qual os alunos serão estimulados a explorar o entorno da Casa da Ponte, utilizando dispositivos móveis para capturar imagens que evocam suas percepções e sentimento em relação ao patrimônio cultural. Outra

possibilidade que evidenciamos, é a realização de oficinas práticas para orientar sobre técnicas fotográficas, incentivando uma abordagem criativa e pessoal.

A segunda etapa desta proposta envolve a construção de narrativas visuais, para as quais seriam realizados *workshops* de edição aos alunos, haja vista que essa é uma habilidade importante para organizar suas imagens de maneira narrativa. Consideramos que, ao explorar recursos visuais como cores, texturas e enquadramentos, eles terão a oportunidade de transmitir emoções e contar histórias a respeito dos processos históricos locais.

Além do componente visual, destacamos a importância de incentivar a captação de depoimentos e reflexões. Para isso, os alunos devem ser guiados no uso de dispositivos móveis para registrar áudios e vídeos, adicionando uma dimensão pessoal às suas narrativas. A produção de conteúdo digital é a terceira fase desta proposta, em que os alunos são direcionados à utilização das imagens e depoimentos coletados para criar vídeos curtos ou apresentações digitais. Espera-se que estas produções sejam compartilhadas em eventos escolares, promovendo o engajamento da comunidade escolar e a valorização das diversas perspectivas.

Para finalizar o trabalho, é fundamental a realização de sessões de discussão para que os alunos compartilhem suas experiências, aprendizados e desafios encontrados durante o processo. Nesse sentido, os educadores envolvidos na atividade devem realizar avaliações formativas, oferecendo *feedbacks* para fortalecer as habilidades dos alunos na expressão visual e narrativa.

Essa abordagem audiovisual visa potencializar as habilidades criativas dos alunos, permitindo-lhes expressar suas conexões emocionais com a Casa da Ponte de maneira única. Além disso, a produção digital cria oportunidades para amplificar as vozes dos alunos, promovendo a inclusão e a valorização de diferentes perspectivas dentro da comunidade escolar.

Há atividades que, dentro do referido espaço, realmente podem ser exploradas, como: o Diário de Viagem, uma vez que a Casa da Ponte se localiza nas proximidades do Córrego Maria da Silva, e a Escola Municipal Visão do Futuro encontra-se no outro extremo da cidade. Essa atividade pode oferecer um escopo interdisciplinar sendo associada a outras áreas do conhecimento, como a Língua Portuguesa, Geografia, e assim por diante. Deste modo, a atividade do Diário de Viagem seria uma oportunidade para conectar a Escola Municipal Visão do Futuro – Professora Iracema Netto José e a Casa da Ponte, destacando a importância do percurso entre esses dois pontos geográficos.

A sugestão é iniciar a jornada com os alunos, incentivando-os a registrar suas observações, sentimentos e pensamentos em um diário durante o trajeto entre a escola e a Casa

da Ponte. Este diário não seria apenas um registro de eventos, mas uma plataforma para expressar as experiências pessoais de cada aluno ao explorar esses espaços.

Durante a caminhada, os alunos devem ser estimulados a observar detalhes que muitas vezes passam despercebidos no cotidiano: elementos da natureza, características arquitetônicas, sons ambientais e interações sociais podem se tornar fontes ricas para as reflexões dos estudantes.

Ao chegarem à Casa da Ponte, os alunos teriam a oportunidade de compartilhar suas experiências e comparar os diferentes aspectos percebidos durante o percurso. Esse momento de troca enriquece não apenas a compreensão individual, mas também constrói uma visão coletiva sobre a relação entre a escola e o patrimônio cultural.

A atividade do Diário de Viagem não se limita a um único dia. Ao longo do tempo, os alunos devem ir registrando suas jornadas, permitindo uma análise longitudinal das mudanças percebidas e das conexões emocionais desenvolvidas com o ambiente aos redores.

Os educadores desempenham um papel crucial, guiando discussões, fornecendo informações valiosas sobre o patrimônio cultural e incentivando os alunos a refletirem sobre a importância do trajeto entre a escola e a Casa da Ponte em suas vidas. Esse trajeto feito pelos alunos, desde a saída da escola até a chegada no imóvel representa uma caminhada também rumo ao saber.

Essa atividade pode contribuir para fortalecer os laços entre os alunos e o patrimônio local, bem como promover uma apreciação mais profunda do espaço que conecta a escola à Casa da Ponte, tornando o processo educativo uma experiência significativamente importante.

Ao finalizar esta jornada de Educação Patrimonial entre a Escola Municipal Visão do Futuro – Professora Iracema Netto José e a Casa da Ponte, espera-se que as metodologias empregadas não apenas preservem memórias, mas também contribuam na formação identitária dos alunos. O diálogo constante entre o passado e o presente, facilitado por atividades como as visitas guiadas e oficinas pedagógicas, é como um fio condutor que une as gerações. Consideramos que as narrativas pessoais compartilhadas pelos moradores mais antigos e as histórias criadas pelos próprios estudantes durante as atividades práticas se entrelacem, formando uma tapeçaria rica em significados.

Outra possível metodologia que pode contribuir com a Educação Patrimonial é o uso de jogos pedagógicos, tendo em vista que podem proporcionar uma abordagem lúdica para absorver conhecimento, transformando a aprendizagem em uma experiência envolvente. Os professores, guiados pela oficina de integração curricular, podem descobrir novas formas de entrelaçar o patrimônio cultural no tecido curricular, enriquecendo suas práticas pedagógicas.

A valorização do Diário de Viagem como uma ferramenta pedagógica é mais do que um registro de eventos; é um convite para que os alunos se tornem arquitetos de suas próprias narrativas, registrando não apenas o que veem, mas também o que sentem e pensam sobre o patrimônio que os envolve.

Neste contexto, as metodologias de Educação Patrimonial não são simples estratégias pedagógicas, mas sim instrumentos que moldam o entendimento dos alunos e alunas sobre seu próprio contexto, incentivando um olhar crítico e afetivo em relação à sua comunidade. Ao tecer o futuro com fios do passado, construímos uma geração mais consciente, conectada e comprometida com a preservação e valorização do patrimônio cultural, garantindo que essas memórias continuem a tecer a história de Itauçu.

3 GUIA AFETIVO DA CASA DA PONTE: UMA JORNADA INTERATIVA PELA MEMÓRIA E PATRIMÔNIO

O Guia Afetivo da Casa da Ponte é uma ferramenta educativa projetada para proporcionar uma jornada interativa pela memória e patrimônio histórico da Casa da Ponte em Itauçu. Trata-se de um material em formato de *e-book*, disponível para acesso digital, com a opção de ser baixado em dispositivos eletrônicos, como tablets ou computadores. No entanto, visando a praticidade e facilidade de uso para os educadores, também será disponibilizado um cartão contendo um QR Code que permite o acesso direto ao guia através de dispositivos móveis, como smartphones. Trata-se de um material didático elaborado em forma de livro contendo uma série de informações importantes sobre o patrimônio itauçuense denotando também traços específicos da identidade cultural e histórica da cidade.

O referido material propõe-se a expor de forma didática traços marcantes da história local, promovendo uma fusão entre informações acadêmicas com acervo fotográfico, escrita poética e destaque a figuras locais que se destacaram na consolidação da comunidade municipal. O material está dividido em duas unidades: na primeira se destaca o panorama histórico local e o segundo se propõe a trabalhar diretamente com o conceito de educação patrimonial a partir das expressões identitárias locais especialmente o acervo da casa da ponte e sua representatividade. Neste segundo momento os docentes encontrarão um material específico e bastante didático que traz as possibilidades de usos da educação patrimonial a partir de dinâmicas e atividades propostas pela autora.

Dessa forma, as professoras e os professores da Escola Municipal Visão do Futuro – Professora Iracema Netto José podem acessar o guia de forma rápida e conveniente, facilitando a utilização das atividades propostas e promovendo uma experiência mais enriquecedora para as alunas e os alunos envolvidos nas atividades de Educação Patrimonial.

O Guia Afetivo da Casa da Ponte emerge como uma proposta inovadora, desenhada para desbravar a memória e o patrimônio cultural presente na Casa da Ponte. Sua concepção considera uma abordagem interativa e envolvente, transformando a experiência de aprendizado em uma jornada memorável.

Apresentando a capa do produto, na imagem a seguir, feito por Karoline Maciel, atualmente aluna, com 17 anos do ensino médio, no Colégio Estadual da Polícia Militar de Itauçu, onde o desenho, foi um presente, pintando com tinta aquarela e feito no Papel Canson, gramatura 180, as idas e vindas de sua residência até a Casa da Ponte, mostra uma representação do que se pode compreender como admiração ao patrimônio cultural local e as suas histórias.

Imagem 31: Capa do Guia afetivo.



Fonte: a autora 2024.

Pensar e mostrar a importância de espaços não formais de educação, como forma de fortalecimento do processo de construção de aprendizagem, como os museus, auxilia na construção e formação das novas gerações, de modo a pensar no patrimônio cultural vinculando-o “à transmissão, difusão e apropriação, por parte dos grupos sociais a que se refere, dos sentidos e valores atribuídos aos bens culturais” (Londres, 2012, p. 14).

O elo entre o patrimônio cultural e a educação, conforme Londres (2012), revela que o significado da palavra educação é 'conduzir de dentro para fora'. Nesse contexto, o educando assume o papel de protagonista e o educador se torna o condutor nessa jornada.

O Guia Afetivo, como seu objetivo principal, busca transcender as barreiras tradicionais da educação, propondo-se a ser uma ferramenta que não apenas transmite informações, mas que inspira a descoberta, promove a reflexão e desperta um senso de pertencimento à comunidade.

Ao adotar uma abordagem centrada no aluno, o Guia Afetivo visa transformar o processo educativo em uma experiência mais significativa, proporcionando um ambiente no

qual os alunos são incentivados a explorar, questionar e criar, construindo ativamente o conhecimento a partir de suas interações com o patrimônio cultural.

A condução 'de dentro para fora' mencionada por Londres (2012) encontra ressonância na proposta do Guia Afetivo, que busca enriquecer os alunos com fatos históricos, bem como estimular a construção de uma conexão pessoal com a Casa da Ponte. Por meio de narrativas envolventes, atividades práticas e a integração curricular, o guia convida os educandos a se tornarem participantes ativos na preservação e valorização do patrimônio local.

Desse modo, o Guia Afetivo assume o papel de facilitador, proporcionando um ambiente educacional que nutre a curiosidade, estimula o pensamento crítico e fortalece a relação entre os alunos e sua herança cultural. Ao colocar o educando no centro do processo, buscamos construir conhecimento, acessar memórias históricas e, ainda, cultivar um vínculo duradouro entre a comunidade e seu patrimônio, promovendo uma educação que verdadeiramente 'conduz de dentro para fora'.

A ligação de ambos (patrimônio cultural e educação), de fato se mostra essencial, como uma espécie de suporte para os planejamentos diários de professoras e professores e ainda mostrando que nesse processo de construção do conhecimento, as constantes modificações em torno do que se pode delegar.

O patrimônio cultural, representado pela Casa da Ponte, transcende seu papel meramente histórico para se tornar uma ferramenta dinâmica no processo educativo. Ao ser integrado ao currículo escolar, ele não apenas enriquece os conteúdos, mas oferece um contexto dinâmico para a aprendizagem.

Para as professoras e professores, essa ligação proporciona uma abordagem enriquecedora, pois permite a exploração de diferentes perspectivas e a incorporação de elementos tangíveis à experiência educativa. Ao se tornar parte integrante do planejamento diário, o patrimônio cultural oferece oportunidades para envolver os alunos em atividades práticas, debates e reflexões.

Essa integração vai além de simplesmente transmitir informações sobre o passado; ela inspira uma compreensão mais profunda da identidade local, promovendo um senso de pertencimento e responsabilidade na preservação do patrimônio. O patrimônio cultural não é apenas um tópico de estudo, mas uma fonte viva de inspiração para o ensino.

Dessa forma, a ligação entre patrimônio cultural e educação aprimora o processo de ensino-aprendizagem e contribui para a formação de cidadãos conscientes, conectados à sua história e engajados na preservação do legado cultural da comunidade. Essa conexão se revela

como um suporte valioso que transcende os limites da sala de aula, enriquecendo a experiência educacional e fortalecendo os laços entre a escola, os alunos e a herança cultural local.

O trabalho de professoras e professores, aliado ao patrimônio cultural, ganha uma dimensão enriquecedora com a introdução de um material complementar voltado para a Educação Patrimonial. Esse recurso amplia as possibilidades didáticas e evidencia a necessidade premente de promover a conexão entre o conhecimento escolar e as expressões culturais locais.

Ao incorporar um material complementar centrado na Educação Patrimonial, os educadores dinamizam o ambiente de aprendizagem, oferecendo uma abordagem mais holística para o ensino, especialmente na etapa do Ensino Fundamental séries iniciais. Esse recurso, cuidadosamente elaborado, serve como uma ponte entre o conteúdo curricular formal e a expressão de narrativas, memórias e tradições presentes no patrimônio local, neste caso, representado pela Casa da Ponte.

A necessidade de promover essa conexão é evidente, uma vez que a Educação Patrimonial contribui para agregar valor ao aprendizado e fomentar um entendimento mais profundo da identidade cultural. O material complementar atua como um guia para professores e alunos, conduzindo-os por uma jornada envolvente e significativa pelas histórias que permeiam o patrimônio.

Além disso, esse recurso destaca o papel essencial da comunidade escolar na preservação e valorização do patrimônio cultural. Ao integrar o material complementar, os educadores fornecem informações e estimulam o desenvolvimento de habilidades críticas, como pesquisa, análise e interpretação. Essas habilidades transcendem o ambiente escolar, preparando os alunos para serem participantes ativos na preservação de sua herança cultural.

Dessa maneira, o trabalho sinérgico entre professoras e professores e o patrimônio cultural, impulsionado por um material complementar focado na Educação Patrimonial, enriquece o processo educativo e mostra a importância de cultivar uma relação viva e dinâmica entre a escola e as expressões culturais locais.

3.1 Apresentando o produto: formato definido

O Guia Afetivo, concebido como um recurso valioso para professores e professoras, adota um formato moderno e acessível, sendo apresentado na forma de um *e-book*. A inovação desse material se destaca pela integração de um cartão ilustrado, destacando a imagem da Casa da Ponte, elemento icônico do patrimônio cultural local.

A inclusão de um QR code no Guia Afetivo é uma estratégia que visa unir tradição e tecnologia. Esse código bidimensional funciona como uma ponte digital, conectando os educadores a recursos *online*, ampliando assim as possibilidades de exploração e compreensão do patrimônio cultural. Essa abordagem contemporânea reflete a conscientização sobre a importância da tecnologia na educação, proporcionando uma experiência de aprendizado mais envolvente.

Ao disponibilizar o Guia Afetivo nesse formato, pretendemos, além de fornecer informações, inspirar uma abordagem dinâmica e interativa à Educação Patrimonial em uma tentativa de inovação. A combinação do *e-book* com o QR code cria uma experiência de aprendizado que transcende o material impresso, incorporando elementos multimídia e interativos.

Essa escolha dessa estratégia visa atender às demandas da era digital, haja vista que a integração da tecnologia no ambiente educacional tem sido um recurso que contribui para facilitar o acesso dos alunos a diversos conteúdos. A praticidade de acesso, aliada à dinâmica visual proporcionada pelo cartão ilustrado torna o Guia Afetivo uma ferramenta versátil e cativante para os educadores explorarem as histórias e memórias entrelaçadas à Casa da Ponte.

Além de oferecer atividades prontas, o Guia Afetivo propõe sugestões para o desenvolvimento de planos de aula, promovendo o protagonismo dos professores no processo educativo. A troca de experiências entre educadores é incentivada, fortalecendo a construção coletiva do conhecimento.

Imagem 32: Cartão com QR Code, que será disponibilizado aos professores da Rede Municipal de Ensino de Itauçu. (FRENTRE)



Fonte: a autora 2024

Ao ser aplicado na Escola Municipal Visão do Futuro, o produto aspira não apenas enriquecer o processo de ensino, mas também criar laços afetivos entre os alunos, professores e o patrimônio cultural da Casa da Ponte. Esse Guia Afetivo surge como uma ferramenta pedagógica inovadora, capaz de transformar o aprendizado em uma jornada emocionante e significativa.

Imagem 33: Cartão com QR Code, que será disponibilizado aos professores da Rede Municipal de Ensino de Itauçu. (VERSO)



Fonte: a autora 2024

O cartão, com o QR Code, teve uma menção de se chegar nas proximidades de uma pequena lembrança, como aquelas que são carregadas dentro dos cartões-postais, aos professores (as), dentro do ambiente escolar, que vai além de uma simples leitura, onde o objetivo, é fazer com que esse cartão, circule entre um maior número de pessoas, que além de conhecer a história de uma das casas mais antigas, ainda que se encontram de pé no município de Itauçu, possam compreender a sua importância enquanto patrimônio cultural material local.

3.2 Público Alvo

O Guia Afetivo, elaborado com cuidado e propósito, tem como público-alvo os professores e professoras da Escola Municipal Visão do Futuro - Professora Iracema Netto José. Essa proposta se dá a partir de um processo de reconhecimento do papel fundamental desses educadores na formação das novas gerações; portanto, o guia se destina a ser uma ferramenta que inspire e atenda à dinâmica da atualidade para enriquecer suas práticas pedagógicas.

Ao direcionar o Guia Afetivo para os docentes, buscamos potencializar seu impacto na Educação Patrimonial, transformando os professores e professoras em facilitadores e mediadores desse valioso processo em torno da construção da aprendizagem. Acreditamos que por meio do guia, é possível proporcionar a esses profissionais não apenas um recurso informativo, mas sim um guia dinâmico que os capacite a integrar de maneira efetiva o patrimônio cultural da Casa da Ponte em suas aulas, e que os inspire a trabalhar com os demais patrimônios culturais locais.

O Guia Afetivo visa criar uma conexão entre o patrimônio cultural local e a sala de aula, capacitando os professores a explorar narrativas, atividades práticas e metodologias inovadoras. Ao empoderar os educadores com esse recurso, a intenção é catalisar uma mudança significativa na abordagem da Educação Patrimonial, tornando-a uma experiência viva e envolvente para os alunos.

Dessa forma, ao direcionar o Guia Afetivo para os professores e professoras, estabelecemos uma parceria colaborativa, na qual esses agentes de transformação desempenham um papel crucial na preservação e transmissão do patrimônio cultural às futuras gerações.

3.3 O impacto do Guia Afetivo na comunidade: o Guia Afetivo como agente de conexão e pertencimento

O Guia Afetivo não é apenas um recurso educacional; é uma ferramenta que acreditamos ser capaz de desencadear um impacto significativo na comunidade de Itauçu. Ao se integrar ao cotidiano dos professores e professoras da Escola Municipal Visão do Futuro - Professora Iracema Netto José, o guia torna-se um catalisador para a construção de conexões mais profundas entre a comunidade e seu patrimônio cultural, especialmente a Casa da Ponte.

Esperamos que o Guia Afetivo se revele como uma ferramenta importante na sala de aula, em que professores e professoras, munidos desse recurso valioso, possam transcender à

mera transmissão de informações históricas. Esperamos que eles se tornem contadores de histórias, compartilhando não apenas eventos do passado, mas também os sentimentos e conexões emocionais que permeiam o patrimônio cultural de Itauçu.

As estratégias inovadoras incorporadas ao uso do Guia Afetivo buscam redefinir a experiência de aprendizado, fazendo com que alunos e alunas não sejam meros receptores de dados, mas participantes ativos na construção de sua compreensão sobre a história local. O material não é apenas um guia, mas uma ponte entre o passado e o presente, entre as gerações que moldaram a comunidade.

Ao buscar dar vida ao patrimônio cultural, o Guia Afetivo visa despertar uma curiosidade natural nos alunos, de modo que não apenas absorvam dados históricos, mas também se envolvam emocionalmente com as narrativas. Essa abordagem fortalece a compreensão do passado e nutre um senso de identidade e pertencimento na comunidade escolar.

Assim, o impacto inicial na sala de aula visa transcender a Educação Patrimonial tradicional. O Guia Afetivo pretende tornar-se um catalisador para o florescimento de conexões emocionais entre os alunos e sua herança cultural, preparando o terreno para um aprendizado mais significativo e duradouro.

Além da esfera educacional, o guia se estende para a comunidade em geral. Visitas guiadas à Casa da Ponte, organizadas com base nas orientações do Guia Afetivo, pretendem oferecer uma experiência imersiva que transcende as paredes da escola. Assim, a comunidade é convidada a redescobrir sua própria história, despertando um senso renovado de pertencimento.

A tecnologia incorporada ao Guia Afetivo, através do QR code, facilita o acesso da comunidade ao conteúdo digital, promovendo uma interação contínua com o patrimônio cultural. Isso não apenas preserva a memória local, mas também fortalece os laços afetivos entre as gerações.

Em última análise, o Guia Afetivo emerge como um agente de transformação, promovendo uma abordagem mais inclusiva e emocionalmente rica da Educação Patrimonial. Ao fazer isso, busca deixar uma marca duradoura na comunidade, estimulando o orgulho de sua história e o compromisso com a preservação desse legado para o futuro.

4 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO PRODUTO

Esta seção representa um mergulho na implementação prática do - Guia Afetivo da Casa da Ponte: uma jornada interativa pela memória e patrimônio na Escola Municipal Visão do Futuro - Professora Iracema Netto José. Trata-se de uma proposta meticulosamente elaborada para integrar o patrimônio cultural da Casa da Ponte ao cotidiano educacional, enriquecendo a experiência de aprendizagem dos alunos e promovendo um diálogo vivo entre a história local e a sala de aula.

Nesta seção, apresentamos as diretrizes fundamentais que norteiam a aplicação do Guia Afetivo. Desde o manual de uso do produto até a proposição de atividades, cada elemento desta proposta foi concebido com o propósito de oferecer aos educadores ferramentas valiosas para a construção de um ambiente educacional mais envolvente e conectado à história de Itauçu.

Ao apresentar esta proposta, visamos não apenas enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, mas também fortalecer os laços afetivos entre a comunidade escolar e o patrimônio cultural local. Para isso, consideramos a importância de se trabalhar em estreita colaboração com os educadores, proporcionando-lhes suporte prático para incorporar o Guia Afetivo em suas práticas pedagógicas, e destacamos a importância desse envolvimento na formação integral dos alunos.

Desse modo, nesta seção, convidamos os leitores a explorar conosco as possibilidades que emergem quando a educação se encontra com o patrimônio cultural, unindo passado, presente e futuro de maneira harmoniosa e inspiradora.

4.1 Manual de uso do Produto

O Manual de Uso do Guia Afetivo da Casa da Ponte é uma ferramenta essencial para os educadores da Escola Municipal Visão do Futuro - Professora Iracema Netto José. Este documento detalhado fornece orientações sobre como integrar efetivamente o Guia Afetivo no ambiente escolar, aproveitando ao máximo seus recursos e potencial pedagógico.

O manual está estruturado de maneira didática, dividido em seções que abordam diferentes aspectos do Guia Afetivo e suas possibilidades de aplicação. Cada seção foi elaborada com instruções práticas, sugestões criativas e informações pedagógicas, a fim de capacitar os professores a explorar o patrimônio cultural da Casa da Ponte de maneira envolvente e educativa.

4.2 Manual de uso do Guia Afetivo da Casa da Ponte: uma jornada interativa pela memória e patrimônio

No tocante aos objetivos delineados para este manual, destacam-se diversas dimensões essenciais. A orientação prática busca apresentar de forma acessível e aplicável as diversas funcionalidades do Guia Afetivo, proporcionando conhecimento técnico e *insights* valiosos para sua efetiva implementação no ambiente escolar. A integração curricular, por sua vez, visa oferecer diretrizes tangíveis para que o patrimônio cultural se entrelace organicamente ao currículo escolar, apresentando exemplos concretos de como as atividades do guia podem ser incorporadas em disciplinas diversas.

A dimensão de estímulo à criatividade visa inspirar os educadores a abordarem o Guia Afetivo como um catalisador para a expressão criativa, fornecendo sugestões de atividades complementares que enriqueçam a experiência educacional. A exploração do QR code é discutida de maneira aprofundada, elucidando como esses códigos podem ser efetivamente utilizados para acessar conteúdos digitais e sugerindo formas de integrar dispositivos digitais no processo de aprendizado.

No âmbito da avaliação do impacto, são propostas estratégias sólidas para que os educadores possam mensurar e compreender os efeitos do Guia Afetivo na comunidade escolar. As considerações finais sublinham a natureza abrangente do Manual de Uso, não apenas como um guia técnico, mas como um recurso que, além de capacitar visa transformar o patrimônio cultural da Casa da Ponte em uma ferramenta viva de aprendizado, promovendo uma experiência educacional duradoura e significativa para os alunos.

O modo de uso do Guia Afetivo da Casa da Ponte é projetado para ser acessível e prático, permitindo que os educadores incorporem facilmente as atividades propostas em suas práticas pedagógicas, cuja a finalidade seja a Educação Patrimonial e a utilização do Espaço do Museu da Memória da Casa da Ponte. Aqui está uma explicação passo a passo de como o guia pode ser utilizado.

Primeiramente, antes de iniciar qualquer atividade, os educadores devem introduzir o Guia Afetivo aos alunos e alunas, explicando sua finalidade e relevância para o aprendizado. Isso pode incluir uma discussão sobre a importância da preservação do patrimônio cultural e uma breve visão geral do conteúdo do guia.

Em seguida, os educadores devem garantir que todos os alunos tenham acesso ao conteúdo do guia. Isso pode ser feito distribuindo os cartões com o QR code para que os alunos possam escanear com seus dispositivos móveis e acessem o *e-book*, ou o professor e / ou a

professora, possa projetar por meio de aparelhos que estejam disponíveis na própria unidade de ensino, como aparelhos de *datashow* e computadores que estejam conectados à televisão. Se necessário, o guia também pode ser disponibilizado em dispositivos eletrônicos da escola, como tablets ou computadores.

Os alunos e alunas devem ser encorajados a explorar o conteúdo do guia de forma independente ou em grupos. Eles podem ler os textos, observar as imagens e participar das atividades propostas, que variam de acordo com as seções do guia.

Além das atividades sugeridas no guia, os educadores podem propor atividades complementares para enriquecer a experiência educacional. Isso pode incluir discussões em sala de aula, atividades práticas no ambiente escolar ou até mesmo visitas ao local da Casa da Ponte, se possível.

Durante e após a utilização do guia, os educadores devem acompanhar o progresso dos alunos e avaliar o impacto das atividades. Isso pode ser feito por meio de observações em sala de aula, *feedback* dos alunos e análise dos resultados das atividades.

Com base no *feedback* dos alunos e em sua própria avaliação, os educadores podem fazer ajustes no uso do guia para melhor atender às necessidades de aprendizagem de seus alunos. Isso pode envolver a criação de novas atividades, a inclusão de recursos adicionais ou a adaptação do guia para diferentes faixas etárias ou contextos educacionais.

Em resumo, o Guia Afetivo da Casa da Ponte deve ser utilizado como uma ferramenta flexível e adaptável, que visa envolver os alunos de forma ativa e significativa na aprendizagem sobre o patrimônio cultural local. Ao seguir essas etapas, os educadores podem maximizar o potencial do guia para promover uma experiência educacional enriquecedora e memorável.

4.3 Devolutiva para a comunidade

A devolutiva para a comunidade participante ocorrerá logo após a defesa do relatório técnico e do produto educacional, na Escola Municipal Visão do Futuro – Professora Iracema Netto José, juntamente com o corpo docente, direção e coordenação, em horário pré-agendado previamente com a direção, em que cada professora e professora da unidade escolar terá acesso ao cartão ilustrado com o QR code. Desse modo, faremos todas as orientações, desde como baixar em seus aparelhos celulares, os aplicativos que realizem a leitura do código em formato de QR code, como exemplo o aplicativo gratuito QR code, disponível no *Play Store* e *APP Store*.

Nesse momento de interação entre os educadores, a apresentação do Guia Afetivo será realizada por meio de um aparelho de Datashow, proporcionando uma visualização detalhada de todos os elementos que compõem o livro em formato digital. Cada aspecto do guia, desde as funcionalidades práticas até as sugestões de integração curricular serão destacadas de maneira acessível. A tecnologia do Datashow permitirá uma apresentação visual dinâmica, tornando o conteúdo do Guia Afetivo mais tangível e estimulando a participação ativa dos educadores. Essa abordagem visa não apenas informar, mas também inspirar, proporcionando uma experiência visual rica que complementa e enriquece a compreensão do Guia Afetivo.

Esse momento, juntamente com os educadores, é importante para estimular a participação, esclarecer dúvidas e, principalmente, criar uma atmosfera de entusiasmo em torno do uso do Guia Afetivo na prática educacional. O intuito é inspirar os professores a explorar criativamente as propostas do guia, promovendo uma Educação Patrimonial vibrante e significativa para os alunos. A interação contínua, seja por meio de perguntas, discussões ou reflexões, proporcionará um ambiente colaborativo e enriquecedor, estabelecendo as bases para uma implementação bem-sucedida do Guia Afetivo na comunidade escolar

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Casa da Ponte – Itauçu / GO, imóvel construído em 1932, dentro das dependências do Povoado de Catingueiro Grande (atual município de Itauçu) ainda assume várias funções sociais desde o seu período de construção. Com o seu objetivo inicial de ser escola do povoado e idealizada e construída pelo casal de libaneses recém-chegados na região, Gabriel e Sara José, mostram que a sua contribuição para as crianças que se encontravam no povoado, era que pudessem ter uma oportunidade de educação.

Desde sua fundação o espaço arquitetônico já se mostrava mais que meramente uma construção, abrigando debaixo de seu teto a primeira instituição educacional local, momento específico da história goiana que, vale a pena lembrar, o acesso à escola era algo restrito e mais complexo especialmente a população mais pobre.

No decorrer dos anos, a Casa da Ponte também serviu como residência, espaço para eventos comunitários e, mais recentemente, como um local de preservação da memória local. Trata-se de um local onde a memória de Itauçu condensou afetividades, saberes, e diversas outros resquícios da história local tornando-se efetivamente um lugar de memória por estar situado em uma significação simbólica para além do material. A sua arquitetura singular e a sua localização estratégica próxima ao Córrego Maria da Silva destacam sua importância histórica e cultural para a comunidade de Itauçu a colocando como lugar físico/palpável que aciona múltiplas identidades e a tornam símbolo diacrítico da comunidade local.

A Casa da Ponte não é apenas uma construção física; é um testemunho vivo da transformação política, dos movimentos de sociabilidades e da modificação geracional da comunidade ao longo das décadas. As histórias gravadas em suas paredes, as vozes que ecoam em seus corredores e as memórias que abarca tornam-na um patrimônio cultural essencial para as gerações presentes e futuras.

O presente trabalho teve como objetivo central destacar a importância da Casa da Ponte – Itauçu / GO como um símbolo de resistência e valorização da memória local, ressaltando seu papel fundamental na vida da comunidade. Ao longo do estudo, exploramos a trajetória histórica da Casa da Ponte, desde sua construção em 1932 até sua função atual como museu, espaço educativo e cultural. Tivemos aqui uma proposta de visualização do espaço histórico ora referido e suas muitas transformações ao longo das décadas, tornando-o hoje um importante centro para trabalhar propostas patrimoniais locais a partir da educação patrimonial a ser feita conjunta e dialogicamente com a população local.

A Casa da Ponte não é apenas um edifício; é um lugar de memória que testemunhou as transformações e vivências da comunidade itauçuense: sua importância enquanto local de destaque na memória da comunidade pode ser notada através das muitas entrevistas aqui expostas e das “histórias” de Itauçu que consolidam visões mistas, mas sempre dotadas de destaque para o prédio. Por parte de moradores mais velhos, especialmente aqueles acima de 59 anos, pudemos resgatar memórias coletivas que contribuem para a construção da identidade local.

No âmbito da Educação Patrimonial, elaboramos um Guia Afetivo como produto educacional para os professores da Escola Municipal Visão do Futuro – Professora Iracema Netto José. Esse guia busca não apenas transmitir informações sobre a Casa da Ponte, mas também criar uma conexão emocional entre os educadores, alunos e a história local. Reconhecemos a importância de envolver a comunidade escolar na preservação e valorização do patrimônio cultural, de modo que a educação patrimonial, aqui versada enquanto proposta de significados dialógicos para/com a comunidade local estabelece a casa da ponte vista como exposição museológica, mas também como uma série de outros significados como um norte para a percepção da identidade local e suas muitas memórias.

A análise dos desafios e oportunidades na preservação da Casa da Ponte revelou a necessidade de estratégias eficazes para integrar práticas educativas na comunidade, incentivando a participação ativa dos moradores na conservação desse importante patrimônio. A retomada das atividades museológicas após a pandemia representa uma oportunidade para fortalecer os laços entre a casa, vista como espaço museológico (e como já situamos para além de um museu) e a população local, visando criar vínculos identitários entre o espaço da casa e seus múltiplos significados para os que nele adentrem.

No contexto dos conflitos e negociações na definição do patrimônio, destacamos a importância do diálogo entre os diversos atores envolvidos na preservação da Casa da Ponte, incluindo a comunidade local, órgãos governamentais e entidades culturais. A gestão dos potenciais conflitos de interesses é essencial para garantir a integridade do patrimônio e sua relevância histórica-social.

Concluimos, portanto, que a Casa da Ponte é mais do que um local físico; é um elo entre o passado e o presente, um espaço simbólico de resistência e preservação da identidade local. A preservação desse patrimônio não é apenas responsabilidade das autoridades locais, mas de toda a comunidade, e aqui a educação patrimonial e as demais ações patrimoniais tem um importante papel na tentativa constante de estabelecimento de vínculos entre a comunidade e o espaço bem como seus múltiplos significados. Ao reconhecer e valorizar a memória da Casa da

Ponte, contribuimos para a construção de uma identidade coletiva sólida e o fortalecimento dos laços com a história itauçuense.

REFERÊNCIAS

Acervos Fotográficos

Acervo Fotográfico Senhor Chafi José

Acervo Fotográfico Senhor Jorge Belim

Acervo Fotográfico Wesley Nunes

Redes Sociais

FACEBOOK: Vamos Salvar a Casa da Ponte

Referências Bibliográficas

ABREU, Edmundo Pinheiro de. **Currallinho**: Seus Costumes e sua Gente; Goiânia; Editora Oriente; 1978.

ALMEIDA, Rodrigo Lúcio de. **O Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas em Itaberaí-GO**: inventário e exposição colaborativa [manuscrito] Orientadora: Profa. Dra. Maria Dailza da Conceição Fagundes. Relatório Técnico (Mestrado em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio) – Câmpus Cora Coralina, Universidade Estadual de Goiás, 2023.

BOAVENTURA, Deusa. M. R. **Urbanização em Goiás no século XVIII**. São Paulo: FAUUSP, 2007.

BORGES, Elisabeth Maria de Fátima. **Itauçu**: sonhos, utopias, e frustrações no movimento camponês. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2005.

BOSI, Eclea. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos; Editora USP; São Paulo; 2004.

CANCLINI, Néstor García. "Imaginários culturais da cidade: conhecimento, espetáculo/desconhecimento". IN: COELHO NETTO, José Teixeira (org). **A cultura pela cidade**. SP: Itáu Cultural/Iluminuras, 2008, p. 15-30.

CASTRO, Derval de. **Annaes da Comarca do Rio das Pedras**: história e chorografia. São Paulo-SP: Duprat, 1933.

CHAGAS, Mário. **Educação, Museu e Patrimônio**: tensão, devoração e adjetivação; Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/educacao_museu_patrimonio_tensao.pdf; Acesso em: 16. Dez. 2023

CHUVA, Márcia. Por uma noção da história do patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e artístico nacional**, n. 34, 2012, p. 147 – 166. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Numero%2034.pdf>. Acesso em: 25. Jan. 2023

COELHO, José Braga. **De Catingueiro Grande a Itauçu**: a formação de um espaço urbano. Monografia (TCC) – Universidade Estadual de Goiás, Goiás, 2000.

GONÇALVES, Janice. Pierre Nora e o tempo presente: Entre a Memória e o Patrimônio Cultural; **Historiae**, Rio Grande, v. 3, n. 3, p. 27-46, 2012. Disponível em: <https://www.seer.furg.br/hist/article/view/3260/1937> Acesso em: 24. Jul. 2023

FELIPE, Carla Beatriz Marques; PINHO, Fábio Assis. Fotografia como Dispositivo da Memória Institucional; **LOGEION: Filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 5 n. 1, p. 89-101, set.2018/fev. 2019

FLORÊNCIO, Sônia Rampim; CLEROT, Pedro; BEZERRA, Juliana; RAMASSOTE, Rodrigo. **Educação Patrimonial**: histórico, conceitos e processos. 2. ed. rev. ampl. – Brasília, DF: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf Acesso em: 24. Jul. 2023

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra. Pp.57-76. 1996.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In. ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, pp.25-33, 2009.

HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva**. Editora Vértice; São Paulo; 1990.

ICOM; **ICOM aprova Nova Definição de Museu**. Disponível em: <https://www.icom.org.br/?p=2756#:~:text=%E2%80%9CUm%20museu%20%C3%A9%20uma%20institui%C3%A7%C3%A3o,a%20diversidade%20e%20a%20sustentabilidade>. Acesso em: 15. Dez. 2023

JOSÉ, Chafi. **Nada é mais como antes**. Editora Kelps; Goiânia; 2017.

JOSÉ, Raíssa Santos. **Itauçu**: memória fotográfica de uma cidade do sertão goiano. Monografia (TCC) – Universidade Estadual de Goiás, 2009.

KARNAL, Leandro; TOTSCH, Flávia Galil. A Memória Evanescente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (orgs.). **O Historiador e as suas fontes**. Editora Contexto; São Paulo; 2020

LEAL, Oscar. **Viagem às Terras Goyanas**. Editora Typographia Minerva Central; Lisboa; 1892.

LONDRES, Cecília. O Patrimônio Cultural na formação das novas gerações: algumas considerações; In: **Educação patrimonial**: reflexões e práticas. / Átila Bezerra Tolentino (Org.) – João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: Projeto História (**Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História**), PUC-SP, São Paulo, v.10, p. 7-28, 1993.

PAULA, Rúbia Garcia de; GRANGEIRO; Alessandra Carlos Costa. A Gênese do Movimento Casa da Ponte de Itauçu/GO-GO: Preservação dos Saberes Materiais e Imateriais de um povo; **Anais da VI Semana de Integração**; Inhumas: UEG, 2017, p. 959-969

PAULA, Rúbia Garcia de. Quer conhecer a história do movimento da casa da ponte? **Facebook**. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo?fbid=1098316126863738&set=a.400567673305257;> Acesso em: 15 dez. 2023.

RABELLO, Sonia. **Tombamento**. IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/48/tombamento>; Acesso em: 31. Jul. 2023

RABELLO, Sonia. **O Estado na preservação dos bens culturais**: o tombamento. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

PERES, Ramon. Povo de Itauçu sente saudades do GREI!!!, In: **FIQUE SABENDO!** Com Ramón Peres; Disponível em: <https://ramon-peres.blogspot.com/2013/06/povo-de-itaucu-sente-saudades-do-grei.html>; Acesso em: 28. Nov. 2023

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 1. ed. -- São Paulo: Cortez, 2013. 1,0 MB; e-PUB. Bibliografia.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da; FILHO, Manuel Ferreira Lima. **Por uma antropologia do objeto documental**: entre a “a alma nas coisas” e a coisificação do objeto. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 37-50, jan/jun 2005.

SILVEIRA, Maria Tereza da. O museu casa como lugar da experiência do tempo: A questão do anacronismo e as poéticas da arte contemporânea. **PÓS: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG**, Belo Horizonte, v. 8, n. 16, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistapos/article/view/15592>. Acesso em: 26 dez. 2023.

SOUSA, Thays Thaynara de. **A Festa de Nossa Senhora D’abadia e São Benedito em Itauçu-Go**; Monografia (TCC); Universidade Estadual de Goiás; Goiás; 2015.

SCIFONI, Simone. Desafios para uma nova educação patrimonial. **Revista Teias**, v. 18, n. 48, p. 05 – 16, Jan.-Mar., 2017.

SCIFONI, Simone. Para repensar a Educação Patrimonial. In: PINHEIRO, Adson R. S. (Org.). **Cadernos do patrimônio cultural**: Educação Patrimonial. Fortaleza: Secultfor: Iphan, 2015, p. 195 – 206.

TOLENTINO, Átila B. Narrativas de memórias e identidades no Museu Comunitário Vivo Olho do Tempo. **Museologia e Patrimônio**, vol.10, n.1, p. 229 – 247, 2017.

TOLENTINO, Átila B. Entre políticos e mestres de cultura popular: discurso, poder e ideologia nos museus; **Cadernos de Sociomuseologia** - 3-2014 (vol 47)

TOLENTINO, Átila B. **Os Museus e seu(s) Poder(es)**; Disponível em: <https://www.revistamuseu.com.br/site/br/artigos/18-de-maio/18-maio-2022/14181-os-museus-e-seu-s-poder-es.html#nota02>; Acesso em: 18. Dez. 2023

TOLENTINO, Átila B. Educação patrimonial decolonial: perspectivas e entraves nas práticas de patrimonialização federal; **Sillogés** – v.1, n.1, jan./jul. 2018 - ISSN 2595-4830

TOLENTINO, Átila B. Narrativas de memórias e identidades no Museu Comunitário Vivo Olho do Tempo. **Museologia e Patrimônio** - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio - Unirio | MAST – vol.10, no1, 2017.

Legislação

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

GOIÁS. **Lei nº 253 de 22 de julho de 1903** – Eleva a categoria de cidade a villa de Currealinho. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v1/arquivos/8233>; Acesso em: 11. Nov. 2023.

GOIÁS. **Lei nº 762, de 05-08-1924**, o município de Currealinho passou a denominar-se Itaberaí. 1924.

GOIÁS. **Lei nº 175, de 11 de outubro de 1948** – Cria o município de Itauçu e dá outras providências; Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/90595/lei-175; Acesso em: 27. Nov. 2023

GOIÁS. **Lei Nº 2.106, De 14 De Novembro De 1958** – Cria o município de Araçu e outras providências; Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/90317/lei-2106; Acesso em: 27. Nov. 2023

ITAUÇU. **Lei Municipal nº 934/2015**; "Autoriza a criação da Fundação Cultural E Museu Da Memória Casa Da Ponte Itauçu/Go (Vim Casa Da Ponte); cria o Cargo Comissionado de Presidente de Fundação; e dá outras providências."

ITAUÇU. **Lei Municipal nº 858/2013**; Determina O Tombamento, Como Patrimônio Histórico De Itauçu, Estado De Goiás, Da 'Casa Da Ponte', Localizada À Rua Ernesto Magalhães, Qd. 02, Lt, 03, Centro, Itauçu.

ITAUÇU. **Projeto se liga no futuro** – Para que enxerga longe a oportunidade está bem perto. Governo do Estado de Goiás. 2004. Material didático.

IBGE. **Itaberaí (GO)**. Prefeitura. 2017. Disponível em: <http://itaberaí.go.gov.br/site/itaberaí>. Acesso em: dez. 2023.

IBGE. **Itauçu (Go)**. Prefeitura. 2023. Disponível em: <https://itauçu.go.gov.br/historia-da-cidade/>. Acesso em: dez. 2023.

Fontes Orais:

Entrevista com José Maria Gomes

Entrevista com Águeda Rosa

Entrevista com Luís Alberto de Moraes

Entrevista com Ana Maria Garcia

APÊNDICES

ENTREVISTA COM SENHOR LUÍS

- **Raissa** - Você vai falar pra mim o seu nome completo? Pode falar.
- **Luiz Antônio** – Eh, eu me chamo Luiz Antônio Batista de Moraes.
- **Raissa** - Você é natural de onde?
- **Luiz Antônio** – Itauçu Goiás.
- **Raissa** - Você me autoriza Luís a usar a sua imagem do perdão, a sua voz e tudo que a gente conversar no projeto do meu mestrado?
- **Luiz Antônio** – Perfeitamente.
- **Raissa** - Eu estou escrevendo sobre a Casa da Ponte, e em conversas passadas que a gente teve você relatou pra mim que você morou lá?
- **Luiz Antônio** – Sim.
- **Raissa** - E eu queria entender como é que foi esse processo desde a aquisição da casa, até a sua morada e a sua saída?
- **Luiz Antônio** – Certo. Eh nós moramos lá na no ano de mais a menos de mil novecentos e oitenta e três meu pai era o João Batista de Moraes conhecido como João Pasteleiro ou João Barbeiro. Nós já trabalhava com seu Vercilei na na no plantio de roça e um dia o senhor Vercilei ofereceu essa casa pro meu pai, na época, meu pai tinha até o dinheiro pra pagar, mas sobre isso o senhor Verciley preferiu que o meu pai reformasse a casa e passasse morar, né? Nós tocava roça ali, eh desmatava uma uma parte da fazenda do serviço ele ainda tacava muita roça era o meu pai, o meu avô Orlando o seu Tonho Chico.
- **Raissa** - Quem era Tonho Chico?
Luiz Antônio – É ele hoje ele é avô do comandante do do do Gilmar do Torres que mora morava pra baixo da prefeitura ali, né? Então sempre tocava e não é só morar na casa, né? A coisa é tão interessante que aquela casa eh olhando pelo um lado espiritual que o meu pai ele tinha esse lado espiritual que isso meu pai relatava pra mim, né? E muita coisa naquela casa acontecia, meu pai teve que pedir permissão pra morar lá, né? Porque o fato de ser assombrado, essas coisas tudo, mas vivemos lá um bom tempo até que o Toin, que era o o empregado do, do, do senhor Wesley vendeu a casa pro juiz, que é o doutor Juvenal de quatro ou cinco anos e o doutor Juvenal com poucos mês fez o mandato de a gente desocupar a casa. Então nós perdemos tudo eh foi uma coisa assim que que meu pai gastou muito pra ter aquela casa e no final nós não tivemos ela foi vendido por maior autoridade do município que era o doutor Juvenal.
- **Raissa** - Você falou que seu pai teve que pedir permissão deixa só claro pra mim, ele era espírita, mas só que era essa vivência do espiritismo com relação a casa?
- **Luiz Antônio** – Sim, eh no começo quando a gente passou a morar lá escutava andar dentro da casa. Eu já escutei muito andado. Eu escutava a geladeira, abri e fechava. Quando a gente é jovem a gente criava muito passarinho. Tinha um pássaro preto que ele ficava alvoroçado dentro da gaiola. Então o meu pai olhou para o lado de espiritismo onde foi fazer uma oração né? Legou um padre e fizemo uma novena dentro da casa e levou pelo lado espírito também tipo um uma eh comé que fala gente? Quando você junta os espíritos pra fazer ali um um uma reza eh pra ter contato né? E nesse meio tempo meu pai teve o contato meu pai ser uma pessoa muito católico, muito apegado com a Nossa Senhora Aparecida e meu pai fazia muita oração pela alma. Eu seu Ernesto. E seu Ernesto veio, né? Eh e comunicação falou que ali naquela casa só morava o meu pai. Mas ninguém ia morar. Tanto é que vocês depois que

nós morou lá nunca mais as pessoas conseguiu morar. Eh isso não é lenda, isso não é história, isso é uma coisa verídica que eu estou falando. E e que o senhor Ernesto Magalhães falou o seguinte, aqui João além de mim tem mais doze aqui comigo, doze de agosto comigo. Então você pode sair, deixar a porta aberta e a casa é sua pra morar e pra você viver com a sua família. Ninguém mais dão autorização de conviver nessa casa.

- **Raissa** - Quem que foi o seu Vercilei?
- **Luiz Antônio** – Seu Vercilei foi eh eh genro do seu Ernesto Magalhães. A filha, a mulher do seu Varcilei era filha do Ernesto Magalhães.
- **Raissa** - Você lembra o nome dela?
- **Luiz Antônio** – Do senhor Varcilei?
- **Raissa** - Não, do da esposa dele.
- **Luiz Antônio** – Não, não, não lembro do nome dela não, mas conheci ela.
- **Raissa** - Não foi Ernestina não, né?
- **Luiz Antônio** – Não, eu não eu não tenho memória. Mas me parece que sim, não sei se o nome dela é Ernestina. Ela é uma pessoa muito meiga demais, ela é uma pessoa assim muito era produzidinha muito boazinha demais ela. Seu Vercilei já era uma pessoa mais comunicativa, ela ficava só em casa. Inclusive Senhor Vercilei e morava ali pra cima da farmácia do Pelim a primeira casa acima da casa do fininho aonde o senhor venceu e morava, muito tempo.
- **Raissa** - Onde mora hoje a mãe do do Tiquinho, né?
- Não, naquela casa do Tiquinho a casa nova, aquela casa acima.
- **Raissa** - Ah tá, onde mora a mãe da Maiara?
- **Luiz Antônio** – É.
- **Raissa** - Então, o seu Vercilei ele teve uma importância pra história da cidade na época que ele estava aquele?
- **Luiz Antônio** – Sim sim seu Vercilei como vinha rumo dos maior produtor de café que é o seu Ernesto Magalhães ele faz parte da história do nosso município. Seu Vercilei era uma pessoa assim muito muito boa, boa pessoa, né? Ele tinha aquela fazenda lá de cima mas a importância dele para o nosso município, né? Que é a história do seu Ernesto Magalhães contribuiu foi um dos maior produtor de café do estado de Goiás aqui na nossa região e também o senhor Ernesto Magalhães eh a isso já é um conhecimento que eu passei a ver que ele teve até como presidente...
- **Raissa** - Getúlio Vargas, em mil novecentos e trinta e oito.
- **Luiz Antônio** – Getúlio Vargas pra conseguir uma verba porque queria cortar os pés de café então eu tinha que ter tipo uma indenização né? A plantação dele era enorme muito grande.
- **Raissa** - Deixa eu te perguntar, como você morou na casa, a gente sabe que teve uma reforma. Em mil novecentos e trinta e dois ela foi construída com quatro salas, um banheiro, com a finalidade de ser uma escola ali. Até onde eu pesquisei, é para dar continuidade a uma escola que já tinha no povoado. A gente não está falando de Itauçu. O povoado de Catingueiro Grande. Quando você morou lá mil oitocentos, mil novecentos e oitenta e três a gente já está falando de Itauçu. Essa emancipação em mil novecentos e quarenta e oito uma pesquisa que eu fiz dentro da cidade de Goiás eu achei uma ata que o São Bernardo foi lá para falar que como prefeito ele iria tomar as rédeas do município e que o ofício número oito já estava eh vigorado enquanto essa questão de virar de povoado virar município. Sete cidades que pertencem a Itaberaí na no mais ou menos no mesmo período teve esse processo de emancipa ó a casa hoje eu entendo pela pesquisa que eu fiz e entendo quanto historiadora

eh escuta as memórias do seu Chafi, qual foi a reforma que a que mais sofreu das quatro salas para hoje?

- **Luiz Antônio** – Bom...
- **Raissa** - Na sua época?
- **Luiz Antônio** – Na minha época o meu pai conservou todo até o assoalho permaneceu.
- **Raissa** - Era de quê?
- **Luiz Antônio** – Era de madeira. Eh a única coisa que mudou na reforma do meu pai que meu pai fez uma árvore do lado de fora. Porque o meu pai mexia com o pastel e tinha que ter uma área eh pra fritar o salgado tudo, aumenta tanque, a única coisa, né? O fogão caipira na casa que tinha, continuou, a banheira, né? Eh o a banheira lá do do lá do do do banheiro tinha uma banheira e todo encanamento dela era de chumbo não era de cano de plástico, de chumbo, né? E permaneceu do mesmo jeito e nunca o meu pai eh não mudou a estrutura e nem o assoalho. Simplesmente reformou as parede e o telhado. Só. Na época quando o meu pai era menino, rapaz ajudei ainda na na reforma e a reforma quem fez foi o meu tio João que é conhecido João Carapina.
- **Raissa** - A casa pra você o que que ela representa enquanto o seu você quanto cidadão Itauçuense?
- **Luiz Antônio** – É pra mim ela representa o maior símbolo de história de Itauçu. É uma pena que existe ali uma, uma, uma, tipo um museu do município, mas ele não tá sendo explorado ainda, né? Existe lá o museu, eu acho que deveria, né? Colocar mais pra sociedade e colocar mais pra que as pessoas pudessem visitar, conhecer a história de Itauçu e principalmente aquela casa que a casa acho que é a única casa que tem que fala né? Desde da época do seu Ernesto Magalhães em vida ainda está naquela casa. Ela deveria ser mais explorado principalmente na cultura do nosso município.
- **Raissa** - Agora eu vou te arrochar um pouquinho.
- **Luiz Antônio** – Pode.
- **Raissa** - Você enquanto vereadora Não quero você enquanto cidadão, você enquanto vereador atuante seu mandato terminando em dois mil e vinte e quatro.
- **Luiz Antônio** – Uhum.
- **Raissa** - Qual que é a sua ambição pra que a realmente essa casa passe a ser vista pela comunidade como se deve.
- **Luiz Antônio** – Eh como eu acabei de falar aqui agora. Eu deveria ser mais explorado, né? Tivemos momento ali até com o prefeito arrumar uma alternativa pra que ela pudesse abrir as portas pelo jeito não sei se ela abriu as porta ao público, aos alunos, os alunos deveria colocar mais a a história contadas dentro do nosso município, deveria ter eh cada cada, cada quarto que deveria ter ali uma uma maquete, alguma coisa que pudesse buscar a história do antigamente, mas toda vez que a gente passa lá só está fechada e as coisas não está, existe um museu, mas um museu fechado e como vereador já procurei os meios possível até mesmo com o nosso prefeito. Agora me fala que lá é entidade que não está tão vinculado com o município. Né? Eh mas como a prefeitura hoje ela tem acesso a qualquer documentação eh qualquer eh projeto ele podia incluir né numa numa numa conversa com os novos diretor buscar uma linha né pra que isso pudesse ser divulgado mais isso aí ela poderia abrir esse leque ela foi inaugurado uma grande reforma que o a gestão passada, mas ficou só na reforma. Ela não está sendo usufruída.
- **Raissa** - Você enquanto vereador você acha importante a cidade ter um museu?

- **Luiz Antônio** – Com certeza. É um museu que faz a sua história. Né? Isso é importante pra pra tanto para o município simplesmente pra cada pai que nasceu em eh que seus filho vai estar nascendo ali e ali que busca a história, a história do nosso município. Isso é pra ser lembrado por muitos e muitos anos. E ali é o ponto fundamental pra que história não morra, ela continua sendo falada de geração em geração.
- **Raissa** - Outro detalhe que eu achei interessante nessa fala, hoje pra gente trabalhar essa questão de de histórias, né? De valorização da memória, buscar entender que realmente a casa é o marco inicial do povoado do município, com outros pontos culturais que precisam ser evidenciados eu já tive falas que a Casa da Ponte até certo momento era um patrimônio esquecido assim como José Ludovico assim como a própria igreja certo? Essa questão de não de faltar uma política cultural municipal, Câmara tem essa pretensão ainda de elaborar esse processo?
- **Luiz Antônio** – Sim, sim. Pessoas mais eh interessadas nisso sou eu. Primeiro eh primeiro ponto fundamental. Eu morei naquela casa.
- **Raissa** - Uhum.
- **Luiz Antônio** – Eu vivi naquela casa. Eh saímos fora do protocolo uma coisa tão interessante que eu morava naquela casa subia Avenida Belo Horizonte tudinho pra estudar aqui no colégio no colégio aqui onde o colégio militar. Teve uma uma uma ocasião quando eu desci pra chegar em casa a minha irmã falou assim “uai Luís chegou agora?” uai acabei de chegar Não, porque tem uns minuto atrás que empurrou a porta e eu perguntei, Luís, você chegou? Aí a pessoa respondeu, não, sim, acabei de chegar. E não era eu. Então, são eh acontecimento que realmente aconteceu daquela casa, né? E Por esse motivo que eu morei, convivi, passei por por eh descobri descobri conviver com coisa além da da rotina eh eu tenho um um os maior interesse, né? Pra que pode ter algum projeto lá na câmara eh pra que possa mais a nossa população pode ter mais acesso àquela casa e ter o conhecimento priori eh com toda.
- **Raissa** – Prioritário?
- **Luiz Antônio** – do nosso, a história do nosso município. É importante demais da conta.
- **Raissa** - Eu estou te questionando isso e não só pela questão de você ser de você ter sido morador, de você hoje ser o vereador hoje eu vejo uma dificuldade muito grande da própria educação. Não eh voltado pra questão dos o professor ainda não for orientado a trabalhar a história do município como que ele vai entender que esse bem cultural é o patrimônio tem o a cidade instituiu certo? Como sendo essa questão do marco da história do marco do povoado?
- **Luiz Antônio** – Sim eh eu assim eu até imagino até os professores estariam dispostos a fazer esse trabalho. Mas a coisa que eu não entendo ainda é porque lá tem uma direção. Né? Eh eu não sei qual que é o planejamento dessa direção. O porquê ainda não divulgou né? Pois a pra funciona mesmo tornar mesmo até mesmo a facilitar a aos nossos professor que seria fundamental eh de ter visito uma pequena aula aos nossos alunos que pudesse trazer pra eles conhecimento do nosso passado da história do nosso município. Agora por mais que eu veja, por mais que os professor tenha essa vontade é mesma coisa você bater numa porta que está fechada. Como é que você vai fazer uma visita e vai fazer lá, levar o grupo de alunos sendo que ela não tem ainda um planejamento, né? De funcionamento. Eu não sei como que lá se já tá abastecido de história, de livro, eh de recordações eh que vem retratar da nossa história do nosso município. Eu não sei como é que tá. Eh não sei se eles já prepararam, né? Os arquivo ainda, direcionou distribuindo os arquivos lá dentro pra que pudesse dar uma abertura para a população principalmente dos nossos alunos. Então por mais que os

professores queira fazer esse trabalho eh mas eu eu assim no meu particular eu vejo que não tem uma política lá ainda queira fazer esse trabalho eh mas eu eu assim no meu particular eu vejo que não tem uma política lá ainda de interesse talvez eu não sei de existe a Casa da Ponte existe um museu mas é como se existisse só no papel estás.

- **Raissa** - Seria interessante montar um processo de capacitação pra esses professores que tem professor que não sabe trabalhar dentro do museu?
- **Luiz Antônio** – Sim eh principalmente os professores de história né? Quem pega mais na área deles né? Eh bom eu acho que o professor hoje ele ele tem uma capacitação porque quais são os professores hoje são formados, né? Deveria ter uma, uma, mas eu volto a falar, mas que que adianta ter essa capacitação? Se o museu tá fechado, não tem a política ainda, de expor pra sociedade.
- **Raissa** - A gente pode levar o museu pra escola e pode ser levar a escola pro museu. Tem essa esse os parâmetros.
- **Luiz Antônio** – Tem, tem?
- **Raissa** - Tem.
- **Luiz Antônio** – Sim. A dona Terezinha que é a nossa secretária hoje eh da educação é uma pessoa extremamente competente. Ela é uma uma secretária hoje que ela fez história dentro do nosso município. Selecionou há mais de quarenta anos. Tem doutores, advogados né? Muitos professores, políticos que foi aluno dela e a dona Terezinha eh se tiver o interesse em levar essa ideia pra ela, né? Ou ela mesmo fizesse um projeto que poderia que cabesse ao município que dependeria mais um apoio a dona Terezinha eh conhecendo ela quando eu acho ela teria o maior interesse se abrisse esse novo caminho pra ela pra ela trazer os professores e fazer essa captação pra que pudesse preparar, né? Eh pra pra um professor de história pudesse buscar o conhecimento primeiro pra depois divulgar pros alunos.
- **Raissa** - E mudando agora aqui achei bem interessante essa questão da sua fala, eu preciso te perguntar a questão do território. A casa da ponte e mudando agora aqui achei bem interessante essa questão da sua fala eu preciso te perguntar a questão do território a casa da ponte quando você morava lá como é que era em volta? Muita casa pouca casa?
- **Luiz Antônio** – Que naquela época não tinha casa naquela época na Casa da Ponte tinha a casa da na esquina tinha dois barracão do lado você de frente você dentro da casa eh com a visão da avenida Belo Horizonte do lado de direita tinha dois barracão que pertencia a casa né? Existia ali o o o laticínio que era da época do seu Carlos Português e na rua que é da rua do seu Ernesto existia casa mas do lado que do outro lado da esquina e continuação da avenida Belo Horizonte ali não tinha não tinha mais casa.
- **Raissa** - Começou a intensificar essa construção de casa a partir de quando? Você lembra?
- **Luiz Antônio** – Sim, na época eu ainda era menino ainda antes de morar naquela casa da ponte, existia ali uma uma rede de de de água que vinha da Saneago, era através de cano. Nós era criança. Nós andava naquele cano lá correndo pra tomar banho na pedreira, né? Então eu nunca não tinha churrascaria, não tinha nada, só existia o córrego, Maria da Silva e rio Meia Ponte, nos atravessava eles e ia tomar banho. Existia o cano Saneago. Depois com o tempo assim a muito tempo atrás veio churrascaria, né? Eu acho que a churrascaria não sei se ela existiu, não. Não existiu porque naquela época tudo pasto, pasto e brejo ali. Eh aonde estava a Casa da Ponte. Depois quando nós passamos morar já existia já uma avenida que cortava dentro da cidade e pegaria até a rodovia GO zero setenta. Nessa época eh quando o meu pai passo mora lá ah já existia a rua, já existia churrascaria, já existia a entrada que ia pra fazenda do seu Varcilei e do lado lá só existia a Serraria do Álvaro, mas

os loteamentos ali inclusive tinha até um ponto de ônibus, sendo ali era uma parada de ônibus do lado da casa etapa da da Casa da Ponte da casa do meu pai.

- **Raissa** - Então seu pai foi o terceiro morador. Se a gente for contar assim numa ordem de tempo seu Ernesto né que ficou até os últimos dias de vida seu Vercilei...
- **Luiz Antônio** – Bom seu Vercilei não sei se ele morou lá.
- **Raissa** - Alguns relatos me contam que sim.
- **Luiz Antônio** – É.
- **Raissa** - Ele foi o segundo morador.
- **Luiz Antônio** – Morado na época que quando meu pai comprou aquela casa a casa já estava fechada né? Eu já morava em lá na mesma avenida na casa acima mas sei história disso eu acredito que sim porque pertence ao sogro dele e nós foi o terceiro morar naquela casa.
- **Raissa** - Aí a gente sabe que teve eh outros moradores né?
- **Luiz Antônio** – Sim é já teve outros moradores que não ficou trinta dias lá é como eu acabei de relatar que eu olhando pela pela história pela pela convivência pelo aquilo que ele falou com meu pai outras famílias não ia conseguir morar ali. E isso é são poucas pessoas que acredita né? E eu acredito porque realmente até hoje ninguém conseguiu morar naquela casa. Morou morou? Po pouco prazo não morou igual o papai há muitos anos né? Que infelizmente foi tomada do meu pai. Aquela casa foi tomada. Era o do meu pai e tomaram o do meu pai.
- **Raissa** - Pelo seu Juvenal.
- **Luiz Antônio** – Pelo Toin do Vercilei que era o gerente da fazenda do seu Vercilei ele vendeu a casa que era do meu pai pro antigo juiz no nosso município que é o doutor Juvenal.
- **Raissa** - Hoje da época que você morava na casa ou como é que se descreve Itauçu pra mim?
- **Luiz Antônio** – Bom...
- **Raissa** - Muitas mudanças?
- **Luiz Antônio** – Sim, demais da conta. É como a gente fala Júnior, que e nós vivíamos numa época muito bonito naquela época, uma época assim de jovem, época de GREI, época de praça, cê andava na praça, aquela era cheia de gente, você dava gosto de andar naquela praça, as festa era cheia, eu imagino que até a população era mais, né? Era o os comércio naquela época quando as pessoas era né? Mexia com muita lavoura, pagava o supermercado eram colheita e as casa poderia criar porco os pais mandava nos filho o pai punha o filho pra trabalhar com seis anos de idade, com sete anos, o professor quando danava com uma com uma com uma criança, eles chegaram danava com uma com uma com uma criança ele chegava em casa ele era mais repreendido pelo pai porque ele confiava totalmente no professor eu mesmo já levei vários puxão de orelha da minha professora dona Vitória que Deus a tenha da dona Lazara, foi uma das ótimas professora que eu tive chegou a arrancar sangue quando eu chegava em casa meu pai me perguntava minha mãe eu falava que a professora puxou minha orelha eu levava um couro porque eu aprontei senão não teria puxado então naquela época os pais tinham domínio e poderia criar seus filhos e ensinar a trabalhar, ensina ser homi, não que eu tô criticando a vida de hoje, hoje eh se você põe uma criança hoje de dez anos, de onze anos, de quatorze anos, eh vem o Conselho Tutelar, vem o juiz da juvenil e impede que o próprio pai ensina os seus filho a trabalhar. Então ouve a mudança drástica, hoje comparando na época você tinha prazer de viver eu já andei muito aqueles carrinho de rolimã brincava de salvo cadeia na na eh na praça ah, as escola tinha gincana, hoje não tem hoje a evolução a tecnologia hoje tanto que as vezes o perigo está dentro da nossa casa e nós não está sabendo pensar essa mudança grande.

- **Raissa** - É a mudança em nível de território. Muitas casas, poucas casas, praça, igreja, o que que você vê?
- **Luiz Antônio** – Eu imagino que não houve uma mudança muito grande não. Não evoluiu muito.
- **Raissa** - Isso a gente esta falando da década de oitenta, ne?
- **Luiz Antônio** – Sim sim. Não houve uma mudança muito grande. Houve reformas. Alguns lugares aumentou. Pelo incrível que pareça então parece que ele paralisou no tempo.
- **Raissa** - Por que que você fala isso?
- É porque Itaberaí ele evoluiu. E Inhumas evoluiu. Então Itauçu ficou espremido. Se você parar pra pensar Taquaral hoje oferece bem mais condições de emprego através das suas confecções do que então Itauçu se parou no tempo eh uma nova gestão agora do nosso prefeito que ele está abrindo essas porta tentando trazer empresa pra investir no nosso município pra que possa gerar, né? Mais emprego, fazer explorar aquela rodovia hoje que passa lá eh acho que é três mil carro por hora nessa rodovia hoje no nosso município ele é reconhecido no estado de Goiás como a cidade do Salgado pelo incrível que pareça...
- **Raissa** - Esse titulo já saiu?
- **Luiz Antônio** – Já, inclusive esse título, esse projeto foi meu. Eu fiz esse projeto, coloquei na câmara e foi aprovado de reconhecimento a cidade do Salgado. Deputado, pegou o meu projeto e levou ele pra assembleia e aprovou também esse reconhecimento de Cidade do Salgado Itauçu.
- **Raissa** - Itauçu lá fora também além de ser reconhecido pela cidade de Salgado a gente sabe que em questão de festa é bastante...
- **Luiz Antônio** – Assim na festa do peão...
- **Raissa** - Só que tem, deixa eu só te alertar pra uma coisa que eu vi quando o colégio o Visão do Futuro recebeu o nome da minha avó no mesmo período recebeu o eh o tombamento da festa não se tomba festas se registra certo? Aí se for buscar novas verbas e tiver que buscar nessa lei tem que essa correção.
- **Luiz Antônio** – Sim, sim.
- **Raissa** - Então nessa questão de buscar, de registrar essas festas, só a Festa do Peão que vocês vão enfatizar ou vão enfatizar outras festas também?
- **Luiz Antônio** – O projeto do nosso prefeito é uma coisa tão interessante, seguinte, na época a primeira festa que foi feita aqui, se não me recordo foi o Tônico, outro inclusive foi feito ali pro lado da eh onde que é construído hoje.
- **Raissa** - Um CMEI.
- **Luiz Antônio** – Eh isso lá no CMEI. Depois ela vem pro lado da da da.
- **Raissa** - Rodovia?
- **Luiz Antônio** – É não é veio pro lado da da do hospital.
- **Raissa** - Hum.
- **Luiz Antônio** – Aí o entrou o Valmir ele fez ela mais ou menos no rumo ali do do setor Ary Demostenes com o passar do tempo foi levando lá pra onde que era um tipo um campo de futebol né? Lá no ali era um campo de futebol e levou pra aquela região está lá até hoje ah o projeto do nosso prefeito o que que é? Tirar aquela Festa de peão. Eh fazer o lago como já está em andamento, levar essa peça do peão numa área onde vai ser cedida lá por loteamento do Belas. Inclusive o Bernardo Lobo eh que faz parte da história dessa casa eh vai fazer um loteamento de chacara e vai ali colocar aquela peça mais afastada devido o o o fluxo de carro.

- **Raissa** - Uhum.
- **Luiz Antônio** – Do asfalto que fica na beira do asfalto. Né? Eh atrapalhando eh pessoal que está viajando. Eh é uma a questão de segurança né e também a altura do som também que às vezes incomoda os morador principalmente mais de idade. Então vai ter um local próprio pra pra Festa do Peão e o nosso prefeito pretende também fazer os rali também. Né? Um projeto esse na área de de diversão para o nosso município e muitas coisa eh ele ainda tem também ali em volta do fazer o lago, fazer pista de caminhadas e pretende ainda trazer uma faculdade pro nosso município, faculdade de medicina, são projetos, né? E muitos deles como a construção do lago já tá feito e fazer ali uma abertura de um trevo para que possa ter acesso a quem mora dentro de Itauçu que vai atravessar pro setor Pedra Grande.
- **Raissa** - Certo. Quando eu falo Itauçu pra você o que que vem na cabeça?
- **Luiz Antônio** – A minha cidade natal que eu mais amo. A cidade que eu quero e que ela cresça a cidade que que fala a minha história fala a história do meu pai, que meu pai morava em meu avô, eles vieram de caminhão, meu pai veio rapaz vindo pra cá e pra mim quando você mora na sua casa você tem um orgulho de ser teu sonho assim. Então pra mim eh quando eu tenho orgulho de itauçuense porque eu vivi, morei, trabalhei, puxei cabo de enxada, produzi com meu avô tanto na na plantação de arroz, feijão, né? De milho, mandioca, amendoim, então ela ela é tudo pra mim, a cidade passou é pra mim é minha casa é onde eu nasci que eu defendo, que eu se eu puder eh, divulgar Itauçu como a melhor cidade, eh pra mim é Itauçu.
- **Raissa** - Então se eu te perguntar também Casa da Ponte?
- **Luiz Antônio** – A Casa da Ponte.
- **Raissa** - Além a sua de ter sido a sua residência.
- **Luiz Antônio** – Existe aquela, aquela coisa assim que lá foi nosso. De vez em quando eu passo lá e às vezes enquanto eu até prometi pra mim mesmo a minha vontade é comprar aquilo de volta pro meu pai. Apesar que o meu pai morreu. Mas sim trazer de volta pra pra minha família né que faz parte da minha história ali e faz parte principalmente do nosso município. É o ponto fundamental hoje que está vivo que pode ser ela mesmo pode se falar a sua história pela Casa da Ponte. Se você olhar o formato a data que ela foi construída ela por si é já fala a sua história.
- **Raissa** - E quando a gente fala então que a Casa da Ponte é um patrimônio que Itauçu elegeu pra ser um marco da sua história você se sente pertencente a isso?
- **Luiz Antônio** – Eh sim porque a a Casa da Ponte ela foi ela ela ela tem uma hum hum ela foi fundada em mil novecentos e trinta e dois, ela ela passou a ser o patrimônio municipal é uma coisa assim que o próprio município reconheceu, reconheceu como a única coisa que nós temos que possa ser lembrado e ser falado e ser aproveitado né? Como a Casa da Ponte, o museu. Inclusive eu tinha até uma proposta a fazer lá na Câmara, esses dias eu tava conversando com o nosso assessor jurídico que uma das pessoas mais interessada que teve o endereço tanto na publicação, na reforma que teve a ideia de colocar como museu foi o senhor Chafi. E eu sou daquelas pessoas que tem gratidão pra mim aquela casa da ponte, não deveriam chamar a Casa da Ponte. Poderia ter colocado o nome do senhor Chafi que foi o marketing que a pessoa que iniciou. Se não fosse o seu Chafi talvez não existiria a Casa da Ponte. Acho que o município deve isso a família deve isso em memória do seu Chafi rever essa situação né? Colocou um um nome simbólico. Eh a casa está a Casa da Ponte mas a ponte está bem lá no fundo né mas a pessoa que resgatou a história dela e resgatou a reforma e que correu atrás e era o único historiador que tem dentro do nosso município que eu me

lembro era o seu Chafi, então eu acho que o município tinha que ver essa essa questão principalmente né? Fazer uma homenagem a ele porque ele lutou demais da conta pra que pudesse realizar a Casa da Ponte hoje.

- **Raissa** - E você sabe que a questão do tombamento começou em oitenta e nove você sabe que a questão do tombamento começou em oitenta e nove com o Zé Braga professor ele fez o requerimento e foi negado na época eu não me recordo quem que era prefeito nessa época dois mil e oito tentamos negado só em dois mil e treze que saiu essa questão do tombamento e hoje o meu tombamento dentro da dos estudos de patrimônio é um dos mecanismos de defesa pra que realmente garantam a sobrevivência da casa. Não tem pretensão de se derrubar essa essa emenda, esse projeto não, né?
- **Luiz Antônio** – Jamais. Eh eu acho que é importante no nosso município apesar de tudo que nós temos único, a única Casa da Ponte, a única casa que possa eh...
- **Raissa** - Que sobreviveu ne?
- **Luiz Antônio** – Que sobreviveu a história de Itauçu né? E que possas ser contado pra vários e várias geração a história do nosso município isso é superimportante. Eh acho que jamais essa questão de de derrubar, né? De eliminar esse projeto da Casa da Ponte, eu vejo que isso isso não vai acontecer, né? Principalmente hoje que muitos jovens hoje busca a história dos seus pais, dos seus avô que lá faz parte, né? Faz parte de eu acho da família e quando tem uma uma uma história que conviveu dentro do nosso município
- **Raissa** - Passa pela Casa da Ponte.
- **Luiz Antônio** – Passa pela Casa da Ponte. Poderia até colocar lá algum objeto que pudesse ser falado, né?
- **Raissa** - Uhum.
- **Luiz Antônio** – Mas hoje em qualquer fotografia antiga a Casa da Ponte está, apesar que o alinhamento das casas está igual mas hoje ela sobreviveu em vida o formato tudinho. É uma pena que tiraram não sei se tirou os assoalho dela da casa tudo. Não deveria ter tirado.
- **Raissa** - O único que ta original ainda. Original não. Achou o mesmo piso foi do alpendre.
- **Luiz Antônio** – Do alpendre. O resto foi tudo a aterramento.
- **Raissa** - Isso , a história do piso do alpendre que também na época no mesmo ano da construção eu lembro do meu vô comentar que veio de Jaraguá, fez a construção da nova Igreja do Rosário né que, passou por algumas reformas, que não era aquele modelo neogótico era o mesmo modelo colonial parecido com a igreja de Pirenópolis, e lá veio abastecendo algumas cidades, Itauçu passo funchico.
- **Luiz Antônio** – É a coisa até interessante que poderia ter conservado se fala do museu poderia ter conservado a estrutura dela, né a estrutura do do piso a instrutura do do dos encanamento lá tem uma janela dentro da própria casa, já viu isso? Uma janela dentro da própria casa.
- **Raissa** - Uhum.
- **Luiz Antônio** – Pois é, quando eu morava lá tinha uma janela e ele dá a própria casa que dava acesso à segunda sala, acesso a uma pequena salinha que dava direto no banheiro. Porque o corredor do lado do corredor era uma parede. Do lado dessa parede tinha uma janela que abria e fechava. A coisa é tão interessante. Como que se faz uma janela dentro de casa?
- **Raissa** - Pensando também.
- **Luiz Antônio** – É sim tem uma janela. Ali quando você entra pra segunda quando cê entra pra segunda sala, do lado direito, ali existia uma janela.

- **Raissa** - Interessante. Então, e vai só, por enquanto. Vou até parar aqui.

ENTREVISTA COM O SENHOR JOSÉ MARIA GOMES

- **Raissa** - Certo. Bem, então a gente já vai começar a entrevista, a gente sempre pede autorização por escrita e pelo áudio. Você me autoriza a estar usando tudo que a gente conversar aqui somente no meu projeto de pesquisa do mestrado?
- **José Maria Gomes** - Sim, sim.
- **Raissa** - Deve ser o nome completo.
- **José Maria Gomes** - José Maria Gomes.
- **Raissa** - Você é natural de?
- **José Maria Gomes** – Ceres.
- **Raissa** - Sua idade?
- **José Maria Gomes** - Setenta e quatro anos.
- **Raissa** - Sua infância você passou toda aqui em Itauçu?
- **José Maria Gomes** - Não.
- **Raissa** - Você chegou aqui quando?
- **José Maria Gomes** - Cheguei aqui em mil novecentos e cinquenta e quatro. Eu nasci em quarenta e nove.
- **Raissa** - Você lembra quem que era o prefeito na época?
- **José Maria Gomes** - Quando eu cheguei aqui, Bernardo de Oliveira Lobo.
- **Raissa** - Sobre a administração dele, que que você pode tá falando pra mim?
Então, o senhor deve é Itauçu por quem encontrou naquela época um Bernardo Lobo. Por que que você fala dessa maneira? Porque é o que é hoje, é tem as conversas que ele era muito rígido, que era muito é severo com as coisas.
- **José Maria Gomes** - Não, isso que eu quero dizer se não fosse o Bernardo Lobo Itauçu não teria ido a frente não não deixaria de ser catingueiro grande, certo.
- **Raissa** - Certo?
- **José Maria Gomes** - Se não fosse o Bernardo pra você ter uma ideia ele entrou pra política ele era ele era viciado em política. E supermilionário. Milionário. Morreu não tinha uma sepultura pra pra colocar o corpo dele.
- **Raissa** - Acontece isso que você pode falar de história?
- **José Maria Gomes** - Hã?
- **Raissa** - Você pode contar um pouco dessa história?
- **José Maria Gomes** - Posso pelo seguinte quando Bernardo morreu? Lá naquela chácara ao lado do do do do da rodovia.
- **Raissa** - ali aonde era onde o Tio Zico comprou?
- **José Maria Gomes** - Isso. Certo que é nome de rancho. E quem deu esse nome de rancho foi o sogro dele que então era o dono daquilo lá. E o Bernardo louco por política tinha essas terra pro lado dos três morro aí tudo deles aí chegava um de São Bernardo. Eu estou passando fome, eu estou você falou oh pega essa estrada e anda aí. Quantos você achar que dá pra você fazer um rancho, você plantar uma roça não esquece de trazer umas espiga de milho e um saco de feijão, um saco de arroz pra mim não? Pode plantar o que você quiser aí. Desse tipo.
- **Raissa** - Uhum.
- **José Maria Gomes** - Então ele foi povoa tudo aquele aquele boqueirão de que ali está o sul naquela época, né? Então o Bernardo é eu considero para a história de Itauçu o o o Marco Maior da nossa história, sem dúvida nenhuma.

- **Raissa** - Então ele foi o nome o político certo pro momento certo pra trazer o progresso que Itauçu precisava. Pra Itauçu não para Catingueiro Grande precisava.
- **José Maria Gomes** - Catingueiro grande precisava porque veja bem você, se entra um outro caboclo aí simplesmente, pra eu vou fazer uma estradinha ali uma e ele foi, foi o cara que trouxe uma a primeira patrol que abriu a estrada de Itauçu e foi ele que comprou com o dinheiro dele e era a gasolina.
- **Raissa** - Pra achar a gasolina então já era.
- **José Maria Gomes** - É desse jeito.
- **Raissa** - E uma um outro detalhe, do processo de emancipação. Que a gente sabe quem foi ele que idealizou, ele que correu atrás o que que você lembra mais marcante nessa memória do prefeito Bernardo Lobo?
- **José Maria Gomes** - Aí eu vou dizer que são tantos fatos que a gente poderia descrever, né? Eu vou começar pela energia elétrica. O pessoal dos Caldas lá em Taberaí montaram lá uma usina no Rio das Pedras, lá e gerou tanta energia, olha pra você ver o que que era aquela época, que tinha um desperdício de energia. Ele simplesmente o Bernardo simplesmente estava fincando poste daqui pra Itaberaí esticando a rede chegando lá ele falou “liga”, ele como João Deus das carabinas, ele falou não aqui vai sair tiro mas se vai ligar vai ligar, vai morrer gente aí você e não sei o que ligaram a energia e está o soco deu as primeiras primeiros pontos de energia aí vinha o lado que você falou de Durão do Bernardo só ligava a energia pra quem ele queria.
- **Raissa** - Então não era pra todos?
- **José Maria Gomes** - Não não não não não ele olhava é meu é meu companheiro? É falta de energia. É meu adversário, mas nem, mas nem se pagar. Você entendeu? Ele é ele era assim bastante coronel mesmo ninguém pode negar. Vê só o fato que eu narrei aqui dele sair botando poste daqui pra Itaberaí. Sem falar nada quando ele chega ela vai liga porque ele levou uma cavalaria de gente uma qualidade de gente tudo de carabina pronto pra vai ligar ou vai ligar. Aí desse jeito.
- **Raissa** - Outro detalhe que sempre me chamou a atenção. A gente sabe que quando a gente fala do processo de emancipação, tem uma foto clássica que é na praça que mostra parte da casa da Fonsina na praça do José Ludovico. Esse momento Itauçu estava preparado pra receber?
- **José Maria Gomes** - Olha.
- **Raissa** - Pela sua lembrança?
- **José Maria Gomes** - Eu vou dizer uma coisa pra você. Você escreve emancipação? Não. Itauçu emancipou-se em razão da teimosia do Bernardo Lobo. A verdade é essa, né? Isso aqui era uma corrutelinha, currutelinha mesmo. Você imagina você imagina eu vou te dar um geográficamente um uma referência aqui. O açougue do Zé Léo ali ó na praça ali ó.
- **Raissa** - Sim. Certo?
- **José Maria Gomes** - Tauçu era dali pra baixo, mas dali pra baixo mesmo o resto tudo era fazenda.
- **Raissa** - Até na casa da ponte?
- **José Maria Gomes** - A casa ah não a casa da rua ainda era ia até na casa da ponte ia até naquela rua da casa da ponte. Então se contar lá tinha uma, duas três quatro e três ruas cruzando com a Avenida Belo Horizonte que é a principal. Você está entendendo? Então

era um povoadozinho muito pequeno. Agora tinha uma coisa que Itauçu era forte. A produção de café.

- **Raissa** - Eu sempre quando eu faço essas pesquisas bato a questão da produção de café, mas parece que tem uma incógnita. Que que você me fala dessa produção?
- **José Maria Gomes** - Não, então Itauçu só produzia café que você quer saber. Tá? Então se você olha esses murros que você vê por aí tudo aí, tudo vira café. Tudo era café, né? Agora o o meu tio Zé João Neto lá na serra um dos maiores produtores de café do estado de Goiás. Pra você ter uma ideia e isso ajudou a povoar Itauçu, por quê? Porque trouxe mão de obra. Que às vezes era sazonal, vinha e voltava e muitos vinham ficavam por aqui.
- **Raissa** - Entendi.
- **José Maria Gomes** - Certo?
- **Raissa** - O Zé Neto que você referiu ao Zé Neto meu, o meu bisavô?
- **José Maria Gomes** - Não. O João Neto do Prado, meu aqui é meu tio, irmão do meu avô. Aqui é que tem a casa que está caída, acabou lá. Está destruído lá no alto da serra. Só dali, saiu do cativoiro, você vira lado direito ali, oh.
- **Raissa** - Ah, tá. Eu tenho, faz essa aí, eu tenho a hora que eu fiz perdida.
- **José Maria Gomes** - Não.
- **Raissa** - Quando você chegou aqui em Itauçu a gente já sabia que a Casa da Ponte existia e era uma residência. Que que você tem de lembrança dessa casa?
- **José Maria Gomes** - Não deixa eu te falar.
- **Raissa** - Hum.
- **José Maria Gomes** - Quando eu cheguei em Itauçu a casa da ponte ainda não estava pronta. Que eu cheguei no município de Itauçu meus pais vieram morar lá no córrego São Domingos.
- **Raissa** - Fica perto da onde, só pra eu me situar.
- **José Maria Gomes** - Ah vai ser lá na aquela cabeceira.
- **Raissa** - Vai ser lá na fazenda que é a de Saul. Humrum.
- **José Maria Gomes** - E ele atravessa o asfalto ali indo pra Taquaral. Você sai do do do trevo. Frigorífico Trevo ali oh. Dá aquela abaixada tem um corre na frente. Aquele ali é o São Domingos. Meu pai morava meu pai morava em pra cima ali e a carga da conta estava pronta. O senhor Ernesto estava construindo essa casa da ponte. E aquela casa ali foi do coronel Ernesto Batista Magalhães.
- **Raissa** - Tem uma história que conta que ela antes de ser a casa do seu Ernesto você era uma escola.
- **José Maria Gomes** - Olha eu não lembro precisava essa lembrança eu não tenho. Essa lembrança eu não tenho. Eu vou confrontar essa lembrança, sua com a lembrança do meu avô. Pelo livro dele. Está bom? Não sei se você chegou a ler hoje.
- **Raissa** - Vi, li. É.
- **José Maria Gomes** - Tem essa essa casa?
- **Raissa** - Essa casa. É. Foi preparada pra ser uma escola depois teve duas reformas desde mil novecentos e trinta e dois uma delas foi seu Ernesto e outra foi mais recente quando morou um pastor que mora lá em Taquaral assim me contaram a gente vai juntando a encaixando essas peças ó e dentro dessa casa quando eu lembro que foi a a residência do seu Ernesto qual que era o comentário maior na cidade.

- **José Maria Gomes** - Porque só eu podia ter uma mansão na cidade. Todo mundo falava isso.
- **Raissa** - Por que gente?
- **José Maria Gomes** - Porque a casa era tão assim num padrão tão elevado para a corruptela nossa aqui era, era mansão.
- **Raissa** - Ah entendi.
- **José Maria Gomes** - Entendeu? Quer dizer ninguém tinha um igual àquela.
- **Raissa** - Depois da morte do senhor Ernesto a gente morou um Vercilei quem que era esse Vercilei sempre eu escuto falar dele, mas eu não entendo?
- **José Maria Gomes** - Vercilei Saraiva
- **Raissa** - Nem o sobrenome dele sabia, só o Vercilei.
- **José Maria Gomes** - Vercilei Saraiva ele era concunhado do cunhado Bernardo Lobo que era também casado com uma filha do seu Ernesto Magalhães.
- **Raissa** - Ah.
- **José Maria Gomes** - Entendeu?
- **Raissa** - Ele comprou essa casa conta que eles não tiveram, assim eu fiquei sabendo. **José Maria Gomes** - Não tiveram filhos.
- **Raissa** - Não.
- **Raissa** - Só ele e a esposa. Parece que tem um filho da esposa dele que mora em Goiânia que é vivo.
- **José Maria Gomes** - Esse ali eu não tenho conhecimento.
- **Raissa** - Contaram esses dias.
- **José Maria Gomes** - Aí eu não tenho tem não tem essa essa informação pra te passar.
- **Raissa** - Tem só a única que quando fala com esse Vercilei sempre remete a um advogado de renome lá em Goiânia, mas não souberam me passar o nome o nome dele.
- **José Maria Gomes** - Uh-huh. Não deu no no no no não posso fazer isso porque, Vercilei era um tão avesso aqui na cidade o que tinha o Bernardo Lobo de popular, tinha o Vercilei de avesso a população o Vercilei era comum comentar se ele vier no carro dele aí você sai da rua ele passa por cima hum, ele era besta era o homem mais fechado, mas só ele conta se eu não estava.
- **Raissa** - uhum, mas conta-se que quando da morte dele, foi preciso de pagar chapas que trabalhavam na serialista em pra carregar o corpo pra levar pra pra forma pagar mesmo.
- **José Maria Gomes** - Hm-huh. Cê vai ganhar vinte real, tipo vai levar esse corpo ali em cima. Naquele tempo não tinha funerária, não tinha né.
- **Raissa** - Já ia direto...Hoje a gente sabe que passou a ser a casa do senhor Ernesto, a casa do
- **José Maria Gomes** - Vercilei, passou um tempo até a casa do seu Juvenal né do doutor Juvenal lá embaixo
- **Raissa** - Não a a casa da ponte?
- **José Maria Gomes** - Me contaram que ele era um.
- **Raissa** - ele chegou a ser do proprietário ah bom, bom, essa é um detalhe assim que eu não sabia, isso é mais recente, eu não sabia. Aí passou um tempo pra ser propriedade no do laticínio, falando em casa da ponte hoje, você acha importante a gente ter um museu aqui dentro da cidade?

- **José Maria Gomes** - Olha, deixa eu te dizer uma coisa pessoalmente eu nunca fui muito a favor de um museu você me entende? Agora, do ponto de vista cultural, aquela marca de um polvo é uma necessidade. É uma necessidade. Entendeu? Uma necessidade. Eu acho que é, é importante, precisa. Precisa ter. Agora oh véio foi muito bom reformaram a casa a caixa estava, estava destruída está uma beleza.
- **Raissa** - Hm-huh.
- **José Maria Gomes** - Daí pra cá depois da reforma parece que parou.
- **Raissa** - E eu tava com o Fábio né? A gente tava trabalhando lá na casa e pediram pra gente retirar e ir pra os outros departamentos da prefeitura. Hoje eu levando essa proposta é de entender que a casa da ponte é um marco na memória local pra salvaguarda de outros pontos que precisam ser trabalhados ainda a Itauçu não entedeu, não compreendeu essa importância hoje a proposta é entender a Casa da Ponte como um patrimônio do povo.
- **José Maria Gomes** - Sim sem dúvida nenhuma.
- **Raissa** - Certo, muitas pessoas ainda tem essa dificuldade. Não, se a casa velha passa por cima.
- **José Maria Gomes** - Não, não, não tem, como eu te disse.
- **Raissa** - Hum.
- **José Maria Gomes** - Eu pessoalmente eu nunca fui muito adepto a museu. Se eu for numa cidade visitar, fica me chamando pra ir pra museu não que eu não estou muito afim desse trem não. Estou falando pra você.
- **Raissa** - Certo.
- **José Maria Gomes** - Você entendeu? Porém no pra registro da nossa história como povo do Caatingueiro Grande aquela casa é, é, é, é, é, uma necessidade inarregável precisa de manter teu museu e e levar isso a frente sim senhora.
- **Raissa** - hoje a gente está assim hoje eu enquanto pesquisadora já atuando fora da de Itauçu, voltei pra Itauçu de novo, vou sair mais uma vez pra buscar essas essas questões, buscar documentos da casa sendo um um verdadeiro desafio. Enquanto escola, que a gente sabia que quando foi construída pra ser uma escola era município de Curalinho.
- **José Maria Gomes** - Era.
- **Raissa** - Buscar registros da casa tanto em Goiás porque é lá a antiga capital buscar essa questão da formação geográfica da cidade ainda está sendo um desafio. Tem pesquisas feitas? Tem. Mas ainda tem muitas lacunas a serem preenchidas. Aí quando a gente senta e fala assim Zé como é que era a casa, o nem vou colocar a caixa. Como é que era o território em volta da casa? Que que você lembra ali? Que que tinha perto da casa?
- **José Maria Gomes** - Olha você vê que a já fica a margem do do do Rio Maria da Silva do córrego Maria da Silva que é o primeiro afluente significativo do Meia Ponte né? Tá. Aquilo ali era um um um se falei um São José, a flor, São José que dá no brejo, aquilo ali era tomado. É porque o tempo vai mudando a geografia do do local, a a micro geografia, mas aquilo ali era um brejo que vinha cá em cima. Aí que foi sendo aterrado foi canalizando o o córrego está do jeito que está, mas aquilo ali onde estão aquela onde está a primeira ponte que ele tem duas pontes seguidas uma no Maria da Silva de cá e a de lado na Meia Ponte.
- **Raissa** - Certo.
- **José Maria Gomes** - Onde está aquela ponte do Maria da Silva ali? Aquilo ali era um atoleiro menina. Não era brincadeira de São José. Declaro aí essa a a ih subindo o córrego havia muita sangra d'água, muita sangra d'água por origem. O tempo vai acabar com tudo.

- **Raissa** - E dentro dessa imagem que você tem ali, só o atoleiro, ali tem uma outra informação que eu tenho que quando os ciganos chegaram aqui no município que adivinham de Taquaral tinha um espaço ali do lado esquerdo como é que é? Do lado direito ali esquerdo mesmo é, eram todo assentamento você tem essa lembrança desses assentamentos do da família da comunidade cigana?
- **José Maria Gomes** - Deixa ele falar falando cê tá falando daquele espaço ali entre os dois córregos, o rio Meia Ponte...
- **Raissa** - Não, entre a casa e o laticínio, só pra você se situar.
- **José Maria Gomes** - Me lembro disso disso disso aí eu aqui eu já me lembro quando o povo do Dito Fagundes, é começou a construir ali...
- **Raissa** - Tem parente com João Fagundes?
- **José Maria Gomes** - Tem.
- **Raissa** - A gente sabe que o João Fagundes deixou significativas construções de residenciais aqui no município.
- **José Maria Gomes** - O João Fagundes você fala o fazendeiro.
- **Raissa** - Isso. Né?
- **José Maria Gomes** - Marido da Isabel. Isso. Não. Ele. Uh! O Dito que apelido Dito Farofa ele era não sei se irmão ou era sobrinho uma coisa muito próxima, ele construiu duas casas ali naquele terreno dessa dessa dessa imagem eu tenho agora anterior se que se refere a ao cigano não lembro.
- **Raissa** - Ah tá. Quando a gente fala ali agora uma questão mais geográfica de festas, de costumes, a reunião do povo, da Casa da Ponte pro lado da igreja, o que que você lembra de formação geográfica da cidade? Como é que era?
- **José Maria Gomes** - Bom, primeiro vamos dizer, você sabe que a nossa o nosso o nosso o nosso eh a nossa topografia, topografia Itaúçu é toda torta, toda escorrida. Ou escorre para o Meia Ponte, ou escorre para o Maria da Silva ou escorre pra cá pro pra ca pro correjo do Serradinho.
- **Raissa** - Sim.
- **José Maria Gomes** - É serradinho. Maria da Silva ou Meia Ponte. Então é, é essa ali é no chão umas ruínas de terra batida, de chão batido era todo marcado por roda de carro de boi.
- **Raissa** - Hum.
- **José Maria Gomes** - Você não vai pensar que tivesse carro.
- **Raissa** - Uhum.
- **José Maria Gomes** - Carro? A gasolina, a diesel. Tinha lá um outro, tinha lá. Eu me lembro aqui do meu já de jovem. Jovem, né? Menino, eu me lembro de cinco, cinco veículos. Automotores aqui em Tauçu. Cinco. Agora o Bernardo Lobo e o Vercilei e o era o dono de um chamado Citroen, uns carros uns grande assim na frente grande daquele jeito lá tinha o jipe do João Fagundes, o João Fagundes lá tinha tinha mais tô querendo ah tio Arnesto vão que tinha um Jeep.
- **Raissa** - Hum.
- **José Maria Gomes** - e que é mais um que eu me agora não me passe aquilo tá?
- **Raissa** - Questão de história política Zé, quando a gente fala de informação, de construção, dá uma cara pra pra Itaúçu né? Cruzeiro do Sul Itaúçu qual foi o prefeito que mais marcou? Mas ficou com morador chegou aqui e viu já pegou na Bernardo Lobo e tal.

- **José Maria Gomes** - Deixa eu te falar uma coisa, o Bernardo Lobo foi politicamente derrotado pelo seu Geraldo Afonso Vieira.
- **Raissa** - Marido da dona (Inaudível).
- **José Maria Gomes** - Isso. Certo. Geraldo Afonso Vieira. E eu acho que o Geraldo Afonso Vieira uma inteligência fantástica. Muito além do seu próprio tempo.
- **Raissa** - Hm-huh.
- **José Maria Gomes** - Aqui tinha o Severo Lopes de Oliveira, que era o Chicão, acho que é uma hora de uma vaidade fenomenal, ele quis estar à frente de tudo. Mesmo não estando. Uhum Geraldo Afonso Vieira ganhou a eleição do Bernardo Lobo, botou Chicão como secretário porque ele ele tinha uma coisa, ele tinha garra, onde é garra, tinha pegada, tinha dor, brigava seus casos, mas não era muito inteligente. E o Geraldo Afonso Vieira o seguiu colocar esse fórum que está aí, essa prefeitura que está aí ó em pé naquele tempo que você imagina bem isso, conseguiu comprar uma patrol praquela época moderníssima então ele realmente configurou a malha viária do município que era uma malha viária toda cheia de de senões.
- **Raissa** - Hm-huh.
- **José Maria Gomes** - Então ele ele configurou mesmo, fez essa coisa andar, né? E ajudou na construção daquela igreja.
- **Raissa** - atual.
- **José Maria Gomes** - É e que mais, né? Bom, e foi que a cara que tava do lado do produtor rural que aí já estava saindo do café, olha pra você ver, pra entrar esse caldo de gado de leite, cê sabe que acabou com a nossa cidade, porque nós temos uma vocação econômica muito forte Tauçu chegou a ser acho que a terceira ou até a não me lembro bem assim certinho de terceira a sétima maior economia do estado de Goiás.
- **Raissa** - Isso na década de cinquenta, sessenta.
- **José Maria Gomes** - Cinquenta sessenta. Ah quando chegou sessenta a coisa começou a degingolar. Porque aí o governo começou a pagar pra cortar café e não prepararam
- **Raissa** - os fazendeiros.
- **José Maria Gomes** - Tá. Nem os fazendeiros. Não prepararam uma nova vocação econômica porque aquilo era macro. Era uma vocação econômica mesmo do município. O município era produtor de café em alta escala. Aí você vai lá tira isso e agora cê vai fazer o que? Aí veio o tal do leite. Eu não sei se você sabe, mas isso é verdade. Hoje está está melhorando isso, mas o leite como era concebido naquela época, onde entrava o leite entrava a pobreza e a miséria.
- **Raissa** - Essa eu não sabia.
- **José Maria Gomes** - Então vamos analisar.
- **Raissa** - Uhum.
- **José Maria Gomes** - Vamos analisar.
- **Raissa** - Eu não tinha nem nem sabia nem tinha parado pra pensar.
- **José Maria Gomes** - O cara que naquela época produziu dez litros de leite por dia por por ordenha. Era uma rede extraordinária.
- **Raissa** - Uhum.
- **José Maria Gomes** - Veja bem. Não existia um laticínio.
- **Raissa** - Uhum.

- **José Maria Gomes** - Se existisse lá pra você ir pra onda. Tá. Aí o que que que o produtor tinha que fazer? Ele tinha que comprar uma desnatadeira, botar o leite lá, desnatava certo? E vendeu o creme. Porque aquele leite que saia ali que era um leite de valor tirado, afastado do creme, era dado pra porco pra engorda. Então cê imagina se numa situação dessa podia ter um um uma pujança econômica, né? Tinha como...
- **Raissa** - é verdade.
- **José Maria Gomes** - Certo?
- **Raissa** - Agora você falando e descrevendo certinho aí que entrou o leite e arreventou com tudo mesmo.
- **José Maria Gomes** - Eu eu quando fui secretário aqui na década de setenta...
- **Raissa** - Em qual gestão que você foi secretário?
- **José Maria Gomes** - Manuel Anunciação, eu quando eu fui secretário eu imaginei uma vocação uma atividade econômica pra Itauçu, mas eu vou te contar foi uma foi uma tentativa quixotista da minha parte
- **Raissa** - por que que se fala?
- **José Maria Gomes** - Se refere então você vai saber agora. Hum. Eu queria que o Itauçu se transformasse em produtor de flores. Ah então. Você entendeu? Nós temos um clima um solo. Certo? Você pode produzir um um rolbin de flores extraordinário olha Holambra e eu li sobre Holambra e li sobre dois municípios do do do pra cá do Nordeste que saíram vamos dizer assim uma situação de penúria pra uma situação muito boa adotando a produção de como, como como sua atividade econômica. E eu quis não me deram a menor bola. Aliás, não só o nome dela, mas na argola. Visionário, esse cara está, esse cara está é despreparado, alguns me chamavam de despreparado. Então, vou levar, deixa pra lá, não vou, não vou. Vamos, não vamos brigar por isso.
- **Raissa** - Entendi. Você falou que foi secretário do Manoel da Anunciação, mas qual área que você atuou como secretário?
- **José Maria Gomes** - Educação e administração.
- **Raissa** - Ah.
- **José Maria Gomes** - E eu fui secretário de administração e educação.
- **Raissa** - qual foi o marco mais importante do governo do Manoel? Que eu tentei pesquisar esse detalhe aí na sua não quero saber não finalização da sua.
- **José Maria Gomes** - Não na minha opinião?
- **Raissa** - Uh hm.
- **José Maria Gomes** - Quando ele existe ruas, praças e avenidas asfaltadas. Então se eu for o Mané fez.
- **Raissa** - Ele entrou logo depois
- **José Maria Gomes** - Foi. Ele começou aquela rua onde você mora lá, a Rui Barbosa? Certo.
- **Raissa** - Certo?
- **José Maria Gomes** - Aquela rua lá sem fazer aqui é bloquete. Certo? E sobra avenida até um pouco em cima bloquete. Né? Ele, não sei se por acerto eles equivocadamente, mas eles num ficam tinha, deixou uma fábrica de de de artefato de cimento pra ele produzir isso lá onde é uma chacinha que alguém aí deu, era coisa pra ver que estão acabando com o patrimônio da prefeitura tudo aqui de Itauçu, viu? Os prefeitos assim em sequência.
- **Raissa** - Uhum.

- **José Maria Gomes** - Aí lá nós temos essa fábrica de aqui a fábrica fazia manilha, fazia, fazia bloquetes, fazia meio fios. Era isso. Né? É movimentado lá. Bom aí nós fomos produzir bloquetes pra bloquetear essas ruas primeiro, bom Manuel fim do mandato dele veio o Antônio Álvares de Castro aí o Antônio Clássico se você olhar um detalhe eu quero que você passar nessa Bíblia eu vou citar.
- **Raissa** - uhum
- **José Maria Gomes** - você vai olhando lá a avenida, a rua Ezequiel Lino que diria essa avenida, mas é rua na saída de Araçu a cada dez bloquetes que estiver lá você pode ver que tem nove quebrados.
- **Raissa** - Eu moro lá perto, eu mudei agora eu estou morando aqui em cima no onde era o Vilmar da Pamonha?
- **José Maria Gomes** - Tá. Ah sim, mas sei lá. Certo? Eu não sei que fenômeno que ele fez aqueles bloquetes na rua Ezequiel Lino, a Rui Barbosa aquela lá você não vê a rua Itaberaí você não vê bloquetes quebrado agora ali é todos todos todos é uma coisa assim que eu não dou conta de entender e não estou falando mal estou fazendo um comentário de uma realidade que está à vista palpável né? Tá? Bom depois o Manuel da Anunciação voltou pra prefeitura já votou no governo Iris. Governador, oitenta e dois. E o Iris ajudou demais. Então Manoel é o asfalto isso aqui tudo. E essa rua minha aqui essa que eu mostro a você, ela só vinha até ali assim ó. Até ali quer dizer se você medir da porta do colégio você podia medir quarenta cinquenta metros o resto era mamonal.
- **Raissa** - Hum
- **José Maria Gomes** - Aquela pista dupla ali oh. Aquilo ali era uma tristeza. Mas então eu acho que o Manoel foi o cara que se destacou nessa área. Manél nunca chutou uma bola na vida dele. Mas que só quem topou fazer o estádio foi ele, e com muita perfeição porque muita gente da política local que ele quer chegou a quebrar poste, quebrar coisa lá e tal. Estamos aí deixou o estado chique né?
- **Raissa** - E quando antes de construir o estádio aqui também era só pasto, era só área aberta.
- **José Maria Gomes** - Não. Já tinha muita já tinha muita casa e o colégio aqui o conjunto que o conjunto foi, foi o governo não sei de quem que trouxe essa aí do Tônico minha ponte certa? Então aquilo ali onde é o estádio é um campo de futebol de terra um campo de terra né no campo de terra, campo de futebol de terra. Ah o Manel fez o o ginásio de esportes manda foi bom prefeito, manda foi muito bom prefeito aqui, principalmente no oitenta e dois oitenta e seis, oitenta e oito.
- **Raissa** - Um mandato ou dois que ele fez?
- **José Maria Gomes** - Foi dois.
- **Raissa** - Unidos ou separado?
- **José Maria Gomes** - Não, não, não tinha como fazer né? Quer dizer chegou pra prefeitura em janeiro de setenta e três saiu em janeiro de setenta e seis e voltou em janeiro de oitenta e dois.
- **Raissa** - Entendi.
- **José Maria Gomes** - Oitenta e três né? Que a eleição foi oitenta e dois.
- **Raissa** - Então depois Tônico,
- O Tônico.
- **Raissa** - Tônico ou Valmir?
- **José Maria Gomes** - Não, não, Tônico Manel de novo.

- **Raissa** - Manel de novo.
- **José Maria Gomes** - Depois o Toninho de novo.
- **Raissa** - Ah então ficou nessa. É. Entendi.
- **José Maria Gomes** - Até se falava a boca, a boca rôta, né? Porque essa chave o povo tem a boca rôta mesmo, né? Você fez história, cê sentou, num come eh se falava assim que o Manel e o tinham aceito de um não fazer o seu próprio sucessor. Porque o Manel sai o Tônico voltava, o Tônico saía ó Toninho quem trabalha aí o Manel voltava o Toninho depois voltava e isso pelo menos se deu de fato. Entendi. Se o povo estava, estava malha de essência popular eu não sei, mas que que...
- **Raissa** - Ocorreu ocorreu, né?
- **José Maria Gomes** - Não e e tem uma coisa, mas nessa o Manuel da Anunciação se tornou meio quase inimigo porque ele esteve aqui nessa casa, pra voltar a prefeitura, volta ser prefeito de Itauçu.
- **Raissa** - Sim.
- **José Maria Gomes** - E eu falei claramente sei lá Manuel. O mundo anda pra frente. Mundo não é estático. Você já não está preparado mais pra ser prefeito de Itauçu e eu não estou preparado mais pra ser secretário de prefeitura de Itauçu falei pra ele. Então deixa eu te falar uma coisa. Depender de mim você tá fora. “Ah mais não sei que” E vou te fala mais, naquela época eu pertencei ao partido depois se for pra convenção você for pra convenção com candidato a candidato meu voto será contra você e ele desse tempos pra cá ficou com uma girisa de mim que nossa senhora nunca mais?
- **Raissa** - Entendi.
- **José Maria Gomes** - Então, entrou, fez essa jogada, né? Manoel e Tônico, quando encerrou o o último mandato.
- **Raissa** - Mandato dessa questão da jogada, quem que foi o prefeito em seguida?
- **José Maria Gomes** - Quem foi, o Valmir?
- **Raissa** - Teve algum destaque em questão eh de construção, de melhorias é porque quando eu cheguei aqui em Itauçu eu já peguei o final do mandato do Valmir, cheguei aqui em noventa e sete. Falei não, do Carlinhos, perdão. E tem já não se falava com tanta ênfase da das benfeitoras dele.
- **José Maria Gomes** - Deixa eu te falar um negócio. Eh eu vou tentar amenizar minhas palavras porque isso aqui é um estudo. O Valmir foi o homem que mais, deixou o lixo nas ruas de Itauçu. Alguém tinha o menor zelo com a cidade. Me lembra de uma procissão de Nossa Senhora da Abadia e que as ruas estavam tão escuras que o pai pediu não traga velas, traga lanternas porque são buracos demais na rua e nós podemos capotar.
- **Raissa** - Meu Deus.
- **José Maria Gomes** - Então o Valmir já me prometeu fui dois mandatos muito fraco.
- **Raissa** - E eu lembro que eu cheguei no final do mandato Carlinhos eu não tinha assim aquela ênfase e já peguei a visão do doutor Vilmar.
- **José Maria Gomes** - Hum-hum.
- **Raissa** - Daí eu lembro tenho mais lembrança do doutor Vilmar pra frente agora do Carlinhos do Banco do Brasil que eu cheguei aqui no final de noventa e sete.
- **José Maria Gomes** - Olha eh são coisas sim que só uma corrutela pode acontecer, aliás pode acontecer no Brasil nós não estamos com um cara de presidente no Brasil que a gente

eu tenho vergonha de falar que sou presidente por ele tenho vergonha absoluta então deixa eu te dizer

- **Raissa** – Uhum.
- **José Maria Gomes** - nas corrutelas existem três formas de se ganhar uma eleição. Itauçu está com o corpo dela até hoje. A primeira hoje é dinheiro. Você está com a bufunfa no banco, você pode candidatar que você tem toda ação que seja. Tá? A segunda se você for membro de uma família grande e essa família estiver politicamente fechada com você você tem chance e a terceira é você vender o seu mandato antes de possuí-lo raiz me apoia que eu vou te dar a secretaria da da sei lá do que da cultura, da educação, que não. Fulano sem a minha parte você vai ser o chefe do DMR, você me apoia, você vai sempre nas famílias, é a forma que você tem que fazer isso aí.
- **Raissa** - E até hoje isso não saiu de Itauçu.
- **José Maria Gomes** - Não terá. Não, isso, isso, está isso. Você vê isso olha os vereadores, olha os vereadores cê acha que alguém vai querer um Zè Maria como vereador no seu mandato.
- **Raissa** - Vai querer uma Raissa encenqueira,
- **José Maria Gomes** - não vai, num vai de jeito nenhum, você e eu somos duas pessoas, eu já me eliminei. Mas você pode decidir, se você tiver essa inversão? Saiba escolher o momento porque eh eh é cruel. É cruel. Ele deu uma eleição aqui? Você conhece o Lote ali?
- **Raissa** – Conheço, é meu primo?
- **José Maria Gomes** - Lógico, Lote, fomos aqueles amigos assim de brigar um pelo outro. Uma vez sai candidato a vereador aqui ó e foi lá no alto foi lá meio bêbado pedi pro povo não voltar pra mim não porque eu era fiscal da Secretaria da Fazenda que eu não precisava disso. Agora eu te pergunto quer dizer que vereador é aquele que vereador
- **Raissa** - é um emprego como outro qualquer.
- **José Maria Gomes** - só você entendeu? Eu e o Lotes ficamos estremecidos até hoje comigo por isso porque pra mim faltou com a fidelidade a minha ah da minha amizade ele ele eu era amigo dele assim de de e ele é meu amigo também né? Aí vai lá e faz um negócio porque tocado por pessoas que tinham interesse que eu não me tornasse vereador por quê? Porque Zé Maria vai.
- **Raissa** - Você não precisa, né? Então o senhor já tem o serviço dele, andar alto e tal. Outra pergunta pra gente fechar aqui que eu achei muito interessante, fala quando falou dá festa de Nossa Senhora da Abadia que era pra levar as lanternas em vez das velas. Quando se fala em festividade Itauçu que que você qual que é a sua maior lembrança em relação a isso?
- **José Maria Gomes** - Ah você vai, vai me fazer você vai me provocar uma coisa que em mil novecentos Cinquenta e oito, cinquenta e sete, quarenta e oito. Aquela casa do doutor Juvenal na esquina ali da sua rua lá.
- **Raissa** - Uh-huh.
- **José Maria Gomes** - Ali era pensão do papai, pensão São José.
- **Raissa** - Hum. Tá?
- E vieram o sedento hoje dos padres, sedentoristas pra cá fazer a a as missões né? E aquele cruzeiro que tem na porta da prefeitura certo? Inclusive lá foi colocado ali naquelas missões ali era pasto ali era pasto tinha cemitério abaixo do passo ali na altura da prefeitura aquelas casas por ali tudo estão tudo em cima do cemitério aí ele um padre jovem batina na branca

tem uma hora que ele parou a posição subiu em cima do cruzeiro e veio pregando em cima do Cruzeiro por aí pra mim essa foi a a mais marcante da da da da religiosidade Itauçuense os pois é mesmo. Não não falta nada ah.

- **Raissa** - Agora a última quando você fala dessa questão dos padres Itauçu enquanto teve os colégios, né? A dona Maria, mulher disse, ah gente, o marido ela trabalhou lá no colégio que mora ali em frente a farmácia do Túlio, que ela falou inclusive que você estudou junto com ela, Maria Pereira.
- **José Maria Gomes** - Maria Pereira.
- **Raissa** - Ela me enfatizou uma coisa que eu achei interessante. Dentro dessa religiosidade, a festa de Nossa Senhora da Abadia durante a década de cinquenta e sessenta chegava a ser comparada a festa de trindade pela quantidade de gente que vinham na zona rural.
- **José Maria Gomes** - Olha eu eu acho isso aí uma expressão uma uma afirmação muito temerária muito temerária. Era muita gente porque também o município tinha mais gente. Você imagina isso aqui tudo toca tanto de gente que tinha aqui. Esse negócio de idade era desse tamanhinho.
- **Raissa** - Uhum.
- **José Maria Gomes** - Porém o município pode olhar isso aí. Os registros do IBGE que tem isso aí. Então e depois tinha muita gente que vinha de Itaberaí de Taquaral e até de Inhumas e tal. Era muita gente mesmo. Mas chegar a comparar a festa de Trindade eu acho um pouco
- **Raissa** – Uhum.
- **José Maria Gomes** - um pouco era muita gente sim sem dúvida certo? Mas aquela praça da igreja ali você sabe que ali era um vassoural.
- **Raissa** – Sim.
- **José Maria Gomes** - Um vassoural quem quem arrancar as vassouras aí éramos nós meninos não arrancava jogar futebol arrancava no pé né? Jogando futebol nós quer treinar. Desse jeito. Né? Mas aquilo cobria de barraquinha, mas que era uma coisa e não era barraquinha pra vender e comprar não. Era barraquinha pra família ficar durante a festa ali, sabe? Era uma coisa...
- **Raissa** - hum então era isso, soube se expressar muito bem em relação a isso, mas se você pudesse comprar depois?
- **José Maria Gomes** - Agora te falaram da igreja?
- **Raissa** - Dessa igreja que era ali?
- **José Maria Gomes** - onde é o centro comunitário?
- **Raissa** - Foi o seu Ernesto que derrubou?
- **José Maria Gomes** - Não, perdão, o senhor o seu Bernardo? Teve uma das igrejinhas que foi derrubada pelo Bernardo eles falam que o Ernesto Magalhães derrubou uma palhoça lá na na na Rua Gabriel José.
- **Raissa** - Hum.
- **José Maria Gomes** - Certo? Mas isso é quando lá eu nem existia ainda. Isso é coisa que eu entendeu? Dizem que ele porque ele não queria eh o o não queria o patrimônio. Ele não queria. Se for pra lá da minha sede, pra lá da minha sede. Tinha medo de de ir pra cerca pra serra dele ali. Não eu não queria. Mas eh a a igreja foi derrubada não foi não foi assim uma coisa feita na briga não. Uma coisa consensual como eu creio, eu creio, até com a na arquidiocese. Fui no, na, no primeiro mandato do Tônico.

- **Raissa** - Ah tá. Quando eu questionava que qual gestão que era, sempre tinha esse?
- **José Maria Gomes** - Eu falo pra você com consciência.
- **Raissa** - Uhum
- **José Maria Gomes** - Do primeiro mandato do Manoel de setenta e três a setenta e seis a igreja estava lá aí veio o Tônico ele providenciou a derrubada daquela igreja que eu até hoje eu acho que foi pra nossa história foi o maior coice no coração da da nossa história.
- **Raissa** - Você concorda comigo? Eu tenho uma frase o homem quando ele quer apagar a história tem que derrubar alguma coisa?
- **José Maria Gomes** - Não tem como não fazer.
- **Raissa** - Aí você olha hoje a história está ao Itaçu. A gente busca essa construção pelos populares. Você está me relatando? Eu vou contratar com a informação que eu já peguei ontem ou anteontem. Quantas hipócritas que ainda a gente tem pra juntar você vai numa num museu, você vai num arquivo, cê não acha nada sobre o Itaçu. Antes, mil novecentos e quarenta e oito. Os pesquisadores que sempre buscam em mil novecentos e quarenta e oito pra hoje. Acontecia aqui?
- **José Maria Gomes** - É. Você não teve acesso a uma apostila que eu fiz quando secretário da educação?
- **Raissa** - Não.
- **José Maria Gomes** - Não? Oh gente eu eu não tinha o cuidado de dizer. Eu tenho uma eu tenho eu tenho um um eu tenho um, não, eu tenho um exemplar dela aí que está por aí.
- **Raissa** - Se um dia você achar você deixou estranhar ela?
- **José Maria Gomes** - Deixa deixa eu te falar, eu pesquisei muito de lá sabe? Você sabe qual a primeiro primeira pessoa, que primeiro ser humano que teve contato com as terras de Itaçu e deu o nome a isso aqui de Mato Grosso Goiano gente,
- **Raissa** - Eu vi essa, não sei se foi o primeiro, mas americano do Brasil já trazia essa possibilidade que adentrou pelo Meia Ponte, foi pelos afluentes, foi Sebastião Marinho, um bandeirante mil quinhentos e noventa e dois, assim ele relatava nas pesquisas dele.
- **José Maria Gomes** - O meu um pouco mais, mas depois que eu.
- **Raissa** - uhum,
- **José Maria Gomes** - né foi Tiago São Tomé.
- **Raissa** - Isso eu não sabia.
- **José Maria Gomes** - Um camarada que veio por essas bandas aqui e chegou aqui ele na verdade queria ir pra Goiás. Mas ele chegou aqui ele viu a a exuberância da mata. E ele que chamou de Mato Grosso. Porque ele vinha de Goiânia... (Inaudível) cerrado, árvores tortas aquela coisa toda e tal coisa.
- **Raissa** - Montinho de mato aqui eu falei gente quando eu vou ensinar pros gente é um montinho de é um montinho um montinho de mato aqui acolá e vai indo.
- **José Maria Gomes** - Isso é do cerrado.
- **Raissa** - Uhum.
- **José Maria Gomes** - Mas quando ele chegou aqui logo depois de Inhumas pra cá aí oh. Ele falou que que isso aqui mudou tudo, e quando eu chego aqui no Meia Ponte falou não, isso aqui Lugar Encantado era uma árvore enorme frondosas, altas, sombreadas e tal então ele ele eu sei que em mil oitocentos e quinze ele deu o nome isso aqui e de Mato Grosso Goianos. Ele comprou essas terras, cê vê aí tudo ó, quero que seus parentes e tudo é?
- **Raissa** - Hm-huh.

- **José Maria Gomes** - Do lado de lá aí e e comprou uma fazenda enorme e ele mais tarde ele repartiu a fazenda e vendeu uma parte pro coronel Ernesto Batista Magalhães.
- **Raissa** - A história já não traz esse detalhe.
- **José Maria Gomes** - Hã?
- **Raissa** - Quando eu fui pra pra fora pesquisar a gente não achou. Já acha do seu Ernesto.
- **José Maria Gomes** - Pra cá.
- **Raissa** - Pra cá.
- **José Maria Gomes** - Que ele veio de calcula? É calcular.
- **Raissa** - Minas Gerais. Isso.
- **José Maria Gomes** - É. Vem de Minas. Construiu, se fixou aqui porque gostou da terra, viu uma possibilidade rentável.
- **Raissa** - Cê sabe qual que era o número? Se você for pegar as escrituras aí de fazenda, tem um nome que acompanha as escrituras.
- **Raissa** - Hum.
- **José Maria Gomes** - Fazenda barra Barra Grande não, não é Barra Grande é Barra Grande eu estou eu estou aqui.
- **Raissa** - Alguma coisa relacionada a barra eu vi.
- **José Maria Gomes** - Mas você sabe por quê? Hã? Porque esse cara ficou impressionado que ele viu um veio d'água lá vindo vamos dizer assim do Norte pra cá o primeiro lá que é o o o dos três morros que vai ali bem, bem na ponte ali de São Bernardo depois vem o Meia Ponte de cá e depois vem o Maria da Silva de Caetano ficou vai fazer as Três Barras pronto ah três barras certo? Então ele botou o nome aqui de trezentos e três barra se você for pegar as escrituras da sua lá embaixo, sabe quanto? Cê vai ver que vai ter uma referência na estrutura na fazenda Três Barras, porque que tudo era a fazenda Três Barras. Tudo.
- **Raissa** - E isso essa menção faz até hoje também, cê sabem falar?
- **José Maria Gomes** - Pode no cartório que cê vê, ué. E aquelas escrituras mais antigas todas falam isso, rezam isso.
- **Raissa** - Entendi. E como é que você chegou a ter acesso a essa informação Zé? Desculpa perguntar, mas o tal do historiador enquanto não sabe da fonte.
- **José Maria Gomes** - eu vou te dizer uma coisa. Eu andei muito pra chegar aquilo lá. O seu avô forma as pessoas que eu muito pesquisei. Seu avô. Certo? Pesquisei. Bernardo Lobo, Bernardo Lobo. O é o ex-prefeito. Certo. Bernardo Lobo. Pesquisei muito com ele. E depois tem um livro, meu Deus na minha apostila fala isso. Tem um livro de um caboclo que foi pago escreveu um livro aqui. Hum puxar saco do Ernesto Magalhães que o Ernesto Magalhães estava afim de comprar um título de coronel. Ele comprou.
- **Raissa** - Hm-huh.
- **José Maria Gomes** - De coronel. Certo? A Polícia Militar vendia esses títulos honoríficos né?
- **Raissa** - Uhum.
- **José Maria Gomes** - Tá. Você comprou. Mas pra isso você pagou um camarada cujo nome eu não vou me lembrar, mas ele é de Goiás ele escreveu um livro sobre Itauçu. Quer dizer, e dando nesse livro a a a informação de que o coronel Ernesto Batista Magalhães foi o homem que fez tudo em Itauçu. Quando ele foi contra e muitas vezes foi um adversário.
- **Raissa** - Uhum.

- **José Maria Gomes** - certo? Da ideia do povoado, da ideia de uma possível cidade, depois com um desvio que juntou gente de cá e que era mão de obra barata pra eleito ficou a favor. Mas até chegar essa constatação, certo? Ele não queria não, fazia três barra era fazenda Três Barras dele. Aí tem isso.
- **Raissa** - Adorei essas informações que por acaso o nome Vinti(inaudível) sonho você baixar uma voz entre ouvido me conta pelo amor de Deus que eu fiquei curiosíssima que eu estou indo pra Goiás vou até disparar.

ENTREVISTA ÁGUEDA

- **Raissa** - Não, não, não precisa não. Quando se fala nessa questão de áudio, isso aí com internet ou não, o aplicativo funciona de qualquer jeito. Você me autoriza a estar usando essa nossa conversa em formato de áudio para o meu projeto do mestrado vinculado a UEG?
- **Agueda Rosa** - Sim.
- **Raissa** - Fala o seu nome.
- **Agueda Rosa** - Agueda Rosa da Silva Fagundes
- **Raissa** - Qual que é a sua idade?
- **Agueda Rosa** - Setenta e quatro anos.
- **Raissa** - Você é natural de Itauçu?
- **Agueda Rosa** - Só natural de Itauçu. Só eu.
- **Raissa** - Seus pais vieram de Minas?
- **Agueda Rosa** - Minas, meus irmãos de Minas, só eu aqui do Itauçu.
- **Raissa** - Quando a gente fala em Itauçu, questão de espaço geográfico, qual que é a sua maior lembrança? O que você aponta para mim? O que é diferente? A questão de praça, igreja, se tinha mais casa, se não tinha?
- **Agueda Rosa** - Quando eu vim para Goiás, era lá. Estudei no Colégio das Freiras, tudo lá perto, lá.
- **Raissa** - O Colégio das Freiras ficou vigente aqui em Itauçu quantos anos?
- **Agueda Rosa** - Eu não vou te falar exato, mas por muito tempo.
- **Raissa** - Era vista como a melhor educação que o município podia ofertar?
- **Agueda Rosa** - Nossa a melhor, saía gente daqui e passava na Federal de Goiânia, era coisa de louco a educação que era com essa freira.
- **Raissa** - A gente sabe que Itauçu é um celeiro de celebridades políticas, em todos os sentidos.
Na sua época, tem alguém que se projetou no cenário nacional? Você lembra A gente tem o Vecchi, que a gente sabe que saiu daqui.
- **Agueda Rosa** - É, o Vecchi saiu daqui. Inclusive, é filhado da minha mãe. O Vecchi saiu daqui. Teve vários que sobressairam lá em itauçuense. Teve sim. Pra lembrar, eu ando com a memória meia.
- **Raissa** - Quando a gente fala de Itauçu, a gente está falando também de patrimônio cultural. É um dos patrimônios, a gente sabe que tem comuns, festas, celebrações, modos de fazer...
- **Agueda Rosa** - Catira
- **Raissa** - Tudo.
- **Agueda Rosa** - A gente sabe que a nossa cultura é bem sertaneja.
- **Raissa** - Bem sertaneja.
- **Agueda Rosa** - Eu falo que é bem do sertão, tratação de arroz. Tudo.
- **Raissa** - Quando a gente fala disso, o meu bem escolhido para essa questão do mestrado foi a Casa da Ponte...
- **Agueda Rosa** - A Casa da Ponte foi a primeira. A primeira casa dentro de Itauçu, no meu entendimento. Foi a primeira construída que, inclusive, o fundador que fez essa casa e morou nessa casa, que é o Ernesto Magalhães. Fundador de Itauçu, que começou. Era uma fazendona. Agora, os doadores da fazenda, que eu não sei, mas deve ter sido ele. Ernesto Magalhães, que...

- **Raissa** - Como é que era ao redor dessa casa? Tinha muitas casas em volta?

- **Agueda Rosa** - Não tinha, não tinha, não.
- **Raissa** - Era só o pasto e a Maria da Silva ali?
- **Agueda Rosa** - É, o pasto. É tipo uma fazendona, sabe? Era assim.
- **Raissa** - E quando chovia muito, enchia a casa ali?
- **Agueda Rosa** - O meia -ponte enchia. O meia -ponte transbordava. Tudo ali. Depois do Ernesto, me parece que houve vários moradores ali. Sou Ernesto. Primeiro. Primeiro mesmo. Na minha opinião e na opinião de muitos.
- **Raissa** - A gente sabe que, antes de Goiás deixar de ser capital e passar para Goiânia, a gente teve essa construção no período bem no ápice. Foi bem no ápice dessa transferência. Quando a gente fala em questão de economia, Agueda, toda a vida foi pecuária e agricultura aqui no município?
- **Agueda Rosa** - Toda a vida. Pecuária e agricultura. Toda a vida. Plantação de arroz, feijão, milho.
- **Raissa** - Você lembra dessa questão do plantio do café? Muitos falam que talvez teve esse plantio forte do café que chegou a ser mandado para fora.
- **Agueda Rosa** - Nisso eu não lembro. Porque eu não lembro de plantação de café aqui. Tinha em Itaquarau. Meu avô mesmo tinha plantação de café em Itaquarau. Aqui eu não lembro, assim, não. Plantação de café, não. Era mais arroz e milho desde quando eu vim para cá. Essas coisas.
- **Raissa** - Tem algumas pessoas que me contaram que essa questão da plantação de café, de ser organizado, de o seu Ernesto ter essa visibilidade, como é que você entende? Quem foi o seu Ernesto dentro do município? Ele realmente transformou a cidade? Não transformou?
- **Agueda Rosa** - Na opinião dos parentes dele, transformou. Porque eu não conhecia o seu Ernesto.
- **Raissa** - Você teve contato mais com a família?
- **Agueda Rosa** - Com a família, é.
- **Raissa** - Foi essa a questão da...
- **Agueda Rosa** - E admira ele.
- **Raissa** - Sim, muitos falam que...
- **Agueda Rosa** - Os Rebouças, eles todos admiram o seu Ernesto. Porque são parentes mesmo da mulher do seu Ernesto, né?
- **Raissa** - Quem que era a mulher dele?
- **Agueda Rosa** - A dona Ernestina?
- **Raissa** - Não, a dona Ernestina, como chamava a mulher do seu Ernesto?
- **Agueda Rosa** - Ernestina não era a filha?
- **Raissa** - É, foi a filha.
- **Agueda Rosa** - Essa Ernestina que é a tia da Maria.
- **Raissa** - Ah, tá.
- **Agueda Rosa** - Sobre Vercilei, morou lá.
- **Raissa** - Foi o concunhado dela, né?
- **Agueda Rosa** - Foi o marido dela, o concunhado dele.
- **Raissa** - Dizem que eles eram bem opostos, né?

- **Agueda Rosa** - Enquanto o seu Ernesto teve essa questão de agregar o povo, ele, o Bernardo, trazer o povo pra perto deles, ele já era mais recluso, né?
- **Raissa** - Era, ele era mais na dele, né?
- **Agueda Rosa** - Só Bernado... Não, só Bernado...
- **Raissa** - A mulher de seu Bernado, que era a dona Ernestina, é a mulher Verciley, né?

- **Agueda Rosa** - Era a filha do seu Bernardo.
- **Raissa** - Ah, agora ficou difícil. A filha do seu Bernardo.
- **Agueda Rosa** - Ah, tá.
- **Raissa** - Não filha, não. Cunhada, né?
- **Agueda Rosa** - Cunhada dele. Cunhada.
- **Raissa** - Quando a gente fala em Itauçu, dentro de todo o seu período aqui, você enquanto moradora da cidade, pode ver o que é infância, adolescência, vida adulta, o que que te chamou mais atenção? Algum evento que você tenha... Se não, se isso aqui realmente me chamou atenção...
- **Agueda Rosa** - Ah, eu sou filha de um homem que é o Dito Pimenta, né? Que é do lado do meu pai, muito religioso, o que mais me puxava é o lado da igreja. A vinda das freiras, a permanência delas aqui, o que que elas fizeram, nossa, como ajudaram Itauçu. Inclusive, não vou citar nomes, mas foi dois políticos influentes que fez a expulsão delas daqui. Ficou só duas. Então, isso não vou citar, não. Eu vejo muito esse lado, porque eu vivi isso, porque o meu pai era muito religioso, né? Então, fui criada assim. Lembro da primeira... O padre da época pedia um tijolo para cada um para construir essa igreja. Os políticos que derrubaram a antiga, que não deveria ter. Era outro patrimônio, né? A Casa da Ponte e a igrejainha.
- **Raissa** - Você acha que a igreja hoje, essa igrejainha, tanto que se tem saudade.
- **Agueda Rosa** - Nossa, eu fui batizada nela.
- **Raissa** - Hoje é o patrimônio esquecido?
- **Agueda Rosa** - Esquecido.
- **Raissa** - Da cidade?
- **Agueda Rosa** - Esquecido.
- **Raissa** - Igual, fala -se José Ludovico aqui.
- **Agueda Rosa** - É outro patrimônio esquecido?
- **Raissa** - É outro patrimônio.
- **Agueda Rosa** - A primeira escola de Itauçu. Agora é outra coisa, né?
- **Raissa** - Deixar...
- **Agueda Rosa** - Perdeu a identidade.
- **Raissa** - Perdeu a identidade?
- **Agueda Rosa** - Aqui perdeu a identidade, as vezes eu implico a coisa, mas com justa razão, perdeu.
- **Raissa** - Entendi.
- **Agueda Rosa** - A sua avó mesmo foi diretora aí muito tempo.
- **Raissa** - E esses patrimônios esquecidos, dentro desse processo de buscar a valorização de Itauçu, hoje a gente está buscando entender que o patrimônio material, aquele que a gente está ali, eu estou vendo, eu estou sentindo, corresponde a um silenciamento da história da cidade?
- **Raissa** - Você acha que silenciou tudo?

- **Agueda Rosa** - Silenciou tudo. Houve um grupo que eu sei que está no meio, pelo qual do seu avô, de reanimar a Casa da Ponte. Estão querendo colocar um museu. Mas você pode notar que é frio.
- **Raissa** - O povo esfriou por esse lado.
- **Agueda Rosa** - Entendi.
- **Raissa** - Quando a gente fala também dessa questão do movimento, foi importante ter a sua representação dentro da história, mas a gente entender que, se não fosse o movimento hoje, a casa não teria conseguido essa reestruturação que está hoje. Hoje, se a gente apagar essa Casa da Ponte também, Itauçu passa a ter história, na sua opinião?
- **Raissa** - Não, precisa dela.
- **Agueda Rosa** - Precisa dela, né?
- **Raissa** - Precisa dela.
- **Agueda Rosa** - Inclusive, Itauçu, Itauçense mesmo, nascidos aqui, são poucos, porque veio duas famílias de fora e estruturou aqui, já por causa do café mesmo. O tio João Neto, ali da serra, ele plantava café. Às vezes, é por isso que eles falam. Meu avô, Carvalhais, plantou café na Serra do Brandão e Itaquarau. Então, vieram todos para Goiás, saíram de Minas e vieram para cá. Os Netos e os Carvalhais.
- **Raissa** - Você lembra que época foi isso?
- **Agueda Rosa** - O primeiro a vir foi o tio João Neto, e seu parente também.
- **Raissa** - Que era irmão do vovô Zé Neto?
- **Agueda Rosa** - Parente, parente. Eu não sei se é tio e avô Zé Neto. É tanto João e tanto José, que tem hora que a gente se perde. Pois é, ele foi o primeiro a vir. Da família. Porque a mulher dele, que é Carvalhais, quer dizer que os Carvalhais entrou na família Neto.
- **Raissa** - Entendi.
- **Agueda Rosa** - E ele foi puxando os outros. Ele ia lá em Minas, trazia uma família. Ele ia lá em Minas de novo, o tio João Neto, trazia outra família. Ia lá, trazia outra família, até acabar. Então, Neto, Carvalhais, Prado, é tudo emaranhado.
- **Raissa** - É tudo emaranhado.
- **Agueda Rosa** - E são essas famílias que ocuparam Itauçu.
- **Raissa** - Ah, entendi.
- **Agueda Rosa** - Onde tem muita religião nesse sentido.
- **Raissa** - Entendi.
- **Agueda Rosa** - É, os Carvalhais, os Netos, Prado e Fiô.
- **Raissa** - Então, dentro desse processo de buscar essa união, aqui eles viram uma nova forma de reestruturação? Quando chegaram aqui em Goiás?
- **Agueda Rosa** - Eles deram valor na região de Itauçu. Deram. Porque muitos foram pecuaristas, muitos foram agricultores, muito veio para esse fim.
- **Raissa** - Entendi.
- **Agueda Rosa** - Meu pai mesmo foi e voltou três vezes. O tio João Neto que buscava. Buscava, não era lá em Minas. Então, fui e voltei. Por isso, casei em muita coisa, não tenho lembrança.
- **Raissa** - Então, já foi nesse momento, de idas e vindas, que você não acompanhou 100 %?
- **Agueda Rosa** - Não, não acompanhei 100%. Olha para você ver, somos seis irmãos. Só eu e uma outra irmã nascida por aqui. O resto tudo lá. Porque ia e vinha, ia e nascia uma, vinha e nascia outra aqui.

- **Raissa** - Entendi.
- **Agueda Rosa** - Então, Itauçu é formado de Carvalhais, Neto, Prado, que tudo é a mesma...
- **Raissa** - É a mesma família.
- **Agueda Rosa** - A mesma família, porque um entrou na outra.
- **Raissa** - Entendi.
- **Agueda Rosa** - Então, é a base deles.
- **Raissa** - E foi eles aqui.
- **Agueda Rosa** - Onde eu sinto um pouco de relíria das outras famílias e sentido dessas. Onde eu acho que atrapalhou umas coisas.
- **Raissa** - Entendi.
- **Agueda Rosa** - Eu gostei muito dessa sua fala da questão dos patrimônios esquecidos, que a própria sociedade acaba deixando. Hoje, a gente sabe que está tendo essa luta para implantar o museu. E luta mesmo. Porque é uma má vontade louca do povo.
- **Raissa** - Hoje, você acha que o povo não está preparado para receber esse museu aqui?
- **Agueda Rosa** - Está preparado.
- **Raissa** - Está preparado.
- **Agueda Rosa** - Tá faltando atitude do pessoal.
- **Raissa** - Entendi.
- **Agueda Rosa** - Hoje, a gente sabe que...O seu avô trabalhava nesse sentido e ajudou muito Itauçu.
- **Raissa** - Muitos chamam o vô Chafi dessa questão de ser o pilar dessa formação, da valorização histórica e tal.
- **Raissa** - Foi. Muitos acabam passando esse legado. Acho que eu tenho a obrigação de carregar esse legado. A gente até brincava assim. Eu sou historiador nato. Mas a Raissa é historiadora por formação.
- **Agueda Rosa** - É seu avô que é. Certo?
- **Raissa** - Hoje, o meu objetivo de falar dessa questão da Casa da Ponte é mostrar essa parte do esquecimento que teve a história. A gente sabe que Itauçu foi importante para a formação do Estado. A gente tem um dos principais rios do Estado aqui, que é o Rio Meia Ponte.
- **Agueda Rosa** - A gente tem...
- **Raissa** - Lógico, deixando o Rio Meia Ponte.
- **Agueda Rosa** - A gente tem essa questão.
- **Raissa** - Hoje, eu até vi uma reportagem de uma vereadora falando que é importante buscar a despoluição do rio no trecho de Goiânia. Porque sai de Itauçu limpo e chega em Goiânia sujo.
- **Agueda Rosa** - Pois é.
- **Raissa** - Que culpa dos goianenses.
- **Agueda Rosa** - Pois é.
- **Raissa** - Então, a gente tem que buscar esse sentido da valorização. Não só o natural, o patrimônio natural, o patrimônio material, mas valorizar. Porque ali, muitos entendem que é o princípio da história de Itauçu. Que ali, em torno da casa do seu Ernesto, do seu Versilei, tinha os pontos de parada de tropeiro, mas as principais casas começaram ali. Então, hoje...
- **Agueda Rosa** - As principais casas mesmo. Inclusive, aquela que a Aninha mora, de cá, foi uma das primeiras. Primeiro, a do seu Ernesto. Depois, construiu aquela pequenininha e foi. Entram outros Coroneis.

- **Raissa** - O seu João Fagundes, né?
- **Agueda Rosa** - João Fagundes.
- **Raissa** - Você tem parentesco com ele?
- **Agueda Rosa** - O Silvio, que é sobrinho dele.
- **Raissa** - Ah, o Silvio que é sobrinho dele.
- **Agueda Rosa** - O Enoque é irmão do Silvio?
- **Raissa** - O Enoque é primo do Silvio.
- **Agueda Rosa** - É os Fagundes, né?
- **Raissa** - Os Fagundes tiveram...
- **Agueda Rosa** - O Enoque sabe muita coisa mesmo.
- **Raissa** - Eu já fui com ele.
- **Agueda Rosa** - Já conversei com ele.
- **Raissa** - Oi.
- **Fulana** - Tudo bem?
- **Raissa** - Tudo bem. Aí, só buscando, então, esse entendimento...
- **Agueda Rosa** - Ai, gente. Deu branco agora. Ah, tá. Dentro da história de Itauçu, você, enquanto... Também teve família importante que ajudou. Participou?
- **Raissa** - Participou.
- **Agueda Rosa** - Né? Carvalhes, né? Prata, tudo.
- **Raissa** - O que Itauçu te representa?
- **Agueda Rosa** - Tudo. Eu gosto mais daqui. Sou apaixonada por aqui. Inclusive, meus irmãos, todos em Goiânia. E eu aqui.
- **Raissa** - E ela sempre vem?
- **Agueda Rosa** - Vem.
- **Raissa** - Tem esse momento que lembra a infância?
- **Agueda Rosa** - Tem, lembra.
- **Raissa** - Bom demais.
- **Agueda Rosa** - Itauçu e Itauçu.
- **Raissa** - A sua fala... Já peguei uma fala sua que foi...
- **Agueda Rosa** - Nada.
- **Raissa** - Fenomenal. E eu vou mostrar isso para o meu orientador hoje.
- **Agueda Rosa** - Eu já...
- **Raissa** - Eu tenho que fechar mais algumas entrevistas, mas isso foi o ponto chave que eu precisava.
- **Agueda Rosa** - Olha, pra você ver quantas coisas. O GREI, O GREI arrumaram o GREI, né? Ele se tornou Hoje, Ele é um salão de festa. Eu esperava que nem dava conta. Por isso que a Casa da Ponte arrumou. O Grey arrumou. Né? Então, tem muita coisa que deixaram morrer.
- **Raissa** - A valorização do patrimônio...
- **Agueda Rosa** - desmancharam a capela. A igreja.
- **Raissa** - A primeira igreja.
- **Agueda Rosa** - Era uma gracinha.
- **Raissa** - E isso aí, para você, é o silenciamento da história?
- **Agueda Rosa** - Pois é. Lógico. José Ludovico é para mim também.

- **Raissa** - Entendi.
- **Agueda Rosa** - Porque eu vejo muita gente falando com muita paixão na escola, com muita paixão dessa igreja. Não tive a oportunidade de conhecer. Muita paixão na Casa da Ponte, porque ela entende que é o princípio da história de Itauçu. Porque a gente tem que...
- **Raissa** - Eu falo que toda cidade tem um marco.
- **Agueda Rosa** - Não, lá é a primeira casa de Itauçu.
- **Raissa** - Ótimo.
- **Agueda Rosa** - Primeira casa mesmo. E, na minha opinião, o Sr. Ernesto que fez aquela casa. Agora, pode ter sido outro que eu não sei. Mas, para mim, foi o Sr. Ernesto.
- **Raissa** - Ótimo. Era isso que eu precisava escutar. Mãe, eu vou trazer o...

ENTREVISTA ANA MARIA GARCIA

Áudio 01

O meu nome é Ana Maria Garcia de Paula tenho oitenta anos sou natural de Caculé na Bahia nós chegamos aqui em Itauçu eu e minha família no ano de mil novecentos e quarenta e três e não mais saímos daqui ficamos sempre aqui. A nossa viagem ela foi muito interessante. Quer dizer, uma verdadeira saga. Viemos nos lombos dos burros. Eram mais ou menos umas trinta pessoas da mesma família. Gastamos cerca de quarenta dias de viagem. Andando e acampando andando e acampando, né? Minha mãe dizia que foi divertido. Eu não sei, eu como criança é capaz que eu achei também, não é? Eu estava só com um ano de idade. E essa idade, né? Não dava pra deliciar bem da viagem. Mas eu perguntei a minha mãe o porquê que a gente veio de burros? É porque o burro é mais resistente do que o cavalo. Então vem os tropeiros e a revezando os animais com as pessoas multadas e parava e descansava, né? E ao chegarmos grande parte das pessoas foi trabalhar na lavoura e o objetivo mesmo foi este, foi a vinda lá da Bahia, foi até um fazendeiro daqui de Itauçu que foi buscar esses baianos lá, eles precisavam de mão obra pra desmatar e pra lavoura então viemos a família inteira e meus pais ainda jovem nessa época é nós fomos morar em uma casa veja bem uma casa alugada na mesma rua da casa seu Ernesto Magalhães. Hoje casa da ponte. Meu pai foi trabalhar na empresa de seu Ernesto Magalhães. Parece que meu pai teve um emprego melhor. Os outros foram pra lavoura e meu pai foi trabalhar nessa empresa. Essa empresa ficava próximo de Itauçu, ou seja, próximo da casa da ponte é uma distância de um quilômetro e meio mais ou menos. O seu Ernesto era um grande empresário era dono de máquinas era cafeicultor e máquina de beneficiar roupa café, feijão. Inclusive na empresa tinha uma hidrelétrica e foi mexer energia para o funcionamento das máquinas. A máquina era toda trocada com essa energia gerada lá mesmo na empresa. E da energia elétrica excedente quer dizer aquela que sobra que não usava à noite o maquinário é abastecia então a Pequena Cidade Itauçu um pedacinho de nada que existia né? Que Itauçu era então fornecia energia elétrica somente a noite.

Áudio 02

Bem, logo mudamos para a chácara onde funcionava a empresa de seu Ernesto. Já estava lá próximo, já existia uma casa que dava pra gente morar e a casa era bem grudadinha ao maquinário. Portanto fazia muito barulho quando estavam funcionando. A Casa da Ponte faz parte do meu crescimento. Desde a mais terra idade. Eu frequentava esta casa com minha mãe. Buscando leite. Disse que meu pai é funcionária do proprietário da casa. Então a gente tinha livre acesso de ir lá e a a dona Ernestina e a dona Maria chamava a gente pra mostrar as flores no quintal, pra mostrar a casa né? Eu como criança observava tudo dentro e fora da casa. Nela, nessa casa morava o seu Ernesto Magalhães que era casado com dona Maria. Os dois já bem idosos. Ele usava cento e terno de linho branco. Naquela época usava muito paletó né? E de linho sobre tudo branco. Mesmo então eu sou poeira não tendo asfalto usava muito terno branco nessa época eu me lembro porque eu tinha dois dois tios um que era tintureiro que lavava os palitos com as pessoa dos homens né e o outro era alfaiate ele usar também usava eh costurava demais ternos sobre tudo de linho branco. E na casa também morava dona Ernestina e é filho seu Ernesto também casada com seu Verciley. Os moradores participavam assiduamente da igreja católica. Bem como das novenas, dos santos padroeiros e dona Ernestina usava muitas joias, muito ouro, muitos colares, muitas pulseiras. Inclusive ela leiloava suas

própria jóias e a própria asa rematava. Coisa mais interessante, né? Ela levava lá pro leilão a caixinha de joias dela e puxa punha o lance, punha o lance e ela colocava o lance maior e ficava com as joias. Então isso era todos os anos ela fazia a mesma coisa e já era e ela já era guardada a novena dela era aquela do último dia aquela que dava mais dinheiro que levava a caixa de joias e gritava o leilão e ela própria arrematava.

Áudio 03

Nesta casa devia também uma jovem que cuidava da limpeza era a Maria. Maria falava pouco sempre que achava as pessoas é que sempre quer dizer sempre que ela olhava as pessoas ela esboçava sorriso tímido para os pés. Ela própria costurava suas suas roupas, seus vestidos, costurava a mão. E dava pra se notar que ela apresentava uma certa deficiência cognitiva. Aos moradores da casa eram muito religiosos a mulher do seu Ernesto, a mulher do seu Verciley e a própria Maria que não perdia uma missa e a Maria quando iam na igreja a Maria ficava o tempo todo de pé com o braço dobrado da cintura tipo um ângulo reto sustentando três sombrinhas. A sombrinha dela e as duas das senhoras da dona Maria e da dona Ernestina. Eu como criança olhava aqui e achava muito interessante ela em pezinha sem mexe com as com as sombrinhas pendurada no braço. O pessoal dizia que a Maria era irmã de Chico Papo. Um surdo-mudo que ia todos os dias pegar comida nesta casa. E aqui falando em chico-papo abra um parêntese pra pra essa personagem lendária que é o Chico Papo. Ele era jovem, moreno escuro, forte usava camisa das desabotoada e trazia na mão cajado. Esse cajado ele usava para medir as ruas, medir as portas das Sem falar nada. Só medindo como se fosse uma trena. Às vezes parava e abanava com uma das mãos. Bati a mão pra um lado e para o outro. Virava o pescoço de um lado e do outro. Como se fosse um agrimenso as pessoas o chamavam de engenheiro.

Áudio 04

E quando eu ia buscar o leite lá estava o Chico Papo sentado na calçada tomando o seu café da manhã. Café da manhã dele era um copo feito de litro de óleo. Aqueles que a gente manda colocar a alça, e era cheio de leite e farinha. E ele com gestos lentos, compassados, degustava cuidadosamente o conteúdo, filtrando a farinha com a colher, os gestos bem tímidos, bem caladinho e tomava todo aquele leite com aquela farinha e saía. Considero que é a casa da ponte já nasceu museu. Permita-me um trocadilho. Próxima a uma ponte sobre o rio meia ponte. Os móveis me encantavam o fogão a lenha era móvel. Movimentava de um lado para o outro. Achava aquilo muito interessante. Ao lado da casa ainda existe uma garagem e nela ficou por muitos anos o único carro da cidade. Muito preto, lustroso, sem nenhum arranhão coberto com um cobertor. Bom, na época eu nem me lembrava de procurar a marca do carro, né? Não sei nem se não sei nem qual era a marca do carro, mas devia ser um desse carrões da época, né.

Áudio 05

As senhoras da casa, assistiu a missa aos domingos ajoelhados ao redor do rádio. E o rádio era enorme e era ligado a Rádio Aparecida de São Paulo. E nós as crianças esperando terminar a missa para elas nos entregarem o leite. E recebidos também de dona Ernestina quase

sempre biscoitos, balas e também folhas de jornal que assinavam. Eu achava interessante, hoje eu acho interessante, ela dava uns jornais pra gente. Não pedia pra ler não, mas era entrega estava nos jornais portanto a Casa da Ponte nunca deixou de ser museu foi batizada com uma escola e continua escolarizando até hoje.

Áudio 06

Acredito que no contexto histórico, cultural e geográfico não precisou mudar nada. Só acrescentou. Foi acrescentando com o tempo. A giganteu-se pois ele teve um começo e teve princípio, porque, dançou teve gente que leu, que lutou, que escreveu, que ensinou. Já nos anos cinquenta e sessenta nas escolas, sobretudo a escola estadual José Ludovico de Almeida, onde estudei já existia concurso de poesia e de redação. E corria pela cidade o nome das professoras que se diziam e se dizia desviavam de boca cheia. As normalistas vindas da cidade de Goiás. Ser uma normalista era muita coisa. Então sempre frisava as normalistas vindas da cidade de Goiás. Aprendi a escrever e a declamar poesia com a professora normalista Dona Iracema, esposa do seu Chafi grande historiador de Itauçu e a vó de Raissa. Toda semana ela me dava uma poesia pra eu declamar no sábado seguinte. Outra professora também normalista é dona Maria de Lima Ribeiro. Ela inter sua disciplina com as aulas de boas maneiras.

Áudio 07

E eu concludo então dizendo que é importante que tenhamos em Itauçu um espaço adequado para um museu. E museu que viu Itauçu nascer e satisfazer esta comunidade sequiosa de cultura. Sobretudo o museu com este nome Casa da Ponte que já vem que já veio pronto com nome e sobrenome pronto não.

Áudio 08

Eu Ana Maria Garcia de Paula autorizo o uso da minha voz no trabalho de mestrado da Raissa Santos José.

